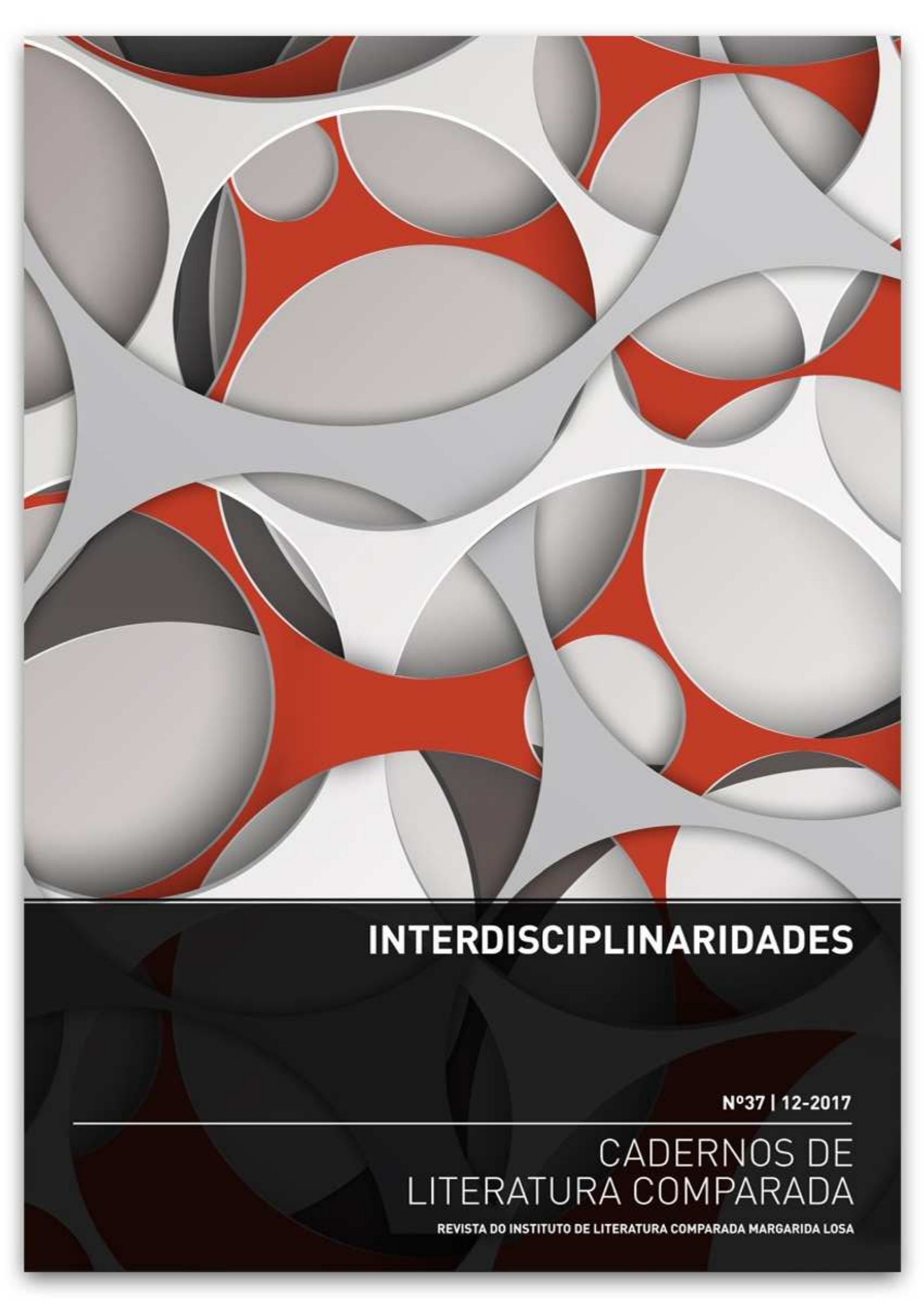




INTERDISCIPLINARIDADES

Nº37 | 12-2017

CADERNOS DE
LITERATURA COMPARADA

REVISTA DO INSTITUTO DE LITERATURA COMPARADA MARGARIDA LOSA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

CADERNOS DE LITERATURA COMPARADA – 37
INTERDISCIPLINARIDADES

Dezembro 2017

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

INSTITUTO DE LITERATURA COMPARADA MARGARIDA LOSA
WWW.ILCML.COM
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
VIA PANORÂMICA, S/N
4150-564 PORTO
PORTUGAL
E-MAIL: ilc@letras.up.pt
TEL: +351 226 077 100

CONSELHO DE REDAÇÃO DOS CADERNOS

DIRECTORES

ANA LUÍSA AMARAL
ANA PAULA COUTINHO
GONÇALO VILAS-BOAS
ROSA MARIA MARTELO

ORGANIZADORAS DO Nº 37

MARIA CLARA PAULINO
MARIA HERMÍNIA LAUREL
TERESA MARTINS DE OLIVEIRA

ASSISTENTE EDITORIAL

LURDES GONÇALVES

DESIGN GRÁFICO

FUSELOG
www.fuselog.com

PERIODICIDADE

SEMESTRAL

VERSÃO ELECTRÓNICA

ISSN 2183-2242
DOI: 10.21747/21832242/litcomp37

© INSTITUTO DE LITERATURA COMPARADA MARGARIDA LOSA, 2017

Esta publicação é desenvolvida e financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do do Programa Estratégico “UID/ELT/00500/2013” e por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade –COMPETE “POCI-01-0145-FEDER-007339”.

COLABORADORES NESTE NÚMERO

BERTRAND WESTPHAL
DOROTHY FIGUEIRA
EMMANUEL BOUJU
FILIPA RIBEIRO
GABRIEL PEREZ
JOÃO RELVAS
JULIE KLEIN
LÍGIA BERNARDINO
MARIA CLARA PAULINO
MARIA DE JESUS CABRAL
MARIA HERMÍNIA LAUREL
MARIA LUÍSA MALATO
PAOLA SPINOZZI
PRISCILA MARQUES
ROLF PARR
TERESA MARTINS DE OLIVEIRA
WILLIAM NEWELL



ILCML | INSTITUTO DE LITERATURA COMPARADA
MARGARIDA LOSA



UID/ELT/00500/2013



POCI-01-0145-FEDER-007339



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
Estrutural e de Desenvolvimento





#37 - *Interdisciplinaridades*

Orgs. Maria Clara Paulino, Maria Hermínia Laurel e Teresa Martins de Oliveira



UID/ELT/00500/2013



POCI-01-0145-FEDER-007339



Introdução

Maria Clara Paulino

Maria Hermínia Laurel

Teresa Martins de Oliveira

A utilização cada mais frequente de metodologias interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares quer na prática de organismos públicos e privados, governamentais, económicos e sociais, quer em centros de investigação e de docência, advém da crescente complexidade que se faz sentir em cada área de conhecimento, bem como nas relações que estas estabelecem entre si e, em última instância, nas questões a que procuram dar resposta.

Existe ainda alguma imprecisão na definição da teoria e da prática da interdisciplinaridade, por um lado, e da multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, por outro, sobretudo no meio académico, onde estes termos são empregues por vezes como sinónimos. No entanto, a interdisciplinaridade distingue-se pela difícil prática da integração, que requer métodos e procedimentos específicos.

A definição de interdisciplinaridade hoje geralmente aceite foi proposta, em 1997, por Julie Thompson Klein e William H. Newell, figuras de destaque neste campo, cujas entrevistas integram este número dos Cadernos. Nesse mesmo ano ambos colaboraram na fundação da Associação de Estudos Interdisciplinares [AIS] dos Estados Unidos, que continua a ser a associação mais ativa nesta área. Em 2004 a Academia Nacional das

Ciências americana reafirmou essa definição, especificando que "a investigação interdisciplinar é um método (...) que integra informação, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas, conceitos e/ou teorias de duas ou mais disciplinas ou corpos de conhecimento especializado com o objetivo de contribuir para um melhor entendimento de algo fundamental ou de resolver problemas cujas soluções ultrapassam o âmbito de uma disciplina isolada. (...) A investigação é verdadeiramente interdisciplinar quando (...) resulta da integração e síntese de ideias e métodos".

A integração é, assim, um conceito-chave da interdisciplinaridade. Enquanto no processo multidisciplinar várias disciplinas colaboram na resolução de um mesmo problema sem abdicar das suas fronteiras, e enquanto no processo transdisciplinar o cruzamento ou transferência de metodologias disciplinares, destinado a encontrar soluções unificadas, se processa também num enquadramento em que as disciplinas permanecem estanques, o processo interdisciplinar implica a construção de um terreno comum entre disciplinas, o que exige a negociação de inevitáveis conflitos entre pontos de vista, objetivos, metodologias e "lentes" com que cada uma interpreta o mundo. Segundo Klein, a abordagem interdisciplinar maleabiliza as fronteiras disciplinares, perturba e rompe os seus quadros de referência, estimula a troca de ideias entre os diversos domínios científicos e desenvolve comunidades híbridas de conhecimento. Esta abordagem exige uma consciência meta-cognitiva da forma como a verdade é construída dentro de cada disciplina. Cada uma cede algo e recebe algo, numa dinâmica de permuta permanentemente negociada, construída a partir do princípio que as disciplinas não se limitam a organizar o conhecimento, antes estabelecem normas de validação e linguagens que definem e conduzem os processos de investigação que constroem o conhecimento. O que a interdisciplinaridade procura é uma epistemologia construída numa lógica de tentativa e reflexão. A integração é sempre, portanto, negociada, situacional e contingente.

Ao colocar em contraponto as ambiguidades e os pressupostos das definições individuais, a interdisciplinaridade constrói um significado de ordem mais elevada, segundo Klein, mais abrangente, que inclui as discrepâncias. Resolução, neste contexto, não significa falso consenso, pois as diferenças não são minimizadas, nem disfarçadas. Pelo contrário, as

diferenças entre as disciplinas são definidas, definindo-se também claramente o modo como estas influenciam o seu modo de inquirição. Só então que se identifica o que têm em comum, e é sobre esse território comum que se estrutura o entendimento interdisciplinar.

Segundo James Welch, outra figura importante na discussão sobre processos interdisciplinares, a interdisciplinaridade emerge de, e reage a, estratégias epistemológicas fundamentais do cânone da filosofia ocidental. De Platão a Hegel, esse cânone desenvolveu quadros epistemológicos baseados em princípios que a interdisciplinaridade critica ao fazer ressaltar a complexidade irreduzível dos fenómenos, complexidade essa implícita em sistemas caracterizados por múltiplos nexos de interação e níveis de imprevisibilidade. A interdisciplinaridade defende a negociação epistemológica entre diversas verdades, em competição umas com as outras, e postula que a verdade não é definida pela determinação de um conhecimento último, mas sim pela atividade inerente à sua evolução, que é sempre provisória.

A interdisciplinaridade deve muito às fraturas que a fenomenologia e o pós-estruturalismo causaram na tradição epistemológica, e o seu desenvolvimento tem raízes na convicção pós-moderna de que os objetos das várias disciplinas estão interligados. Reconhece que a diferença e a contradição são inerentes a fenómenos complexos e não procura reconciliar essas diferenças num episteme unificado, antes permite que o conhecimento surja de forma dinâmica no âmago da complexidade própria ao cruzamento entre fenómenos. Ainda segundo Welch, a abordagem interdisciplinar procede também das tradições do pluralismo e pragmatismo da tradição anglo-americana, dirigindo-se à resolução de problemas, procurando contribuir para o progresso social e académico e pretendendo reorganizar o sistema de valores em que esse progresso assenta. É de ressaltar que, embora o conceito da interdisciplinaridade surja da disrupção das classificações disciplinares, os estudos interdisciplinares definem-se não como mera crítica, mas como método integrador de compreensão de sistemas complexos e resolução de problemas igualmente complexos. Por outras palavras, procuram dar continuidade ao projeto epistemológico ao mesmo tempo que criticam os fundamentos que o têm sustentado.

Segundo Newell, a interdisciplinaridade abraça a ambiguidade implícita no pluralismo epistemológico e afirma a existência de um equilíbrio entre dissonância e harmonia; envolve-se na dança pluralista de perspectivas divergentes ao mesmo tempo que valoriza a coerência e o equilíbrio entre elas, afirmando que o conhecimento é progressivo e, simultaneamente, problemático. Ao acolher a natureza dinâmica da complexidade, o pensamento interdisciplinar situa-se no centro da turbulência e da incerteza que caracterizam o mundo em que vivemos.

No artigo que apresentamos a abrir este volume dos *Cadernos de Literatura Comparada*, Maria de Jesus Cabral explana as várias formas em que se conjuga atualmente a “disciplinaridade”, entendida como conceito dinâmico (perspetiva na qual confluem, originalmente, a conceção poética de Mallarmé e a reflexão linguística de Henri Meschonnic), cuja expressão, através de uma prefixação por vezes indecisa, quando não imprecisa, como multi-, inter-, trans-, convém clarificar, quer do ponto de vista epistemológico quer metodológico. A esse propósito acresce uma reflexão sobre uma área de aplicação particularmente inovadora (sobretudo no campo português), e manifestamente interdisciplinar, a das relações entre Literatura e Medicina, na qual a autora tem vindo a trabalhar nos últimos anos. No texto seguinte, Dorothy Figueiras debruça-se sobre a *World Literature* tal como se tem imposto na academia norte-americana, chamando a atenção para os perigos da visão imperialista de uma literatura em inglês ou em tradução inglesa, expurgada de todos os elementos de estranhamento e desligada dos contextos de origem. Produto de uma academia habituada a substituir-se ao Outro, que se arroga o direito de falar por ele e de o co-optar em proveito próprio, a *World Literature* tende a nivelar e tornar difusas as diferenças, intensificando de facto os privilégios raciais, de classe e de género. Já Emmanuel Bouju transporta para o universo literário o pensamento económico e social de David Graeber. A questão premente da articulação entre dívida pública e crédito democrático, fundamento do “paradigma fiduciário” que o autor pretende alargar à abordagem interdisciplinar da realidade contemporânea, é assim analisada com particular referência a romances gregos recentes. O artigo constitui por isso também uma contundente análise política de uma sociedade submetida aos discursos dos

“Grandes Demagogos”, decorrente das implicações filosóficas e morais do pensamento de Graeber relativamente ao contexto europeu contemporâneo. Considerando a tradução como uma função base dos sistemas socioculturais, Gabriel Pérez explica, por sua vez, o campo de investigação constituído pelos Estudos de Tradução como uma transdisciplina dotada de uma complexidade transversal, a qual exige, por isso, estratégias de investigação provenientes de diferentes campos de saber. Visa, assim, contribuir para a dotação dos Estudos de Tradução de uma episteme que congregue perspectivas oriundas das artes e das ciências, aproximando-se de propostas como as do movimento da “Terceira Cultura”. No seu estudo sobre *As Luzes de Leonor*, de Maria Teresa Horta, Maria Luísa Malato coloca uma questão decisiva para os estudos literários: o estabelecimento da fronteira entre facto e ficção. Fronteira tanto ou mais fluida quando se trata de textos resultantes de uma forte componente documental, em diálogo criativo com perspectivas de natureza biográfica, histórica e filosófica, cuja identificação genológica se torna complexa. A abordagem desta problemática a partir de eixos de análise em que se conjugam várias áreas do saber situa o estudioso num contexto metodológico pós-disciplinar, que lhe permite tratar de forma inovadora e prospetiva a produção de Leonor de Almeida. Por sua vez, Lúcia Bernardino debruça-se sobre a pertinência de novos enquadramentos dos estudos culturais numa perspectiva pós-humanista. Para tal, defende a necessária intersecção disciplinar na abordagem do humano, sublinhando a sua responsabilidade ética no devir de um planeta que concebe como o *oikos*, o planeta-casa de seres e culturas múltiplas, em que natureza, corpo e máquinas definem o horizonte de intervenção, particularmente plasmado em várias formas de arte contemporânea. O ensaio seguinte configura-se como um estudo de caso, em que Priscila Marques se detém, preferencialmente, sobre a necessária conjugação interdisciplinar entre o olhar do biógrafo, do psicólogo e o do crítico literário na construção do universo estético e ideológico de Dostoiévski, fortemente marcado também pelo próprio interesse do autor sobre a “ciência da mente”. Partilhando da indissolubilidade desta abordagem, a autora advoga a primazia da natureza ficcional da sua obra sobre perspectivas do que designa como “crítica psicológica” sobre a mesma.

Os dois textos que se seguem são traduções de dois artigos previamente publicados

em língua francesa e em língua alemã respetivamente, mas que, pela sua pertinência, decidimos integrar neste volume, em versão portuguesa. No primeiro, partindo de uma metáfora geográfica inspirada num dito célebre atribuído a Pascal, segundo o qual a noção de verdade é diferente aquém e além dos Pirinéus, Bertrand Westphal interroga-se sobre o traçado de linhas de fronteira entre disciplinas. Linhas que cartografam os saberes e os hierarquizam, na paisagem instável de disciplinas soberanas que os tempos se encarregam de destronar. Espaço aberto à assiduidade entre disciplinas, o espaço literário revela-se ao autor como abertura a uma interdisciplina inovadora no campo dos estudos literários. Já o segundo artigo, “Ciência da Literatura e Pedagogia” apresenta o resultado do diálogo entre um especialista da área das ciências da literatura e dos *media* (Rolf Parr) e um pioneiro da pedagogia do desenvolvimento (Alfred Trembl). Através de uma abordagem interdisciplinar, os autores propõem um novo entendimento sobre o objeto de estudo, os métodos e as teorias da ciência literária, orientada pela teoria interdiscursiva, e das ciências da educação baseadas na teoria da evolução geral. Aos múltiplos e surpreendentes resultados que detetam no âmbito do trabalho interdisciplinar conjunto opõem-se limites na colaboração, que denunciam como resultantes não de impedimentos científicos, mas da falta de apoio institucional a abordagens interdisciplinares.

Seguem-se o Manifesto pela Interdisciplinaridade, de autoria de Filipa Ribeiro e João Bettencourt Relvas, e duas entrevistas a figuras pioneiras dos Estudos Interdisciplinares, Julie Thompson Klein e William H. Newell, conduzidas por Maria Clara Paulino. A encerrar o volume, na “Vária”, integra-se o ensaio “Erewhon Like New Zealand Like England Like Utopia. Samuel Butler’s Refractions of National and Cultural Identities”, no qual Paola Spinozzi revela como alguns dos mitemas sobre a Nova Zelândia, confirmados e/ou desconstruídos por Samuel Butler no século XIX, continuam ativos nas construções identitárias da contemporaneidade.

Le littéraire au confluent des disciplines. L'exemple des rapports avec la médecine

Maria de Jesus Cabral¹

Universidade de Lisboa

“La littérature ici subit une crise exquise, fondamentale”
Stéphane Mallarmé, “Crise de Vers”, in *Divagations* (1896)

“Quand on me demande quel est le plus grand scientifique de toujours, je réponds: dans mon domaine, c’est
Shakespeare”
António Damásio (2017)²

Résumé: Cet article se propose d’apporter quelques éléments de réflexion sur les diverses dimensions de l’interdisciplinarité, notion dont se réclament aujourd’hui les pratiques de recherche et d’enseignement sans que l’on sache toujours ce qu’il recouvre ou ce qu’il ouvre. Il s’agira d’abord d’en retracer les contours et de distinguer les différentes notions qui lui sont actuellement corrélées – la pluri-, la multi- et la transdisciplinarité –, tout en essayant de mettre en lumière le fondement même et les implications méthodologiques respectifs. D’où des enjeux de fond soulevant la question de la dichotomie entre science et art, celle de la littérature comme connaissance et comme jointure entre langage et sujet, qu’il intéressera, de ce fait, de considérer d’un point de vue discursif. L’exemple puisé dans mon champ de recherche actuelle dans le cadre des humanités médicales tentera d’illustrer ces questions dans leur état présent et leurs perspectives futures, face aux défis sociaux qui polarisent les humanités aujourd’hui.

Mots-clés: Interdisciplinarité, transdisciplinarité, humanités médicales, discours, éthique

Resumo: Este artigo propõe-se aduzir alguns elementos de reflexão em torno das diversas dimensões da interdisciplinaridade, noção advogada na atualidade por práticas de investigação e de ensino sem que se perceba, muitas vezes, o que traduz ou os caminhos que abre. Começar-se-á então por traçar os seus contornos e distinguir as diferentes noções que lhe são, atualmente, correlatas – a pluri-, a multi- e a transdisciplinaridade -, com vista a esclarecer o seu próprio fundamento e as respetivas implicações metodológicas. Donde questões de fundo levantadas desde logo por problemáticas como a dicotomia entre ciência e arte, a questão da literatura como conhecimento e como articulação entre linguagem e sujeito, que interessará por isso considerar de um ponto de vista discursivo. Partindo do exemplo que constitui a investigação que prossigo no campo das humanidades médicas, tentar-se-á ilustrar estas problemáticas no seu estado presente e nas suas perspectivas futuras, face aos desafios que polarizam as humanidades nos dias de hoje.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, humanidades médicas, discurso, ética

Il ne fait nul doute aujourd’hui que la *crise* des études littéraires, (ré)exprimée avec vigueur au début de ce siècle (Domenach 1995, Compagnon 2007, Todorov 2007) s’est révélée sinon *exquise*, du moins opérante. En une époque d’importantes contributions théoriques dont participent, entre autres, la théorie des mondes possibles (Schuerewegen 2012), la question des frontières entre fait et fiction (Lavocat 2016, Gefen 2017), la notion d’auteur (Diaz 2007, Meizoz 2016), la poétique du sujet (Dessons 2006, Meschonnic 2012, Martin 2017), la notion de lecture littéraire (Jouve 2013)³, les études littéraires sont un enjeu bien présent dans la recherche et la formation et dans l’affirmation de la littérature comme science et comme dialogue entre les savoirs.

On n’a jamais autant parlé de croisement, de décloisonnement, d’interdisciplinarité. C’était déjà le propos de l’ouvrage *Convergenze. Gli strumenti letterari e le altre discipline* (2010) de Remo Ceserani, montrant qu’envisagés dans leurs croisements avec des domaines aussi diversifiés que le droit, la physique, les mathématiques, l’anthropologie, l’économie ou la médecine, les études littéraires s’avèrent d’un grand potentiel heuristique. De ce même élan relève la proposition de Davis & Morris pour une “community of interpreters, across disciplines, willing to learn from each other”, à la suite de Stanley Fish,

dans le cadre d'un *Manifeste* qui prône la non-séparation du biologique et du culturel, et d'où émerge le terme *bioculture* (Davis & Morris 2007).

L'objectif de cet article⁴ est d'apporter quelques éléments de réflexion sur les diverses dimensions de l'interdisciplinarité, notion dont se réclament aujourd'hui les pratiques de recherche et d'enseignement sans que l'on sache toujours ce qu'il recouvre ou ce qu'il ouvre. Il importe dès lors d'en retracer les contours et de distinguer les différentes notions qui lui sont actuellement corrélées – la pluri-, la multi- et la transdisciplinarité –, d'en interroger le fondement même et les implications méthodologiques. D'où des enjeux de fond soulevant la question de la dichotomie entre science et art, celle de la littérature comme connaissance et comme jointure entre langage et sujet, qu'il intéressera, de ce fait, de mettre en perspective d'un point de vue discursif. L'exemple puisé dans mon champ de recherche actuelle dans le cadre des humanités médicales tentera d'illustrer ces questions, face aux défis cognitifs sociétaux qui polarisent les humanités aujourd'hui.

La littérature et le champ épistémologique des études littéraires révèlent de nos jours une mutation profonde à la fois en termes de frontières disciplinaires précédemment établies, de nouvelles orientations méthodologiques, et de pratiques autoréflexives. Pour reprendre le mot de Roland Barthes, la littérature *engrène*⁵ aujourd'hui d'autres savoirs et affirme la pertinence de ses fondements essentiels: la complexité, la relation et la réflexion "against the mind's tendency to assimilate the other to the same" (Attridge 2004).

Depuis quelques années en effet, l'on accorde une grande importance à l'interdisciplinarité, ce dont témoignent la multiplication d'essais, d'ouvrages collectifs interrogeant sous de nouveaux éclairages une notion qui était à la base des travaux de Stanley Fish (Fish 1989) et des *open fields* de Gillian Beer (1996). Cette quête est à l'ordre du jour, avec à la fois la conscience des risques de l'indiscipline⁶ mais aussi de la valeur différentielle des méthodes et des outils des études littéraires (Citton 2010).

Ouvertures interdisciplinaires

L'interdisciplinarité est aujourd'hui incontournable dans les programmes de recherche et d'enseignement; elle se trouve notamment à la base de configurations nouvelles, ou de domaines d'étude en plein essor. Il suffit de rappeler, en littérature, la multiplication des approchées nées à l'enseigne du *spatial turn* – la géocritique, l'écopoétique, la zoopoétique... – mais également d'autres de facture plus traditionnellement interdisciplinaire comme la sociolinguistique, la bioéthique ou la médecine narrative, dont il sera question plus loin.

Ainsi que le mot le fait entendre, l'interdisciplinarité présume le dialogue de savoirs et de méthodes entre deux ou plusieurs disciplines en vue d'un but commun. Il n'est pas aisé de tracer la genèse précise de ce concept, qui fut l'objet de travaux d'auteurs aussi divers que Jean Piaget, Eric Jantsch, Edgar Morin ou Basarab Nicolescu dans le dernier quart du XXe siècle (Lenoir 1995). Edgar Morin la définit d'abord en termes pratiques, comme une *démarche* par laquelle s'opère un changement de point de vue sur l'objet, qui n'est plus envisagé en lui-même mais dans ses relations avec d'autres objets: "l'approche interdisciplinaire s'impose de manière évidente dès le moment où l'on change de regard sur le monde, où on le voit comme un enchevêtrement de systèmes de systèmes" (Morin 1977: 100). L'approche systémique, centrale dans la perspective de la *complexité* chez cet auteur (Morin 1990) – s'impose en effet pour surmonter la tendance à la fragmentation de la pensée classique et prendre en compte d'autres paramètres, épistémologiques, certes, mais aussi sociaux, culturels et politiques comme le constate à son tour le physicien quantique Basarab Nicolescu, auteur du *Manifeste* de la transdisciplinarité (1996). A partir de ce constat, un nécessaire travail collaboratif s'impose de par le dialogue scientifique et la réflexion partagée.⁷ En effet, ces deux auteurs insistent sur la nécessité d'articuler réflexion et action, pour que des réponses cohérentes apparaissent progressivement du dialogue entre disciplines, permettant de sortir peu à peu d'une pensée fragmentée qui conduit à une "technoscience sans freins, sans valeurs, sans autre finalité que l'efficacité pour l'efficacité" (Nicolescu 1996: XXI). L'interdisciplinarité implique le passage de méthodes d'une discipline à l'autre, visant ainsi l'émergence de données issues de perspectives

complémentaires dans la résolution d'un problème. La conséquence majeure qui résulte de cette démarche est un effacement des frontières les plus marquées sur lesquelles repose la logique disciplinaire moderne, et tout particulièrement celles que nous sommes habitués à tracer entre sciences exactes et sciences humaines.

Le système scolaire et universitaire créé au XIX^e siècle, composé d'un ensemble de disciplines, a représenté une étape majeure dans la catégorisation des disciplines. On peut, en reprenant l'argument apporté par Edgar Morin dans l'article de référence "Sur l'interdisciplinarité" (2003) définir ainsi le terme discipline:

La discipline est une catégorie organisationnelle au sein de la connaissance scientifique; elle y institue la division et la spécialisation du travail et elle répond à la diversité des domaines que recouvrent les sciences. Bien qu'englobée dans un ensemble scientifique plus vaste, une discipline tend naturellement à l'autonomie, par la délimitation de ses frontières, le langage qu'elle se constitue, les techniques qu'elle est amenée à élaborer ou à utiliser, et éventuellement par les théories qui lui sont propres.⁸

Très prononcée dans le monde occidental de conception rationaliste, "la frontière disciplinaire, son langage et ses concepts propres vont isoler la discipline par rapport aux autres et par rapport aux problèmes qui chevauchent les disciplines" (*ibidem*). La séparation opérée entre culture littéraire et culture scientifique, celle entre "langage poétique" et "langage scientifique" exposée avec clarté par Jean Starobinski (Starobinski 1977) a eu des effets normatifs au niveau des disciplines, isolant le chercheur, en l'occurrence, dans des principes, des codages institutionnels et des modalités cognitives et techniques exclusives à sa discipline.

Il va sans dire que les structures institutionnelles qui considèrent les choses de cette manière purement disciplinaire sont aujourd'hui rebattues dans l'univers scientifique qui est le nôtre, puisque, comme nous l'avons dit, c'est l'interdisciplinarité qui est valorisée. Or, cette conception a beau être reconnue comme consensuelle, elle engage néanmoins bien des difficultés et des interrogations dès lors qu'il s'agit de l'appliquer à des approches concrètes.

En termes méthodologiques, la démarche interdisciplinaire implique l'intervention conjointe de chercheurs issus de disciplines diverses et en confrontant des approches différentes, en vue de parvenir à un résultat commun. Reprenons la définition d'Edgar Morin:

Par exemple, l'interdisciplinarité peut signifier purement et simplement que différentes disciplines se mettent à une même table, à une même assemblée, comme les différentes nations se rassemblent à l'ONU sans pouvoir faire autre chose que d'affirmer chacune ses propres droits nationaux et ses propres souverainetés par rapport aux empiètements du voisin. Mais interdisciplinarité peut vouloir dire aussi échange et coopération, ce qui fait que l'interdisciplinarité peut devenir quelque chose d'organique. (*ibidem*)

En somme, et paradoxalement, les faits et les données eux-mêmes sont quelque chose qui n'existe pas mais est susceptible d'être, de *devenir*, impliquant une dynamique de (co)construction, soit d'invention. Barthes l'avait bien vu, écrivant, dans *Le Bruissement de la langue*: "pour faire de l'interdisciplinaire, il ne suffit pas de prendre un 'sujet' (un thème) et de convoquer autour deux ou trois sciences. L'interdisciplinaire consiste à créer un objet nouveau, qui n'appartienne à personne" (Barthes 1984: 106-107). Honorable utopie, qui bouscule sérieusement nos comportements intellectuels et nos systèmes globaux de représentation... Mais pour qu'un tel défi puisse se relever il faut placer l'idée d'incertitude au cœur de la démarche. Ceci ne se traduit pas par un relativisme de la connaissance, mais une pensée en mouvement (à la manière de Montaigne), procédant par doute méthodique – comme Mallarmé reprit de Descartes l'idée que "toute méthode est une fiction et bonne pour la démonstration" (Mallarmé 1998: 504). C'est-à-dire renoncer au type de connaissance qui réduit à néant l'espace interstitiel où se rencontrent les objets – et les individus – avec leurs différences spécifiques, avec leur histoire, avec leur culture. Et où s'inventent de nouveaux objets communs. On retrouve ici la démarche du traduire proposée par Henri Meschonnic qui fait du *décentrement* une notion fondamentale. Sans parler d'interdisciplinarité entre savoir et littérature son approche postule néanmoins l'existence d'une *interaction* dynamique qui permet de rapprocher langue de départ et langue d'arrivée

sans dichotomie contraignante, et de fonder une conception plus intégrée, étant donné que le texte final résulte moins d'une opération mécanique que de la rencontre et de la fusion d'énoncés distincts se répondant réciproquement et les deux exigeant l'invention d'un nouvel énoncé "comme si un texte en langue de départ était écrit en langue d'arrivée abstraction faite des différences de culture, d'époque, de structure linguistique" (Meschonnic 1972: 50). Se décentrer signifie *co-opérer*, visiter le cadre de références (théorique, conceptuel, analytique) de l'autre, l'activer, l'intégrer activement, dans sa différence, dans ses limites, et ses manques. On s'aperçoit alors que tous ces concepts participent d'un seul: *recherche*, soit "activité ayant pour objet la découverte, l'invention, la progression des connaissances nouvelles".⁹ On ajoutera: partagée. Chacun apportant la singularité de sa discipline qui, au contact avec l'autre, permet une appréhension différente de l'objet commun étudié. A la perte que le traitement de l'objet d'un point de vue disciplinaire seul peut contraindre, s'oppose sa circularité dynamique, transformative, reliée à des connaissances complémentaires. Et "cet objet nouveau qui n'appartient à personne", est une rencontre de *voix* autant que de vues, créant les conditions d'une anthropologie discursive. Car ne n'est plus seulement ce que disent les disciplines mais ce qu'en font ceux qui opèrent avec, de sujet à sujet. L'interdisciplinarité, c'est là le propos, implique le *dialogue* au sens fort du terme: une rencontre de voix. Non plus de l'objet seulement, mais du *sujet*, dès lors qu'on œuvre ensemble.

Pour donner un premier exemple concret de la richesse d'une telle orientation, l'ouvrage de Jean-Michel Adam et Ute Heidmann, *Le Texte littéraire: pour une approche interdisciplinaire*. Dans ce travail fruit issu d'un dialogue disciplinaire entre les études littéraires et les études linguistiques, les auteurs partent de l'idée d'un "continu d'une pensée du langage qui fut celle de [...] Humboldt, de Roman Jakobson ou du cercle de Bakhtine", qu'ils retrouvent notamment au cœur des travaux du poéticien Henri Meschonnic (Adam/Heidmann 2009: 2). Une recherche ainsi conçue passe donc "par la reconnaissance de la nature discursive du fait littéraire, et, plus largement, du langage humain en général" (*idem*: 8). Contrairement aux approches fondées sur la "juxtaposition pluridisciplinaire" ou la "fusion transdisciplinaire aujourd'hui à la mode" (*idem*: 8) il s'agit

de mettre l'accent sur les liens de continuité entre la linguistique et la littérature, deux matières souvent marquées par la "logique institutionnelle" de conséquence très dichotomique qui se révèle, de fait, préjudiciable à la matière première qui fonde la littérature: la langue. La nouvelle approche permet ainsi de s'attacher à la nature simultanément discursive et contextuelle – dépassant l'autotélisme structuraliste –, reconfigurant notamment la notion d'intertextualité comme "renvoi" et comme "relation" et proposant la notion de "généricité", qui permet de "mettre à jour les tensions génériques qui informent un texte", d'"observer les potentialités génériques qui [...] traversent" un texte (*idem*: 14). Conçue dans le sillage du concept de "genre de discours", de Dominique Maingueneau, cette notion permet en effet de passer de l'approche du genre conçu en tant qu'essence et que typologie, à la reconnaissance de la "dynamique socio-cognitive" qui sous-tend les énoncés littéraires et non littéraires.¹⁰

Dans une direction similaire, l'ouvrage de Frédéric Darbellay *Interdisciplinarité et trans-disciplinarité en analyse des discours. Complexité des textes, intertextualité et transtextualité* se penche plus particulièrement sur "la transition épistémologique progressive de la pluri-, à l'inter- et à la transdisciplinarité" (Darbellay 2005: 32) et met en évidence la nécessité du dialogue scientifique pour comprendre et "[...] décrire la complexité croissante des pratiques discursives" (*ibidem*).

Au fil d'un long parcours, étayé par l'analyse de textes littéraires – d'Alfred Jarry, de La Fontaine ou de Queneau, Corbière et Anouilh, entre autres – l'auteur montre qu'il existe un réel enjeu épistémologique et méthodologique à lier les niveaux linguistique et extralinguistique (social, psychologique, sémiologique, communicationnel) pour saisir l'objet complexe qu'est le discours et que la meilleure prise pour cette analyse globale reste le texte littéraire, qui ne saurait se limiter ni à la logique grammaticale ni aux théories pures. Au contraire, c'est parce qu'il engage plusieurs disciplines et points de vues qu'il permet, en ricochet, de penser une "reconception des sciences du langage" (*idem*: 123-155).

Émergence d'une disciplinarité complexe

Interdisciplinarité, multidisciplinarité, pluridisciplinarité, transdisciplinarité... Ces quatre termes connexes à la base desquels on trouve le radical *disciplinarité* sont souvent employés comme équivalents, alors qu'ils diffèrent en substance. En commun, ils sont construits sur le mot *discipline*.

A ses origines, au Moyen âge, ce mot désignait des fouets de cordelettes avec lesquels les fidèles se flagellaient pendant les cérémonies religieuses. Un rituel religieux, d'auto-répression, donc. Au sens *moderne* le mot discipline désigne une "Science, matière pouvant faire l'objet d'un enseignement spécifique, conformément à des méthodes spécifiques. Disciplines historiques, humaines, littéraires, médicales, scientifiques".¹¹

Derrière le mot discipline, il y a donc toujours une pratique ou *des* pratiques avec des méthodes qui sont différentes, selon la discipline. La littérature (comme discipline) engage, implique des méthodes et des outils littéraires. Bref, se demander ce qu'est une discipline c'est confronter en réalité son objet d'étude – les textes, en l'occurrence – à la diversité des productions, des résultats, des actions qui se rapportent à cet objet. Faire de la littérature (classique, moderne, générale, comparée...), consiste en cela: un travail de lecture et d'analyse, un travail d'assimilation et d'interprétation, interroger les textes de manière critique, s'interroger sur les formes qu'ils prennent, comment ils sont écrits, ce qu'ils nous disent du monde.

Le problème (en termes disciplinaires) vient du fait que la désignation est commune à l'objet et à son étude. C'est la raison qui motiva, on le sait, l'apparition de la formule *literaturnost* de Jakobson, en 1921, rappelée par Todorov en 1965: "l'objet de la science littéraire n'est pas la littérature, mais la 'littérarité' (...) c'est-à-dire ce qui fait d'une œuvre donnée une œuvre littéraire" (Todorov 1965: 37).

Apparaît alors le lieu de contact, l'élément unificateur entre l'œuvre et l'œuvrant – celui qui opère (écrit, lit, traduit...): le langage. Car où et comment cette coïncidence pourrait-elle se faire sinon dans la langue, encore une fois moins système figé que mouvement, réalisation individuelle, parole. Nous pouvons rappeler la distinction opérée par Humboldt entre la langue comme produit (*ergon*) et la langue comme activité

(*energeia*), qui est le fondement de la conception de discours chez Benveniste (Dessons, 2006), et également la proposition intégratrice de Manuel Gusmão dans *Tatuagem e palimpsesto*, qui explique la littérature comme “forme et force, syntaxe et sémantique, *organon*, *ergon* et *energeia*” [“forma e força, sintaxe e semântica semiótica e semântica, *organon*, *ergon* e *energueia*”] (Gusmão 2010: 76); c’est en cela que la littérature, nous dit-il est une “construction anthropologique ouverte” [“construção antropológica aberta”] (*idem*: 75), où le langage est toujours un “*naître*” interpellant l’interdiscursivité: une “réponse avec notre propre voix” [“resposta com a nossa própria voz”] (*idem*: 448, 446). Cette conception *discursive* de la littérature se retrouve de façon intéressante dans la formulation suivante de Roland Barthes: “Le monde existe et l’écrivain parle, voilà la littérature” (Barthes 1964: 255). La littérature est en effet et à plusieurs égards parole et son *lien* au monde, à l’histoire, est indéniable. Et c’est déjà tout un en/jeu, qui ne se pose pas de la même façon en ce qui concerne les autres savoirs dont la “matière” est constituée par des matériaux qui leur sont spécifiques (les nombres pour les mathématiques, les cartes et les reliefs en géographie; des tracés, des couleurs (en peinture), des notes (en musique) — alors que la littérature est faite avec les mots, les mêmes mots que le langage de la communication.

Or, souligne Roland Barthes toujours, “est écrivain celui pour qui le langage fait problème, qui en éprouve la profondeur, non l’instrumentalité ou la beauté” (Barthes 1966: 46). Si l’on convient que l’enjeu majeur est le langage, le problème dépasse les questions littéraires et concerne d’autres (voire tous) domaines de l’activité humaine. C’est dire que la négativité *radicale* (au sens premier du mot, “relatif à la racine”) de la littérature, cet objet mobile, mouvant, selon les frontières qu’on lui assigne¹² – que ne peut avoir par exemple la peinture ou la musique faites avec des matériaux externes – est une forme de fécondité et le littéraire peut ouvrir et explorer cet entre-deux, cette épaisseur et ses zones de contact avec les autres savoirs – Barthes parle de “rapport ancillaire” (Barthes 1978: 37). On touche ici un point capital. Les opérations de la pensée se traduisent en langage; de là la valeur de *máthesis* de la littérature, qui, comme il l’observe dans *Leçon* toujours:

... prend en charge beaucoup de savoirs. Dans un roman comme *Robinson Crusoé*, il y a un savoir

historique, géographique, social (colonial), technique, botanique, anthropologique (Robinson passe de la nature à la culture) [...] Cependant, en cela véritablement encyclopédique, la littérature fait tourner les savoirs, elle n'en fixe, elle n'en fétichise aucun; elle leur donne une place indirecte, et cet indirect est précieux... (Barthes 1978: 18-19)

La pluralité des connaissances constitue un élément essentiel de la littérature et le langage mis en œuvre le reflète inévitablement; en effet, l'écriture et l'imaginaire s'influencent mutuellement de tous temps selon la spécificité (culturelle, historique, scientifique) de l'univers (d)écrit, empruntant, voire inventant le langage spécifique d'un domaine donné (de manière probante dans la science-fiction, et exemplaire dans les romans de Jules Verne!). De plus, nous savons que souvent la page littéraire charrie toujours des représentations précieuses pour l'histoire, la sociologie, la médecine... Elle s'inscrit également dans un rapport aux problématiques socio-culturelles du moment.

Parallèlement, l'étude du texte littéraire convoque *naturellement* l'histoire, la géographique, l'anthropologie, la religion... et emprunte souvent des outils à la psychanalyse (inconscient), à la sociologie (champ), à la philosophie (Kant, Hegel; Habermas), à la linguistique!

Bref, sans utiliser le terme, Barthes décrit le principe de la pluridisciplinarité inhérent à la littérature et que l'on peut définir avec Frédéric Darbellay comme "une addition de disciplines, sans véritable interaction entre elles" (Darbellay 2005: 46). Cette approche peut se matérialiser de manière institutionnelle, dans la définition d'une unité de recherche, dans la création d'un cursus universitaire au sein desquels plusieurs savoirs travaillent une problématique commune, dans l'orientation méthodologique d'une étude ou d'un travail de terrain, etc.

Comment passe-t-on de la notion de discipline à celle de disciplinarité, terme qui, comme le remarque le même auteur, unit tous ces termes et leurs variations? Par un néologisme qui déporte le terme de sa connotation religieuse, morale et scolaire pour lui donner une signification savante et spécialisée; disciplinarité est donc un dérivé savant (et récent, non attesté dans les dictionnaires) de discipline à l'aide du suffixe *-ité*, qui

correspond au sens “fait d’être” – comme littérature pour littérature, en rappelant encore une fois la proposition initiale de R. Jakobson.

La pluridisciplinarité ne doit pas être confondue avec la multidisciplinarité qui consiste en la juxtaposition de plusieurs disciplines, sans volonté explicite de collaboration entre elles. C’est le principe même du découpage des disciplines à l’école (Biologie, Physique, Chimie, Philosophie...). L’école *discipline* les savoirs. Ce partage est si évident en nous que nous oublions parfois qu’il n’a pas été aussi marqué des siècles durant. Ni à l’école, ni dans les systèmes de représentation collective, ni dans la pensée humaine et la connaissance, plus largement. Il suffit de se rappeler que les grands naturalistes des XVI^e et XVII^e siècles étaient en même temps mathématiciens, biologistes, cosmologiste, astronomes, philosophes, écrivains... Que l’on songe à Galilée, Buffon, Copernic, Descartes...

On revient à la définition citée plus haut: “*Disciplines historiques, humaines, littéraires, médicales...*” Or, si nous remontons aux systèmes de connaissance avant l’institutionnalisation de l’activité scientifique – l’Académie des Sciences en France au XVII^e siècle, la classification et l’organisation des savoirs au XVIII^e – la base même de l’*Encyclopédie* – et le positivisme expérimental du XIX^e siècle, l’on pourra constater à quel point les principes sur lesquels se fondaient la religion, l’art, la médecine se liaient les uns aux autres pour former une sorte d’unité de la culture, configurant une forme holistique pour la connaissance. Or, en Occident le XVII^e siècle opère une séparation claire entre d’une part ce qui assurait l’unité de la culture (la religion, la métaphysique) et d’autre part la science moderne qui, pour se constituer, écarte de son champ (de réflexion, d’action) ce qui n’est pas quantifiable, tout en évoluant dans une objectivation de plus en plus poussée, produisant des recherches de plus en plus pointues mais également la fragmentation des savoirs, l’hyperspécialisation et l’explosion des disciplines.

Consolidée au XIX^e siècle avec la formation des universités modernes, l’organisation des savoirs par disciplines s’est développée au cours du XX^e siècle *pari passu* avec l’évolution de la recherche scientifique, reconfigurée en “big bang disciplinaire” (Nicolescu 1996: XXI) au risque “d’une technoscience sans freins, sans valeurs, sans autre finalité que l’efficacité pour l’efficacité” (*ibidem*). On peut dénombrer actuellement plus de huit mille

disciplines, tous domaines confondus (Nicolescu 2011). Elles se forgent à travers une série de préceptes qu'Edgar Morin a ainsi dégagés: "l'autonomie, par la délimitation de ses frontières, le langage qu'elle[s] se constitue[nt], les techniques qu'elle[s] sont amenées à élaborer ou à utiliser, et éventuellement par les théories qui [leur] sont propres".¹³

Une question cruciale se pose alors: si les disciplines se définissent de manière intrinsèque, par leur *disciplinarité* – c'est à-dire le langage, les techniques, les théories qui les constituent, comment les travailler ensemble tout en gardant leur autonomie constitutive? Si l'on accepte que le travail interdisciplinaire n'est possible que si les disciplines gardent leurs spécificités et leurs idiosyncrasies – ce que Gérard Fourez désigne comme "îlot de rationalité" (Fourez 1997: 222), quels interfaces sont finalement possibles dans le contact et les échanges entre disciplines?

Basarab Nicolescu peut nous aider à penser la complexité du problème, par le biais du concept de transdisciplinarité, forgé "pour traduire le besoin d'une transgression jubilatoire des frontières entre les disciplines" (Nicolescu 1996: III). En partant du constat suivant: "Y a-t-il quelque chose entre et à travers les disciplines et au-delà de toute discipline? Du point de vue de la pensée classique il n'y a rien, strictement rien", c'est donc "l'espace entre les disciplines et au-delà des disciplines (...) plein, comme le vide quantique est plein de toutes les potentialités" qu'il propose d'interroger. Son intérêt pour la "structure discontinue" (en opposition à la structure pyramidale de la pensée classique) le conduit à un autre niveau de recherche et de méthodologie disciplinaire: la transdisciplinarité. Trois piliers conceptuels – les niveaux de Réalité, la logique du tiers inclus et la complexité – sont à la base de la méthodologie de la recherche *transdisciplinaire*. Tout en la distinguant de la pluridisciplinarité ou de l'interdisciplinarité, Nicolescu l'explique par le préfixe trans- qui concerne "ce qui est à la fois entre les disciplines, à travers les différentes disciplines et **au**-delà de toute discipline". C'est-à-dire qu'elle repose sur le principe de la pluralité des disciplines, puisque plusieurs disciplines sont convoquées; sur le principe de l'interdisciplinarité, puisqu'il y a dialogue et collaboration disciplinaire; mais l'enjeu de ce processus implique une expérience de décentrement – comme l'on disait plus haut pour la traduction – de la part du chercheur, *entre* identité et

altérité (c'est-à-dire l'autre d'une réalité) afin de comprendre ce à quoi équivaut l'objet en question dans l'autre discipline. Pour cela, plus qu'un objet, il faut qu'il y ait une vue, et je dirai même, une visée *éthique* partagée. Basarab Nicolescu dit à ce propos qu'il s'agit de réfléchir "sur le monde présent". Assumant le choix de la forme d'un *Manifeste* pour expliciter la transdisciplinarité par "le besoin urgent de témoigner" (Nicolescu 1996: iii), il est clair que le dessein (tâche et devoir) du chercheur va au-delà de la connaissance *per se*. Si la connaissance est l'élément commun aux différentes approches – "La disciplinarité, la pluridisciplinarité, l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité sont les quatre flèches d'un seul et même arc: celui de la connaissance" (Nicolescu 1996: XXVIII) – la transdisciplinarité se conçoit au-delà de tout dogme, par la "transgression de la dualité", par son incompatibilité "avec toute tentative de réduire l'être humain à une définition ou à quelque structure formelle que ce soit" (*idem*: XXXIX).

Cela équivaut à redonner du sens (signification et direction) à la *co-évolution* – de la culture, de la science, de la conscience, de la relation à l'autre, ce qui implique une juste appréciation des aspects individuels et sociaux impliqués. Nicolescu donne l'exemple d'une situation relativement nouvelle de notre civilisation: l'accompagnement des mourants, qui demande une démarche pluridisciplinaire (des représentants de plusieurs disciplines, par exemple psychologue, médecin, religieux...) mais également interdisciplinaire (ces spécialistes doivent dialoguer entre eux et agir en complémentarité), mais, au-delà, "l'accompagnement des mourants ne peut faire l'économie d'une recherche transdisciplinaire dans la mesure où la compréhension du monde présent passe par la compréhension du sens de notre vie et du sens de notre mort en ce monde qui est nôtre" (*idem*: XXIV). L'approche transdisciplinaire permet de penser plusieurs niveaux de "réalité" d'un problème au travers d'un processus complexe qui n'implique pas seulement les disciplines, mais du vivant, le monde humain vivant, et en ce sens l'expérience du sensible. L'entre-articulation dont parlait Henri Meschonnic entre "forme de langage" et "forme de vie" et que Mallarmé avait définie comme "nœud rythmique" nous invite, de fait à la réciprocité des rapports. Le *Livre* de la nature n'est pas à lire ou à déchiffrer mais à "faire",

nous dit Nicolescu, par un apprentissage toujours renouvelé “Faire” signifie aussi faire du nouveau, créer, mettre à jour ses potentialités créatives (*idem*: LXXXII).

Je voudrais pour finir prendre exemple dans ma recherche actuelle, qui est centrée sur les rapports entre littérature et médecine. Ces deux domaines relèvent de régimes *a priori* disparates, du point de vue de leur nature et de leur visée. Le littéraire travaille avec l’imaginaire, le médical travaille avec le concret, le littéraire relève de l’incertain, du mouvant et l’indéfinissable, propres au principe de la fiction; le médical se présente comme un savoir objectif, il cherche la précision et l’efficacité: son objectif premier est de guérir (Hippocrate). L’une se conçoit comme aventure et ouverture du langage à l’infini comme (ré)invention des formes, par-delà le principe de réalité, l’autre se conçoit comme une pratique particulière, utilisant des connaissances scientifiques – de la biologie, de la statistique – déclinées en actions concrètes. L’une accepte le jeu et le plaisir en eux-mêmes; l’autre vise l’efficacité...

Pourtant, savoir et pratique médicale font tous deux appel au langage comme articulation entre l’individuel et le social. La notion de récit est par ailleurs (re)devenue centrale en contexte médical, avec la médecine narrative, une approche interdisciplinaire qui consiste à enrichir la médecine par l’utilisation de méthodes et d’outils issus de l’étude de la littérature. L’objectif est de développer une “compétence narrative” chez le médecin qui, dans ce but, est entraîné avec les textes littéraires moyennant des exercices de lecture et d’écriture. Identifier la structure d’une histoire, adopter ses multiples perspectives, reconnaître métaphores et allusions, apprendre à écouter les voix des textes sont autant d’exercices prônés et mis en pratique par cette approche pour développer chez les médecins ce que Rita Charon appelle le trépied de la Médecine narrative: *attention, représentation, affiliation* (Charon 2016). La Médecine narrative est ainsi une nouvelle discipline résultant de l’application des méthodes littéraires (*Close Reading, Creative Writing...*); son objectif est formatif et d’application directe. Elle déborde la médecine mais reste inscrite dans un domaine disciplinaire; elle contribue même à l’explosion disciplinaire.

La médecine narrative se distingue par ailleurs des *humanités médicales*, avec lesquelles elle est souvent confondue. Il s’agit d’une dénomination d’origine anglo-saxonne

qui se développe aux États-Unis dans la décennie de 1970, et en Grande Bretagne au début des années 2000, sous la désignation par ailleurs controversée¹⁴ de *Medical Humanities*, qui recouvre un vaste ensemble de disciplines – philosophie, histoire, anthropologie, droit, communication, art, littérature... – qui ne tissent pas véritablement de dialogue disciplinaire entre elles. Le but de cette approche est d'enrichir la formation médicale (notamment initiale) par l'apport des sciences humaines en général. En contrepartie, ces dernières s'intéressent aux enjeux anthropologiques et éthiques de la recherche biomédicale. Rappelons la définition de *Medical Humanities* proposée par Brian Hurwitz:

A variety of discourse communities that share an overarching interest in bringing intellectual approaches of the arts and humanities to bear on problems raised by health, disease and responses to illness. (Hurwitz 2015: 13)

Malgré leurs différences ces deux approches convergent vers le même dessein: offrir un complément humaniste à une “nouvelle médecine” (Lobo Antunes 2012), en valorisant le noyau dur des humanités: leur socle cognitif et relationnel originaire qui valorise l'expérience singulière, subjective. Une pratique particulière qui est une pratique du particulier car derrière ces questions on retrouve ce que Georges Canguilhem écrivait lorsqu'il demandait pour le médecin une “pouvoir de *dédoublement*” consistant à “se projeter lui-même en situation de malade”.¹⁵ Se *décentrer* du regard biomédical seul, passe par l'articulation du penser et du sentir, et, essentiellement par une mise en relation avec le langage, dont les (futurs) médecins se sont déconnectés, en raison notamment de la configuration disciplinaire “dure” – la primauté des matières exclusivement scientifiques comme les maths ou la physique-chimie – et le type d'exercices privilégiés – les questionnaires à choix multiples, dits aussi QCM, les statistiques – avant et après l'entrée à la faculté.

De toutes les branches du savoir scientifique, la médecine est pourtant celui qui se rapproche le plus des sciences humaines et sociales (Canguilhem 1994) avec lesquelles elle tend à renouer dans le sens d'une articulation entre science, vie et expression. Ce qui est bien en jeu c'est l'écoute comme pilier de la relation de soins (Cabral *et al.* 2017) et toute la

pertinence de développer, au contact des œuvres littéraires, des notions comme l'individuation et la temporalité, le dialogue et la réciprocité, le sensible et la "relation critique", pour emprunter le titre de Jean Starobinski. Une démarche qui ne s'acquiert qu'en dilatant le champ cognitif – scientifique, artistique, réflexif – et somme toute disciplinaire des (futurs) médecins.

Ouvrir la rationalité

Pourquoi, plus largement, les frontières disciplinaires sont-elles en pleine ouverture, déplacement, et variation? Parce que nous réalisons peu à peu que les problèmes auxquels nous sommes confrontés dans le monde actuel découlent de de cette vision rationaliste et disjonctive du monde qui a prévalu au cours des trois derniers siècles. On en arrive donc à une conscience plus intégrative de la nature comme un organisme vivant et moins comme une machine – fondement de la pensée mécanique héritée des siècles précédents selon laquelle la Nature "peut être connue [démontée] et conquise par la méthodologie scientifique, définie d'une manière complètement indépendante de l'homme et séparée de lui" (Nicolescu 1996: XXXVI). Nicolescu tente de proposer une nouvelle vision de la Nature, par la voie de la pensée magique et du principe de l'interdépendance universelle: "la Nature ne peut être conçue en dehors de ses relations avec l'homme. Tout est signe, trace, signature, symbole" (*ibidem*). La complexité change de visage. Elle n'est plus une complexité réductible directement à la simplicité (*idem*: XXXVIII). La connaissance change de paramètres: "elle n'est ni extérieure, ni intérieure: elle est à la fois extérieure et intérieure (...) englobant et l'Univers et l'être humain" (*idem*: XXXIV).

La pluridisciplinarité est donc ce que l'on pourrait décrire comme un premier pas dans le dépassement de la dualité de cette complexité. Toutefois, on ne sort pas vraiment de la logique binaire – sujet/objet, subjectivité/objectivité, sentimental/mental, nature/divin, simplicité/complexité, etc. – si chaque discipline reste ancrée dans ses connaissances, ses compétences, son épistémologie. L'interdisciplinarité renforce le dialogue, la co/opération et ajoute au partage disciplinaire, par exemple l'art et la science, une conciliation et un dessein commun.

Elle ne permet pas de travailler les interstices, les interfaces laissées entre les disciplines. Ce que promeut la transdisciplinarité.

Par rapport aux approches antérieures, il s'agit bien de s'intéresser aux aspects qui peuvent traverser les disciplines, de mettre en résonance, sans forcément chercher le compromis, pensée et expérience, science et conscience, fait et sujet.

Cette position s'avère particulièrement riche pour l'éthique médicale, conçue comme une réflexion critique sur les actes cliniques, par-delà les normativités, où le questionnement et la décision s'excluent et s'impliquent mutuellement. La question se pose de manière aiguë face à l'évolution technico-scientifique de la "nouvelle médecine" (Lobo Antunes 2012), dont l'intérêt s'est progressivement détourné des malades pour aller vers l'explicitation des mécanismes et la maîtrise de la maladie. L'exercice médical s'est rationalisé à l'aune d'un seul et même niveau de connaissance, celui de l'*Evidence-Based medicine* (médecine basée sur les données probantes). Alors s'opère inévitablement la réduction culturelle du sujet, et la *pluralité complexe* d'une maladie dans les rouages des (méta)données (Mamzer *et al.* 2013), entérinant l'idéologie scientiste du XIXe siècle. C'est ici qu'un double regard – littéraire et médical – permet de mettre à l'épreuve une notion comme celle de secret (Cabral/Mamzer 2016), activant d'autres partages entre littérature et médecine.

Traverser les disciplines, se *décentrer* implique aussi de considérer le problème du côté du médecin, qui peut lui aussi facilement devenir un 'objet' – du formalisme excessif de l'institution, de l'objectivité, de l'imagerie, des circuits de pouvoir – et de ne plus être l'artiste, le *clinicien* au chevet de son malade – *klinikos* fondé sur le mot grec *klinē*, lit – qui est la pratique originelle de la médecine hippocratique.

C'est de la fusion des disciplines que peuvent émerger de nouvelles réflexions et de nouvelles *variations* des réalités et des questions susceptibles d'offrir de nouveaux modes d'analyse, voire cet "objet nouveau qui n'appartient à personne" dont parlait Barthes. Cela suppose, comme l'énoncent notamment les articles 4 et 5 de la "Charte de la transdisciplinarité"¹⁶ de Nicolescu, une "rationalité ouverte (...) dans la mesure où elle dépasse le domaine des sciences exactes par leur dialogue et leur réconciliation non

seulement avec les sciences humaines mais aussi avec l'art, la littérature, la poésie et l'expérience intérieure" (Nicolescu 1996: XCII).

On pourrait se questionner sur la faisabilité d'un tel programme et sur ses implications en ce qui concerne la notion même de discipline. Un problème qui viendra peut-être réclamer l'attention dans un avenir proche.

Avec l'hétérogénéité et les contradictions qui la caractérisent – miroir en creux de l'humain – la littérature, parce qu'elle est *radicalement* subjective – au sens où elle se fait à partir du et vers le *sujet* –, peut se constituer en savoir *mobile* et en objet privilégié pour penser les *rapports* entre les choses, suivant la proposition de Mallarmé, relative à un moment précis de *crise*, mais sans cesse historicisé jusqu'à nous.

A l'aune de la question actuelle sur l'avenir des études littéraires, nous sommes enclins à dire qu'elles ne peuvent être pensées que dans son historicité, et que la littérature est à *chercher* aussi dans les expressions scientifiques de la subjectivité les plus contemporaines.

NOTES

¹ Ce travail s'inscrit dans le cadre du projet de recherche individuel "Do Texto ao corpo" financé par des fonds de recherche de la FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. 93423/2013).

² "Quando me perguntam qual é o maior cientista de sempre, respondo: na minha área, é Shakespeare", in entretien au journal *Público* du 5 novembre 2017 à propos de la sortie de son dernier ouvrage *A Estranha ordem das coisas*. [En ligne, page consultée le 7 novembre 2017] URL: http://www.publico.pt/2017/11/05/ciencia/entrevista/antonio-damasio-1791116?page=/&pos=14&b=stories_cover_breaking_b

³ Voir aussi les travaux issus du Séminaire *Approches Interdisciplinaires / Internationales de la lecture* (A2IL1) animés par Christine Chollier, Alain Trouvé, Marie-Madeleine Gladieu et Jean-Michel Pottier dans le cadre du CIRLEP – CRIMEL de l'Université de Reims.

⁴ Issu du séminaire “Recherche littéraire et interdisciplinarité” dans le cadre de l’université d’été “La théorie littéraire aujourd’hui. Méthodes et enjeux” co-organisée par l’APEF - Association Portugaise d’Études Françaises et le Groupe de Recherches *LÉA ! Lire en Europe Aujourd’hui*, à l’Université de l’Algarve, du 16 au 22 juillet 2017.

⁵ “La littérature (...) travaille dans les interstices de la science : elle est toujours en retard ou en avance sur elle (...) Parce qu’elle met en scène le langage, au lieu de simplement l’utiliser, elle engrène le savoir...” Roland Barthes, *Leçon*, Paris, Seuil, 1978: 18-19.

⁶ Cf. le n° 8 de *LHT* sur le site de Fabula: *Le partage des disciplines*. Présentation du dossier “La littérature en mal de discipline”, par Nathalie Kremer (<http://www.fabula.org/lht/8/>)

⁷ Qui est à la base notamment de la création du CIRET - Centre International d’Études et Recherches Transdisciplinaires fondé par Basarab Nicolescu et où l’on peut trouver des documents précieux sur ce sujet (<http://ciret-transdisciplinarity.org/index.php>)

⁸ Edgar Morin, “Sur l’interdisciplinarité”, *L’Autre Forum*, Paris, mai 2003, p. 5-10. [en ligne sur le site du CIRET, page consultée le 25 juin 2017] : <http://ciret-transdisciplinarity.org/bulletin/b2c2.php>

⁹ Dictionnaire du CNRTL [en ligne, page consultée le 30 juin 2017]. URL : <http://www.cnrtl.fr/definition/recherche>

¹⁰ Cette méthode interdisciplinaire est opérée avec la lecture des *Fleurs du mal* de Baudelaire et notamment de “Sonnet d’Automne” dont la dynamique de renvois et d’échos permet d’appréhender le faire poétique des petits poèmes en prose. (Adam/Heidmann 2005: 101-112).

¹¹ Dictionnaire du CNRTL, [En ligne, page consultée le 30 juin 2017]: <http://www.cnrtl.fr/definition/discipline>

¹² Dans *Leçon*, Barthes parle de sémiologie négative ou *apophatique*: “non en ce qu’elle nie le signe, mais en ce qu’elle nie qu’il soit possible de lui attribuer des caractères positifs, fixes, anhistoriques, acorporels, bref: scientifiques” (Barthes 1978: 35).

¹³ Edgar Morin “Sur l’interdisciplinarité”, in Bulletin interactif du Centre International de Recherches et Études transdisciplinaires n° 2 - Juin 1994 [en ligne, page consultée le 30 juin 2017 <http://ciret-transdisciplinarity.org/bulletin/b2c2.php>]

¹⁴ La Conférence “*Medicine & Media: A Gathering of Francophone and Anglophone Projects in Medicine and the Humanities*”, tenue à Londres et Oxford les 7-8 avril 2016 a permis de dresser un état des lieux des Humanités Médicales en Europe et a été l’occasion d’en débattre les enjeux scientifiques, institutionnels, et pédagogiques.

¹⁵ Lectures de Canguilhem. *Le Normal et le pathologique. Textes réunis par Guillaume le Blanc*, Fontenay-aux-Roses, Feuillet de l’ENS Fontenay Saint/Cloud, 2000, p. 85

¹⁶ Constituée dans le cadre du Premier Congrès Mondial de Transdisciplinarité au Convento da Arrábida, Portugal, 2-7 novembre 1994, et reprise en annexe du *Manifeste* déjà cité et également disponible sur le site du CIRET.

Ouvrages cités

Adam, Jean-Michel, Heidmann, Ute (2009), *Le Texte littéraire. Pour une approche interdisciplinaire*, Louvain la Neuve, Bruylant Academia.

Attridge, Derek (2004), *The Singularity of Literature*, London / NYork, Routledge.

Barthes, Roland (1964), *Essais critiques*, Paris, Seuil.

-- (1966), *Critique et vérité*, Paris, Seuil.

-- (1978), *Leçon*, Paris, Seuil.

Beer, Gillian (1996), *Open Fields: Science in Cultural Encounter*, Oxford, Clarendon Press.

Belsey, Catherine (2011), *A Future for Criticism*, Massachusetts, Oxford, Victoria, Wiley-Blackwell.

Cabral, Maria de Jesus/ Mamzer, Marie-France/ Hervé, Christian/ Martins, Cecilia/ Charon, Rita (2017), "Narrative Medicine: What Discourse adds to Listening", *Anglo Saxonica*, III, nr. 13, p. 159-180. URL: <http://www.ulices.org/images/site/publicacoes/anglo-saxonica/asaxoiii-n13.pdf>

Cabral, Maria de Jesus/ Mamzer, Marie-France (2016), "Le secret entre littérature et médecine. Pour une éthique du partage", In Carelli, Fabiana/ Pompilio, Carlos Eduardo, *Tecidos do Humano - Literatura e Medicina, Via Atlântica, Revista da Universidade de São Paulo*, nº 29, p. 95-122. URL: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/108244>

Canguilhem, Georges (1994), " Le statut épistémologique de la médecine " (1988), *Études d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris , Vrin, 7e éd..

Ceserani, Remo (2010), *Convergenze. Gli strumenti letterari e le altre discipline*, Milano, Bruno Mondadori.

Charon, Rita, Nellie Hermann and Michael Devlin (2016), "Close Reading and Creative

Writing in Clinical Education: Teaching Attention, Representation, and Affiliation”, *Academic Medicine* 91.3: p. 345-350.

Citton, Yves (2010), *L'Avenir des Humanités. Économies de la connaissance ou cultures de l'interprétation*, Paris, Éditions de la Découverte.

Compagnon, Antoine (2007), *La Littérature, pour quoi faire?*, Paris, Fayard.

Darbellay Frédéric (2005), *Interdisciplinarité et trans-disciplinarité en analyse des discours. Complexité des textes, intertextualité et transtextualité*, Genève, Slatkine.

Davis, L. J./ Morris, D. B. (2007), “Bio-cultures *Manifesto*”, *New Literary History*, XXXVIII, p. 411-418.

Dessons, Gérard (2006), *Emile Benveniste, l'invention du discours*, Paris, In Press.

Diaz, José-Luis (2007), *L'Écrivain imaginaire. Scénographies auctoriales à l'époque romantique*, Honoré Champion, coll. "Romantisme modernité" n°110.

Domenach, Jean-Marie (1995), *Le Crépuscule de la culture française ?*, Paris, Plon.

Fish, Stanley (2007), *Quand lire c'est faire. L'Autorité des communautés interprétatives*, Paris, Les Prairies ordinaires.

Fourez, Gérard (1997), “Qu’entendre par “îlot de rationalité”? Et par “îlot interdisciplinaire de rationalité””? *Aster*, 25, p. 217-225.

Gefen, Alexandre (2017), *Réparer le monde. La Littérature française face au XXI^e siècle*, Paris, Corti.

Gusmão, Manuel (2011), *Tatuagem & palimpsesto. Da poesia em alguns poetas e poemas*, Lisboa, Assírio & Alvim.

Hirsh, Emmanuel (dir.) (2007), *Éthique, médecine et société: Comprendre, réfléchir, agir*, Paris, Vuibert, coll. “Espace Éthique”.

Hurwitz, Brian (2015), “Medical Humanities: Origins, Orientations and Contributions”, In Brian Hurwitz (ed.) *Anglo Saxonica*, Special issue on Medical Humanities. Series III, n° 10, p.

11-32.

Jouanna, Jacques (1992), *Hippocrate*, Paris, Fayard.

Jouve, Vincent (2013), *Nouveaux regards sur le texte littéraire*, Reims, Épure.

Laurière, Christine (2008), "Jean Boutier, Jean-Claude Passeron & Jacques Revel, (eds), *Qu'est-ce qu'une discipline?*", *L'Homme*, p. 185-186 [En ligne, consulté le 03 juillet 2017], URL : <http://lhomme.revues.org/18322>

Lavocat, Françoise (2016), *Fait et Fiction. Pour une frontière*, Paris, Seuil.

Lenoir, Yves (1995), "L'interdisciplinarité: aperçu historique de la genèse d'un concept", *Cahiers de la recherche en éducation*, vol. 2, nr. 2, p. 227-265.

Lobo Antunes, João (2012), *A Nova Medicina*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Maingueneau, Dominique (2004), *Le Discours littéraire. Paratopie et scène d'énonciation*, Paris: Armand Colin.

Mallarmé, Stéphane (1998), *Œuvres complètes*, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris, Gallimard, coll. "Bibliothèque de la Pléiade", t.1.

Mamzer, Marie-France/ Avillach, P./ Burgun, A. (2013), "Entrepôt de données comme plateforme de ressource de recherche. Quelle protection pour les personnes?" In: Hervé, Ch. et al., *Les Systèmes informatisés complexes en santé. Banque de données, télémédecine: normes et enjeux éthiques*. Paris, Dalloz.

Martin, Serge (2017), *Voix et relation: une poétique de l'art littéraire 'où tout se rattache'*, Paris, Éditions Marie Delarbre, coll. "Théorie".

Meizoz, Jérôme (2016), *La Littérature "en personne". Scène médiatique et formes d'incarnation*, Genève, Éditions Slatkine, coll. "Érudition".

Meschonnic, Henri (1972), "Propositions pour une poétique de la traduction", In: *Langages: La Traduction*, 7^e année, n°28, p. 49- 54.

Morin, Edgar (1977), *La Méthode, 1. La Nature de la Nature*, Paris, Seuil.

-- (1990), *Introduction à la pensée complexe*, Paris, Le Seuil.

-- (2003), "Sur l'interdisciplinarité", *L'Autre Forum*, Paris, [1994], p. 5-10. [En ligne, consulté le 05 juillet 2017, sur le site du CIRET] : <http://ciret-transdisciplinarity.org/bulletin/b2c2.php>

Nicolescu, Basarab (1996), *La Transdisciplinarité. Manifeste*, Paris, Éditions du Rocher.

-- (2011), "The Need for Transdisciplinarity in Higher Education", Keynote talk at the International Higher Education Congress "New Trends and Issues", Istanbul, May 28. [En ligne, consulté le 05 juillet 2017], URL : <http://studylib.net/doc/5354700/the-need-for-transdisciplinarity-in-higher-education>

Todorov, Tzevan (1965), *Théorie de la littérature*, Paris, Seuil, coll. "Tel Quel".

-- (2007), *La Littérature en péril*, Paris, Flammarion.

Schuerewegen, Franc (2012), *Introduction à la méthode posttextuelle. L'exemple proustien*, Paris, Classiques Garnier, coll. "Théorie de la littérature".

Starobinski, Jean (1968), *La Relation critique*, Paris, Gallimard.

-- (1977), "Langage poétique et langage scientifique", *Diogène*, n° 100, p. 139-143.

Maria de Jesus Cabral a enseigné la langue et la littérature françaises (XIXe/XXe) aux universités Catholique Portugaise et de Coimbra entre 1994 et 2015. Actuellement elle est professeure invitée à l'université de Lisbonne, où elle co-coordonne le Centre de Recherches *LÉA ! Lire en Europe* aujourd'hui et le cursus "Médecine Narrative". Elle préside l'APEF (Association Portugaise d'Études Françaises), dirige la revue *Carnets* et les collections éditoriales "*Exotopies*" (Eds. Le Manuscrit) et "Diálogos em tradução" (De Facto Editores). Ses domaines de recherche portent sur la poétique symboliste dans ses rapports avec le théâtre et la théorie de la lecture, ainsi que les rapports entre littérature et médecine. Elle est l'auteur de *Mallarmé hors frontières* (2007), issu de sa thèse de doctorat, et a co-dirigé récemment *Lire, de près, de loin* (2014), *Maux écrits, mots vécus. Traitements littéraires de la maladie* (2014), *Exotopies de Barthes* (2016), *Santé et bien-être à l'épreuve de la littérature* (2017).

The Frontiers of Knowledge: Shouldn't the Other Speak her Own Language?

Dorothy Figueira

University of Georgia

Abstract: Using the structuring metaphor of an imaginary meeting between Walt Whitman and Jose Marti, I examine the relationship between American formulations of World Literature and Comparative Literature and investigate how each discipline 'welcomes' the Other. I distinguish between what a European comparatist might envision about the relationship between the two disciplines, as working together in a symbiotic relationship to engage in passive and active canon reform. The European comparatist might take a neutral attitude to the recent American marketing of World Literature. I do not see this phenomenon in neutral terms and examine the American configuration of World Literature as a political program, discussing its origins in Area Studies, its relationship to the American academic model of multiculturalism and ultimately viewing it as a institutional strategy aiding in the management of diversity on US campuses.

Keywords: World Literature, Comparative Literature, reform, canon, multiculturalism, diversity

Resumo: Utilizando a metáfora estruturante de um encontro imaginário entre Walt Whitman e Jose Marti, examina-se a relação entre as concepções americanas de Literatura Mundial e Literatura Comparada e investiga-se o modo como cada disciplina 'acolhe' o Outro. Considera-se a forma como um comparatista europeu poderia ver a relação entre as duas disciplinas, em colaboração e relação simbiótica, no sentido de desenvolver uma reforma passiva e ativa do cânone. O comparatista europeu poderá assumir, eventualmente, uma atitude neutra em relação ao recente *marketing* da Literatura Mundial nos Estados Unidos. Mas aqui este fenómeno não é considerado como neutro, antes se investiga a concepção americana da Literatura Mundial enquanto programa político, examinando-se as suas origens nos Estudos de Área, bem como a sua relação

com o modelo acadêmico americano de multiculturalismo, considerando-o, em última instância, uma estratégia institucional que ajuda a gerir a diversidade nos *campus* universitários dos EUA.

Palavras-chave: Literatura Mundial, Literatura Comparada, reforma, cânone, multiculturalismo, diversidade

In a recent article published in *THE COMPARATIST*, the Cuban-American critic Alfred Lopez discussed Jose Martí's reading of Walt Whitman. From this article, I learned that Whitman was a cursory reader, perusing a dozen books at any time, reading a few pages here and there, seldom getting sufficiently interested in any volume to read it in its entirety, dipping into various genres and reading no language but English. Although he never traveled beyond North America, it did not prevent him from envisioning the many places he evokes in "Salut au Monde" though, as Lopez notes "his own mystical, abstracted vision of an America is at once generalized and exceptional" (Lopez 2011: 5). The world Whitman presented in this poem was populated by undifferentiated Others "facilely reduced to "Camarados" in turn subsumed into his Hegelian vision of America as an ever-expanding end-of-History" (Lopez 2011: 6).

Lopez compares the American poet to the Cuban Martí and speculates on their possible encounter at a reception following a lecture on Abraham Lincoln by Whitman at Madison Square Theater in 1887. If Martí and Whitman did, in fact, speak, it would have been in English, although Martí could have dialogued in Spanish and French. Martí might have broached any number of interesting topics, since he was learned in the Classics and had advanced degrees in law and philosophy, was a renowned journalist, editor, novelist and playwright. One does not want to belittle Whitman, but Martí's considerably larger intellectual scope was grounded, as Lopez notes, in "a keen awareness of cultural and material difference" (Lopez 2011: 7). While Whitman did not possess expertise in a broad range of subjects and disciplines, one certainly would not guess it from the expansive and expansionist claims of his poetry. Whitman did not seem to be aware of his parochial vision or his provincial experience of the world. Certainly, none surface in poems such as "Starting

from Paumanok", where the American poet imagines himself "sailing to other shores to annex the same, yet welcoming/ every new brother. . . Coming among the new Ones myself to be their companion/ and equal." At no point does the poet ever pause to wonder how he proposes to accomplish this encounter in English. One might even question how his prospective new "brothers" might feel about being "welcomed" in their own homeland by some interloper (Lopez 2011: 10).

Perhaps, by now, you suspect where I am going with this train of thought. Whitman's inverted logic of welcoming new brothers as long as they speak English presents a crystallization of American exceptionalism that serves as an apt metaphor for what I see at work in recent American formulations of World Literature. Martí's interdisciplinarity, in-depth knowledge of other cultures and languages, and his awareness of cultural difference calls to mind Comparative Literature at its disciplinary best. I fear that Whitman's claims to "welcome" ("annex") the world reflect far more World Literature's rather imperialistic vision of a world to be packaged and consumed in English, the ever-increasing hegemonic language of academe. It is telling that one approach to the Other is theorized today in America as a democratizing force and the other conception, deemed by some as elitist, is espoused by actual others, Hispanics like Martí, Lopez, or myself. In fact, this other approach is also embraced by a European theorist who also stands outside the American mainstream and who might recognize the limitations that the American model of World Literature might pose in an international setting.

I think that a European, much like Martí, the proto-comparatist of our metaphor, might realize the importance of language learning and cultural specificity in the study of literature. She might value the idea of World Literature and feel it needs the input of comparatists in order to hold its own against the institutional power of the sciences. Juri Talvet, an Estonian literary scholar and poet, has written persuasively about the increasing trend to make the humanities more science-like (and to make literature a beggarly appendix to the real/hard sciences) through a widespread mechanical application of theories. He envisions World Literature and Comparative Literature working together, but acknowledges the unique capacity of comparatists to study literature in its widest possible

context. Unlike the often mono-lingual American literary scholar, Europeans tend to see Comparative Literature as offering the necessary detailed treatment of literary phenomena as a substantial factor for a national literature in its linguistic and social dimensions. World Literature depends on translation and canon formation. Certainly in Talvet's Estonia and here in Portugal, one would be conscious of the exile position that a World Literature translated into English really means for certain languages and literatures. Beyond such ideological and political concerns, we must also recognize the role specific genres might play in the World Literature canon. One can place value in a pedagogy of World Literature only in so far as it can avoid what he terms a passive canon and adopt active and diligent canon reform (Talvet 2014). Any number of European and Asian comparatists can envision a more symbiotic relationship between World Literature and Comparative Literature. They even might view the recent American marketing of World Literature in rather neutral terms. It does not carry any historical and pedagogical baggage. Outside the US, it is not seen as serving any specific political aims for its American practitioners. This is an important point. World Literature is not something new that has arisen in the wake of Comparative Literature's "demise." It has a history and serves a purpose. Its arrival on the theoretical and pedagogical scene is not an accident.

It is this trajectory that I wish to examine in the following discussion. Specifically, I would like to investigate how, beyond American World Literature's laudable aims of re-envisioning how we fashion ourselves in relation to geopolitical location, there do exist individuals who dwell outside the comfort zone of the American "we" who might think otherwise. I, for one, view the theorizing about World Literature as a means whereby the American "we" co-opts the Other. It is my thesis that World Literature, as it is formulated and practiced in the US, reflects how the American academic fashions him/herself with respect to the Other. As the poetry of Whitman suggests and as trends in literary theory of the past forty years amply show, it is quite easy to level out this Other. Poets and academics often work from a self-image that does not correspond to social reality. Sometimes, their fanciful creations tell us more about those constructing the categories than about anything else. With this thought in mind, allow me to extend my metaphor a bit further.

Just as in Whitman's poem, so too for World Literature as it is theorized and practiced in the US, there is no imperative to truly encounter (and hence respect) the "other" population. As in the case of Whitman, World Literature's messianic mission of welcoming the Other is not a reflection of humanism, but an attempt at cultural appropriation. Sometimes it is merely enough to evoke the existence of Others (as Whitman did) and offer nominal representation and a selectively partial exploration (as we do today in American World Literature anthologies today). It is really not necessary to grasp the intellectual history and contextualize the Other or broaden its significance by drawing any associations that might extend knowledge beyond the master narrative that one has responsibly engaged the world. In fact, by appropriating the Other in this manner, American World Literature sanctions a selectively fragmented exploration, ensuring a general failure of real engagement. As we saw in the case of Whitman, so too in American World Literature, there is considerable hubris involved when one speaks for the Other.

Presented as an ideal toward which literary studies should aspire, American World Literature falls prey to an overriding impulse to homogenize, taking for granted that there exists a common conception of the verbal/linguistic act, what constitutes a classic in a given society, and differing definitions of literature across cultures. It assumes that the codes of communication that a given system uses to address its intended readers are easily available in other cultures and times (Chanda 2013a: 7). American World Literature's reframing through translation and new cultural contexts reflects far more the translator's framing through his/her hegemonic language and theoretical jargon rather than that of the local language's writer (Chanda 2013b:3). Although American World Literature affects a respect for the Other as a reified object of cultural difference, it only delivers a superficial and unidirectional overview, with Anglophone culture as the one recognizing the non-Anglophone and (often) non-white culture. In order "to be" or "speak out," the non-white and /or non-Anglophone culture must seek the legitimacy and recognition from white culture and use the language of white culture to produce itself (Rizvi 1994:63). In this manner, the Other preserves its own heritage, only as long as it speaks English (Prashad 2000: 112) or is translated into it.

American World Literature does not adequately address this basic problem of translation upon which it largely depends. Translation into Western languages usually does not strive to transform the essence of the text in its source language. However, in translation, a text becomes different, something commensurate in the target language. You make English, what is not English. It is a one-way street: your ensuing English text does not become changed by the experience of the encounter. Rather, the Other becomes changed. In terms reminiscent of Herder's vision of *Humanität*, the translation in a World Literature anthology becomes the true mediator of genius. This notion presupposes impartiality and an ability on the part of the English translator whose geography, political situation and eclectic character lend themselves to the tasks of ordering the genius of other cultures and building new creations from them. On a more personal level, such mediation is an application of the English translator's/editor's presence in the world (*Hiersein*). What is it about the American World Literature translator/editor that allows him/her to assume another mode of thinking or feeling? In the act of translation, there is not only the expropriation of the Other's artistic production and the communication of knowledge from one tradition to another, but an implicit claim of improving upon it. These are common traits of translation practice (Figueira 1991: 29). No matter how sensitive or talented the translator may be, a translation is an independent work, altered from the original. A translation accommodates a text *à la française* or *à l'anglaise*, etc. – removing foreign elements that might impede comprehension and sometimes even perfecting the original. Faithfulness in translation has historically been seen as a disservice to the reader who expects an agreeable reading experience in which he/she need not question nor be surprised by a text. Translations seek general accuracy rather than complete fidelity. Making the foreign intelligible often encourages a pedestrian style and idiom (Figueira 1991:31). A translation is, therefore, not a practical intermediary but an interpretation. For these reasons, translations are seen to provide a default reading, certainly not the preferred mode and certainly not the mode on which to base a pedagogy. Institutionalizing the study of the Other in a format that relies on translation promotes assimilation with domesticating egalitarian demands attached. American World Literature does not

adequately acknowledge this aesthetic concern, nor does it fully acknowledge the political ramifications.

It should not be forgotten that World Literature has its origins in Area Studies, a field that was a Cold War Pentagon construction for managing the global situation. The new World Literature advocates have not quite figured out that Area Studies was not only discredited as racist and illegitimate a few decades ago, but has bequeathed to World Literature many of the problems that brought it into disfavor. Both Area Studies and World Literature tend to ignore the local in favor of the interests of an abstract universal humanity. Both view notions such as the “nation” or “foundational values” as homogenous and universal. One of the most damning criticisms leveled against Area Studies was its dependence on governmental funding that presumably compromised its objectivity. While World Literature does not carry the stigma of US State Department sponsorship, it is bankrolled by private corporations (such as universities) and large publishing conglomerates whom some might find just as sinister as the government! Whereas Area Studies produced strategic documentation compiled by US State Department personnel from data collected by a peon class of exploited native informants, World Literature appears in anthologies, edited by Western/Western-based scholars, but often translated by new native informants. It is the same old, same old. The West still interprets the rest. Now it even markets the rest. Instead of the baksheesh formerly doled out to Area Studies' native informants, one hopes that their World Literature successors get to share a bit in the royalties, especially since the resulting anthologies are required reading in thousands of World Literature courses throughout the US and are bought by tens of thousands of students. There is a clear capitalist component to this packaging of the Other.

American World Literature is not only modeled after Area Studies, it is also indebted to the theories and pedagogies that have arisen in the past forty years. Due to a radicalization of theory and the ensuing paradigm shift from the aesthetic to the political, it has become acceptable to view literature as an outmoded form of cultural capital belonging to the bourgeoisie. An important stage in this process of radicalization involved the rejection of the canon of dead white males in favor of the cultural studies model. However,

it soon became apparent that dismantling the canon often had less to do with installing a more immediate and less conservative hierarchical format and more to do with establishing a new authority, grounded in ideology and seeking reification by identifying and marketing marginalized populations. In the case of American universities, these commodity populations were packaged and marketed first under the rubric of multiculturalism, then under the umbrella of postcolonial literatures and now, it appears, as World Literature. All these pedagogies of alterity claim to bring the literatures from the margins to the center when, in fact, all they really do is allow critics from the center to co-opt the margins.

World Literature shares American multiculturalism's mission to recognize the contributions of neglected groups and offer a reform project heralding diversity and promoting a progressive politics. Like postcolonial criticism, American World Literature pretends to uncover occluded and submerged identities and to liberate the oppressed. Yet, the samples of under-represented and repressed literatures offered by this brand of World Literature do not in any way problematize a Euro-Amero-centric perspective. Rather American World Literature promotes an ethos of recognition without adequately questioning Euro-centric definitions of knowledge. Like other pedagogies of alterity before it, American World Literature ultimately consolidates control. Like these preceding pedagogies, it also obscures issues of power and privilege, by rendering the Other tokenistic (Chow 2002:113). As Gerald Gillespie has shown, the current interest in World Literature does not harken to anything new (Gillespie and Figueira 2014), but in its present configuration begs the question of what purpose its resurgence might possibly serve in today's academe? On a primary level, we can speculate that American World Literature as a new theory and practice serves those who teach courses on World Literature. People who teach World Literature may do so because they are not skilled to teach national or comparative literature. By rendering one's parochialism and limitations into something grandiose, more "inclusive" and humanitarian, one can recruit those very values that drives one's parochialism and limitations into reverse and claim a more noble universalism (Chanda 2013a: 9).

As I have noted elsewhere, it is quite possible that the recent American interest in

World Literature betokens an effort on the part of scholars to refashion themselves now that other theories and pedagogies of alterity have played themselves out. Unifocal scholars often feel the need to retool themselves, in order to make their mark. The “new” World Literature scholar whose formation has been almost exclusively in English literature can pretend to reinvent the wheel, do what the comparatist has been doing for decades and claim, in the process, to be non-elitist because he or she does not bother to learn foreign languages. But I ask you, what is more elitist than practicing a brand of criticism that claims to champion a voiceless and under-represented world but does so only in the English language? Since when does the imposition of Western ways of thinking on the non-West make us non-elite? I suspect there is a lesson to be learned from the proliferation of theories and pedagogies that promise to improve the world (and, in the process, assuage white Western guilt) and that lesson is that we should not take at face value academic projects that blithely claim to engage in a reform process. Have Comparative Literature’s standards of cultural and linguistic specificity really been lost, as some critics contend? Or are certain theorists just claiming they have disappeared in order to support the hegemony of the English language and their own positions as experts in the field? I am very suspicious of solutions to the supposed death of our discipline when what certain critics propose is far less than what some comparatists have delivered for decades. I am even more suspicious when academics claim thereby to be striking a blow for democracy.

In my book, *Otherwise Occupied* (2008), I make the case that academic theories and pedagogies of the Other (identity studies, multiculturalism, postcolonial criticism and now we might add World Literature) were constructed and used in America to undermine Affirmative Action by influencing institutional policies for recruitment. I investigate how these various theoretical constructions of the Other proliferated in the US in direct proportion to the failure of statistical evidence to support the success claims of institutional diversity. I contend that these theories and pedagogies, in effect, aid in masking the continued marginalization and containment of America's minorities within academe. I also show how such initiatives dovetail very nicely with university marketing concerns. I analyze how American universities have in the past occluded low numbers in diversity by

establishing various ethnic studies programs and peopling them with under-represented ethnics. Identity Studies first contributed to the balkanization of ethnics into fields for which they were deemed biologically and culturally suited. In other words, minorities were allowed to enter the ivory tower only if they are willing to settle for studying themselves. As a first-generation American with a Portuguese surname, I should have ideally studied my heritage culture. I should have trained in a field to showcase my ethnicity and as a minority (since my father came from Latin America). I could thus be neutralized and contained in such a placement. It did no good for the diversity profile of the universities in which I studied to dare study something other than myself. What right did I have, as a dean at the University of Chicago so graciously put it, to be the “Puerto Rican girl who was trying to learn Sanskrit.” [Deans in the US, whether they are scientists or humanists, think that Portugal is the same as Puerto Rico or any names with too many vowels confuse them!] Race remains a big problem in American universities.

Pedagogies such as multiculturalism, postcolonialism and World Literature are popular in America because they level out otherness. American universities need not recruit or hire minorities at all, if alterity can be represented in such formats. When we view alterity initiatives in the context of American racial politics, pedagogies of alterity seem far more to reflect strategies of containment that obscure the stasis of power and privilege rather than imaginative innovations that redistribute rights and rethink recognition. Under the guise of inclusion and hospitality, they mask a racist agenda. Such pedagogies deflect attention away from social issues such as real discrimination, real unequal access, and real hierarchies of ethnic privilege that are far from being resolved (Huggan 2000:126) in academe today. Under the guise of promoting tolerance, American World Literature, like the other pedagogies of alterity before it, enables academic elites to displace, diffuse, and thus intensify class, gender, and racial contradictions.

Such pedagogies serve a demographic purpose in American academe of contributing to the representation of diversity. Multiculturalism and postcolonialism allowed an often privileged Asian and Middle Eastern diasporic professorate to speak on behalf and in lieu of their supposedly mute brethren. With World Literature, the most recent bureaucratic

institutionalization of Othering, we can now witness the process of “taking back” the American university from both the ethnics and minorities housed in identity studies and the Third World model minorities supervising multicultural and postcolonial studies. We have come full circle back to Whitman. We too can now embrace and celebrate linguistic limitations and fragmentary knowledge. With World Literature, we too can now engage in a quasi-mystical endeavor that glorifies nothing but good old American exceptionalism. Whitman was able to indulge his fancies because he lived in an openly imperialistic age, in an America that reveled in its belief in white supremacy and gloried in an aura of rural utopianism. Our modern theorists of the world must be more subtle. And here, as in all scholarly justifications for shady political postures (from academic Marxism to the moral relativism of deconstruction), we call upon theory to assuage our consciences. Rather than examining the economic and political forces at work during the final stages of decolonization and its aftermath, literary theory has focused on postmodernist views of a hybridized and syncretic world.

The work of Baudrillard has proven particularly useful in this regard, especially his notion that travel can be viewed as a spectacular form of amnesia. According to such a theory, any part of the world can be recreated or made to stand for another. In a world of third-order simulacra, encroaching pseudo-places merge to eliminate geographical or ethnic space entirely. This leveling out of the world has contributed to theoretical creations of metaphorical space in which critics might dwell that are separate from the real space they inhabit. In this metaphorical space, critics can voice ideologies of subversion and rebellion that are simply too unsettling, if voiced from their own actual space. Their delicate balancing acts stem from the paradox of their inhabiting a space of bourgeois comfort, while needing at the same time to distance themselves from global capitalism. When critics appropriate the metaphorical space of the Other, whether it be postcolonial, the nomad, the exile, or now even the entire world, they hope to exonerate themselves for all the benefits they receive from this same capitalism. In this process, we find the meeting of incommensurables, a deep seated need for the experience of political engagement coming out of the 1960s meeting a 1990's need to be media savvy, and the new

millennium's desire to package and market intellectual capital. There is no small irony in how easily these three conceptual frameworks have melded. If the belief in criticism as a viable intervention is a relic of the 60's that has proven itself bankrupt, we might want to view "new" purportedly "cutting-edge" pedagogies as responses to this socio-political impotence. Potency, when it exists, resides in the critic's relationship to colleagues as it is constructed through the coinage and the use of new systems, accompanying jargon and business collaborations with university administrators and publishers.

In American institutions today, the marketing concerns are, therefore, twofold. First, there is marketing to and through university administrators who buy into the idea that an initiative such as World Literature (like multiculturalism and postcolonial criticism before it) provides the most advanced and "logical" approach to the miasma of competing cultures and ethnicities. Through an "innovation" such as World Literature, American institutions can recruit and pretend to "restructure" with supposedly radical responses to new socio-economic realities. However, amidst all of World Literature's talk of multilingualism, translation, reframing, flows, and inclusivity, there is really no discussion about the relations of power, the market, canon formation and even the notion of "literature" in the moment of global capital (Chanda 2013b: 7).

The American brand of World Literature has thus entered into the fray as the latest avatar of earlier theories and pedagogies purporting to engage the Other that have sprung up on American campuses in the last four decades. Like the earlier fads in multiculturalism and postcolonial studies, the newly-minted World Literature Programs are practical in that they are all relatively easy "specializations," demanding no in-depth knowledge of another culture or foreign languages, a skill that has fallen by the wayside among American students. In fact, one of the explicit justifications for the creation of World Literature departments is the difficulty of adequate language training eroding the competency of many Comparative Literature programs in the States. The inability to train students in languages and literatures derives from a decline in learning and standards beginning in the 70's. World Literature's solution to these lower standards, to quote Gerald Gillespie, is to universalize them (Gillespie and Figueira 2014). World Literature claims to eschew the

“elitism” of Comparative Literature’s mandate to learn foreign languages. With World Literature, students who are not trained in elite American universities, deemed the only real sites where one can study languages like Sanskrit and Nahuatl, can still “welcome” of the world’s literature in their midst. Moreover students who, because of their content-light training, have not studied even common foreign languages and their literatures can do World Literature. Likewise students whose training prevents them from doing broad-based comparative or theoretical study can do World Literature and they can pretend to “do” the Other “better” than Comparative Literature does.

As we saw in the case of Whitman, so too with World Literature, co-optation can be achieved under the pretense of democratizing. The reality is that World Literature feeds the same brand of American isolationism of which Whitman sings. Like Whitman, all these pedagogies of alterity claim to engage the Other without allowing it to speak its own language. However, the resounding global education that such pedagogies actually offer literature students can consist of nothing more than snippets from endless recycled “representative” authors writing or translated into the English language. In the case of World Literature, there is a sense of *noblesse oblige* in formulating a field that demands so little from its future practitioners just as it is odd to call Comparative Literature elitist (especially given the immigrant status of many of its practitioners) because it demands knowledge of foreign languages. (Are statisticians deemed elitist for needing to know calculus?) What is really going on here? Eliminating standards does not democratize anything. It only points to American cultural provincialism, triumphalism, and a deep indifference to the world. It reflects American racism and its privileging of the Self to “speak for” the Other.

In literary studies today, we have become rather promiscuous ventriloquists. Spivak muted the subalterns to make a place for the critic (herself) to speak on their behalf. She filtered Mahasweta Devi who herself is a high-caste spokesperson for tribals. The Indian critic Jasbir Jain draws a fundamental distinction regarding this issue of spokespersonship when she compares what she has termed a “literature of empathy” to a “literature of experience.” She asks where the lack is located in the “empathetic” privileged writer or

critic that enables him or her to speak for others? In posing this question, I feel that Jain has cut to the heart of what is at issue here: there *is* no lack that ethically renders spokespersonship legitimate. In academe, to cite Aijaz Ahmad, textual culture can only pretend to be activist culture. Theory and criticism do not change the condition of the disenfranchised. Critics who claim otherwise are fooling themselves and others. When academics speak, they usually do so for personal gain, something as simple as a new job or “proper” recognition. One speaks for the Other to co-opt that Other, to take his or her apportioned voice and sometimes, as a wonderful consequence, the place allotted for that Other by the system that tries to or, more often, pretends to redress past discrimination.

In all these attempts to “speak for” the Other, I cannot help but think of how Walt Whitman blithely welcomed his “camarados” in their own land. We must be wary of those who undertake the task of speaking for others and articulating their experience. The motivations behind such acts of masquerade and collaboration are not noble. Just as it is unsavory for middle -class whites to speak for Blacks, Native Americans and Chicanos, those institutions that promote such performances are no less odious. Similarly, there is just something silly about monolingual Western or Western-trained World Literature scholars packaging the world. Nevertheless, this marketing of empathy and representation has become standard in American academe. It is possible because (again a legacy of the 60’s) in the university setting (perhaps more than elsewhere) we can be whatever we say we are. What counts are not one’s actions but the narrative about the action that one constructs. One can certainly speak for the Other, regardless of one’s own subject position. Yet, in the outside world, the last decade has taught us some harsh lessons. The willed failure in the US to grasp the essential role played by source contexts and languages has led to failures of interpretation and understanding among peoples. The academic postmodern tendency to treat all literatures as a kind of meta-language that can be lifted out of their natural linguistic context and examined on the a-historical specimen tray of contemporary theory has proved to be woefully inadequate. What is urgently needed is not a continuation of these cynical and Lilliputian exercises but a commitment to understanding the world’s literatures’ connection to and elucidation of the socio-cultural context of the cultures from

which they spring. It is clear that students in the twentieth-first century need to be able to experience and interrogate this totality of the world's literatures, not just the constricted and diluted product packaged and marketed by the self-serving managers of American academe.

Books Cited

Ahmad, Aijaz, (1992), *In Theory: Classes, Nations, Literatures*. London: Verso.

Chanda, Ipshita (2013a), "Comparative Literature/World Literature: An Indian Perspective." Paper presented at the International Comparative Literature Association.

-- (2013b), "PostWorld Literature: Thoughts from a Comparatist from a 'Post'Colony." Unpublished paper presented at George Mason University.

Chow, Rey (2002), "Theory, Area Studies, Cultural Studies: Issues of Pedagogy in Multiculturalism." *Learning Places: The Afterlives of Area Studies*. Eds. Masao Miyoshi and H. D. Harootunian. Durham: Duke UP. 103-18.

Figueira, Dorothy (1991), *Translating the Orient*. Albany, NY: SUNY P.

-- (2008), *Otherwise Occupied: Theories and Pedagogies of Alterity*. Albany, NY: SUNY P.

Gillespie, Gerald and Dorothy Figueira (2014), « Das scheinbar neue Konzept des *World Literature* im Dienst restaurativer Beschränkung kultureller Kompetenz. » *KulturPoetik*.14.1, in press.

Huggan, Graham, (2000), "Exoticism, Ethnicity, and the Multicultural Fallacy." *"New" Exoticism: Changing Patterns in the Construction of Otherness*. Ed. Isabel Santaolalla. Amsterdam, Rodopi: 91-96.

Lopez, Alfred J. (2011), "Translating Interdisciplinarity: Reading Marti Reading Whitman." 35: 5-18.

Lopez, A. and Robert P. Marzec, "Postcolonial Studies at the Twenty-Five Mark." *Modern Fiction Studies* 56(4): 677-88.

Prashad, Vijay (2000), *The Karma of Brown Folk*. Minneapolis: U of Minnesota P.

Rizvi, Fazal (1994), "The Arts, Education and the Politics of Multiculturalism." *Culture, Difference and the Arts*. Eds Sneja Gunew and Fazal Rizvi. St. Leonards, Australia: Allen and Unwin. 54-68.

Spivak, Gayatri (2003), *Death of a Discipline*. New York: Columbia UP.

Talvet, Juri (2014), "Comparative Literature and World Literature: Toward a Symbiotic Co-existence." Eds. Dorothy Figueira and Chandra Mohan. *New Aspects of Comparative Literature*, in press.

Dorothy Figueira is Professor at University of Georgia. She is a Distinguished Research Professor in Comparative Literature. She is Honorary President of International Comparative Literature Association, and Editor of *Recherche littéraire/Literary Research*.

Être ou ne pas être (en dette). Un récit interdisciplinaire

Emmanuel Bouju

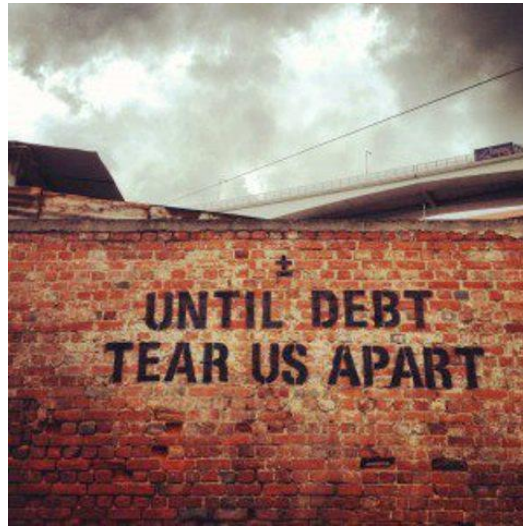
Université Rennes 2

Résumé: Parmi les objets privilégiés pour éprouver la nécessité de l'interdisciplinarité, cet article avance celui du lien entre dette et récit: un lien qui, présent depuis l'origine des structures économiques et sociales, comme l'a montré David Graeber, est également au cœur de la littérature, de la philosophie et de la morale. L'actualité de l'Europe a remis ce lien au centre des préoccupations, en posant la question de l'articulation entre dette publique et crédit démocratique. L'article explore cette question, en conduisant vers quelques romans grecs très récents, et en servant d'exemple de la pertinence qu'il y a à penser, plus généralement, notre réalité à partir du "paradigme fiduciaire" et de l'usage qu'en font les principales disciplines du savoir.

Mots-clés: littérature et économie, dette en Europe, paradigme fiduciaire, roman contemporain.

Resumo: De entre os objetos que comprovam, de forma privilegiada, a necessidade da interdisciplinaridade, este artigo debruça-se sobre a ligação entre dívida e narrativa: uma ligação que, presente desde os primórdios das estruturas económicas e sociais, como o demonstrou David Graeber, se verifica de igual modo no âmbito da literatura, da filosofia e da moral. A atualidade europeia voltou a colocar esta ligação no centro das preocupações, ao colocar a questão da articulação entre dívida pública e crédito democrático. O artigo explora esta questão, tomando em consideração alguns romances gregos muito recentes, que demonstram exemplarmente que se torna pertinente pensar, de uma forma mais abarcante, a nossa realidade a partir do "paradigma fiduciário" e do uso que dele fazem as principais disciplinas do saber.

Palavras-chave: literatura e economia, dívida na Europa, paradigma fiduciário, romance contemporâneo.



Lisbonne, LX Factory

“Être ou ne pas être (en dette)”: la citation-titre vaut déjà comme une reconnaissance de dette; mais puisqu’elle est de Shakespeare, la citation est du “domaine public”: empruntée à taux zéro. Il n’y a rien à rembourser. Qui plus est, elle est empruntée à une *pièce* qui raconte une sombre histoire de *compte à régler* dans le royaume pourri du Danemark: une histoire de la dette insolvable et de l’usure du sang, aux marges de l’Europe, et sur fond de philosophie morale et politique ; une histoire dont toutes les disciplines – de l’art, de la pensée, de la psyché, de la morale, de la société – se sont emparées, à un moment ou un autre.

Or parmi les objets privilégiés pour éprouver la nécessité de l’interdisciplinarité, j’avancerai ici, précisément, celui du lien entre dette et récit – en guise d’exemple de la pertinence qu’il y a à penser, plus généralement, notre réalité à partir du “paradigme fiduciaire”¹ et de l’usage qu’en font les principales disciplines du savoir.

1. Une Pierre de Rosette

Le fait même que nous ne sachions pas ce qu'est la dette, la flexibilité de ce concept, est le fondement de son pouvoir.

David Graeber

Hamlet, c'est une très bonne histoire de dette. Mais il y en a beaucoup d'autres, et des très fameuses:

- L'histoire de celui qui, longtemps absent de chez lui pour des raisons professionnelles complexes (qu'il serait trop long d'expliquer), découvre à son retour que des pique-assiettes et intrigants (des soi-disant "prétendants") ont essayé de séduire sa femme, chassé son fils, et surtout dilapidé sa fortune: il se venge de ces débiteurs inconséquents en les massacrant, tout simplement (c'était de bon aloi à l'époque); ce faisant, il se met lui-même en dette avec toutes les meilleures familles de son pays, et il n'a plus qu'à repartir expier sa faute. Ulysse: ainsi naît la littérature.
- Il y a aussi l'histoire de celui qui, sûr de son impunité, ne cesse de contracter dette sur dette, en maniant les mots comme une monnaie de singe et en épousant le genre humain, jusqu'à découvrir qu'une dette plus fondamentale le lie à une transcendance à laquelle il refusait de croire, et qui se manifeste comme un *deus ex machina* archaïque. Dom Juan : héros et victime du sempiternel théâtre de la croyance.
- Mais l'histoire que je préfère, c'est celle de celui qui, pourvu d'un don musical singulier, débarrasse une petite ville du fléau qui la ronge, mais qui, puisque les habitants ne veulent pas s'acquitter de leur dette à son égard, prélève son tribut en entraînant tous les enfants (sauf un) dans un doux au-delà² – ce pays merveilleux où toutes les dettes sont censées être définitivement réglées. Le joueur de flûte de Hamelin: le pire de l'histoire, c'est l'enfant abandonné dans le monde réel, où plus rien ne permet de croire en un avenir meilleur.³

Mythologie, littérature, philosophie même: autant de collections complètes

d'histoires de la dette, depuis Eschyle ou Sophocle jusqu'à Russell Banks, en passant par le *Faust* de Goethe et *L'Argent* de Zola. Tout Shakespeare (*Le Marchand de Venise*, *Othello*, *le Maure de Venise*, *Timon d'Athènes...*), toute la *Comédie Humaine* de Balzac (*Gobseck*, *César Birotteau*, *La Maison Nucingen*, *Eugénie Grandet*, *Le Faiseur...*) sont des collections d'histoires de dettes, encore furieusement actuelles – comme Thomas Piketty le rappelait récemment.

Être ou ne pas être en dette: c'est une question dont on débat depuis l'Antiquité, et on se souvient peut-être que Rabelais l'a reprise à la Renaissance dans le *Tiers Livre*, quand, à Pantagruel qui lui demande "Quand serez-vous hors de debtes?", Panurge répond "Dieu me garde d'en estre hors". Ainsi David Graeber dans son anthropologie générale de la dette avec 5000 ans de portée, fait-il de Panurge "le digne prophète du monde qui commençait à peine à émerger".⁴

Pourquoi donc le récit de la dette est-il si *primordial* ?

D'abord parce que, comme l'avance précisément la théorie de la "dette primordiale" (Bruno Théret, après Michel Aglietta et André Orléan): "La société n'est autre que nos dettes".⁵ Ou du moins dira-t-on, sans se lier strictement à cette théorie, que le récit de la dette, c'est l'une des représentations fondamentales de la société par elle-même – comme le montre très bien Graeber. Lequel ajoute: "Les différends sur" qui doit vraiment quoi à qui "ont éminemment contribué à modeler notre vocabulaire fondamental du bien et du mal" (Graeber 2013: 16). Le récit de la dette, c'est d'abord un moyen privilégié d'incorporation sociale de la morale.

Philosophie morale et institutions économiques ont donc fait de la dette une question indissociablement politique et éthique, liée à la puissance de l'autorité, à l'empire du calcul (de la quantification) et à l'exercice de la violence ("légitime" ou pas). Chez Tite-Live déjà (*Histoire romaine* Livre 2), l'esclave pour dettes montrait son corps meurtri, pour que le décompte des blessures vaille remboursement de sa dette; le corps lui-même était devenu un récit de la dette et un plaidoyer pour son annulation.

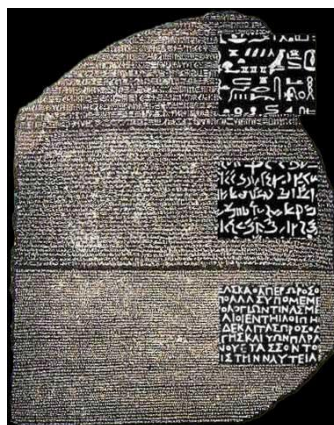
Aussi le récit de la dette n'est-il pas seulement une figure de littérature ou de pensée,

offerte *in abstracto* à l'analyse interdisciplinaire: il agit, puissamment, dans le réel.

La légende dorée de la *Conquête* de l'Amérique? C'est l'envers mythique d'un autre récit: celui d'une aventure génocidaire entreprise par des soldats endettés pour régler leurs dettes, et pour fournir des richesses quasi-infinies aux puissances européennes elles-mêmes déjà lourdement endettées (Vuillard 2015).

Les guerres, de façon générale? Une façon d'exporter par la force le récit de la dette; la colonisation? une réinterprétation abusive de la longue tradition de l'asservissement pour dette. Les révolutions? Nées presque toujours "d'un plaidoyer pour l'annulation des dettes"⁶ – et ce, depuis la réforme de Solon, qui instaure la démocratie par l'annulation des dettes. Les récits de la dette coloniale, enfin, ou ceux de la "dette écologique", aujourd'hui? Ce sont des récits au contraire qui portent sur les dettes incompressibles, des dettes que l'on ne peut renégocier,⁷ qui *obligent* à l'égard des générations futures autant que passées.

Donc le récit de la dette, c'est comme une *Pierre de Rosette*, si l'on se rappelle que la Pierre de Rosette elle-même a permis de "déchiffrer" les hiéroglyphes, en comparant trois textes identiques, écrits le premier en hiéroglyphes – la "langue des dieux" –, le deuxième en égyptien démotique – la "langue des documents" et le troisième en grec – la langue de la communication – : la version tri-disciplinaire d'un décret qui réglait le compte des crédits et dettes des prêtres ptolémaïques à Memphis.



Comme une Pierre de Rosette, le récit de la dette fait de l'articulation fondamentale

entre les trois langages de l'économie, de la politique et de la morale un objet à la fois historique, symbolique et esthétique. À ce titre, c'est un objet interdisciplinaire par nature et par définition.

2. Rembourser ou ne pas rembourser (telle est la question)

L'homme n'est plus l'homme enfermé de sociétés disciplinaires,
mais l'homme endetté des sociétés de contrôle.

Gilles Deleuze

Certes, au fondement de ce triple récit de la dette, on trouve un principe unique, celui de la *reconnaissance de dette* – ce que les Américains appellent, de façon très économique, *IOU* (*I Owe You*).



Mais trouve-t-on forcément, dans ce récit-IOU, la nécessité de *rembourser* cette dette?

David Graeber rappelle ainsi, à propos de l'invention par Henri II de la banque d'Angleterre, une petite "parabole": "Le lecteur aura peut-être remarqué un aspect déconcertant de l'équation: l'*IOU* ne peut fonctionner comme monnaie que tant que Henry ne paie jamais sa dette" (Graeber, *op. cit.*: 62).

Marc Shell rappelle aussi, dans son essai interdisciplinaire intitulé *The Economy of Literature*, que Ruskin (*Works*, 17: 203) définissait la monnaie comme une reconnaissance

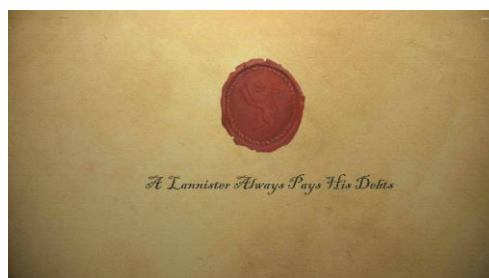
de dette dont il existait deux types : la reconnaissance de dettes destinées à être remboursées et celle de dettes destinées à ne pas l'être⁸ (Shell/Marc 1978: 136).

Cette question de la nécessité du remboursement de la dette (l'obligation de s'acquitter de la dette) est très compliquée sur le plan axiologique, et ce dès l'origine. Marc Shell rappelle ainsi le dialogue de Socrate avec Céphale and Polémarque dans la *République* (Livre 1, 331c), au terme duquel "l'exemple de Socrate devrait convaincre tout être raisonnable que la justice ne réside pas simplement dans le fait de payer ses dettes" (*idem*: 21-22).

Comme le montre bien Graeber, le récit de la dette est lié de façon ambivalente aux questions non seulement de la culpabilité, du pouvoir, de l'autorité, mais aussi de la violence, de la sexualité, de la domination. Il suffit, sur cette question, de penser à l'étrange "morale" de la dette qui prévaut, encore aujourd'hui, dans la *vendetta* sicilienne, napolitaine ou calabraise, en héritage du "prix du sang" antique ou du droit coutumier germanique (*idem*: 133) ou balkanique. On en mesurera la tragique actualité dans le grand récit documentaire, interdisciplinaire par nature, qu'est *Gomorra* de Roberto Saviano (2009); et aussi dans l'excellent roman d'un autre italien, Walter Siti, *Résister ne sert à rien* (2014) – portrait biographique fictionnel d'un as de la haute finance lié depuis une dette paternelle à la mafia romaine.

Rembourser ses dettes, est-ce donc une garantie de justice et la fin nécessaire de tout Récit de la Dette?

On peut en douter.



Game of Thrones

C'est là, en tout cas, une question toujours actuelle.



En particulier dans des endroits comme nos universités.

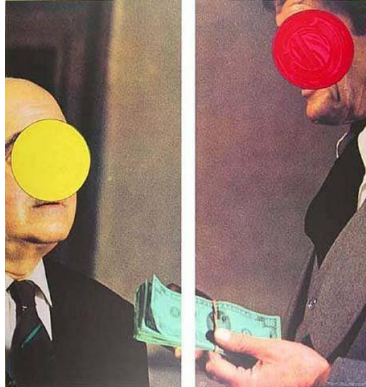


Donc, plutôt qu’"être ou ne pas être en dette" (car en réalité: qui ne l’est pas?⁹), il vaudrait mieux dire: rembourser ou ne pas rembourser sa dette, telle est la question. Car ce sont là deux possibilités narratives fondamentales, à l’articulation de l’économie, de la politique et de la morale (sans parler ici de la psychologie et de la psychanalyse, qui ont beaucoup à dire sur la question).

On peut ainsi rappeler, sur un versant philosophique, tous les débats liés à la critique post-nietzschéenne de la "dette infinie", comme chez Deleuze¹⁰ ou plus récemment chez Maurizio Lazzarato;¹¹ ou encore à la critique du don/contre-don de Marcel Mauss chez Derrida, dans *Donner le temps*.¹²

Parmi les anthropologues héritiers de Mauss, David Graeber cite Philippe Rospabé, pour qui "la 'monnaie primitive' n’était pas, à l’origine, un moyen de payer ses dettes,

quelles qu'elles fussent. C'était une façon de reconnaître l'existence de dettes impossibles à rembourser" (Rospabé 1995: 161) (comme le *bridewealth*, le "prix de la mariée").



Infinite Debt / Infinite Jest

Ces débats existent aussi sur un versant strictement juridique – où il est certes bien plus difficile de ne pas rembourser: c'est chose possible, au niveau du moins des dettes souveraines plutôt que des dettes personnelles, comme dans la doctrine formelle de la "dette odieuse", selon laquelle "la dette d'un régime déchu peut n'être pas remboursée si elle n'a pas été autorisée et n'a pas bénéficié à la population qui lui était soumise", pour reprendre l'essai passionnant d'Odette Lienau, *Rethinking Sovereign Debt. Politics, Reputation and Legitimacy in Modern Finance* (2014).¹³

Cette théorie confirme, s'il était nécessaire, l'idée plus générale qu'il existe deux possibilités narratives connexes – comme au début de l'*Ulysse* de Joyce, quand s'opposent sur ce point Mr Deasy et Stephen Dedalus, ou comme dans le "proverbe américain" (*too big to fail*) cité en épigraphe de l'essai de Graeber¹⁴ –, deux inflexions narratives qui articulent différemment l'*oikonomia*, la *polis* et l'*èthos* (économie domestique, économie politique et économie morale):

- *rembourser la dette est une obligation*: c'est la morale de la réparation (la dette comme *Schuld*), avec son double versant: spirituel et aristocratique (muni des figures du jugement dernier, de la rédemption et de l'absolution, de la mise en ordre, s'il le faut apocalyptique – avec une immense postérité narrative et intellectuelle

bien évidemment); ou séculier et bourgeois (c'est la morale de la "comptabilité en partie double" qu'évoquent avec justesse Alexander Kluge et Joseph Vogl dans *Crédit et débit* (2013), Paris, Diaphanes, 2013, en citant en exemple le *Poséidon* de Kafka);

- *la dette non remboursée crée un lien d'obligation* (lequel n'est pas forcément destiné à être levé par le remboursement – parfois impossible); elle crée une solidarité, même négative: c'est la dette comme *fiducia*, la dette comme *obligation* au sens de lien (littéralement: *bond*) – comme quand les débiteurs insolvables, à Rome, en un temps où l'esclavage pour dette n'était plus, étaient attachés, noués (*nexi*), comme le raconte Cicéron. C'est l'éthique de la confiance donnée, sur fond d'égalité,¹⁵ au risque des illusions démocratiques; mais aussi la valorisation du risque, le trafic d'assurance (jusqu'aux désormais fameux *credit default swaps*, produits-clés de la crise de 2007-2008), l'exercice ou la possibilité d'abus du pouvoir.¹⁶

3. *Un nouveau rapt d'Europe?*

- Europe expirante *in media insanitate* –
 - Fiducia dévorant ses enfants – (Justice, Vérité, etc.)...
- Paul Valéry

Qu'en est-il aujourd'hui du récit de la dette en cette "Europe expirante", post-Brexit, et peut-être (j'espère que non) pré-Grexit, Frexit, Whatelseit? C'est la question posée par le programme *Europe on Credit*, programme interdisciplinaire (littérature, histoire, économie, philosophie) que je co-dirige à Harvard avec l'historienne Pr. Mary Lewis, et dont cet article se fait, à distance, l'écho.

Pour reprendre les mots de Walter Benjamin dans l'essai "Expérience et pauvreté", mots écrits dans un contexte qui rappelle le nôtre par bien des aspects: "Non, une chose est claire: le cours de l'expérience a chuté" (Benjamin 2000: 365).

Mais le récit de la dette s'inscrit toujours dans l'histoire et l'actualité de l'Europe comme le moyen d'en interroger, au croisement des disciplines, les fondements, les

principes actifs et les objectifs (s'il en reste).

Car la crise des dettes – crise de la valeur, de l'égalité et de la confiance – n'est pas seulement économique, historico-politique et éthique comme on l'a vu: elle est aussi – ce qui concerne plus spécifiquement les littéraires – *symbolique* et esthétique.

Il faut rappeler à ce sujet que le *symbolon* fut inventé précisément comme moyen de la reconnaissance des dettes ("*as a token of the agreement*", avec tiers témoin à l'origine¹⁷ (Shell, *op. cit.*: 34-35), en réunissant deux moitiés séparées initialement pour permettre leur comparaison ultérieure: soit, comme dans l'Antiquité, sous la forme d'une pièce-anneau (*sphragis*), facilement susceptible d'être scindée; soit, comme à l'époque d'Henri II, sous la forme d'un bâton de comptage (un peu comme une flûte de Hamelin brisée, qui serait à l'origine du fameux *stock* des marchés boursiers):

Le créancier gardait la moitié qu'on appelait "*the stock*", "la souche" (c'est l'origine du terme *stock holder*, "actionnaire", littéralement "détenteur de souches") et le débiteur gardait l'autre, "*the stub*" "le bout" (d'où l'emploi de l'expression *ticket stub*, la souche du billet). Les répartiteurs d'impôts utilisaient ces bâtons pour calculer les montants dus par les shérifs locaux. [...] Mais souvent, au lieu d'attendre la date d'exigibilité des impôts, l'Échiquier du roi Henri II vendait à moindre prix ces bâtons de taille, et ils circulaient, en tant qu'objets représentant la dette due à l'État, entre tous ceux qui voulaient échanger quelque chose contre eux. [...] La reconnaissance de dette ne peut servir de monnaie que si Henri ne rembourse jamais sa dette. En fait, c'est précisément sur cette logique qu'a été initialement fondée la Banque d'Angleterre – la première banque centrale moderne à s'être maintenue (Graeber, *op. cit.*: 62).

Ainsi assiste-t-on aujourd'hui, de crise en crise, à l'affrontement politique et symbolique de deux récits directeurs en Europe: le récit du remboursement nécessaire, et le récit de l'annulation (partielle) nécessaire des dettes – avec, Grèce oblige, une forte charge symbolique autant qu'économico-politique.

C'était la position de Thomas Piketty dans la campagne électorale récente de Benoît Hamon: puisque l'Union de l'Europe contemporaine est fondée sur la *fiducia* d'une annulation – ou d'un report *sine die* – des dettes ("odieuses") française et allemande après la guerre,¹⁸ il est impossible (mais on le fait quand même) de penser la dette (grecque

notamment) indépendamment de cela, et de ne pas examiner la possibilité, non d'une annulation, mais de la plus large mutualisation possible des dettes.¹⁹

Là encore, on peut sans doute invoquer, outre ses soutiens juridiques, des soubassements philosophiques à cette "solution" narrative de la mutualisation des dettes – et ce depuis Kant (Shell, *op. cit.*: 153).

Mais pour ma part, ma compétence, dans cette configuration interdisciplinaire, est plus strictement littéraire:²⁰ quelle part la littérature prend-elle dans ce débat? Que peut-elle nous dire, ce faisant, de la condition européenne contemporaine? Comment combat-elle la crise sophistique de la parole politique?

Il semble, à ce stade, que la *crise des dettes (souveraines et individuelles)* apparaît bel et bien, dans le roman européen, comme une *crise du crédit démocratique* (et de la croyance dans le futur): crise indissociablement économique, politique et symbolique, qui remet en cause l'horizon commun, en rendant impossible la réunion du *symbolon* social, la résorption contractuelle de la scission interindividuelle, intercommunautaire et internationale.

C'est du moins ce que l'on entrevoit, pour exemple, chez trois auteurs grecs, que j'évoque pour finir, très succinctement.

Le premier d'entre eux est Christos Ikonou, pour son excellent recueil de nouvelles, *Ça va aller, tu vas voir* (2016), en forme de portraits subjectifs de "l'homme endetté", comme le caractérise Maurizio Lazzarato: "dépossédé de l'avenir, du temps comme décision, comme choix, comme possible."²¹

Le deuxième est Christos Chryssopoulos, en plusieurs textes qui font tous écho à la conclusion de la somme de Graeber – "Une dette est la perversion d'une promesse. C'est une promesse doublement corrompue par les mathématiques et la violence" (Graeber, *op. cit.*: 478):

- La fiction documentaire de l'attentat symbolique contre le Parthénon, dans une Grèce condamnée, dans *La destruction du Parthénon*: "Et c'est là que j'ai compris qu'il ne me restait rien, car même le peu que j'avais emprunté, je l'avais rendu" (Chryssopoulos 2012);

- La dénonciation, dans *Terre de colère*, des affrontements violents dans la société athénienne – dans l'entreprise, dans la rue lors des manifestations, dans le couple, la famille: où la colère d'Achille devient la colère de tous:

La langue ne fait rien à l'affaire. Ni le lieu, ni les noms. Partout la fureur est la même. Nous vivons dans un territoire clos et soumis à une surveillance sévère. Sur un continent pour ainsi dire cerné de tous côtés par des barrières. Voilà pourquoi aujourd'hui nous finissons par être en colère en permanence. Mais nous vivons seuls les uns avec les autres, nous ne voulons personne à nos côtés, et notre colère se retourne inévitablement contre nous-mêmes. Nous enrageons les uns contre les autres. Dans la rue, au bureau, à la maison, dans notre chambre d'enfant, dans l'autobus, le train, d'un quartier à l'autre, d'un pays à l'autre, partout la colère se déverse. Même quand nous ne disons rien, notre silence ressemble à une explosion de rage.

Depuis peu, c'est incontestable.

Nous sommes des habitants de la Terre de colère. (Chryssopoulos 2015: 89-90)

- Ou encore l'exploration néo-journalistique de la pauvreté athénienne par l'écrivain-flâneur dans *Une lampe entre les dents. Chronique athénienne*, avec cette station méditative (rappelant Molière et Wittgenstein²²) devant un mur sur lequel s'inscrit "2+2=4 et 2+2≠5":

Arithmétique orwellienne.

[...] Ce mur, en bas de l'avenue Stadiou, m'est apparu comme la métaphore la plus juste de notre présent.

La conscience de la crise (j'utilise à mon tour cette expression si commune) a pris la forme d'une incapacité à rêver. 2+2=4. Cette austère invocation de la raison signifie plus l'impuissance, apparemment, que la connaissance de soi. L'écart par rapport à l'époque où l'on trouvait des slogans comme "L'imagination au pouvoir" ou "Soyez réalistes, demandez l'impossible" est définitivement infranchissable. Nous vivons maintenant un temps où personne ne s'autorise à rêver d'autres scénarios que ceux permis par l'arithmétique officielle. 2+2≠5. Oui, c'est vrai. 2+2 n'est jamais égal à 5. Mais pourquoi ai-je le sentiment qu'aujourd'hui nous avons perdu quelque chose que les murs sont seuls à nous rappeler, avec une telle évidence? (Chryssopoulos 2013: 110)

Enfin, Rhéa Galanaki est l'auteure, entre autres, de *L'Ultime Humiliation* (2016),

tragi-comédie de deux retraitées, Nymphe et Tirésia, égarées dans une manifestation monstre et violente à Athènes, sans pouvoir retrouver leur chemin: l'errance odysseenne mène l'une d'entre elles à la *nekuia* dans le cinéma incendié de Théo Angelopoulos (dont Rhéa Galanaki a été la scénariste²³), où elle glisse dans le rêve d'une rencontre avec son père autrefois disparu et d'un débat sur le mythe d'Europe;²⁴ le père rêvé, spécialiste des mythes, soutient alors l'idée qu'Europe, violée par Zeus-le-taureau, serait devenue un "Minotaure féminin", échappant à tous les pièges d'Ariane et Thésée, et "survivant pour toujours dans le labyrinthe de son royaume", en jouissant du tribut d'Athènes, payé imperturbablement, par le sacrifice de sa jeunesse.²⁵

Conclusion

L'Europe, aujourd'hui, est-elle devenue ce Minotaure dans le dédale des nations? La *Fiducia* dévorant ses enfants? Ou la flûte de Hamelin qui nous conduirait (comme le désormais fameux "article 50") vers l'illusion d'un au-delà radieux?

De fait: qu'est devenu le symbole de l'anneau d'étoiles qu'est l'euro à l'heure du Brexit, 60 ans exactement après la signature du traité de Rome?



euro grec, mars 2007
cinquantième anniversaire du traité de Rome

Contre la solidarité des dettes, et sans assemblée parlementaire de la zone euro, faut-il craindre la rupture définitive du pacte européen? *Euro-stubs without stocks* (ou le contraire peut-être)?

Ou bien l'Europe des 27²⁶ sera-t-elle plus équilibrée que celle des 28?

La crise de l'Europe doit être une véritable *krisis*: le moment même du jugement et de la décision.

L'anneau brisé (par le Brexit) dit symboliquement la nécessité d'une nouvelle solidarité – même réactive.

Espérons, à l'heure où les Grands Démagogues gouvernent presque partout, que l'effort interdisciplinaire pour repenser l'Europe permettra d'en remotiver le symbole: de reformer l'anneau de solidarité démocratique.

NOTES

¹ Cet article s'inscrit dans le cadre du programme de recherches que je mène pour l'Institut Universitaire de France sous le titre "Littérature à crédit: roman européen contemporain et paradigme fiduciaire".

² *The Sweet Hereafter* : roman de Russell Banks adapté par Atom Egoyan, qui fait de la légende du joueur de flûte de Hamelin le sous-texte du récit.

³ Russell Banks, précisément, a prononcé en ce sens une très belle conférence intitulée "The Massacre of the Children" à la Harvard Divinity School en décembre 2014.

⁴ Pantagruel l'humaniste, "citant l'apôtre Paul, lui dit "Rien à personne ne doibvez, fors amours et dilection mutuelle." Et décide de payer les dettes de Panurge: "– Du passé je vous délivre. – Le moins de mon plus [...] sera vous remercier", répond Panurge." (Graeber/David 2013: 154-155)

⁵ "Les États utilisent les impôts pour créer de la monnaie, et ils peuvent le faire parce qu'ils ont en tutelle la dette mutuelle de tous les citoyens les uns envers les autres. Cette dette est l'essence de la société." (*idem*: 73)

⁶ "Pendant l'essentiel de l'histoire de l'humanité, chaque fois qu'un conflit politique ouvert a éclaté entre classes sociales, il a pris la forme d'un plaidoyer pour l'annulation des dettes – la libération des asservis et, en général, la redistribution plus équitable des terres." (Vuillard 2015: 108)

⁷ Benoît Hamon, lors de la dernière campagne présidentielle française, distinguait ainsi les dettes que l'on peut renégocier (les dettes souveraines), et les dettes que l'on ne pourra jamais renégocier (la dette écologique).

⁸ Je traduis. Sur le récit de la monnaie-dette, voir André Orléan, *L'empire de la valeur. Refonder l'économie*, Paris, Le Seuil, La couleur des idées, 2011.

⁹ J'insisterais, au passage, sur le fait que la dette n'est pas toujours négative (contrairement à ce que certains slogans politiques actuels tendent à le faire croire): elle est même la plupart du temps le moyen du développement, pour les États comme dans les espaces domestiques.

¹⁰ "La dette devient la relation d'un débiteur qui n'en finira pas de payer, et d'un créancier qui n'en finira pas d'épuiser les intérêts de la dette : dette envers la divinité, dette envers la société, dette envers l'État." (Deleuze 1968: 163)

¹¹ "Le passage de la "dette finie" à la "dette infinie" lors de la sortie des sociétés archaïques, constitue un événement dont les conséquences se font encore sentir aujourd'hui, puisque le capitalisme s'est approprié ce passage en vue de la production de l'homme endetté qui n'en finira jamais de rembourser. [...] Le christianisme "nous a foutu l'infini", ce qui revient à dire qu'on est dans un régime social où on n'en finit avec rien, où l'endettement, c'est pour la vie." (Lazzarato 2011: 62)

¹² "Pour qu'il y ait don, *il faut* que le donataire ne rende pas, n'amortisse pas, ne rembourse pas, ne s'acquitte pas, n'entre pas dans le contrat, n'ait jamais contracté de dette" (Derrida 1991: 26). La critique de Mauss n'empêche pas Derrida de considérer l'écriture comme toujours "à crédit" (sans remboursement), même quand elle est, dit-il, "sur les choses".

¹³ "If we are concerned with the existence of a stronger representative link between a state and its people, then the idea of certain types of principled debt cancellation makes sense. [...] In other words, an application of non-statist visions of sovereignty to international economic relations suggests that debt should *not* be continuous in some cases" (Lienau 2014: 7).

¹⁴ “Si tu dois 100000 dollars à la banque, elle te tient. Si tu lui en dois 100 millions, tu la tiens. Proverbe américain” (Graeber, *op. cit.*: 7).

¹⁵ “Ce qui fait la spécificité de la dette, c’est qu’elle repose sur un postulat d’égalité” (Graeber, *op. cit.*: 107); “Cet accord entre égaux pour ne plus être égaux (du moins pour un temps) me paraît avoir une importance cruciale. C’est l’essence même de ce que nous appelons une “dette”.” (*idem*: 147).

¹⁶ Sans doute Balzac a-t-il fait naître une véritable poétique de la dette insolvable; voire une poétique conçue comme dette insolvable. Voir Alexandre Péraud, 2013.

¹⁷ La garantie des obligations d’Etats par la BCE (à défaut des *euro-bonds*) ne me semble pas très éloignée du fonctionnement initial du *symbolon*, qui prévoyait l’arbitrage du “tiers témoin” des dettes.

¹⁸ Le remboursement de la dette allemande fut en réalité “reporté” par la Conférence de Londres de 1953 à la date d’une hypothétique réunification des deux Allemagne, mais de facto annulé en 1991, officiellement car aucun mécanisme de calcul de l’inflation et de proportionnalité au PIB n’avait été prévu.

¹⁹ Mise en commun des dettes publiques (*debt-pooling*) dépassant 60% du PIB de chaque Etat de la zone euro. C’est la même idée que la proposition faite fin 2011 par le conseil des économistes auprès de Merkel (qui l’a refusée) d’un “fonds de rédemption”, mais avec un volet démocratique par la création d’une Assemblée parlementaire élue de la zone euro, qui déciderait du rythme de remboursement et du rééchelonnement dans le cadre d’une stratégie économique cohérente (*T-Dem, “nouveau traité de démocratisation de la gouvernance économique de la zone euro”, article 12 § 4*). Proposition faite par Piketty avec l’aide de Stéphanie Hennette, professeure de droit public à l’université Paris-Nanterre, et Guillaume Sacriste et Antoine Vauchez, enseignants chercheurs en sciences politiques à l’université Paris-1-Panthéon-Sorbonne et au CNRS.

²⁰ Programme “Littérature à crédit: roman européen contemporain et paradigme fiduciaire”, que je mène pour l’Institut universitaire de France jusqu’à l’“horizon 2020” comme on dit en Europe.

²¹ “L’immense majorité des Européens est triplement dépossédée par l’économie de la dette: dépossédée d’un pouvoir politique déjà faible, concédé par la démocratie représentative; dépossédée d’une part grandissante de la richesse que les luttes passées avaient arrachée à l’accumulation capitaliste; dépossédée, surtout, de l’avenir, c’est-à-dire du temps, comme décision, comme choix, comme possible. La succession des crises financières a fait violemment émerger une figure subjective qui était déjà présente mais qui occupe désormais l’ensemble de l’espace public: la figure de “l’homme endetté”.” (Lazzarato, *op. cit.*: 12).

²² Voir Ludwig Wittgenstein, *De la certitude*, § 10 et 655.

²³ Film rêvé à partir du scénario de *L’Autre mer?* scénario du film, écrit par Rhéa Galanaki, et inachevé à la mort du cinéaste.

²⁴ “Aucun entracte n’avait eu lieu et [...] l’homme assis près de toi vit que tu t’apprêtais à partir. Il te demanda à voix basse si tu te rappelais la suite du mythe évoqué dans la première partie du film. [...] La réponse t’était aisée en ta qualité d’ancien professeur de lettres. Deux générations plus tard, suite à de multiples accouplements entre les filles d’Europe et des dieux à forme de taureaux, naîtrait le fameux Minotaure. La mort du monstre et de ses conquêtes féminines dans sa prison tortueuse, le labyrinthe crétois, marquerait la fin de cette lignée mythique, mais aussi l’achèvement de la civilisation minoenne et la soumission de la Crète à Athènes” (Galanaki 2016: 238).

²⁵ “Peut-être ton père avait-il eu raison, la nuit de votre double retour – le sien et le tien –, quand il t’avait confié que cette femme-minotaure se nourrirait pendant des siècles de la chair de jeunes gens, filles ou garçons, comme s’il fallait toujours punir la jeunesse pour sa beauté en déclenchant des guerres et des catastrophes dont elle n’était pas le moins du monde responsable. [...] Tu ne cessais de ressasser cette pensée: il fallait avant tout que les âmes de tous ces jeunes gens sacrifiés sans raison – tant celles des jeunes de la génération de l’École polytechnique que celles des jeunes de la crise – obtiennent réparation” (*idem*: 277).

²⁶ Après tout, 27 est un chiffre magique: c’est 3 à la puissance 3. Et l’on sait que pour s’occuper des dettes, la logique ternaire est toujours meilleure que la binaire.

Bibliographie

- Benjamin, Walter (1993), "Expérience et pauvreté", in *Œuvres II*, Paris, Gallimard, Folio.
- Chrysosopoulos, Christos (2012), *La destruction du Parthénon* [2010], Arles, Actes Sud.
- (2013), *Une lampe entre les dents. Chronique athénienne* [2012], Arles, Actes Sud.
- (2015), *Terre de colère* [2013], La Contre allée.
- Deleuze (1968), *Nietzsche et la philosophie*, Paris, PUF.
- Derrida, Jacques (1991), *Donner le temps. 1. La fausse monnaie*, Paris, Galilée.
- Galanaki, Rhéa (2016), *L'Ultime Humiliation* [2015], Galaade Editions.
- Graeber, David (2013), *Dettes. 5000 ans d'histoire* [2011], Paris, Les Liens qui libèrent.
- Ikonomou, Christos (2016), *Ça va aller, tu vas voir* [2010], traduit du grec par Michel Volkovitch, Quidam Editeur.
- Kluge, Alexander et Joseph Vogl (2013), *Crédit et débit*, Paris, Diaphanes.
- Lazzarato, Maurizio (2011), *La fabrique de l'homme endetté. Essai sur la condition néo-libérale*, Paris, Ed. Amsterdam.
- Lienau, Odette (2014), *Rethinking Sovereign Debt. Politics, Reputation and Legitimacy in Modern Finance*, Cambridge, Harvard University Press.
- Péraud, Alexandre (dir.) (2013), *La comédie (in)humaine de l'argent*, Ed. Le bord de l'eau.
- Rospabé, Philippe (1995), *La Dette de vie : aux origines de la monnaie sauvage*, Paris, La Découverte/Mauss.
- Saviano (2009), *Roberto, Gomorra. Dans l'empire de la Camorra* [2007] (traduit de l'italien par Vincent Raynaud), Paris, Gallimard, Folio.
- Shell, Marc (1978), *The Economy of Literature*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

Siti, Walter (2014), *Résister ne sert à rien* [*Resistere non serve a niente*, 2012], traduit de l'italien par Serge Quadrupani, Paris, Éditions Métailié.

Vuillard, Eric (2015), *Conquistadors* [2009], Arles, Actes-Sud, Babel.

Emmanuel Bouju est Professeur de littérature comparée à l'Université Rennes 2 et membre senior de l'Institut Universitaire de France (programme "Littérature à crédit. Roman européen contemporain et paradigme fiduciaire", 2015-2020). Il exerce la responsabilité des activités et des publications aux PUR du *Groupe phi: Littératures sous contrat* (2002), *L'engagement littéraire* (2005), *Littérature et exemplarité* (co-direction d'A. Gefen, G. Hautcœur et M. Macé, 2007) et *L'autorité en littérature* (2010). Il est aussi l'auteur de *Réinventer la littérature: démocratisation et modèles romanesques dans l'Espagne post-franquiste* (préface de Jorge Semprún, PUM, 2000) et de *La transcription de l'histoire. Essai sur le roman européen de la fin du vingtième siècle* (PUR, 2006). Dernière direction d'ouvrage: *Fragments d'un discours théorique. Nouveaux éléments de lexique littéraire*, aux Éditions Nouvelles Cécile Defaut, 2016.

Can Translation Studies become a transdiscipline? A survey of some theoretical problems related to its field of research

Gabriel Perez

Ruprecht Karls Universität Heidelberg

Abstract: The present study attempts to outline the scope of Translation Studies (TS) as a particularly complex field of research. Thus, this paper explores TS as a *transdiscipline*, regarding translation phenomena as probabilistic, not categorical phenomena. It seeks to establish the strategies that can help us to understand the transversal complexity of translation phenomena, in order to give TS a metatranslation space. It is an attempt to demonstrate that the approach to this complex research field needs transdisciplinary research strategies, including both human sciences and natural sciences. Going further, the present study overcomes the traditional division between both sciences and incorporates models such as the *Third Culture* (Schrödinger 1951, Snow 1959 and Brockman 1996). This study attempts to take the challenge of providing TS with an *epistémé* (Nouss 1995), conceived as a mental laboratory that puts in practice a family of different theories, each one with a limited scope of action. These theories will compose a complete description of the logical ways of the translational function in society by exploring the transduction of cultural phenomena in society.

Keywords: Translation theory, Translation Studies, Meta-analysis, translational function, transdisciplinary research

Resumo: Este trabalho pretende definir o âmbito dos estudos de tradução (ET) como uma área de pesquisa especialmente complexa. Exploram-se assim os ET como uma *transdisciplina*, concebendo os fenómenos tradutivos como fenómenos probabilísticos, não categoriais. Trata-se de estabelecer as estratégias que possam ajudar a compreender a complexidade transversal dos fenómenos tradutivos, a fim de oferecer aos ET um espaço *metatradutivo*. O objetivo é demonstrar que a aproximação a este campo tão complexo precisa de

estratégias de pesquisa transdisciplinares, capazes de integrar tanto as ciências humanas quanto as naturais. Para além disto, este artigo supera a tradicional divisão entre ambas áreas científicas e incorpora modelos tais como a *Terceira Cultura* (Schrödinger 1951, Snow 1959 e Brockman 1996). Este estudo tenta assumir o desafio de prover os ET de uma *epistémé* (Nouss 1995), concebida como um laboratório mental que ponha em prática um conjunto de teorias diferentes, cada uma delas dotada de um limitado escopo de ação. Estas teorias comporão uma completa descrição das formas lógicas da função tradutológica na sociedade mediante a exploração da transdução dos fenómenos culturais nessa sociedade.

Palavras-chave: teoria da tradução, estudos de tradução, metanálise, função tradutológica, pesquisa transdisciplinar

Translation phenomena should not be regarded as categorical but as probabilistic. We may be tempted to think that the chances of a translation event happening depend on the number of ways in which it can take place, even though such chances may seem to be small (Mlodinow 2009). However, this is not a matter of calculation but rather of knowledge (Taleb 2008): whenever we have incomplete information about the causes, and such information is inevitable in the social contexts in which cultural phenomena occur, then in such cases, randomness plays a crucial role in their evolution, even though this does not mean that their characteristics are completely unpredictable (*ibidem*). Therefore, we cannot fully discard any kind of causation, bearing in mind that physical laws are a sound proof of its existence. Randomness and causal relationships do not exclude each other but are related concepts: there can be random noise in causal processes just like there can be a degree of causality in random processes (Bunge 2011: 19). Both are basic ways in which cultural phenomena, understood as translation phenomena, can take place.

First of all, any translational gnoseology and epistemology¹ that tries to configure a research field must refine its models and should incorporate the abovementioned aspects. Translation Studies (TS) must not only deal with the occurrence, consistency and evolution of cultural phenomena within the different specificities of social contexts but should also deal with everything conceivable in order to understand all its mechanisms and properties

(Badiou 1999); a utopia because translation phenomena are problematic and are not known as knowledge objects.

What then are the strategies that can help us to understand the transversal complexity of translation phenomena? An initial first step would be to search for a reference criterion, in order to be able to configure the TS research field. This criterion might be that of function, partly following Luhmann's (1973) sociological theory. In gnoseological terms, function is a logical scheme which operates in the field of matter/form, with the aim of critically conceptualizing the different translation phenomena observed in society. It permits conversion of the TS research field into a process-based systematic totality, by developing function in its most diverse situations. This includes its transformation and even its denial or impossibility. Another feature derived from the above is the relationship between the gnoseological world of research (ideas, operations, relations, etc.) and the world of facts (Bueno 1993), in order to be able to fit the complex materiality of translation phenomena mentioned above. The suitability of dissociating but not separating gnoseology from epistemology (*ibid.*) lies in giving TS a metatranslation space which would permit one to question and enquire about the tools used to analyze facts and their field of research (Nouss 1995, Baltrusch 2007, Pérez Durán 2008 and Baltrusch/Pérez Durán 2010). Despite the abstract level introduced by metatranslation practice, it permits assessment and correction of ways to theorize our knowledge about the translatology phenomena.² This uncertainty leads us to another important point of metatranslation work; namely, visualizing what does not work. Inaccuracies in research should not be considered as a failure since they indicate things that do not work. Marcus (2012) states that negative results are as important as positive results. What is sure though is that complexity and recursive strength of any social phenomenon requires gnoseological and epistemic foundations of TS to be "updated" and continuously reviewed.

From a practical point of view, function is an analytical instrument that focuses on problems. The goal is to avoid self-assertion of logics in certain disciplines that collect evidence to match the sense of their explanations. Thus, this gnoseology of (in)stability also includes extreme and unlikely things that do not conform to standard scenarios. This takes

us to another possibility which leads to the concept of function; namely, the comparison between its different implementations in the several social contexts it might appear.

All these innumerable contexts develop mechanisms that are specific to the translational function. Each of them can be treated as functional equivalents (Luhmann 1973) such that the ways in which the function takes place can be observed and analyzed. The observation of how replaceable and modifiable a translation phenomenon can be provides us with the possibility of glimpsing into its present momentary pause status. We can also do the opposite, i.e., observe its absence, evolution and potential. The following example might clarify this: a phenomenon *x* evolves from a state of temporary sedimentation *a* to another phenomenon *b*. The gnoseological and epistemological goal of TS would be to not only diagnose the nature of temporary sedimentation of points *a* and *b* but also to ignore the transition from *a* to *b*. Both provisional stabilization and evolution are dialectically rooted within each other, in an irreducible paradoxical game that any contribution must preserve in its contradictory, ambiguous and heterogeneous strength. These features will be discussed in detail later.³

The assumption that function is one of the pillars of the complexity of the research field implies the handling of an enormous amount of information. It needs a variety of strategies that cannot be exclusively limited to human or natural sciences. Likewise, each of these theoretical strategies should not monopolize research but should be modeled within its limited scope of action, as will be clarified further below. Thus, the complexity of the research field, formulated from the idea of function, does not allow for a reductionist analysis linked to one or several theories.⁴ We therefore need to assume the presence of locally valid models in the different adscription strata which overlap and cause mismatches (Stewart 2001: 505-507). Hence, we do not need to know the elementary particles of physics to understand the interactions between people and society (*ibid.*).

Lastly, the use of these transdisciplinary research strategies calls for a balance between two basic needs: divergence and convergence (Bunge 2010: 11):

1. As stated earlier, the problems tackled by the TS research field are multidimensional

in nature. Therefore, divergence between disciplines is needed to understand translation phenomena, not only in a specific but also in a heuristic manner (as explained below in point 2). It becomes a feedback loop, i.e., if the available information is part of a whole entity, then the addition of contributions from each discipline leads to an updating of knowledge with new statements and questions.⁵

2. However, the clash between the types of representation and the nomenclatures of the different disciplines warrants convergence at two complementary levels for TS to become a transdiscipline.⁶ On the one hand, we need to open an intersection to allow the creation of a non-idealist analytical space in order to erase limits between disciplines without neutralizing conflicts and internal contradictions. On the other hand, linking a great variety of disciplines requires a convergence related to epistemology and gnoseology (Bunge 2010). This need arises as a result of the search for a series of basic gnoseologic ideas (function, world, matter, reality, etc.) to link the divergent disciplines. This, together with the metatranslation practices described above, forms part of what we could call basic TS research, which would deal with its fundamentals and its review.⁷ This basic research, rather than act as a group of consensual basic axioms, would serve as a tool to reach certain provisional axioms. Tools and axioms can always be improved and that is why they are always being adapted.

The ultimate challenge would be to provide TS with an *epistémé* (Nouss 1995). It would have to be conceived as a mental laboratory that puts into practice not a common theory but a family of different theories with a limited scope of action that provides a description of the different logical ways of the translational function in society.

What then is the functional criterion needed to configure a research field in TS? The answer seems to be the transduction of cultural phenomena in society. This paper uses the terms 'transposition' (Genette 1989: 263-477, Griffiths *et al.* 2000 and Haydu 2002) and 'transduction'⁸ as synonyms (Dolezel 1986 and 1997, Griffiths *et al.* 2000 and Maestro 2002). Both concepts are wide enough to encompass all simultaneous processes of

transmission, transformation and interaction of cultural phenomena, both oral and textual, including the sociocultural, semiotic, economic and mediation problems (Martín-Barbero 2010).

On the other hand, these two notions are free of any ideological baggage that burdens their meaning, as is the case with terms linked to globalization: hybridization, creolization, mixture, syncretism, melting pot, crossbreeds, etc. despite their describing very similar realities (Appadurai 1996, Burke 2010 and Pietersee 1995). The generalized and common use of these terms usually tends to forget the resistance, imposition and conflict⁹ factors that are intrinsic to any social change, thereby disguising society from a diverse, ubiquitous and deterritorialized world (Friedman 1995 and Robertson 1995). Another important advantage of 'transposition' and 'transduction' as key concepts for describing the function that configures the TS research field would be the fact that they do not exclusively belong to any particular field, since they also have standardized functions in biology, neurology, logic, law, medicine, music, maths or (epi)genetics. According to the above idea of functional and transdiscipline equivalence, the adaptation of this terminology to TS would enable knowledge and description of other phenomena, regardless of their adscription to a single discipline.

The current circumstances need an action proposal (*multiple-model approach*) that really approaches the large amount of information that needs to be processed¹⁰ in this field of research and which tries to understand the translation phenomena. Handling translation materials according to the state of research also invalidates the dichotomous way of thinking (centre vs. periphery, original vs. imitation). However, one of the temptations that must be avoided when faced with the complexity of translation phenomena is that of resorting to making generalisations that disguise the translation phenomena with an alleged diversity that is lacking in such epistemic approaches. On the subject of knowledge transmission, it would be ideal to overcome the existing traditional division between natural and human sciences by using models such as the *third culture* articulated by Brockman (1996), from the ideas of Schrödinger (1951) and C.P. Snow (1959).

One of the tasks of TS as a transdiscipline would be to search, compare and understand the

different contextual variables in which this functional criterion develops within sociocultural systems. Therefore, the translational research field cannot refer to a single object or to something that can be considered a global and unitary entelechy. Quite to the contrary, TS should have multiple objects in order to build relationship networks, which will be determined via their operational processes.¹¹ By definition, a translational theory should be polycontextual, in accordance with a society conceived in a decentralized, conflictive and contradictory manner (Luhmann 1998).

To sum up, translation broadly needs to be resized into a basic function of sociocultural systems. This is because it is subject to governance and interaction between human beings and complex social systems, from the most elementary levels (neuronal, for example) to macro-social levels (self-organization of social systems or beliefs, among others), including its own emerging properties.¹² From this point of view, it could acquire all the characteristics of a *common*, which is useful for the development of a future functional-hermeneutical model of sociocultural phenomena (Ostrom/Hess 2007 and Ostrom 2009). Such a model would be able to combine the individual and social knowledge mechanisms, in addition to the socioeconomic, political and biophysical contexts.

1. Towards a transdisciplinary mapping of the TS research field

In 1990, when Bassnett and Lefevere proposed a “cultural turn in Translation Studies” demanding that translated texts be analyzed “embedded in their network of both source and target cultural signs” (1990: 10), there had long existed the pressing need to insert the conception of translation, and not just textual translation, in multiple contextual dynamics.¹³ Nowadays it is commonly accepted that translation depends on sociocultural evolutions.¹⁴ A more linguistic or cultural and social vision of translation is perfectly compatible, since we would be dealing with different levels and goals of translation phenomena. However, integrating them into a holistic and complex conception is one of the theoretical challenges for the research field of TS.

In fact, the integration of the cultural dimension focuses on the transformation of cultural phenomena and their communication within society. Therefore, we would also

need to map their complexity by not only connecting the big structures but also the smallest dimensions: individuals, cognitive structures, etc., together with the unavoidable appearance of new blank spaces.

However, the introduction of the cultural parameter took the academic discourse to such a level of abstraction and rhetorical use that any trace of subordination, social differences, dominance, etc. was almost eliminated from its analysis. Thus, as Buden (2006) points out, it is not the case that the notion of culture offset the notion of society in theoretical discussions and political practice, but that the cultural scenario became the only one to mediate in the perception of political reality (Moreiras 2007) and hides any possibility of seeking social justice, equality etc. as “culturally determined” (Buden 2006).

The culturalization of social elements is a danger that TS must avoid. Translation plays a key role in unravelling the discourse of essentialist plurality of multi-culturalism and the deconstruction of the narrative that comprises any cultural implementation. It therefore helps to understand, intervene and subvert the binary antagonisms that characterize modern politics (Buden 2006). An attempt to propose a separate social turn or a cultural turn in TS is quite disconcerting because thinking of culture outside society and not as its implementation (Luhmann 1998) is a fallacy. It would be more appropriate to speak of a sociocultural turn if we want to insist on the change of perspective observed in the last few years, according to the concept of ‘common’ suggested at the beginning of this paper (Hess/Ostrom 2007, Ostrom/Hess 2007 and Ostrom 2009). On the subject of culturalization of social elements, the main thing is to explore the interaction between what is cultural and social, instead of analyzing representations of the political, economic and social elements in the cultural framework (Sennett *apud* Bilbao/Hax 2012). As suggested by Talcott Parsons (1999), the function of cultural systems is to act as classifying templates which must be maintained and transmitted, even if they are not used instantly, within the social action of individuals and social groups. Thus, translation plays a crucial role in the evolution, selection and variation of culture, by acting as a (non-)hereditary memory of the community (Aunger 2004 and Lotman *et alli* 1979).

Nowadays, it is quite common to perceive cultural systems as permeable, mixed and

crossbred: They are complex systems for relation and replication of transcultural and intra-cultural information. Transcultural and intra-cultural dynamics could be defined as two phases of the import and transfer process of cultural elements, which are dialectally related and in continuous co-evolution (Sassen 2007):

1. The *transcultural* phase would correspond to the period of import and adaptation in the target cultural space. Haiku in European modernism is a good example wherein a poetic genre with a thousand-year-old heritage in Japan becomes representative of modernity and avant-garde in Europe and America (Walsh Hokenson 2007). However, the continuous destabilization of cultural systems due to rapid creation of new assemblies makes this phase much more active in societies affected by globalization (Sassen 2010: 474-475). Globalization processes took intrinsic features from any given society to the next level (change and relationships, exchanges and expansion of any type of elements). Global cities (like New York, Buenos Aires, Paris, etc.) might certainly be the most obvious examples of these transductive processes related to globalization (*ibid.*).
2. An *intra-cultural* phase would be a complex network of relations between the transferred element and the receiving society, especially the power relations, the processes of dissemination, adaptation, resistance and re-combination with other sociocultural phenomena of the target society. It is not a final phase, but a temporary sedimentation that takes place in a specific space and can simultaneously occur with another implementation in a different place. This temporary fixation (Luhmann 2006: 97-120) contains a contraction of structures which have been gathered and reflected in different social ways. Therefore, it has internal insoluble conflicts between the accumulation of implementation possibilities and the resolutions temporarily reflected within a specific social context. However, the fixation operations of those facts can be repeated and therefore create a double effect (*ibid.*). On the one hand, in order to reproduce a specific event, it must be identified with a sense, carried out and communicated by a person and/or social group, which will

single it out from the rest. On the other hand, in such a fluctuating and fragmentary context, such as the social dimension, it produces an effect of continuous learning (cf. Kauffman 2003 and Mühlmann 1996). Therefore, from that moment on, the concepts of fixation or temporary sedimentation designate the generation of long-term structures in the process of ongoing self-organization and self-poiesis of sociocultural systems (Luhmann 2006: 97-120). These structures are monitored by time-space variables, which configure a specific transitory 'historical present' (Benjamin 1992) with their own 'language games' (Wittgenstein 1998) and emerging phenomena. At the same time, the changes in any social or cultural phenomenon from one historical present to another lie in their capacity of (un)translatability (Benjamin 2007).

Therefore, basing an epistemology of TS in binary questions would be simplifying and obsolete (Sela-Sheffy 2000). It may seem as though the processes of invention, import,¹⁵ imitation and transformation in a society are acting as a self-catalyst to promote the emergence of sociocultural phenomena (Diamond 1997: 239-263). However, just analyzing the transition of the transferred elements until they are well rooted into the target society is not enough, since the very nature of transition is in constant expansion, without purpose or end. Therefore, one needs to observe how transpositions are maintained, how they disappear or recombine, by taking into account a variety of factors with unforeseeable consequences. Abandonment, for example, can sometimes occur after a culture has incorporated a new element, for motives unrelated to the phenomenon or artifact itself.

These questions are intrinsically related to the problem of diachrony and synchrony of imported cultural phenomena, because the time-space axis and the flow of information/communication are key to understanding the transduction of this type of phenomena. A cultural phenomenon, whether or not imported/stabilized, is subject to evolutionary processes and changes. The important thing is its evolutionary rate and how it

is assumed/assimilated or rejected by people, social groups and collective trends of a specific society within a specific time frame.

The physicist Richard Feynman hit the mark when he said that equilibrium happens when the fast processes have already occurred, but the slow ones are yet to occur (*apud* Kauffman 2003: 197). As Mühlmann points out (1996), the lack of knowledge about the most delayed cultural dynamics results in our fossilizing them by conferring relevance to them. That ignorance of the *slow*, according to Mühlmann, is due to the fact that observing the slowest transductive processes would require the collaboration of several human generations, which would be precarious because of the lengthy communications processes and the huge volume of information generated. As knowledge progressed, this territory of the unobservable (and disguised as relevant) changed from being a space reserved for divine and theological issues, to being a space where one can talk about the behaviour of long-haul events via models taken from the theory of complexity and self-organization, among others, either systemic or evolutionary (*ibid.*).

Consequently, the rate of evolution (together with time-space diachrony-synchrony) is one of the key problems also characterizing the TS research field. Therefore, the treatment of the different possibilities in which the transpositions of cultural phenomena develop in social systems should not be formulated in terms of opposition of essentialism vs. non-essentialism, determination vs. imprecision, etc. The nature of 'materiality' of cultural phenomena, and of its operations and processes precisely requires us to be aware that its main features are instability and a state of constant evolution and expansion, but without any goal. We must understand that the adscription of any cultural phenomenon to a specific form is never an indication of an imperturbable solidity but a proof that cultural phenomena are characterized by their *allostasis*, i.e., by keeping their stability through change (Sapolsky 2008: 30-32).¹⁶ As stated above, this allostatic capacity implies that adaptation mechanisms are started until a new equilibrium is reached in response to the continuous changes in the cultural transduction process. There are always variable conditions that force a continuous adaptation until a stability is achieved, which will never be permanent. This continuous friction can actually be framed within three factors: (i)

variation/selection, (ii) transmission/dissemination and (iii) sedimentation (temporary) (Luhmann 1998).

When trying to define TS, the first decision that must be taken will have to be epistemological and gnoseological, i.e., is TS characterized by having its own field of research or is it an object of study? The answer would clearly be that the immensity of information gathered can only be handled and organized after establishing a field of research. This reaction is due to the difficulties experienced in distinguishing between the object of study and the cognoscent subject that analyses it. However, this clear distinction is quite difficult to establish because the cognoscent subject (and observer) usually projects its own prejudices towards the object of study.

The possibility of avoiding the subject/object problem lies in configuring a field of research around a function, which in the case of TS would be the transduction or transposition of socio-cultural phenomena, as defined in the first pages of this article. According to this theoretical framework, TS cannot be related to an unchangeable study object. For our approach to systematization of the epistemological foundations of TS, Bueno offers an essential complement in his general theory of science (1992: 117): no discipline must refer to an object (or something considered global and unitary, no matter how complex it is) but must be related to multiple objects in order to build a network of relations. The field of research should contain formal and material parts, with multiple terms determined via their operational processes (*ibid.*). And this is why the functional criterion was chosen.

Another consequence of these epistemic options, together with the transdisciplinary character (cf. Wilss 1999), is the abovementioned amount of information that must be dealt with. It would not make sense to defend TS as a purely linguistic, cultural or social discipline. The disciplines do not exclude each other and are perfectly compatible, be they CAT, community interpreting, audiovisual translation, adaptation, technical translation, localization or cultural translation, etc. It is true that each subdiscipline has its own specificities and operations, but their common element is the function that configures the field of research of TS; namely, the transduction of sociocultural phenomena.

Translation and, by extension, TS, are already being used as fundamental pieces to understand contemporary societies. Translation has been studied as a form of social activism (Tymoczko 2000), political action (Schäffner 2007), or as key dynamics in multilingual societies — materialized as interpretation in public services, integration policies, etc. (which also happens in global cities, Sassen 2010). They have become a space of complex confrontation between the localization of the logics of standardization of globalization (economic, social, cultural, etc.) within a specific territory and its own specificities. This gives rise to acculturation processes and/or new formats of resistance that either benefit or not from the globalization devices (Klein 2005). Thus, the theoretical and practical potential of translation (or TS) could play a main role in research in even more fields.¹⁷

Now that we have established the role of TS, what then would be its possible definition proposal? With the provisional reserves of a research *in progress*, TS could then be considered a transdiscipline whose field of research is comprised of allostatic dynamics and the transposition of cultural phenomena within the dynamics of a theoretical-practical reason (cf. *supra*). It would encompass the study of operations that affect all kinds of translation processes —from cultural translation to oral and textual translation, in general, and its specific applicability in mediation (i.e. transmediality) and problem solving in multicultural societies, to name just a few— within the complex systems they belong to (naturally conditioned by aspects such as cognition, randomness, creativity, social imagery, political structures, economical structures, biogeographical, etc.).

Thus, a first and important task would already be taken care of, i.e., differentiation from the other fields of research and establishment of a functional criterion, which is the starting point of any research work. Difficulties arise later with the need for dealing with the huge amount of information involved in the transposition of any cultural product. Moreover, activism and intervention are also essential components as TS is not just a simple exercise of abstraction. Besides the ethical implications, there is still the need for communicating and spreading the theoretical conceptualizations of TS in order to ensure

that they remain not just restricted to the academic world but that they can receive an ongoing feedback in theory and practice.¹⁸

3. The problem of *turns* when marking the evolution of the research field of TS

When facing the complexity of the TS research field, there is a paradox: the form in which each state of things is presented has two versions, namely, unit and multiplicity. However, there are keywords that are commonly used to conceptualize both states, without doing much more than pointing out truisms about TS: the proliferation of tags such as cultural mediation, hybridization, cultural diversity, negotiation, transcultural communication, third spaces, multisemiotic aspects, border thinking, etc., reveal that in sociocultural aspects, 'normality' means change. The problem arises when we take the next step. Just because we name concepts, we do not have an epistemology nor solve most challenges associated with such concepts. There are still many unanswered questions: what is the territory in which translation phenomena are developed and self-organized? What shall we do with relations of subordination, social differences or domination? How can we introduce the parameters of randomness in the epistemological construction of TS?

Translation Studies have always been carried out in separate sectors except for a few special cases. With this, I am not supporting the dissolution of the specificities of each discipline. However, the TS research field is an extreme case, in which the simultaneous nature and complexity of translation phenomena is often not just a linguistic or an ideological or cultural issue. Therefore, sorting all subject matter from the TS research field into categories and displaying them in separate showcases does not match the way they exist in the world. The challenge of TS is that of accessing all variables experienced by translation phenomena in sociocultural reality according to the above-mentioned idea of function. There is really a lack of a theory of knowledge suitable to the TS research field that is subject to the (non)linear, (a)symmetrical, autopoietic, self-organized, self-referring and recursive logics of cultural phenomena which does not reproduce past epistemological inertias. Likewise, this theory must be able to remain permeable, without getting stuck in a text dependence or distance itself from activism and ethical commitment, for example. This

is not an original addition and simply means going back to the old issues but with new tools. We therefore should not keep on theorizing the process of acquisition of translation rules and practices or the decision-making of the translator without taking into account the cognitive function of human beings or having a reductionist conception of human reason. For this, we need a systemic approach (Bertalanffy 1976) of TS, which combines scientific realism (Mahner 2001) and emergentist materialism (Bunge 2010).

Therefore, describing the evolution of translation theory as paradigmatic turns (following Feyerabend 1986 or Kuhn 2004)¹⁹ does not seem to be a productive exercise. If we set aside the inflationary use of the unclear concept of paradigm, then Kuhn's statement (2004) that scientific research is linked to social influences and scientific communities begins to gain relevance. However, Kuhn's theory of paradigms also gives rise to at least four problematic fields (Masterman 1999: 59-90):

- (i) comparing theories is almost impossible,
- (ii) a paradigm can be identified with a 'mental prison' (supported by a conceptual network that interprets reality),
- (iii) a paradigm implies a restrictive conception of rationality (which excludes the unconscious and the emotions and feelings from decision-making and reasoning),
- (iv) it is impossible to specify the exact moment of change from one 'paradigm' to another and the very concept of paradigm is inconsistent (*ibidem*).

The identification of scientific paradigm with a mental prison suggests the idea that it is a completely closed framework, with a capacity to absorb any anomaly or discrepancy that questions its postulates. Thus, there is a transfer of methods and operations between paradigms which contradicts the total closure hinted by comparison. On the contrary, the discovery of inconsistencies permits restructuring and correction of data and hypotheses put forward not because there is a social consensus but because the theories and hypotheses are either true or false —in the sense of truth, as a synthetic identity (Bueno 1992).²⁰

Another doubtful aspect of Kuhn's ideas is the incommensurability of his theories.

On the one hand, this gave rise to a way of understanding scientific research from an evolutionary perspective, albeit without believing in the utopia that knowledge accumulates and gradually evolves (Kuhn 2004: 241-261). And, on the other hand, it created confusion between 'rival' theories and the lack of capacity to compare theories. In order to be able to compare two theories in a reliable manner, both must share the same reference and sense. Behavioural psychology and Jauß's reception theory, for instance, are not comparable and do not share a common domain. However, when theories occupy the same set of references and senses, then they become comparable and rival since they represent different interpretations that try to explain the same set of events. In this sense, Planck (1936: 97) ironically stated that one theory triumphs over its competing theories not because it convinces detractors but because detractors end up dying, and therefore a new generation grows up and gets used to the new theory.

However, the biggest difficulty faced within the perspective of paradigmatic changes is this supposed change from one paradigm to another. How, when and what are the reasons for this change? If we apply this to the field of TS, we notice an almost equivalent use between paradigm and turn (cf. Bachmann-Medick 2009, Bassnett 1998, Bassnett/Lefevere 1990 and Snell-Hornby 2010). We need to ask ourselves whether this perspective is really effective or if it represents an obstacle that makes us see the different translation theories as different showcases, with their own network of concepts and epistemology. The analysis of changes ascribed to the turns in the theory of TS in the last decades permits the observation that these are attempts at introducing new variables within an already accepted coordinate system. The appearance of 'cultural', 'social' or even 'sociocultural' variables means the introduction of new terms within already established relationships and operations. Thus arises a need to re-interpret the variables by taking the new parameter into account. Rather than consider turns in translation studies as paradigms, we need to adapt their internal structure in order to acknowledge the new item in accordance with a set of new calculations. However, this does not mean that we should consider each variable introduced by a turn as a change of paradigm. Analogically, it would be similar to the fracture caused by Einstein and quantum physics with respect to

Newtonian physics, where the linguistic turn would become a cultural turn, or an ideological turn (Wing-Kwong 2006), or a translational turn (Bachmann-Medick 2009), etc. in a translational theory context.

In this sense, the theoretical discourse of turns in TS gives a false image of epistemological and gnoseological rupture even though there is none whatsoever. It also leaves out the baseline research, as stated above. What then would be a possible solution to start building multipurpose foundations for a theory of TS? If we consider that a complete and definite transdiscipline is utopic, then at an epistemological and gnoseological level TS has to accept a series of ontological and transversal ideas which, together with the meta-translation consideration, become part of its baseline research. This ontology of concepts would have to be adapted to the need for ongoing change of the TS research field materials and some problems derived from it, such as diachrony-synchrony, distinction between subject-object and the point of observation.

An approximation to a theory of TS would only be viable if we consider a network of effective theories, which are linked by a series of basic ontological and transversal ideas — causality, reality, world, matter, etc. We should not forget that the function would be the main point within which the research field is configured. The basic idea of elective theories is that each of them models a few phenomena within its scope of action, without the need to fully describe the underlying processes (Hartmann 2001 and Hawking/Mlodinow 2010). We could consider that each model has a validity that is limited to a context and thus, the use of a functionalist perspective —as established by Nord (1997), Oksaar (1995), Reiss/Vermeer (1996) and Vermeer (1983)—, would be compatible with descriptivist theories (e.g. Toury 1995), as long as they maintained the basic coherence and cohesion when understanding the ontology of the materiality being analyzed. This allows “[to] use a plurality of interrelated conceptual tools, and explanations [that] are obtained by attacking a phenomenon from a variety of theoretical perspectives. It is this pluralism of tools which is good for science and which makes science flourish” (Hartmann 2001: 39). The goal of formulating a combination of effective theories would lack the nostalgia of consensus (Holmes 1988: 67-68) and the supposed uniqueness of TS (Baker 1996).

As a complement to the concept of effective theories, the approach of Merton's middle-range theories (2002) is another useful toolbox to elucidate the multi-level complexity of TS and its category as a transdiscipline. The presence of transdisciplinary fields of research must stop being an exception because change can be considered a norm within TS. To a great extent, Merton thought that within the network of general theories, i.e., those that try to explain a great deal of phenomena but are not specific enough due to their nature, there is enough elasticity and overlap for more specific theories (those researching small groups of phenomena and not trying to explain all phenomena) to be integrated within the network of general theories, even though they may clash with each other. Therefore, according to the ideas of polycontextual society, function and functional equivalent shown before, the relationship between general and middle-range theories allows for those abstract and general aspects to be in contact with the particular data and specificities of each analyzed context.

Both the concept of effective theories and Merton's ideas shape transdiscipline. They break the dichotomy between micro-level and macro-level perspectives and furthermore deactivate the reductionism or general theory duo in the light of the complexity of translation phenomena. Therefore, they allow for coherence with the organic, (non-)linear, (a)symmetrical, autopoietic, self-organized, self-referring and recursive aspects and the problems of diachrony-synchrony and time-space of cultural phenomena with regard to being considered as translative.

4. Conclusions: TS as a transdiscipline

As already stated above, the introduction of the concept of function and the definition of the field of TS derived from it must be flexible enough to prevent the cancellation of any divergence by integrating postulates. The starting point behind this is that any attempt at thinking and analyzing social phenomena, in general, and cultural phenomena, in particular, should be preceded by complexity. This is because society is not just a multiplicity of individuals. However, there needs to be enough cohesion for the TS research field to differ from others. Thus, there arises a need to adopt a transdisciplinary

perspective when stressing function. On the one hand, this will try to explain cultural phenomena as translational events and, on the other hand, it will allow a systemic perspective to operate as a driving force at the gnoseological and epistemological level. Therefore, TS as a transdiscipline connects two forces, which were traditionally thought to be conflicting, i.e., the spread of points of view whose common feature is the transduction of cultural phenomena and the convergence at gnoseological and epistemological level. It thus acts as a foundation for establishing a precise image of the research field, and introduces the idea of an ongoing reflection that analyzes and enhances research methods and practices. In this line, the flexibility of the approach of effective and middle-range theories strengthens the interaction between the specific aspect —the performance of the translational function, and the general aspect, an epistemic and gnoseological network (causality, reality, world, matter, etc.) which weaves the different effective theories that configure the research field of TS.

Even though we have stressed that gnoseology of TS must be a “unity in diversity” (Bowker *et al.* 1998), a “difference in diversity” (Bassnett 1999) or “a house with many rooms” (Neubert/Shreve 1994), we still have to confer a context for these intentions: how then do we achieve that “multiple-model approach” (Gentzler 2001: 163)? How can we stop it from being a rhetorical idea stuck in idealism so that it is viable and useful? The paradox is that, on the one hand, an attempt is made towards establishing cooperation between disciplines that enrich TS but, on the other hand, we continue to work with descriptive parameters that follow old logical-ontological traditions.

Whether it is for good or bad, TS mainly analyzes the transposition of cultural phenomena. At a basic research level, we must deal with organic, (non)linear, (a)symmetrical, self-organized, self-referring and recursive aspects and the problems of diachrony-synchrony and time-space of these phenomena. When we focus on complexity to delimit the research field of TS, we avoid general explanations that are stuck in a false time-space invariance (Gould 2007: 1339-1341). Therefore, this paper proposes that TS be based on the idea of function, on the effective theories, on the systemic perspective and on the

idea of transdiscipline. However, the huge amount of information that needs to be processed in this task requires special intellectual modesty.

Perhaps the biggest setback is that basic research in TS dealing with elementary epistemic conceptions — reality, world, matter, causality, etc. — has not yet been carried out rigorously. The definitions and respective distinctions would have transversal effects but are essential in order to lay the foundations for effective TS theories. To that end, we need to develop aspects such as the ontology of concepts and ideas, tackle the diachrony-synchrony problem, overcome the subject-object difficulties, and question the cognoscent subject, self-referencing, randomness, uncertainty, complexity networks, etc.

These epistemic and transversal links do not conceive translation as a ‘harmonized whole’. Their operational ability comes from the specific problems presented by translational phenomena. The option of transversality implies the introduction of a complexity that must be managed with a logical-ontological base according to the requirements of the ‘materiality’ of cultural phenomena. For example, we should not elaborate a template of decisions made in lexical choices without considering what cognitive sciences or game theory can add to the matter. This takes us back to the starting point: problems, and not the most comfortable tools, should determine research for the observer.

Transdisciplinarity is yet another consequence of this set of epistemic choices. Such non-adscription to a specific school or theory could bring along a number of tools that would complement the understanding of translation phenomena. However, this creates a bigger difficulty when organizing the different perspectives provided by each tool. However, the combination of different perspectives and scientific traditions will surely generate further questions, since research is an end in itself. TS, anthropology and cultural neuroscience²¹ for example, “can aid the development of theoretical approaches to embodiment that more richly help describe the processes and consequences of emotion socialization, throw light on the cultural processes that affect the symptom presentation” (Seligman/Brown 2010: 137).

Regarding this, Rule *et al* (2013: 8) state that “cultural neuroscience is in an even

greater position to bridge the culture–biology gap by drawing together perspectives and methodologies from every area of psychology (e.g., cognitive, social, and developmental), as well as from the fields of anthropology, molecular biology, and neuroscience”. We would like to add that feedback with TS would permit one to see differently, both in relation to some research problems in cognitive, as well as in social sciences regarding the interactions between individuals, social groups or society as a whole. According to what has already been said about the constellation of effective theories combined with Merton’s epistemic ideas, many problems that TS tries to solve are fortunately also researched by other disciplines, either directly or indirectly. The gap created by such problems provides an opportunity to establish connections between disciplines that deal with the common problem. Therefore, TS can be a starting point from humanities to provide content (at all levels) to the intentions of the *third culture* in overcoming the traditional division between natural and human sciences (Brockman 1996).

The challenge therefore is to turn TS into an episteme (Nouss 1995) that does not only create an interpretation system but also promotes a self-critical capacity. To illustrate this, we want to remember a little story. When once asked about improvisation, Miles Davis mentioned an attitude of exploration that should also be applied to TS: “almost like an invitation, a challenge to go forward into something I knew nothing about” (*apud* Kahn 2000). This is, precisely, the current challenge of TS: preventing time from crippling its capacity for innovation and creativity.

NOTES

¹ I will apply the distinction made by Gustavo Bueno (1992 and 1993). The difference is that epistemology would be the theory of knowledge, either mundane or (pre-)scientific, organized around the cognoscent subject/object opposition, while gnoseology would be structured in relation to the form/matter distinction (ibid.). We must be careful with the issues of form/matter due to the constant rearrangement between ontology, epistemology/gnoseology and the frames of reference in the TS research field. This is because contingency in social phenomena, understood as translative, also comes from the existence of an autonomous outer world oblivious to the human brain, which is always limited by its own neurological system and by the subjectivity it confers upon what is observed. Therefore, social phenomena, in general, and translative phenomena, in particular, emerge as a result of the combination of a human brain and the autonomous action it perceives (Bunge 2010).

² Meta-analytical practices are also useful in other sciences, such as social psychology (cf. Armitage/Conner 2001), medicine (The Cochrane Collaboration [<http://www.cochrane.org>]) or social sciences (Berger 2013). This importance results in the need to systematize studies that prove nothing on their own.

³ Cf. 'in-between' (Tymoczko 2000 and Wolf 2000), 'act' and 'strength in Aristotle' (Peña García 1984), the 'to be instead of not to be' by Deleuze (Pardo 2011), the 'constellation' or 'dialectic image' by Walter Benjamin (Benjamin 2005 and Kampff Lages 2007) and 'texte traductif' (Nouss 1995).

⁴ The concept of 'complexity' is used in the sense established by Barabási (2003: 6-8) and Stewart (2001: 79-80 and 475-507).

⁵ In the light of the logic of Gödel's theorems of incompleteness and the platonic simploké (Bueno 1993), we could ask ourselves: when is a transdiscipline consistent enough so that it does not need a systemic integration of certain aspects from other disciplines? Or, on the contrary, since the combination of known elements that take us to the unknown seems to be infinite, will a transdiscipline never be fully completed?

⁶ Cf. the concept of transdisciplinarity in Bachmann-Medick (2009: 2).

⁷ Therefore, elementary research, as part of metatranslative research, is critical to the development of the transdisciplinary translational field and is also a source of unavoidable conflicts (cf. Paletz, Schunn / Kim 2013 and Dunbar 1995).

⁸ This concept is useful in TS, cf. Silverstein (2007) and Tymoczko (2000).

⁹ One of the relations to be explored and systematized in TS is the link between conflict and the processes of transposition of sociocultural phenomena, for example the perception of 'strange/foreign elements' in the different societies all over the world (cf. Das 2002 and Mona Baker 2006).

¹⁰ We should try to use the data mine crowd in the future for an easier observation of patterns in reality and thus partly decrease the huge amount of information that must be analyzed in the TS research field.

¹¹ For other applications of Niklas Luhmann's sociological theory in translation studies, cf. Hermans (1999) and Tyulenev (2009, 2010 e 2011).

¹² When using 'emerge' and its noun 'emergence' or 'emerging property', I am referring to the main property of complex systems, dealt with by the sciences of self-organization, complexity and cybernetics (Johnson 2002). On researching the role of self-organization and randomness in social systems and the emergence of social phenomena see Camazine, Deneubourg et al. 2001 and Solé 2009. They are useful tools to observe how the dynamics of stabilization and conflict, diffusion and contagion, the intricate relationship with individual cognition and the configuration of social imagery, etc. work within society.

¹³ When we use tags or any other way of pigeonholing reality, a false sense of novelty is often projected. Before Bassnett and Lefevere the cultural turn started to be applied, for example, in the 1950s and 1960s in Brazil in line with concrete poetry and the theory of anthropophagy and translation (cf. Campos 1992). And in 1981, Even-Zohar already spoke of the need to equate the notions of transfer and translation process, once again highlighting the sociocultural context, as well as trying to avoid the exclusive identification between translation and text: "In transfer/translation, the transfer principle will be taken as a procedure, which due to the decomposition/recomposition unavoidably involved in it, processes the utterances/texts so they behave differently from the source" (ibid.: 7). On the other hand, in the 1980s, the functionalist approaches in translation already started to work on the concept 'cultureme', which deals with the question of culture in texts and how it is transferred to the target text (Nord 1997, Oksaar 1995 and Vermeer 1983). And as a last example of background, in the 1990s, Alexis Nouss (1995), following the hermeneutical tradition of translational thought, proposed to adopt the paradigmatic novelty of translation as epistémé of our modern contemporaneity. In line with Nouss, but with different nuances, Bachmann-Medick proposes that a "third stage in the «translational turn» might be to harness the characteristic self-reflexivity of the translation category to help us consider our own research in the analysis of culture as itself a task of translation — humanities as a kind of «translation studies»—" (2009: 11-14). On these different proposals of paradigmatic changes in TS, cf. Snell-Hornby (2010).

¹⁴ However, I do not intend to define my position within a sociology of translation (cf. Wolf 2007 and Wolf / Fukari 2007) but rather to advocate for a systemic model (Bertalanffy 1976), which combines scientific realism (Mahner 2001) and emergentist materialism (Bunge 2010).

¹⁵ The dynamics of innovation/import/adaptation in the process of creation of cultural repertoires (Even-Zohar 1981 and 1997) might be from other places and times. However, in the present day, where this process

is getting faster, the fact of having lots of past-time information does not necessarily reflect the context in which it was generated (Reynolds 2011).

¹⁶ For the application of *allostatis* in the understanding of translativity dynamics, cf. Perez Durán (2008), Baltrusch / Pérez Durán (2010).

¹⁷ These aspects might even offer new models of work organization, transnational companies, international protocols and trade relations, marketing and localization in relation to its selling capacity, diversity (ibid.), etc.

¹⁸ As reflecting on practice improves the role of theory and the other way round (Vidal Claramonte 1998: 120).

¹⁹ There are other concepts that have a very similar referentiality, such as “thought styles” (Fleck 1986) and “research programme” (Lakatos 1981).

²⁰ According to this idea of truth, the concept of function and effective theory is related to this perspective of Bueno (1992 e 1993), since it limits the action of truth to a specific range or reality.

²¹ “In our view, cultural neuroscience is an interdisciplinary field that researches interrelations among culture, mind and the brain” (Kitayama/Park 2010: 112).

Bibliography

Appadurai, A. (1996), *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University Minnesota Press.

Aunger, R. (2004), *El meme eléctrico. Una nueva teoría sobre cómo pensamos*, translated by J. Ros, Barcelona, Paidós.

Badiou, A. (1999), *El Ser y el Acontecimiento*, translated by R.J. Cerdeiras / A.A. Cerletti, Buenos Aires: Manantial.

Baltrusch, B. (2007), "Teoria e prática da Tradução & Paratradução de literaturas e culturas contemporâneas", *Â Beira* 6, 11-53.

-- / G. Pérez Durán (2010), "Na orografía do mudable. Cara a uns Estudos de Tradución & Paratradución", in *Soldando Sal. Galician Studies in Translation and Paratranslation*, by eds. B. Baltrusch / G. Pérez Durán / K. Saringen, 9-33, Munich: Martin Meidenbauer Verlag.

Bachmann-Medick, D. (2009), "Introduction. The Translation Turn", *Translation Studies* 2:1, 2-16.

Baker, M. (1996), "Linguistics and Cultural Studies: Complementary or Competing Paradigms in Translation Studies?", in A. Lauer *et al.*, *Übersetzungswissenschaft im Umbruch. Festschrift für Wolfram Wills zum 70*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 9-19.

Barabási, A-L. (2003). *Linked. How Everything is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science, and Everyday Life*, New York, Plume.

Bassnett, S. / A. Lefevere (eds.) (1990), *Translation, History and Culture*, London, Pinter.

Bassnett, S. (1998), "The Translation Turn in Cultural Studies", in *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*, by eds. S. Bassnett / A. Lefevere, 123-140, Clevedon, Multilingual Matters.

-- (1999), "Translation 2000. Difference and Diversity", *Textus* 12/2, 213-218.

Benjamin, W. (1992), *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, translated by M^a Luz Moita /

M^aA. Cruz / M. Alberto, Lisboa, Relógio d'Água.

-- (2007), "A tarefa de quem traduce' von de Walter Benjamin", translated by B. Baltrusch / S. Montero Küpper / X.M. Garrido Vilariño, *Viceversa* 13, 79-103.

Bertalanffy, L. von (1976), *Teoría general de los sistemas. Fundamentos, desarrollo, aplicaciones*, translated by J. Almela, México, Fondo de Cultura Económica.

Bilbao, H. / A. Hax (2012), "Richard Sennett: 'Hay que perder el miedo al fracaso'", *Clarín* (27.07.2012), <http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Richard-Sennett-entrevista-sociologia-buenos-aires_0_745125489.html> (viewed on: 01.08.2012).

Bowker, L. / M. Cronin / D. Kenny / J. Pearson (eds.) (1998), *Unity in Diversity? Current Trends in Translation Studies*, Manchester, St. Jerome.

Brockman, J. (1996), "Introducción. La tercera cultura que emerge", In *La tercera cultura. Más allá de la revolución científica*, by ed. J. Brockman, 13-26, translated by A. García, Barcelona, Tusquets.

Buden, B. (2005), "The Pit of Babel or: The Society that Mistook Culture for Politics", *Transversal/ eipcp*, translated by A. Derieg, Wien, European Institute for Progressive Cultural Policies, <<http://translate.eipcp.net/strands/01/buden-strands01en>> (viewed on: 03.02.2011).

-- (2006), "Cultural Translation: Why It is Important and Where to Start With It", *Transversal/ eipcp*. Wien: European Institute for Progressive Cultural Policies, <<http://translate.eipcp.net/transversal/0606/buden/en>> (viewed on: 03.02.2011).

Bueno, G. (1992), *Teoría del cierre categorial. Introducción general. Siete enfoques en el estudio de la ciencia*, vol. i, Oviedo, Pentalfa.

-- (1993), *Teoría del cierre categorial*, vol. II, Oviedo, Pentalfa.

Bunge, M. (2010), *Matter and Mind. Philosophical Inquiry*, Boston, Springer.

-- (2011), *100 ideas. El libro para pensar y discutir en el café*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana.

- Burke, P. (2010), *Hibridismo cultural*, translated by S. Chaparro Martínez, Madrid, Akal.
- Camazine, S. / J-L. Deneubourg, N.R. / Franks, J. Sneyd / G. Theraulaz / E. Bonabeau (2001), *Self-Organization in Biological Systems*, Princeton, Princeton University Press.
- Campos, H. de (1992), "Da tradução como criação e como crítica", in H. de Campos, *Metalinguagem & Outras Metas*, São Paulo, Perspectiva, 31-48.
- Chesterman, A. / R. Arrojo (2000), "Shared Ground in Translation Studies", *Target* 12:1, 151-160.
- Das, V. (2002), "Violence and Translation", *Anthropological Quarterly* 75:1, 105-112.
- Diamond, J. (1997), *Guns, Germs, and Steel. The Fates of Human Societies*, New York, W.W. Norton.
- Dolezel, L. (1986), "Semiotics of Literary Communication", *Strumenti Critici* 50, 5-48.
- (1997), *Historia breve de la poética*, translated by L. Albuquerque, Madrid, Síntesis.
- Even-Zohar, I. (1981), "Translation Theory Today. A Call for Transfer Theory", *Poetics Today* 2:4, 1-7.
- (1997), "The Making of Culture Repertoire and the Role of Transfer", *Target* 9:2, 373-381.
- Feyerabend, P.K. (1986), *Tratado contra el método. Esquema de una teoría anarquista del conocimiento*, translated by D. Ribes, Madrid, Tecnos.
- Fleck, L. (1986), *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, translated by L. Meana / A. González de Pablo, Madrid, Alianza.
- Friedman, J. (1995), "Global System, Globalization and the Parameters of Modernity", in M. Featherstone / S. Lash / R. Robertson, *Global Modernities*, London, Sage, 69-90.
- Genette, G. (1989), *Palimpsestos. La literatura en segundo grado*, translated by C. Fernández Prieto, Madrid, Taurus.
- Gentzler, E. (2001), "Expanding Horizons or Limiting Growth?", *Target* 13:1, 160-165.
- Gould, S.J. (2007), *La estructura de la teoría de la evolución*, translated by A. García Leal,

Barcelona, Tusquets.

Griffiths, A. J.F. / J.H. Miller / D.T. Suzuki / R.C. Lewontin / W.M. Gelbart (2000), *An Introduction to Genetic Analysis*, New York, W.H. Freeman.

Haydu, J. (2002), "Business Citizenship at Work: Cultural Transposition and Class Formation in Cincinnati 1870-1910", *The American Journal of Sociology* 107:6, 1424-1467.

Hartmann, S. (2001), "Effective Field Theories, Reductionism and Scientific Explanation", *Studies in History and Philosophy of Science* 32:2, 267-304.

Hawking, S. / L. Mlodinow (2010), *The Grand Design*, New York, Bantam Books.

Hermans, T. (1999), *Translation in Systems. Descriptive and System-Oriented Approaches Explained*, Manchester, St. Jerome.

Hess, Ch. / E. Ostrom (2007), "Introduction. An Overview of the Knowledge Commons", in *Understanding Knowledge as a Commons*, by eds. Ch. Hess / E. Ostrom, 2-26, Cambridge (ma) / London, mit Press.

Holmes, J.S. (1988), *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*, Amsterdam, Rodopi.

Johnson, S. (2002), *Emergence. The Connected Lives of Ants, Brains, Cities, and Software*, New York, Touchstone.

Kahn, A. (2000), *Kind of Blue. The Making of the Miles Davis Masterpiece*, London, Granta Books.

Kampff Lages, S. (2007), *Walter Benjamin. Tradução & Melancolia*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).

Kauffman, S. (2003), *Investigaciones. Complejidad, autoorganización y nuevas leyes para una biología general*, translated by L.E. de Juan Vidales, Barcelona, Tusquets.

Kitayama, Sh. / J. Park (2010), "Cultural Neuroscience of the Self: Understanding the Social Grounding of the Brain", *Scan* 5, 111-129.

- Klein, N. (2005), *No Logo. El poder de las marcas*, translated by A. Jockl, Barcelona, Paidós.
- Kuhn, T.S. (2004), *La estructura de las revoluciones científicas*, translated by A. Contín, México, Fondo de Cultura Económica.
- Lakatos, I. (1981), *La crítica y la metodología de programas científicos de investigación*, translated by J.M. Alcañiz, Valencia, Teorema.
- Lotman, J.M. *et alli* (1979), *Semiótica de la cultura*, Madrid, Cátedra.
- Luhmann, N. (1998), *Die Gessellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- (2006), *Sociología del riesgo*, translated by S. Pappe / Br. Erker / L.F. Segura / J. Torres Nafarrate, México, Universidad Iberoamericana.
- Maestro, J.G. (2002), "La recuperación de la semiótica", in *Nuevas perspectivas en semiología literaria*, by ed. J.G. Maestro, Madrid: Arco-Libros, 11-40.
- Mahner, M. (2001), "Function and Functionalism. A Synthetic Perspective", *Philosophy of Science* 68, 75-94.
- Marcus, Gr. (2012), "Cleaning Up Science", *New Yorker* (24.12.2012), <<http://www.newyorker.com/online/blogs/newsdesk/2012/12/cleaning-up-science.html>> (viewed on: 12.01.2013).
- Martín-Barbero, J. (2010), *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*, Barcelona, Anthropos.
- Masterman, M. (1999), "The Nature of a Paradigm", in *Criticism and the Growth of Knowledge*, by eds. I. Lakatos / A. Musgrave, 59-90. Cambridge: Cambridge University Press.
- Merton, Robert K. (2002), *Teoría y estructura sociales*, translated by F.M. Torner / R. Borquee, México, Fondo de Cultura Económica.
- Mlodinow, L. (2009), *The Drunkard's Walk. How Randomness Rules Our Lives*, New York, Vintage Books Edition.
- Moreiras, A. (2007), "Transculturación e conciencia dobre", *O espectro politico hoxe*.

Ilustración e barbarie. Vigo: Universidade de Vigo, <<http://www.uvigo.tv/gl/serial/254.html>> (viewed on: 06.04.2008).

Mühlmann, H. (1996), *The Nature of Cultures. A Blueprint for a Theory of Culture Genetics*, translated by R. Payne, Wien, Springer-Verlag.

Neubert, A / G. Shreve (1994), "Foreword: 'A House of Many Rooms': the Range of Translation Studies", in *Translating Slavery. Gender and Race in French Women's Writing 1783-1823*, by eds. D. Kadish / F. Masserdier-Kenney, vii-xv, Kent / Ohio, Kent State University.

Nouss, A. (1995), "La traduction comme OVNI", *Meta. Journal des traducteurs/ Meta. Translators' Journal* 40:3, 335-342.

Nord, Ch. (1997), *Translation as a Purposeful Activity. Functionalist Approaches Explained*, Manchester, St. Jerome.

Nowotny, S. (2006), "'Culture' and the Analysis of Power", *Transversal/ eipcp*, Wien, European Institute for Progressive Cultural Policies, <<http://translate.eipcp.net/strands/01/nowotny-strands01en>> (viewed on: 03.02.2011).

Oksaar, E. (1995), *Kulturemtheorie. Ein Beitrag zur Sprachverwendungsforschung*, Hamburg / Göttingen, Vandenhoeck / Ruprecht.

Ostrom, E. (2009), "A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems", *Science* 325, 419-422.

Ostrom, E. / Ch. Hess (2007), "A Framework for Analyzing the Knowledge Commons", in *Understanding Knowledge as a Commons*, by eds. Ch. Hess / E. Ostrom, 41-82, Cambridge (ma) / London: mit Press.

Paletz, S.B.F., Christian D. Schunn / Kevin H. Kim (2013), "The interplay of conflict and analogy in multidisciplinary teams", *Cognition* 126:1, 1-19.

Pardo, J.L. (2012), "La hipertrofia del presente". *El País*, <<http://www.elpais.com/articulo/cultura/hipertrofia/presente/elpepicul/20120107elpep>

icul_1/Tes> (viewed on: 07.01.2012).

Parsons, T. (1999), *El sistema social*, translated by J. Jiménez Blanco / J. Cazorla Pérez, Madrid, Alianza.

Pérez Durán, G. (2008), *A espiral posmoderna. Unha perspectiva da paratradución dende a neurociencia e a memética*, unpublished PhD Dissertation, Universidade de Vigo.

Pérez Durán, G. (2012) “A configuración do campo de investigación da tradutoloxía: algúns problemas teóricos”, in *Sementar para os que veñan. Homenaxe a Camiño Noia*, by eds. Bieito Arias Freixedo / Xosé María Gómez Clemente / Gabriel Pérez Durán, Vigo, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo.

Pietersee, (1995), “Globalization as Hybridization”, in *Global Modernities*, by eds. M. Featherstone / S. Lash / R. Robertson, 45-68, London, Sage.

Planck, M. (1936), *The Philosophy of Physics*, New York, Norton.

Reiss, K. / H.J. Vermeer (1996), *Fundamentos para una teoría funcional de la traducción*, translated by S. García Reina / C. Martín de León, Madrid, Akal.

Reynolds, S. (2011), *Retromania. Pop Culture's Addiction to Its Own Past*, New York, Faber & Faber.

Robertson, R. (1995), “Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity”, in M. Featherstone / S. Lash / R. Robertson, *Global Modernities*, London, Sage, 25-44.

Rule, N.O. / J.B. Freeman / N. Ambady (2013), “Culture in social neuroscience: A Review”, *Social Neuroscience* 8:1, 3-10.

Sapolsky, R.M. (2008), *¿Por qué las cebras no tienen úlceras? Guía del estrés*, translated by C. González Serrano / M.A. Coll Rodríguez, Madrid, Alianza.

Sassen, S. (2010), *Territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales*, translated by M^aV. Rodil, Buenos Aires, Katz.

Schäffner, Ch. (2007), “Politics and Translation”, in *A Companion to Translation Studies*, by

eds. P. Kuhiwczak / K. Littau, 134-147, Clevedon, Multilingual Matters.

Schrödinger, E. (1951), *Science and Humanism. Physics in our Time*, Cambridge, Cambridge University Press.

Sela-Sheffy, R. (2000), "The Suspended Potential of Culture Research in TS", *Target* 12:2, 345-354.

Seligman, R. / R.A. Brown (2010), "Theory and Method at the Intersection of Anthropology and Cultural Neuroscience", *Scan* 5, 130-137.

Silverstein, M. (2007), "Translation, Transduction, Transformation: Skating «Glossando» on Thin Semiotic Ice", in *Translating Cultures. Perspectives on Translation and Anthropology*, by eds. P.G. Rubel / A. Rosman, 75-105, Oxford, Berg.

Snell-Hornby, M. (2010), "The turns of Translation Studies", in *Handbook of Translation Studies*, vol. i. by eds. Y. Gambier / L.V. Doorslaer, 366-370, Amsterdam / Philadelphia, Benjamins.

Snow, C.P. (1959), *The Two Cultures*, Cambridge, Cambridge University Press.

Solé, R. (2009), *Redes complejas. Del genoma a Internet*, Barcelona, Tusquets.

Spivak, G.Ch. (1985), "Subaltern Studies. Deconstructing Historiography", in *The Spivak Reader. Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak*, by eds. D. Landry / G. MacLean, 203-235, New York, Routledge.

Stewart, I. (2001), *¿Juega Dios a los dados?*, translated by M. Ortuño / J. Ruiz Martínez / R. García Sanz, Barcelona, Crítica.

Taleb, N.N. (2008), *El cisne negro. El impacto de lo altamente improbable*, translated by R. Filella, Barcelona, Paidós.

Toury, G. (1995), *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Amsterdam / Philadelphia, Benjamins.

Tymoczko, M. (2000), "Translation and Political Engagement: Activism, Social Change and

the Role of Translation in Geopolitical Shifts”, *The Translator* 6:1, 23-47.

Tyulenev, S. (2009), “Why (not) Luhmann? On the Applicability of Social Systems Theory to Translation Studies”, *Translation Studies* 2:2, 147-162.

-- (2010), “Is Translation an Autopoietic System?”, *MonTI* 2, 345-371.

-- (2011), *Applying Luhmann to Translation Studies. Translation in Society*, New York, Routledge.

Vermeer, H.J. (1983), “Translation Theory and Linguistics”, in *Häkökohtia käännämisen tutkimuksesta*, by eds. P. Roinila / R. Orfanos / S. Tirkkonen-Condit, Joensuu, University of Joensuu / Publications of the Department of Languages.

Vidal Claramonte, A. (1998), *El futuro de la traducción. Últimas teorías, nuevas aplicaciones*, Valencia, Diputació de Valencia / Institució Alfons el Magnànim.

Walsh Hokenson, J. (2007), “Haiku as a Western genre. Fellow-traveller of modernism”, in *Modernism*, vol. ii, by eds. A. Eysteinnsson / V. Liska, 693-714, Amsterdam / Philadelphia, Benjamins.

Willson, P. (2012), “Translation as a metaphor in scientific discourse”, *Translation. A Transdisciplinary Journal* 2011, 82-83.

Wilss, W. (1999), “Interdisciplinarity in Translation Studies”, *Target* 11:1, 131-144.

Wing-Kwong Leung, M. (2006), “The Ideological Turn in Translation Studies”, in *Translation Studies at the Interface of Disciplines*, by eds. J. Ferreira Duarte / A. Assis Rosa / Teresa Seruya, 129-145, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.

Wittgenstein, L. (1998), *Investigaciones filosóficas*, translated by A. García Suárez / U. Moulines, Barcelona, Crítica.

Wolf, M. / A. Fukari (eds.) (2007), *Constructing a Sociology of Translation*, Amsterdam / Philadelphia, Benjamins.

Wolf, M. (2000), “The Third Space in Postcolonial Representation”, in *Changing the Terms. Translating in the Postcolonial Era*, by eds. Sh. Simon / P. St-Pierre, 127-146, Ottawa,

University of Ottawa Press.

Wolf, M. (2002), “Culture as Translation—and Beyond Ethnographic Models of Representation in Translation Studies”, in *Crosscultural Transgressions. Research Models in Translation Studies II. Historical and Ideological Issues*, by ed. Th. Hermans, 180-192, Manchester (UK) / Northampton (MA), St. Jerome.

Wolf, M. (2007), “Introduction: The Emergence of a Sociology of Translation”, in *Constructing a Sociology of Translation*, by eds. M. Wolf / A. Fukari, 1-38, Amsterdam / Philadelphia, Benjamins.

Gabriel Pérez recebeu o grau de Mestre em Filosofia Galega, em 2006, e o Diploma de Estudos Avançados, em 2008, pela Universidade de Vigo, onde completa atualmente uma tese de doutoramento sobre as relações entre a música e a tradução utilizando métodos aplicados das ciências e das humanidades. Exerceu funções docentes nas universidades de Vigo, Viena e Heidelberg, onde leciona no departamento de Estudos Românicos. É crítico literário das publicações *ProTexta*, *Anuario Grial de Estudios Literarios* e *Grial*. Publicou vários artigos sobre a dramaturgia de Xohana Torres, sobre a Terceira Cultura e sobre Música. No campo musical foi membro de vários grupos, praticando estilos variados, do clássico ao tradicional e ao experimental. Enquanto programador de aplicações digitais desenvolveu, com os seus alunos da Universidade de Heidelberg, uma aplicação (app) pedagógica intitulada O Ximnasio dos Verbos [Gym of Verbs].

***As Luzes de Leonor*, de Maria Teresa Horta: entre a Literatura, a História e a Filosofia**

Maria Luísa Malato

Universidade do Porto- ILC¹

Resumo: O romance *As Luzes de Leonor*, de Maria Teresa Horta, publicado em 2011, parece-nos incentivar uma livre reflexão sobre a Interdisciplinaridade nos estudos humanísticos, contrariando os que teimam em separar as leituras sobre a História, a Literatura e a Filosofia. Sendo um romance que recusa a classificação de biografia, ainda que baseado nos poemas e nos documentos históricos de/sobre a escritora portuguesa Leonor de Almeida (1750-1839), ele leva-nos a compreender melhor três eixos dos estudos hermenêuticos: a (in)definição da palavra “texto” (do sentido etimológico ao sentido semiótico); a proximidade do discurso histórico e do discurso ficcionado; e o caráter “mais filosófico” da Poesia/ Literatura (Aristóteles), quando comparado com os objetivos da investigação histórica.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade/ Post-disciplinaridade, Literatura, Filosofia, História, Hermenêutica, Maria Teresa Horta

Abstract: *Leonor's Enlightenment (As Luzes de Leonor)*, a novel published in 2011 by Maria Teresa Horta, encourages an open discussion about the advantages of the Interdisciplinary Studies in the Humanities, against those who keep defending a very precise gap between History, Philosophy and Literary Theories. The author refuses the classification of “biography” to her novel, based however on a vast amount of manuscripts, written by or about a Portuguese poet, Leonor de Almeida (1750-1839). The literary text – melting truth and fiction – helps us to understand the undeniable link between three axes of the Hermeneutics Studies: the

(in)definition of the word “text” (its etymological or its semiotic sense); the proximity between historical and literary speeches; and the “more philosophical” idiosyncrasy of Poetry/ Literature (Aristotle), in comparison with the aims of historical research.

Keywords: Interdisciplinary/ Postdisciplinary Studies, Literature, Philosophy, History, Hermeneutics, Maria Teresa Horta

Se devemos buscar a fala da linguagem no que se diz, faríamos bem em encontrar um dito que se diz genuinamente, e não um dito qualquer, escolhido de qualquer modo. Dizer genuinamente é dizer de tal maneira que a plenitude do dizer, própria ao dito, é por sua vez inaugural. O que se diz genuinamente é o poema.

(Heidegger, *A Caminho da Linguagem*)

Porque leremos e releremos *As Luzes de Leonor*, de Maria Teresa Horta? Porque, escrito entre as malhas da História, da Literatura e da Filosofia, uma vez não basta. Do ponto de vista dos géneros, das estruturas, das vozes narrativas, da funcionalidade, sempre nos parece uma teia de perigosa aranha com a qual jogamos, entre a reverência e o temor da interdisciplinaridade, alternando os percursos (da bibliografia, periodologia, terminologia) a que as disciplinas da História, da Filosofia e da Literatura compelem, rompendo inclusive com as fronteiras da Narrativa, da Lírica e do Drama. Querendo Maria Teresa Horta escrever um romance sobre a vida de Leonor de Almeida, poetisa portuguesa do século XVIII (1750-1839), baseou-o em longos anos de consulta “académica” – decifração de manuscritos inéditos, em bibliotecas públicas e privadas, leitura cuidada da bibliografia produzida nas universidades sobre o tempo, a vida e a obra da poetisa. E todavia a própria autora julga dever um esclarecimento ao leitores para que eles não pensem estar perante uma “biografia”. Com efeito, esta obra ímpar parece-nos mais uma extraordinária lição de Hermenêutica, que nos demonstra a necessária relação entre os estudos de Literatura, História e Filosofia.

1. A (in)definição do “Texto”

Talvez a essa leitura do romance não seja estranho o Prólogo do romance. Desde essas primeiras páginas, parecem estar associadas o texto e o tecido. Maria Teresa Horta descreve a intriga da vida de Leonor de Almeida, apresentando-a como um bordado, em que é confundível o ato da escrita e o gesto de tecer uma trama. Linha por cima, linha por baixo, a agulha desenharia o direito, o óbvio, e o seu avesso, dissimulado.

Ponto de cruz. Como se a autora deixasse somente traços opostos no direito e traços coincidentes no avesso: “Este é o ritmo dei própria que ela inventa:/ Um poema./ Depois outro poema./ De novo um poema iludindo a paixão./ Parto depois de cada parto./ E de poema” (Horta 2011a: 15).

Ponto cheio. Feito de sobreposições, hipérboles, inverosimilhanças: “O delírio é uma arte que cultiva à pena” (*Ibidem*).

Ponto de Assis. Em contraste, o desenho feito pelas lacunas da linha sobreposta. Linha por cima, linha por baixo. A agulha delimita o desenho e o desenho da tela que não chega a preencher: “Viagens de poeira e secura à beira das estrelas quase sempre desertas, em incontáveis dias e meses de lentidões absurdas. [...] vai e torna sempre, avesso e regresso na urgência do saber. Por isso de novo sai, se distancia, regressa e fica, por vezes” (*Ibidem*).

Velhas histórias e metáforas de aranhas nos levam a associar os aracnídeos à escrita feminina, nomeadamente na poesia romântica (Amaral/ Martelo 2006). A etimologia e o mito confirmam-nas mais remotamente. “Textum” é o particípio de “texere”, tecer, entrançar, entrelaçar, urdir uma trama (num sentido figurado) e, por extensão, compor, escrever (cf. Ferreira s.d.: 1139). Os mitos gregos associam as mulheres às Parcas, ao Destino/ Moira, trindade que se associa ao tempo, pois eram três as estações para os povos antigos, primavera, verão e inverno, e três as idades de cada um (infância, maturidade e velhice). Hugues Liborel salienta um curioso facto antropológico: nas sociedades tradicionais parece ser privilégio do sexo feminino fazer fios, e tecer seria um dos trabalhos mais antigos concedidos às mulheres (Liborel 1988: 614). As “chansons de toile” medievais eram também significativamente chamadas “chansons d’histoire”, sendo em parte líricas e

em parte narrativas: cantadas pelas mulheres ao tear, contavam uma breve história de amor, uma aventura, entrelaçada com um refrão, como se o desejo da mudança se entrelaçasse com a repetição. A mulher que fia desafia, troca as voltas. Afastadas da palavra pública e publicável, consideradas “por natureza” hiperestésicas, intuitivas, desregradas, desenvolvem a linguagem das feiticeiras, a arte dos enigmas (cf. Gallier 1913). E até por isso nos aparecem ligadas a histórias/ histerias de provocação, em que existe um desejo de conhecer os limites de um poder instituído, a proibição. Aracné é castigada por Minerva, por ter ousado desafiar os deuses com a criação de uma tela: imitou demasiado bem os deuses. A Gata Borralheira pica-se numa roca que estava guardada numa sala em que não podia entrar. Não se sabe até que ponto seria da autoria da Rainha Matilde a longa tapeçaria sobre a batalha de Hastings (1066). Mas é certo que Cristina de Pisão lamentou a vida que a esperava entre teares e contrariando a vontade da mãe, desatou a escrever... À imagem destas cantoras das “chansons de toile” e da mitologia popular, a mulher setecentista tem ainda uma ligação profunda com a literatura oral e evanescente: Catarina de Lencastre, Viscondessa de Balsemão, contemporânea de Leonor de Almeida, ainda que saiba escrever, raramente regista os seus poemas: deixa de possuir secretário certo a partir de 1791 (Maria Ernestina de Almeida *apud* Borralho 2008: 161), dita sempre os versos com as mãos ocupadas e as poesias são por vezes apanhadas pela filha, pelos amigos, pelos frequentadores da casa, por admiradores mais ou menos anónimos, pelo confessor à hora da morte.

É talvez oportuno recordar aqui um episódio verídico da vida da escritora Leonor de Almeida. Encarcerada ainda criança no Convento de Chelas, com o pai preso no Limoeiro, Leonor abandona a tela que tem na mão e escreve uma carta a seu pai. Conta ela então ao pai que, ao bordar os canhões da casaca do Conde dos Arcos, maravilhada que tinha ficado com a perfeição do seu bordado, imagina que se poderia um dia mascarar de vendedora. Chegando-se por acaso a avistar com o Rei, este, também impressionado com a perfeição do bordado, lhe daria a satisfação de um desejo. A pequena Leonor pediria então a libertação do pai e imagina que o Rei lha concederia, pagando a dívida à tecedeira: “Lembrou-me

bordá-la de pérolas e, com a perfeição de que são capazes as minhas mãos, fazer com que a aceitasse o apetite de El-Rei (que gosta muito destas bagatelas)” (Alorna 1941: 40-41).

Interessante é ler esta carta em confronto com o mito de Aracné. O paralelismo entre Araché que faz a teia, a pequena Leonor que borda a casaca e Leonor adulta que escreve poemas parece-nos evidente. Aracné seria Leonor que borda e Leonor que tece poesias. E Minerva seria aqui o Rei e também o Leitor, persuadidos pela beleza, comovidos e compassivos. A tela é aqui o bordado, da mesma forma que o bordado é o poema que convenceria o deus a dar aos humanos um bem maior: a liberdade. E ainda assim o bordado, o poema, seria “bagatela”, valorizada pelo “apetite” de outrem: isco, estratégia, manha, trama. Não sendo este episódio da vida de Leonor de Almeida incluído em *As Luzes de Leonor*, de Maria Teresa Horta, ele poderia servir de paradigma a todo o romance. Significativamente, o romance inclui, nas primeiras páginas, um semelhante quadro: quando Leonor recorda as lendas e historietas que em pequena inventava para a irmã mais nova, diante da cascata da casa de Sintra:

“A mana inventou isso tudo, julga que não sei? Eu não sou tola!” (Horta 2011a: 23), ripostaria então a ouvinte, um pouco desconfiada da falsidade daquelas bagatelas mas logo rindo, “divertida e maliciosa, pedindo mais contos” (*ibidem*), porque pedir mais é sempre a única maneira de não duvidar tanto.

[...] encobri paixões ou iludi-as, simulando submeter-me, fingindo ser o meu avesso. (Horta 2011a: 21)

Treinei-me então a esconder os livros apreendidos, que me chegavam de vários e engenhosos modos, ao mesmo tempo que me empenhava no seu estudo. Sem com isto deixar de fazer golos e punhos de renda para nosso uso, ou bordar a ponto cheio as toalhas e os lençóis que as freiras tinham de entregar no Paço, onde já havia chegado a fama da minha rebeldia [...]. (Horta 2011a: 92)

Tal como Penélope, vou tecendo a minha existência. (Horta 2011a: 639)

Se nos demoramos neste feminino fascínio pelos panos, telas, sedas, cores e texturas, é porque o tecido é para Maria Teresa Horta um símbolo hermenêutico de uma guerrilha.

Não a guerra masculina, de espada longa na mão, mas a guerra feminina, dissimulada no avesso das palavras. Maria Teresa Horta descreve pormenorizadamente os cadernos de Leonor:

Folhas de papel aparadas e medidas, sobrepostas em resmas delgadas, cosidas depois com longas agulhas enfiadas em linha grossa. No final cola-lhes as capas de cartolina, forradas com as sobras dos vestidos, das saias e das blusas dadas pelas pensionistas e as recolhidas. Restos de tecidos lavrados, esboços de hastes e flores harmonizando tons e desenhos esvaídos, ou de seda lisa verde-lima ou veludo escarlate, atravessados de onde em onde por um ligeiríssimo brilho ruivo ou ondulação de marfim [...]. (Horta 2011a: 60)

A escrita de Leonor em *Chelas* é um *patchwork* de cantigas frágeis, dizeres, citações de leituras proibidas, estiletos, penas e silêncios pesados, de elipses e reticências, preterições e profecias, de ironias invisíveis ou de metáforas ingénuas. Como de resto, de alguma forma, os primeiros poemas de Maria Teresa Horta, ainda evitando a imagem óbvia, falando da “sombra circular duma grande curva do silêncio”, do “penúltimo sexo das abelhas” ou do preto/ convento redondo em nós, antigamente” (Horta 2009: 45, 38, 74). Estratégia feminina de quem sabe de tecidos. Porque dissimula e tapa. Só o que não é óbvio nos pede interpretação: “Nous parlons d’interprétation lorsque la signification d’un texte ne se comprend pas de prime abord. [...] En effet ce qui est immédiatement évident, ce qui nous convainc par sa simple présence, ne réclame aucune interprétation” (Gadamer 1963 : 10).

Há que considerar, em toda a interpretação, uma troca de valores equivalentes, nunca iguais (*inter+pretium*), por vezes até a fúria das coisas dissimuladas e reprimidas, as entrelinhas, o fio que vai por trás. Às figuras das mulheres do povo que, durante a Revolução Francesa, tricotavam enquanto assistiam ao desfile das execuções mecânicas da guilhotina, corresponde aquele “fio dobrado da raiva das mulheres”, e o esquartejamento do Major Belsunce pelas suas vítimas, referidos no romance de Maria Teresa Horta (Horta 2011a: 644, 654). Do sentimento público ao sentimento dissimulado, das primeiras páginas às últimas, se afirma pois a empatia entre Leonor de Almeida e Maria Teresa Horta,

misturando-se uma com a outra nas frases próprias e atribuídas. “Não sei o que é em mim memória ou recriação”, reproduz Maria Teresa Horta na pena de Leonor de Almeida (Horta 2011a: 21). E escreve no final sobre Leonor: “ao pretender conhecer-te, em tudo te descubro e reinvento” (Horta 2011a: 1054).

Na verdade, esta identificação é uma forma de rotura com “o confessionalismo imediato e a emotividade efusiva” que a autora recusa “peremptoriamente” (Maria João Reynaud em Horta 2011b: 23-24). E por isso deve ser vista como uma aproximação ao estatuto do “intérprete”, do “hermeneuta”, aquele que deseja compreender o que dele não faz parte, não sendo todavia capaz de deixar de ser quem é e de naturalmente reconhecer os pontos de confluência. Hermes, deus da transmutação e dos caminhos cruzados que daria supostamente o seu nome à própria Hermenêutica, remete para esse Angelus, que pontualmente atravessa o romance de Maria Teresa Horta e vai servindo de “intermediário”. É ele o mensageiro que nos aproxima da inteligibilidade das coisas, e por isso vai aparecendo entre os textos da própria Leonor de Almeida e aqueles que Maria Teresa Horta produz a partir deles.

Maria Teresa Horta tem a noção de que a narradora onisciente que escreve *As Luzes de Leonor* não se pode confundir com a escritora Maria Teresa Horta. E por isso, certamente, Maria Teresa Horta editou em separado os poemas que fazia enquanto escrevia o romance, os seus poemas, não as palavras do Angelus (Horta 2011b: *passim*, max. 944), mas aqueles pelos quais se levantava do computador para escrever em papéis mais reduzidos que o A4: os *Poemas para Leonor*, só publicados um ano depois, em 2012. A polifonia do romance de Maria Teresa Horta recorda-nos que não é possível tratar a linguagem como um objeto externo à linguagem: toda a linguagem sobre a linguagem entrecruza o sujeito e o objeto, a ponto de termos de reconhecer que só nos movemos linguisticamente numa interseção:

Poderíamos perguntar qual o horizonte interpretativo que um grande texto literário habita e, depois, como é que o horizonte do próprio mundo de intenções, esperanças e pré-interpretações de um indivíduo se relaciona com ele. Esta fusão de dois horizontes deve ser considerada um elemento básico de toda a interpretação explicativa.” (Palmer 1986: 35)

Quando começaria esta identificação entre autora e personagem? Se retermos o primeiro livro de poemas de Maria Teresa Horta, *Espelho inicial*, notamos já a presença do espaço conventual nos seus campos semânticos que a aproxima já daquele Convento de Chelas em que está encarcerada a filha de D. João de Almeida, genro dos velhos Távoras: “monge”, “monjas”, “freira”, “igrejas”, “anjos”, “vigília”, “deserto”, que mais tarde se vão manter na ambiguidade das palavras “cela” ou “chagas”, do “destino do minuto/ na grade”, do potencial subversivo/ sexual de um “quarto obscuro” ou de “pupilas triangulares/ e breves/ dum convento” (Horta 2009: 36, 40, 50, 53, 85, 91, 152 *et passim*). Desde os primeiros livros de Maria Teresa Horta se nota um fascínio tópico pelos lugares e objetos que conotativamente nos remetem para um espaço claustrofóbico que encerra mulheres e crianças, espaço antigo, arcaico, entre o “simbolismo” revivalista ou o gosto “neoclássico” revisitado. Dele terão um dia que sair. Repare-se na “arcada”, na “clepsidra”, no “punhal”, na “missiva”, no “castiçal”, no “candelabro”, na “pérgula”, na “harpa”, nos colos “de garça”, na “medusa”, nas “ondinas” ou na evocação, que paradoxalmente parece mais sonora que visual, do “cardo”, da “granada”, do “saxe” ou do “marfim”, quiçá a ainda mais remota do “castelo”, da “princesa” e dos “cavaleiros”, e dos “palácios dentro/ de soluços/ conventos de freiras a pensar” (Horta 2009: 29, 30, 32, 35, 36, 37, 40 *et passim*).

2. A História e as histórias

Podíamos largamente dissertar sobre as diferenças entre a Literatura e a História, cabendo à primeira largar o freio da invenção verosímil e à segunda tomar o freio da verdade. A própria autora nos ajudaria na tarefa, ao afirmar que não quis fazer uma biografia histórica: evitou até a designação de “romance histórico”, com que agora se cativa um público convencido de que pode aprender História lendo romances. Na capa, identifica-se o género: “romance”, somente. Mas o que mais nos surpreende quando lemos este “romance” é a quantidade de documentos históricos que reconhecemos, de livros impressos sobre a época (apresenta-se uma Bibliografia, nas últimas páginas). Reconhecemos sobretudo papéis pouco acessíveis que vimos por vezes na Torre do Tombo, na Biblioteca

Nacional ou no Arquivo Geral do Exército. O tamanho do romance (cerca de mil páginas que decorrem de mais de 14 anos de pesquisa) e a estrutura polifónica dos fragmentos de discurso são o corpo mais óbvio do valor da informação, cujo rigor não hierarquiza fontes e autoridades. Se Maria Teresa Horta transcreve cartas ou se cria ou recria os seus testemunhos, se enuncia uma linguagem poética e acrónica, é invariavelmente reproduzindo testemunhos semelhantes, quase sempre guardando os factos e as datas dos documentos...

Não sendo um “romance histórico”, pelo menos no sentido que o género vai ultimamente tomando, *As Luzes de Leonor* é uma notável reflexão sobre a história. Não tanto a História enquanto disciplina científica, embora também se lhe possam aplicar algumas observações mais específicas sobre o século XVIII, mas sobretudo a história enquanto “distância temporal”, no sentido que lhe dá Gadamer:

Car contrairement à ce qu'on a souvent imaginé, le temps n'est pas un précipice qu'on devrait franchir pour retrouver le passé ; il est en réalité le sol qui porte le devenir, et où le présent prend ses racines. [...] Elle n'est pas une distance à franchir, mais une continuité vivante d'éléments qui s'accumulent pour devenir une tradition qui, elle, est la lumière où tout ce que nous apportons avec nous de notre passé, tout ce qui nous est transmis fait son apparition. (Gadamer 1963: 81-2)

É difícil, neste romance sobre Leonor de Almeida, separar o que é do domínio da História e o que é do domínio da ficção. Paul Veyne chamou já a atenção para a similitude das estratégias de verosimilhança, isto é, do que é confundível com a verdade. A História não é o fruto de um determinismo atómico: é feita de escolhas de intriga, e de personagens, composta afinal pela “mesma matéria que a vida de cada um de nós”:

Notre propre existence, après tout, ne nous apparaît pas comme une grisaille d'incidents atomiques ; elle a d'emblée un sens, nous la comprenons ; pourquoi la situation de l'historien serait-elle plus kafkaïenne? L'histoire est faite de la même substance que la vie de chacun de nous. (Veyne 1971: 50)

Leonor de Almeida é, desde logo, explicitamente, uma antepassada de Maria Teresa Horta, uma personagem histórica que se confunde com as leituras e imagens dos sítios

comuns onde Maria Teresa Horta passou a infância e a adolescência. Também as ousadias de Leonor de Almeida se confundem com as ousadias de Maria Teresa Horta, já na idade adulta. Irrompem ambas em espaços tradicionalmente masculinos. Usam ambas a literatura para reivindicar o direito à palavra.

Em 10 de maio de 1773, ainda encarcerada no Convento de Chelas, Leonor de Almeida escreve a uma sua amiga, a jovem Teresa de Mello Breyner, sobre os escândalos que causavam algumas das suas leituras ou comportamentos: “Eu desejo que todos sejam como devem ser; não quisera que a minha conduta desse que sentir a ninguém; tais são os meus desejos; se é diferente a minha fortuna, paciência” (cf. Anastácio 2007: 55).

A 2 de maio de 1973, o *Diário de Lisboa* anunciava que as escritoras e o editor das *Novas Cartas Portuguesas* tinham sido acusados de “abuso de liberdade de Imprensa” pela publicação do livro, entretanto retirado das livrarias “em consequência dos problemas de ordem moral que levanta” (*Diário de Lisboa* 1973: 24).

Poucas autoras há como Leonor de Almeida, em Portugal e na Europa do século XVIII, assim rebeldes. Poucas autoras também há como Maria Teresa Horta, cuja obra literária sempre foi considerada excessiva e ameaçadora, até para as mais primaveris ditaduras. Talvez a empatia com Leonor de Almeida se tenha de ler neste cruzamento histórico das histórias individuais.

Neste romance, cuja elaboração se prolongou por mais de catorze anos, lá está Virginia Woolf como epígrafe, a relembrar a sua relação umbilical: “Vivi em ti todo este tempo – agora, que eu parto, com quem te pareces tu, verdadeiramente?” (Horta 2011a: 13). Não sabemos, talvez não saibamos nunca, até que ponto existe uma identificação entre a protagonista do romance e a autora, ligadas pelos laços do sangue: o que mais buscamos é o que mais nos escapa... “O excesso como arma ou como pena, na verbena das tardes, quando nela tudo volteia, se incendeia e arde”, continua a aranha do Prólogo, avisando os insetos incautos. “Poética nascida de uma exigência radical de liberdade”, confirma Maria João Reynaud no prefácio à *Poesia Reunida*, de Maria Teresa Horta, autora de muitas variantes do “Poema da insubordinação” (Horta 2011b: 22 e 67).

Consequentemente, as luzes de Leonor não são tanto as Luzes do século XVIII,

circunscritas pelas datas da vida de Leonor (1750-1839), aqui tratadas de 1754 a 1803. O Iluminismo de que aqui se fala não é fielmente o dos manuais de História da Literatura. Mas exemplifica muito claramente o sentido que Kant dava às “Luzes”: “*Sapere aude*. Ousa saber”. Lê, pensa, escreve. Ainda que essa ousadia signifique afrontar o conveniente, o decoroso, ou o verosímil (que não é por vezes senão aquilo que alguns dizem que é a verdade). Tarefa ainda mais heroica se considerarmos que estamos a falar da Mulher, do “belo sexo”, de seres feitos “pela Natureza” para fazer filhos, dar repouso ao guerreiro, responder ao desejo, mas seres histéricos, emotivos, que calam palavras, razões e desejos. E “é tão cómodo ser inferior”, constatava Kant, ao proclamar as Luzes no feminino...

Il est si commode d'être mineur... Si j'ai un livre qui a de l'entendement pour moi, un directeur spirituel qui a de la conscience pour moi, un médecin qui pour moi décide de mon régime, etc, je n'ai pas besoin de faire des efforts moi-même. [...] Que de loin la plus grande partie de l'humanité (et notamment le beau sexe tout entier) considère le pas à franchir pour accéder à la majorité comme non seulement pénible, mais encore dangereux, c'est à quoi s'appliquent ces tuteurs qui ont eu l'extrême bonté de se charger de sa haute direction. (Kant 1991: 73)

Nesse sentido, o romance de Maria Teresa Horta inscreve-se numa contemporaneidade abalada, no século XXI (à semelhança do que ocorrera no século XVIII), pelos fenómenos de inter-relação multinível a que alguns filósofos chamam “Post-disciplinaridade” (cf. Moyano/ Coelho/ Mayos 2014). São épocas que desenvolvem “filosofias da suspeita” em que a possibilidade de saber se realiza pela possibilidade de cruzar perspetivas. Richard Palmer tinha razão quando afirmava que toda “a experiência hermenêutica é “intrinsecamente histórica” (Palmer 1986: 243), porque exige uma contraposição das memórias. O progresso da consciência histórica estabelece-se numa tensão dialética, entre a memória da tradição e a nossa memória, entre os preconceitos que nos cegam e os que nos iluminam, nesse propósito de “distinguer les préjugés qui aveuglent de ceux qui éclairent” (Gadamer 1963: 82). Talvez por isso (pelo menos para os “ratos de biblioteca” que conhecem o século XVIII pelos seus documentos de arquivo) é também o excesso ficcionado deste romance que leva à aceitação do inverosímil e do indecoroso no

século XVIII, suspeitando-o ainda no século XXI. Dessa (in)verosimilhança da História se encontrariam muitos “documentos” nesta obra de Literatura. E os pormenores que Maria Teresa Horta coloca no texto (que tirou dos muitos manuscritos da época que leu e assinala com aspas e itálico) bem nos podiam alertar para o muito que há ainda a fazer no domínio da História Privada, pelo menos na historiografia nacional, sendo certo que se não pode adotar o ritmo da cronologia francesa (Monteiro 2011: 7).

Histórias de crianças que morrem enfaixadas, abafadas em cortinas de tule e veludo. De jovens mulheres que escrevem e disfarçam os poemas em cadernos forrados com restos de vestidos. São incompreensíveis os silêncios da História sobre as crianças, as noviças, as mulheres, todas guardadas para dentro de portas. Está tudo lá um pouco, em *As Luzes de Leonor*, recordando-nos que poucos estudos há ainda sobre a nossa história da sexualidade, a violência do coito por obrigação, as superstições ligadas à masturbação, menstruação, conceção, gravidez, os mitos do parto ou do puerpério, as diferentes opiniões médicas sobre o aleitamento, as técnicas cirúrgicas ou químicas para provocar o aborto, os movimentos das “fazedoras de anjos”. Esquecemo-nos que as mulheres e os homens as podiam ler também em Ovídio, nas elegias XIII e XIV dirigidas a Corina, ou nas divagações marítimas de Aulo Gélíio, entre as páginas consagradas de *Os Amores* ou das *Noites Áticas* (cf. Aguiar 1951: *passim*). Maria Teresa Horta recorda ainda uma carta de Leonor em que esta narrava o momento em que descobriu que as ligaduras que enfaixavam a Infanta recém-nascida lhe tinham partido alguns ossos (Horta 2011a: 544).

Histórias de mulheres que buscam alternativas aos dois únicos espaços que lhes eram consentidos: a casa ou o convento/asilo. Mulheres que cortam o cabelo e se libertam da cabeleira e do espartilho. Como ler de outra forma as ousadias de não apanhar o cabelo, de usar as “cores claras da luxúria”, de usar um casaco “à caçadora”, de ocultar a testa e os olhos, fazendo risco, cortando “marrafa”, usos que tanto escandalizavam José Daniel Rodrigues da Costa e o público dos folhetos de cordel? O tamanho e forma do cabelo, o tamanho e a cor da roupa são efetivamente formas de afirmação das mulheres no mundo masculino. Ainda que não tão transgressoras quanto os textos de Olympe de Gouges ou os comícios de amazonas de Théroigne de Méricourt, devem ser lidas como uma linguagem de

provocação, como nos recorda Maria Teresa Horta, quando parece falar somente de brigas sobre toucas e trapos.

Histórias de mulheres que escandalosamente desejam, não conseguindo ser somente o objeto do desejo, ainda quando envelhecem e a idade infértil lhes torna o desejo ainda mais inconveniente. Como ler de outra maneira os versos da Viscondessa de Balsemão, companheira de armas da Marquesa de Alorna?

Posto que entre os meus cabelos/ Comece a neve a cair,/ Inda sinto aquele fogo/ Com que o posso desmentir./ [...] Quando passaram três dias/ Sem que... nem quero dizê-lo,/ Tu me desses vivas provas/ De um carinhoso desvelo? (Borrvalho 1999: II, R374-6)

O tema destas mulheres viris, sexualmente possuidoras de uma voz ativa, encontra-se em muitas personagens literárias, com muitas variantes simbólicas (nas Amazonas, nas Valquírias, em Artemis, nas Fúrias e nas Bacantes, em Medeia, nas donzelas que se disfarçam de soldado, formas singulares ou coletivas de uma força que se tem como poderosa mas dissimulada. Muitos romances do século XVIII tornaram protagonista a mulher que se disfarça de homem. No romance *As Luzes de Leonor* se ouve um eco de tudo isto quando imagina Leonor que exclama a sua “pressa assanhada”: “Desejo demasiado exaltado, dizem, para uma mulher. Sobretudo se para uma mulher da minha idade” (Horta 2011a: 359). De Teresa de Mello Breyner existem algumas cartas a Leonor, falando-lhe de como era importante não parecer mulher de letras (“pelo silêncio a que condenei as minhas trovas, consegui não perder o conceito de pessoas serias”) e dos boatos de que teria sido o P.e Francisco José Freire a escrever a sua *Osmia*, publicada anónima: “dá uma risada quando ouvires [...]”. (apud Bello Vazquez, 2004: 171-2).

Histórias caladas, mais do que histórias privadas. Este anonimato, esta revolta surda, este excesso inverosímil, Manuel de Figueiredo retratou-os, colocando duas mulheres na Lua, a reivindicar uma honra para todos o mais absurda, a viver uma epopeia que para todos os mais era uma farsa: é esse o enredo da sua peça *Grifaria*. Sob outra forma, Maria Teresa Horta retrata igualmente esta mesma epopeia, ao ir salientando em Leonor o gosto por Homero e Vergílio, pelos romances de cavalaria, o “heroísmo” das mulheres que teimam

em pensar, ler, estudar, ter pensamento próprio, a busca do herói que lhe falta, a tentação que lhe vem de escrever um longo poema a partir da *Ilíada*, e a consciência de ser Penélope que resiste sem Ulisses (Horta 2011a: max. 682, 729). A realidade é quase sempre muito mais improvável do que a História, exageradamente moldada pelo verosímil. Depois de ler o romance de Maria Teresa Horta, torna-se evidente, porém, que há, na História da Literatura, alguns silêncios convenientes, decorosos, inverosímeis.

Não sendo sobre Interdisciplinaridade, os estudos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi revestem-se de uma grande importância. Falam de uma Micro-história, em que os agentes da História são, mais do que os protagonistas políticos, os figurantes de fundo: os indivíduos singulares, as exceções, os marginalizados, por vezes até os anónimos. Trata-se de uma escala reduzida de focalização que, no dizer dos dois historiadores, não deve ser confundida com a história das mentalidades, mas antes como um zoom na fotografia. Não dispensa o enquadramento temático, mas segue o filamento quase invisível que une o particular ao universal, mapeando os nexos quase invisíveis de causalidade entre os factos “notáveis” e os factos “ignoráveis”, com um extremo cuidado das fontes:

Pode comparar-se esta pesquisa ao acto de seguir os fios de um trabalho de tecelagem. Chegamos a um ponto em que podemos ver que estes fios formam um todo coerente, um tecido homogéneo e estreitamente urdido. Para verificarmos a coerência do padrão, percorremos com o olhar diferentes linhas. (Ginzburg 2016: 58)

3. Literatura e Filosofia

O conceito de verosimilhança, ao contrário do que sucede com o conceito de verdade, baseia-se invariavelmente na prática dos critérios da “intuição”. Carlo Ginzburg, no subtilíssimo ensaio *Morelli, Freud e Sherlock Holmes*, lança algumas pistas sobre a emergência de um “modelo epistemológico” que “veio a tornar-se operativo sem se ter construído enquanto teoria explícita”, mas que “talvez possa ajudar-nos a ir para além da estéril oposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’”. Tal modelo epistemológico radicaria num “paradigma conjectural da semiótica” em que a prática sistemática da observação visa o reconhecimento do excecional, a racionalidade do intuitivo (Ginzburg

2016: 13 e 60-72). É certo que a intuição é vista, ainda hoje e em geral, como um elemento de subjetividade que, não se podendo confessar nas humanidades, se passou a ocultar em nome da desejada objectividade das “ciências humanas” ou das “ciências sociais”. Faz parte de uma arrastada guerra entre as ciências e as letras em que os que se sentem vencidos copiam os vencedores (Bonald *apud* Compagnon 2010: 25). O próprio Ginzburg duvida que o paradigma conjectural possa atingir um rigor compatível com a expectativa criada pelas ciências naturais, de direção quantitativa e anti-anthropocêntrica. Mas não deixa de sublinhar que a “intuição” a que esse paradigma se refere nada tem de extra-sensorial, ainda que essa possa ser uma das suas máscaras: é essencialmente uma “capacidade de saltar do conhecido para o desconhecido por meio de inferências (com base em indícios)” (Ginzburg 2016: 71-2).

Mutatis mutandis, o romance de Maria Teresa Horta parece responder a este mesmo fascínio de Ginzburg pelo modelo epistemológico da intuição. Oriundo de contextos difusos, os indícios que a autora vai espalhando pela obra – dos tipos “venatório, divinatório, conjectural ou semiótico” (*Idem*: 59) – vão exercitando no leitor uma sensibilidade intuitiva, efeito de uma retórica dos sentidos (Malato 2014-16: 188-197).

Não é propriamente um plano.

Terá mais a ver com uma descoberta, uma ideia que começa a germinar no meu pensamento; um projecto a ser architectado com vagares de gosto, a tomar corpo, tendo como única finalidade a mudança de rumo da minha vida. [...] A demanda da minha própria vida. (Horta 2011a: 180)

Algumas frases aparecem repetidas, como se fossem metáforas obsessivas que marcam o estilo da autora ou da personagem: “Toca Mozart de manhã cedo”, “Ultimamente tem sentido desejo de comer flores”, “Terás de partir fugido, meu amor”, “Elas tecem”...

Richard E. Palmer recorda oportunamente uma indicação de Aristóteles que situa o momento da interpretação numa fase anterior ao da análise lógica, não as fazendo coincidir como parece suceder no “pensamento moderno” (Palmer 1986: 32). E talvez se deva ler num texto de Heidegger as razões para esta observação de Palmer, quando nos remete para a importância do “pathos”, elemento radical da empatia, no processo hermenêutico. Não o

“pathos” que normalmente se traduz por “paixão” ou “emoção passiva”, mas aquela que, no dizer de Heidegger, se devia antes traduzir por “espanto” ou “assombro”, sentimento que Platão identifica até como sustentáculo de toda a filosofia:

Platón dice (Teeteto, 155d) [...] ‘Verdaderamente es por completo de un filósofo este “pathos” – el asombro’; pues no hay ningún outro desde-dónde que domine la filosofía, fuera de éste’. [...] El “pathos” del asombro no está simplemente al comienzo de la filosofía al modo cómo, por ej., el lavado de las manos precede la operación del cirujano. El asombro sostiene y domina [cf. “arché”] por completo la filosofía. (Heidegger 1960: 50)

Talvez possamos até utilizar algumas das teses de Richard Palmer para ir demarcando alguns dos caminhos propostos para a interpretação por Heidegger e Gadamer, que nos parecem especialmente pertinentes para a lição de hermenêutica que lemos em *As Luzes de Leonor*. Desde logo a afirmação de que “a experiência hermenêutica é ontológica” e “intrinsecamente linguística” (Palmer 1986: 243). Não porque a compreensão e a linguagem revelem “o ser das coisas” como se ele fosse “um objeto face a uma subjectividade”, mas porque a compreensão e a linguagem “iluminam o ser em que nos situamos” (*ibidem*). Não será por acaso que Maria Teresa Horta, ao escolher como epígrafe do *Espelho Inicial* uma frase sartriana de Simone de Beauvoir, (“toute ma présence est parole”), é sensível, em *As Luzes de Leonor*, a esta conformação da linguagem à linguagem. É esse círculo “viciado” que leva Leonor a chamar às freiras “esdrúxulas”, a provocar os algozes pronunciando o nome proibido dos Távoras, a ocultar todavia o nome de Voltaire, a evitar o “não” como o “sim”, e depois ainda a pedir licença para ler livros proibidos, licença para frequentar as bibliotecas: “É necessário descobrir, encontrar o cerne, o núcleo da harmonia. Da sua metáfora. Para a nomear ou para a iludir?” (Horta 2011a: 65, 59, 67, 83).

Para Leonor como para Maria Teresa Horta, a presença que a palavra dá a quem as escreve não pode, no entanto, ler-se fora de uma presença que os que escrevem dão à palavra: as palavras nunca são o que são. Têm um tempo, um ritmo, uma melodia e, acima de tudo, um tempo/espço retórico oportuno (“kairós”) que lhes aumenta a eficácia ou lhes torna romba a agudeza. Por isso é interessante considerar no romance de Maria Teresa

Horta não somente a polifonia das vozes permitidas ou interditas, já referida, mas a visão caleidoscópica do tempo e do espaço, visados ou desejados. Com efeito, aquele que é o tempo (ou o espaço) de Leonor é sempre um tempo (ou um espaço) presente cruzado pela recordação dos passados e pela imaginação dos futuros, pela recriação proporcionada pelas leituras ou pela escrita. É o tempo da Marquesa Velha, sua avó, perigosa como ela. O tempo dos presságios, de que as mulheres da família têm o condão. O tempo das personagens que a cercam, a mãe, a irmã, o marido, os amantes, os criados. O tempo dos livros lidos, diferente do tempo dos livros relidos. O tempo de Homero, Ovídio, Petrónio que se junta ao tempo de Voltaire, de Rousseau, de Diderot, ainda ao tempo de Goethe e de Schiller (Horta 2011a: 355-6). O tempo feminino, daquelas insubmissas que deixaram o tear, das que abraçaram a liberdade da clausura, das que pegaram na pena: de Leonor da Aquitânia, de Cristina de Pisão, de Hildegarda de Bingen, de Santa Teresa de Ávila, mas também já de Mme de Stael, de Olympe de Gouges, de Théroigne de Méricourt (Horta 2011a: v.g., 134).

O tempo de Leonor cruza-se também com o tempo, as leituras e os textos de Maria Teresa Horta, hermeneuta que não pode deixar o presente para conhecer o passado, nem esconde do leitor o facto de não o poder ou querer esquecer. É porque “a experiência hermenêutica compreende o que é dito à luz do presente” (Palmer 1986: 245) que à memória recriada de Leonor se junta naturalmente/ obviamente a memória recriada de Maria Teresa Horta, e as “palavras de poetisas do futuro” que iluminam as palavras escondidas ou não-ditas por Leonor. No texto, percorrido por constantes analepses e prolepses, memórias e profecias, aparecem, entre as mais verosímeis referências setecentistas, a visão premonitória de Lílias Fraser, personagem de Hélia Correia, as *Coisas de Partir*, de Ana Luísa Amaral, ou as alusões que evocam subliminarmente as *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta (cf. Horta 2011a: v.g., 781, 790).

Parece como si planteássemos sólo preguntas historicizantes (*historische*). Pero en verdade meditamos sobre la esencia futura de la filosofía. Intentamos escuchar la voz (*Stimme*) del ser. (Heidegger 1960: 55)

Compreende-se então facilmente a velhíssima reflexão de Aristóteles sobre o carácter “mais filosófico” da Poesia (Literatura):

Pelas precedentes considerações se manifesta que não é o officio do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade. [...] Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular. (Aristóteles, 1986: 115, cf. *Poética*, 1451b)

O que se lê pelo punho de Maria Teresa Horta, refletindo sobre estes variadíssimos elos que vão unindo os vários tempos e os vários espaços, vividos ou imaginados por mulheres “submetidas à vergasta da violência”, caladas, internadas como loucas, “para sempre perdidas”, faz a universalidade da Literatura como faz a universalidade da Filosofia. A escritora, como o filósofo, não tem de inventar factos novos ou dizer coisas novas, mas tem de dizê-lo de novo, refazendo em cada momento a “verdade” do mito, o que permanece para além da particularidade de um espaço ou um tempo. Escrever/ publicar torna-se uma missão que pretende dar testemunho, voltar à caverna, fazer ver, fazer sentir, fazer pensar. Maria Teresa Horta sabe que só o facto de tornar suas as vidas caladas e os pensamentos não ditos justifica o facto de escrever sobre as luzes. É das luzes que se trata, ainda que se trate das luzes de Leonor, de Sophie de Condorcet, das suas ou das nossas:

Leonor, tal como Sophie de Condorcet, reconhece que a escrita tem o condão de resguardar, de salvar, encaminhando-a para a perenidade necessária à posteridade pretendida. (Horta 2011a: 795)

Das afirmações anteriores decorre pois que “a experiência hermenêutica é intrinsecamente dialéctica”, sendo a razão uma “ratio”, isto é, a expressão de uma correspondência, e nunca podendo a linguagem sobre a verdade fazer-se a não ser por metáfora, transporte, transfiguração ou transformação da linguagem (Palmer 1986: 243). Resta aos hermeneutas continuar a falar, não como se contrapusessem monólogos, mas tão só para tentar compreender:

P – Falar sobre a linguagem quase que inevitavelmente a transforma num objecto.

J – Nesse caso, sua essência, seu vigor desaparece.

P – Nós nos pomos acima da linguagem ao invés de escutar a partir da linguagem.

J – Só então poderia haver uma fala a partir da linguagem...

P – ... a modo de um apelo que, partindo de sua essência, caminhasse em sua direcção.

J – Como conseguir isso?

P – Falar a partir da linguagem só pode ser uma conversa.

J – E sem dúvida estamos conversando. (Heidegger 2003: 116)

A conversação sobre Leonor (de que “o romance polifónico” de Maria Teresa Horta faz prova) é, em grande medida, a imagem alargada desse diálogo sobre a linguagem, o poder e a fragilidade das palavras, ditas ou escritas, manuscritas ou impressas. Poderemos dizer que um “texto literário” não pode demonstrar um argumento da mesma forma que o faz um “texto não-literário”. Concedamo-lo ainda, sem que seja necessário anteceder tal debate de um outro, mais problemático, sobre o que distingue um texto literário de outro que o não é. O texto literário mostra, mais depressa do que demonstra. Mas permanece válida nele a afirmação da incompletude ou da ambiguidade de toda a “ex-plicação” (abertura das dobras/ *plies*) da linguagem, ilustrado pelos diálogos de Sócrates sobre a dialética ou por esta conversa de Heidegger que os imita...

J – Mas será então que devemos simplesmente nos esquivar a qualquer esforço e nos abster do risco de falar da linguagem?

P – De forma alguma. Temos de nos esforçar incessantemente para falar da linguagem. Contudo, o que então se conseguir dizer nunca poderá assumir a forma de um trabalho científico... (*Ibid*: 115-6)

É importante ler *As Luzes de Leonor*, aceitando o desafio nele implícito, lamentando somente o nosso espírito “não ter sido mais voraz, mais tenaz, mais implacável, sem arrependimento de nada”, como imagina Maria Teresa que Leonor possa ter dito. Não o lamentaremos todos nós um dia? Lido assim desde as primeiras páginas (como aliás achamos que este romance deve ser lido), depressa diremos que este romance é sobre a verdade do excesso, a verdade do “pathos”, do assombro que provoca o conhecimento.

Como meio e fim. Sem que se atente às fronteiras que impeçam de ver a unidade desse conhecimento, que se poderá então dizer, “interdisciplinar”. É o seu “excesso ameaçador” que nos leva a duvidar da “verosimilhança” de alguma “libertinagem”, do “decoro” de algumas formas de manipulação da linguagem, masculina ou feminina, da “veracidade” de alguns episódios de época, as da época que estudamos e a nossa. Distraídos que andamos por vezes a separar em Literatura o particular histórico que leva ao universal filosófico. Habitados que estamos a que haja vozes de fundo que parecem cantar coisas inocentes, tendo sempre as mãos ocupadas.

NOTA

¹ Este artigo foi desenvolvido por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do do Programa Estratégico “UID/ELT/00500/2013” e por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade –COMPETE “POCI-01-0145-FEDER-007339”.

Bibliografia

Aguiar, Asdrúbal de (1951), *Estudos relativos à reprodução na Antiga Roma (Menstruação, Concepção, Gravidez, Parto, Puerpério, Aleitamento, Recém-Nascido, Aborto)*, Lisboa, s.n., 1951.

Alorna, Marquesa de (1941), *Inéditos. Cartas e outros Escritos*, selecção, prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade, Lisboa, Sá da Costa.

Amaral, Ana Luísa/ Martelo, Rosa M. (2006), “Aranhas e Musas: representações de poeta, subjectividades e identidades na poesia”, *Cadernos de Literatura Comparada* 14/15, [Porto], p. 31 ss.

Anastácio, Vanda, org. (2007), *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)*, Lisboa, Colibri/ Fundação Casas de Fronteira e Alorna.

Aristóteles (1986), *Poética*, ed. Eudoro de Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bello vázquez, Raquel (2004), “Dá uma risada quando ouvires...”. *Transgressão e ocultamento em Teresa de Mello Breyner*, in “Mulheres Más. Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso-Hispânico”, Vol. I, Porto, Univ. Fernando Pessoa, pp. 159-175.

Borrvalho, Maria Luísa Malato (2008), “Por acaso hum viajante...”. *A vida e obra de Catarina de Lencastre, 1.ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824)*, Lisboa, IN-CM.

Compagnon, Antoine (2010), *Para que serve a Literatura?*, trad. José D. de Almeida, Porto, Deriva/ ILCML.

Escritores no banco dos réus (1973), Diário de Lisboa, 2 de maio, p. 24.
<http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06817.167.26348&numero_da_pagina=24> (acesso em 20/5/2017).

Ferreira, A. Gomes (s.d.), *Dicionário de Latim-Português*, Porto, Porto Editora.

Gadamer, H.-G. (1963), *Le Problème de la Conscience Historique*, Louvain/ Paris, Publ. Univ.

Louvain/ Ed. Béatrice-Nauwelaerts.

Galeffi, Romano (1966), *A Autonomia da Arte na Estética de B. Croce*, Coimbra, Atlântida.

Gallier, Humbert de (1913), *Filles Nobles et Magiciennes*, Paris, Calmann-Lévy.

Ginzburg, Carlo (2016), *Morelli, Freud e Sherlock Holmes. Indícios e Método Científico*, Porto, Deriva/ ILCML.

Heidegger, M. (1960a), *Chemins qui Mènent Nulle Part*, trad. W. Brokmeier, Paris, Gallimard.

---- (1960b), *La Pergunta por la Cosa*, trad. E. Belzunge, Z. Szankay, Buenos Aires, Sur.

---- (1960c), *Qué es eso de Filosofía?*, trad. Adolfo Carpio, Buenos Aires, Sur.

---- (2003), *A Caminho da Linguagem*, trad. Márcia Schuback, São Paulo, Vozes, max. texto “De uma conversa sobre a linguagem entre um japonês e um pensador”, pp. 71-120.

Horta, Maria Teresa (2011a), *As Luzes de Leonor, A marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos, poetas e heróis*, Lisboa, D. Quixote.

---- (2011b), *Poesia Reunida*, pref. Maria João Reynaud, Lisboa, D. Quixote.

---- (2012), *Poemas para Leonor*, Lisboa, D. Quixote.

Kant et alii (1991), *Qu'est-ce que les Lumières ?*, ed. Jean Mondot, Saint-Etienne, Ed. de l'Université.

Liborel, Hugues (1988), *Les Fileuses*, in « Dictionnaire des Mythes Littéraires », nouvelle édition augmentée, dir. Pierre Brunel, s. l., Editions du Rocher, pp. 612-634.

Malato, Maria Luísa (2014-2016), “As Luzes’ de Maria Teresa Horta: uma retórica da sensibilidade”, *Letras Convida. Revista de Literatura, Cultura e Arte*, Número Temático: Maria Teresa Horta, 7, Lisboa, IN-CM/ CLEPUL, pp. 188-197.

Moyano, Y./ Coelho, S./ Mayos, G. eds. (2014), *Postdisciplinariedad y desarrollo humano. Entre pensamiento y política*, Barcelona, Red Ed.

Palmer, Richard E. (1986), *Hermenêutica*, trad. M. Luísa Ribeiro Ferreira, Lisboa, Edições 70.

Veyne, Paul (1971). *Comment écrit-on l'Histoire*, Paris, Seuil.

Maria Luísa Malato é professora associada com agregação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde é docente de História do Teatro Português, Estética e Retórica. Tem desenvolvido investigação na lírica e no teatro dos séculos XVIII-XIX, nomeadamente nos estudos sobre viagens imaginárias e utopia. Colaborou na História da Literatura Portuguesa da Editora Cátedra, de Madrid, e na Biblos, da Editora Verbo. Para além de artigos dispersos nestas matérias, é autora ou co-autora de vários livros, editados em Portugal, no Brasil e na Bélgica.

Pluralidades de um *oikos* pós-humanista

Lígia Bernardino

Universidade do Porto

Resumo: Colocar o humano numa zona de interseção: entre a natureza, a máquina e a corporalidade, ele sobrevive adotando uma atitude de auto-reflexão e representando-se sucessivamente através das diferentes expressões de arte. O pós-humanismo tem como objeto de estudo essa confluência de circunstâncias, acentuando a responsabilidade do ser humano no devir do planeta. Pensá-lo face ao *oikos*, dentro desse *oikos*, o planeta-casa de uma multiplicidade de seres e culturas implica a convocação interdisciplinar de saberes capazes de contribuir para a descodificação do mundo. O estudo das diversas expressões artísticas, e da literatura em particular, contribui para tal descodificação. O presente ensaio exemplifica algumas das potencialidades desta nova metodologia dentro dos estudos culturais.

Palavras-chave: Pós-humanismo, ecocrítica, técnica, ética, interdisciplinaridade, discurso

Abstract: Placing mankind in an intersection point: nature, machine and bodiness compound a species that survives in a state of self-awareness and constantly self-representing through different art modes of expression. Post-humanism adopts as its object of study this confluence of circumstances, thus highlighting the role human beings have in a changing planet. Thinking mankind facing the *oikos*, within the *oikos*, the home-planet of a multiplicity of beings and cultures, implies calling upon interdisciplinary ramifications of knowledge that will enable a broader world decodification. That comprises the study of works of art, namely literature. This essay exemplifies the potentialities of such an approach within cultural studies.

Keywords: Post-humanism, ecocriticism, technology, ethics, interdisciplinarity, discourse

Whilst this planet has gone cycling on according to the fixed law of gravity, from so simple a beginning endless forms most beautiful and most wonderful have been, and are being, evolved.

Charles Darwin, *The Origin of Species* (1998: 243)

O mundo, que os sentidos tonificam,
surgia-nos então todo enterrado
na nossa própria carne

Luís Miguel Nava, “Sem outro intuito” (2002: 217)

Questionável mundo novo

As mudanças climáticas fruto da ação humana, a invasão do corpo pela tecnologia, a barbárie em massa: para o bem ou para o mal, a humanidade descendente da revolução industrial debate-se com fragilidades que abalam o suposto domínio humano sobre os elementos, logo, sobre o seu percurso na Terra. Na literatura, no cinema, nas artes em geral sucedem-se cenários apocalípticos de ameaças planetárias, muitas delas resultantes da ação humana, apesar do conhecimento e dos avanços científicos. Ora, face a este novo mundo, o pós-humanismo apresenta-se como corrente interdisciplinar complexa cujo fim é perspetivar as evoluções do ser humano no século XXI, numa altura em que parece configurar-se uma mudança civilizacional.

A reflexão é tão ontológica quanto pragmática. Ao mesmo tempo que se levantam questões no que diz respeito ao que é próprio da espécie humana, por oposição, por exemplo, ao animal não-humano, tentam-se descobrir soluções para problemas ambientais, políticos, sociais que põem em perigo o *oikos*, casa-planeta comum a todo o vivo. O pós-humanismo, enquanto nova disciplina dentro dos estudos culturais, encontra na convocação dessa diversidade de saberes as metodologias e os instrumentos para a análise cultural empreendida. Face à constatação de que o ser humano vive uma época de transformação, criam-se dependências de controlo incerto. Reconhecendo-se como espécie pertencente à natureza, o ser humano fá-la perigar pelo abuso dos recursos naturais. Ao

mesmo tempo, deixa-se invadir pelas tecnologias, ao ponto de, ironicamente, o filósofo Paul Virilio o apelidar de “terminal-man” (2008: 11), devido precisamente à criação de tantas dependências.

Em 2014, Timothy Welsh organizou um seminário na Universidade de Loyola, em Nova Orleães, subordinado ao tema do pós-humanismo. Na introdução do livro, divide os ensaios então produzidos por áreas temáticas tão diversas quanto filosofia e ética, corporalidade, identidade, raça, gênero, alteridade, conceitos de família, medo e horror. Tal abrangência, afirma Welsh, “testifies to a thorny matrix of ethical, social, political, and environmental issues bound up with the posthuman” (2015: 8). A convicção latente é a de que a época do pós-humanismo já se tornou uma realidade, mas a comprovação só se efetiva através da interdisciplinaridade: o humano que habita o século XXI precisa de articular-se com o diverso para compreender o seu posicionamento face ao restante vivo e com a tecnologia a que deu ser.

Do darwinismo à teoria da relatividade, do marxismo à psicanálise, do humanismo à tecnicização das vivências, o percurso humano do pensamento e da criação artística transformou-se substancialmente desde meados do século XIX, resultando num abalo a convicções antropocêntricas. À medida que a ciência vai descobrindo os segredos do universo, acentua-se a relativização do ser humano, pela consciência de que pouca diferença material existe entre ele, o restante vivo e os elementos. A assunção desta interdependência não nega a excecionalidade humana. No entanto, tornam-se evidentes vulnerabilidades biológicas e éticas do ser humano, o que as diversas expressões artísticas têm vindo a assinalar.

À consciência segundo a qual o ser humano não existe sem a segunda natureza, aquela que criou ao civilizar-se, ao construir a cultura, alia-se o conhecimento da pertença à primeira natureza, conjuntamente com as restantes espécies. Nesta condição dúplice, salienta-se uma carência básica, que declare a especificidade humana. Segundo Giorgio Agamben,

A máquina antropológica do humanismo é um dispositivo irónico que verifica a ausência de uma

natureza própria para *Homo* – mantendo-o suspenso entre uma natureza celeste e uma terrena, entre o animal e o humano – e, por conseguinte, o seu ser sempre menos e mais de si próprio. (Agamben 2011: 47)

De acordo com esta ideia, o Humanismo surge enquanto reação a uma lacuna original, advinda da própria formação do ser humano: ele nasce à imagem de Deus, resultando, portanto, de um modelo, mas partilha com o animal muito do seu material biológico. Por isso, está entre, o que implica uma indefinição, talvez uma ausência, do que lhe é próprio.

Para Bernard Stiegler, a ausência enquanto elemento formador da espécie humana está também patente no mito de Epimeteu e do esquecimento que esta figura mitológica tem, ao atribuir todas as qualidades aos animais, esquecendo-se do ser humano, assim o desprovido de atributos. O que Stiegler define como invenção desta espécie acontece quando o irmão de Epimeteu, Prometeu, tenta consertar o erro, roubando o fogo divino e atribuindo-o àquele ser vulnerável e despojado: “religion, parole, politique, invention, tout cela n’est que le coup essentiel du défaut d’origine. L’essentiel, c’est l’accident, l’absence de qualité” (Stiegler 2006: 200), comenta este filósofo. Nesta perspetiva, o mito contribui para expor a vulnerabilidade humana, bem como as marcas deixadas enquanto ser vivente no *oikos*.

Já para Agamben, o humanismo encerra em si a negação da autonomia e da exceção humanas, afirmando que “a descoberta humanística do homem é a descoberta da sua falta a si mesmo, da sua irremediável ausência de *dignitas*” (2011: 48), sustentando esta ideia pela precariedade que acompanha a evolução humana e que se manifesta tanto no que diz respeito a deformações físicas, quanto em alguns atos aberrantes. A questão da inumanidade estende-se assim do físico aos atos, e estes enquadram-se em questionamentos éticos. Stiegler, por seu turno, aponta o engenho como compensação para o esquecimento, que se manifesta tanto na capacidade inventiva, quanto na prótese, numa permanente convocação de saber e saber-fazer, ou seja, da ciência e da técnica. Daqui resulta a definição segundo a qual o ser humano é essencialmente “un être technique” (Stiegler 2006: 64). Este filósofo destaca ainda a vulnerabilidade humana inicial:

precisando de transcender-se para sobreviver, usa artifícios físicos e mentais, numa tentativa de auto-superação que acaba por criar mecanismos de controlo duvidoso e, portanto, potencialmente perigosos.

Escreve Gonçalo M. Tavares em *Breves Notas sobre a Ciência*: “claro que o Perigo é a origem dos métodos científicos mais eficazes” (2006: 11). Ora, este pequeno livro de fragmentos e, portanto, de indefinição genológica, acaba por ilustrar a ineficácia de uma catalogação precisa. Sugerindo a paixão que move os cientistas, ao afirmar que “tu não usas a metodologia. Tu és a metodologia que usas” (62), a objetividade que acompanha a ciência perde o seu valor absoluto, ao mesmo tempo que indicia a autonomia da ciência e dos processos científicos: estes impelem a descoberta, como se o ser humano cedesse a sua vontade à imposição dos fenómenos observados e dos instrumentos usados.

Em suma, nada depende apenas do ser humano, ainda que tudo este possa investigar. Entre a literatura e a ciência, entre o conhecimento e a técnica, as Humanidades precisam da interdisciplinaridade nesta era de articulações. Os estudos pós-humanistas, seja na sua vertente voltada para a técnica, seja na abordagem das representações da natureza, recorrem à pluralidade dos saberes para melhor perspetivarem o ser humano na sua relação com o *oikos*.

Consciências exegéticas

Menos fratura, mais sequência: analisar os atos humanos do século XXI, seja de um ponto de vista filosófico, seja através da exegese literária, implica uma abertura à porosidade que constitui a própria espécie. Tzvetan Todorov defende que a especificidade literária deverá encontrar-se mais a um nível molecular do que atómico, pelo que “a literatura será uma travessia dos níveis, o que não contradirá o facto de que em cada um deles as suas propriedades sejam partilhadas por outras produções” (Todorov 1993: 100). Enquanto unidade mínima, o átomo implica um olhar auto-centrado, impedindo as irradiações que a molécula incita por ser um conjunto de átomos, logo, por suscitar a interrelação e dela necessitar. O mesmo será dizer que a abertura à interdisciplinaridade permitirá uma análise mais abrangente de um objeto literário ou de outra expressão

artística. A literatura está num patamar de interseção, dado nela confluírem saberes múltiplos, pelo que tanto pode ser objeto de ciências várias, como recorrer a essas mesmas ciências para uma mais completa análise textual. A prática hermenêutica abre-se, portanto, a possibilidades múltiplas, decorrentes das especificidades dos tempos e correntes em que se desenvolve.

Ora, nesse sentido, o texto disponibiliza-se sucessivamente a novas abordagens, sobretudo através da mediação interdisciplinar. A exegese da corrente pós-humanista decorre dessa mediação, usada tanto na releitura dos clássicos, quanto na interpretação de obras contemporâneas que questionam a articulação do ser humano com o meio envolvente. “*Não olhar sempre da mesma maneira para as palavras*” (2013: 46), afirma, em itálico, Gonçalo M. Tavares no livro *Atlas do Corpo e da Imaginação*. Numa leitura pós-humanista, há sempre a possibilidade de uma análise-outra, não só devido à linguagem, mas também por causa das ciências várias convocadas para os estudos a efetuar. Para além das palavras, e glosando Gonçalo M. Tavares, o projeto pós-humanista propõe não olhar para o ser humano sempre da mesma maneira. Afinal, este projeta-se constantemente para além de si próprio, assim indefinindo as suas fronteiras.

Cary Wolfe, um dos mais eminentes teorizadores do pós-humanismo, defende que “the history of science shows that all of these places that we used to confidently draw the boundaries between those whose lives count as lives and those whose lives don’t, are constantly shifting” (2014). Esse movimento contínuo imprime a necessidade de se proceder a constantes revisões no que diz respeito à relação do universo humano com o *oikos*, casa comum, integradora, para além de uma exclusividade antropocêntrica. Afinal, o ambiente humano excede aquele que foi concebido pela sua inventiva e pelo seu saber-fazer. Do ambiente humano faz também parte a natureza, pelo que a interseção dos dois mundos é inevitável. A convocação de outras ciências para a interpretação do texto literário, do cinema ou das artes plásticas resulta assim das transformações sucessivas acerca do que define a espécie humana, portanto, da sua ontologia.

Jacques Derrida aponta a falácia do discurso filosófico tradicional na determinação do que é próprio da espécie humana através da atitude perante o animal. Afinal,

il ne faut pas se contenter de marquer que ce qu'on attribue au «propre de l'homme» appartient aussi à d'autres vivants, si on y regarde de plus près, mais aussi, inversement, que ce qu'on attribue au propre de l'homme ne lui appartient pas en toute pureté et en toute rigueur. (Derrida 2008: 90)

Há assim a persistência de uma indefinição. Os estudos interdisciplinares poderão contribuir para o esclarecimento do poliedro que é o ser humano através da mobilização de conhecimentos, metodologias, análises de áreas diversas. Anacrónica será a sua extração da natureza; redutora será perspectivá-lo apenas por si próprio, simplista seria a consideração da cultura como se se situasse aparte do *oikos*. Perante a consciência de que o ser humano pouco tem de próprio, pois tudo o que o constitui pode também pertencer ao que o transcende, Derrida acaba por contribuir para o desfazer de clivagens, como a que opõe natureza a cultura. Saber que é um ser biológico impede a extração do ser humano à natureza; saber que a cultura resulta também dos locais, do clima, dos acidentes naturais, como os estudos antropológicos fundamentam, impede a existência de uma efetiva oposição à natureza. Perante tal entrelaçamento, só os estudos interdisciplinares poderão contribuir para uma análise abrangente das humanidades.

A eliminação de clivagens é um dos pontos-chave dos estudos de Bruno Latour. Criticando o discurso demasiado científico-mecanizado principalmente das culturas ocidentais, como que omitindo a pertença humana à natureza, este epistemólogo salienta a necessidade de uma nova perspetivação da cultura relativamente ao universo não-humano, que a linguagem pode desde logo inferir:

Le discours n'est pas un monde en soi, mais une population d'actants qui se mêlent aux choses comme aux sociétés, qui font tenir les unes et les autres, et qui les tiennent. S'intéresser aux textes ne nous éloigne pas de la réalité car les choses ont droit, elles aussi, à la dignité d'être des récits. Quant aux textes, pourquoi leur dénier la grandeur d'être le lien social qui nous fait tenir ensemble? (Latour 1997: 123)

A aceitação da pertença a um universo plural atinge o próprio domínio da linguagem: enquanto forma de mediação, ela traduz o mundo humano e não-humano, donde o incitamento de Latour para interpretar os textos enquanto lugares inclusivos de

entendimento que potencialmente transcendem o universo humano. Espelhar o mundo através da linguagem, do texto, implica o recurso a saberes vários, com vista a uma análise mais abrangente e esclarecedora do ser humano no *oikos*, ou das coisas na sua relação com o ser humano. Há assim a proposta de uma nova dimensão interrelacional que promove a releitura do mundo, face à constatação da rede de dependências que constituem as vivências de humanos e não-humanos. O pós-humanismo encontra na multiplicidade dessas ligações o seu objeto de estudo.

Discursos da natureza

A abundância de novas formas de olhar o mundo permite a relativização de concepções estritamente antropocêntricas, na consciência de que, como afirma Cheryll Glotfelty, uma das pioneiras da ecocrítica, “all ecological criticism shares the fundamental premise that human culture is connected to the physical world, affecting it and affected by it” (1996: XIX). De novo o *oikos*: todas as espécies e os elementos vivem numa casa comum, e essa realidade percebe-se tanto nas criações artísticas, quanto nos estudos científicos, cuja existência depende dessa co-habitação.

Glotfelty define a ecocrítica como “the study of the relationship between literature and the physical environment” (XVIII); já Jonathan Bate defende o termo de eco-poética para aproximar a cultura da natureza, considerando que “*poiesis* in the sense of verse-making is language’s most direct path to return to the *oikos*, the place of dwelling” (2000: 76), ao passo que o ritmo poético se constitui enquanto “an answering to nature’s own rhythms” (*ibidem*). Deste modo, mais do que um relato externalizado da natureza, perceber como ela se infiltra nos processos criativos reposiciona o ser humano: também ele é natureza, também ele é constituído pelos elementos presentes em qualquer outro ser vivo. Portanto, reflete o ensaísta,

a central question in environmental ethic is whether to regard humankind as part of nature or apart from nature. It is the task of literary ecocriticism to address a local version of that question: what is the place of creative imagining and writing in the complex set of relationships between humankind and environment, between mind and world, between thinking and dwelling? (Bate 2000: 72)

Notam-se as preocupações éticas que este reposicionamento humano provoca: não se trata apenas de uma reflexão acerca do papel do ser humano na natureza, mas de uma interação orgânica com a natureza, na consciencialização de que o processo criativo é produto dessa interrelação. Tal ponto de vista permite concluir que o âmbito da eco-poética entronca nos estudos pós-humanistas, dada a renúncia a conceitos estritamente antropocêntricos. Porém, a existência de um *oikos* comum e a consciência dos ecocídios potenciais ou já acontecidos pela extinção de espécies ou pelos desastres ecológicos, questionam os modos de soberania humana, ao mesmo tempo que convocam saberes transdisciplinares para análise da relação da natureza com a cultura, do ser humano com o *oikos*.

As questões ambientais, juntamente com a importância que a tecnologia tem no quotidiano do último quartel do século XX, produziram uma nova configuração do relacionamento do ser humano com o que o transcende. Nem a criação de uma natureza cénica, de uma *aurea mediocritas* clássica, nem a contemplação abismada de montanhas ou oceanos sublimes do Romantismo: a natureza corre nas veias dos seres, as metamorfoses são apenas modo de expressão dessa mesma natureza.

Cantos do Canto, livro de Fíama Hasse Pais Brandão publicado em 1995, atesta as possibilidades interrelacionais entre os seres e a alma, entre a matéria e o espírito, numa fusão de espaços habitados por uma multiplicidade de espécies. Lê-se no poema “Canto dos insectos”:

Podia cantar as aves, mas os insectos
são um misto de aves, de astros e de átomos
que giram em órbita como as imagens de atlas
do Universo ou esboços de átomos.
As aves são as almas regressadas
ou que vêm da matéria para nós. (Brandão 1995: 9)

A recusa de um discurso tradicional de contemplação do belo resulta da substituição das aves pelos insetos e da descrição destes a partir de um discurso de fragmentação até ao

átomo, que tudo indiferencia. Não interessa aqui a convocação de uma natureza externalizada, a contemplar numa perspectiva antropocêntrica de oposição entre o ser humano e a alteridade. Não interessa, pois, anotar a presença do belo – e aí a evocação das aves iria mais ao encontro do horizonte de expectativas –, mas intuir a presença de um ínfimo que indistingue formas convertidas em átomos, e esses são a matéria do Universo.

De um ponto de vista da relação da literatura com o ambiente, objeto de estudo da ecocrítica ou da sua ramificação enquanto ecopoética, não surgem, neste livro de Fiana Hasse Pais Brandão, desastres ambientais, nem a idealização da natureza enquanto espaço utópico, mas nota-se a correlação inevitável das espécies, bem como uma tomada de consciência das redes de co-habitação que a biologia confirma. A esta ciência e à física dos átomos junta-se ainda uma componente espiritual, clara desde o início pelo próprio título, que glosa o bíblico *Cântico dos Cânticos*. Há assim uma força metafórica que sacraliza a natureza e só conseguida pela emergência dos versos:

O escaravelho cai na mão do Amado
e à sua direita tem o seu lugar
quando for esmagado pelo algoz
que não esteja possuído de fascínio.
Não desisto de cantar os animais
e as plantas que no berço me embalaram
e me ditaram a voz própria dos poemas. (Brandão 1995: 11)

Como se percebe neste excerto, analisar o poema de Fiana Hasse Pais Brandão a partir de uma perspectiva ecocrítica implica a convocação de estudos culturais não redutíveis a uma única disciplina das humanidades ou mesmo das ciências naturais. Para além do fascínio pela natureza, nota-se nele a bagagem cultural da autora, que se intersecciona com o momento especial de observação. A alusão bíblica cruza-se com o saber empírico transmitido pela memória; o sentimento estético é atravessado por um apontamento ético; a sacralidade é ameaçada pela profanação eventual de quem não se deixa imbuir pelo efeito da beleza e se predispõe ao esmagamento do outro. Religião,

filosofia e psicologia são, assim, saberes convocáveis para o aprofundamento de uma análise deste poema.

Quando o sujeito poético profere “o que a Natureza une ante os meus olhos / nada o pode desunir na minha vida” (11), concretiza o objeto de estudo da ecocrítica: não se limitar a uma abordagem acerca da literatura ambiental, mas voltar-se para o relacionamento do ser humano com o *oikos*. Trata-se, assim, de partir da linguagem para os mais diversos polos da relação da espécie humana com o mundo.

Corpo, máquina, *oikos*

Estudos antropológicos de civilizações não industrializadas comprovam o reflexo na linguagem dos posicionamentos culturais. Ao estudar a literatura das tribos índias norte-americanas Paula Gunn Allen conclui que “through the sacred power of utterance, they seek to shape and mold, to direct and determine, the forces that surround and govern human life and the related lives of all things” (1996: 242). Ora, essa expressão do mundo encontra na irradiação do homem para além de si mesmo amplo objeto de análise que elimina fronteiras corpóreas. Quando Luís Miguel Nava escreve que “a exactidão das coisas, a plena adequação de cada uma aos seus contornos, é algo que jamais se verifica” (2002: 185), o poeta percebe a constante mobilidade do mundo, que não é o heideggeriano mundo construído pelo homem, mas aquele que resulta da força dos elementos. Para além do visível, há um fluxo incontável mesmo para o ser humano, que perde as fronteiras de si próprio.

Os estudos pós-humanistas acrescentam à importância da natureza a preponderância que a técnica exerce sobre a pólis do século XXI. Como pressuposto, perdem-se as clivagens, pois natureza e cultura, técnica e vida biológica não são analisadas enquanto polos opostos, mas constituem-se como elementos interrelacionais. Em *Breves Notas sobre a Ciência*, Gonçalo M. Tavares escreve a itálico que “*Tu pensas mais porque tens máquinas; pensas mais através das máquinas*” (2006: 132), acrescentando que a máquina é um “raciocínio cristalizado” (133). Logo, pensamento e máquina, estratégia e gesto fundem-se, do que se conclui que só o seu interrelacionamento permite a existência mútua: a

máquina é criada pelo homem, mas é também responsável pela ocorrência de novos pensamentos. Em suma, a máquina é instigadora da capacidade inventiva humana.

Em *A Máquina de Joseph Walser*, livro de Gonçalo M. Tavares publicado em 2004, o protagonista exemplifica o trânsito decorrente da aproximação do homem à máquina: “como se fossem materiais que pensam, dissera Joseph Walser. Claro que os humanos eram materiais que pensavam!” (2004: 9). Analisar este extrato através de uma perspectiva pós-humanista implica tanto um estudo de âmbito ontológico, quanto técnico-científico: não se trata apenas da busca de uma definição do que é um ser humano, mas também dos elementos, ou das peças, que compõem uma máquina. Só assim se validará a conclusão desta personagem-ciborgue.

Se a técnica e a prótese surgem como formas de evolução e auxílio do homem, a consequência é a perda de uma efetiva autonomia humana. Onde o pós-humanismo, donde o elogio do híbrido que, por exemplo, Donna Haraway, não sem ironia, afirma no seu manifesto “We are all cyborgs” (1991). Nele, a defesa da técnica enquadra-se numa perspectiva dinâmica dos tempos, para além de uma aproximação da natureza à condição feminina, para denunciar a opressão de um mundo androcêntrico. Assim, os estudos pós-humanistas abrem-se à interdisciplinaridade, por projetarem uma análise da cultura e das expressões culturais suficientemente abrangente para convocar estudos de género, identidade, alteridade, para além de filosóficos, éticos ou até das ciências naturais.

Há assim um princípio fundamentador do pós-humanismo, que se determina pela ausência de fronteiras absolutas para definir o humano. Afirma-se, pois, como um espaço de reflexão em que se salientam as relações do ser humano com o outro, seja este a natureza (e aí a ecocrítica vai-se assumindo como corrente importante) ou a tecnicização do espaço em que vive. Essa indefinição de limites estende-se, em termos literários, na formulação de novas imagens que partem do corpo para o exterior, num movimento constante entre o abstrato e o concreto, entre o corpóreo interior e o seu exterior. “A mesa”, de Luís Miguel Nava, sugere um movimento centrípeto de indistinção:

Da mesa a que me sento, onde registo em traços largos esta ideia, uma pequena parte começou-se-me

a entranhar na alma, fascinada pela expectativa de a madeira se poder aos poucos converter em carne.

Atrás dela, os objectos que sobre ela estão poisados – o papel, a esferográfica, o relógio, um espelho – irão decerto reclamar idêntico destino.

Não tarda, desta forma, que o meu sangue me reflecta e que aos meus órgãos o relógio ceda o privilégio de marcar no mostrador o verdadeiro tempo do meu espírito. (Nava 2002: 184)

A concreta madeira de uma concreta mesa sugere à alma a possibilidade de converter-se em carne; os objetos infiltram-se nos órgãos, que passam a refletir o tempo: tudo se constitui em fluxo que funde a matéria inerte a organismos celulares, a alma ao corpo, a memória ao sangue. Nesse processo, regista-se uma perda da identidade pessoal, num radicalismo que atinge a própria identidade humana: os elementos que constituem a mesa e objetos nela colocados, assim como todas as células que compõem o sangue, desmontam os corpos para se prefigurarem apenas enquanto partes constitutivas da espécie humana ou não.

A dissolução de identidade configurada no excerto acima remete para a constatação de que o ser humano se integra no *oikos* para além da sua excecionalidade enquanto criador de uma segunda natureza. Ora, essa consciência reposiciona-o, levando-o à superação dos seus limites pela afirmação de um potencial conectável: nada do que o constitui na sua corporeidade é diferente do cosmos. Por outro lado, a dependência humana é crescentemente visível: a transformação dos recursos naturais e a invenção das máquinas são imprescindíveis para a sobrevivência, já que enquanto espécie, o ser humano está despojado de um próprio capaz de garantir-lhe a autossuficiência.

Cary Wolfe defende que “posthumanism means not the triumphal surpassing or unmasking of something but an increase in the vigilance, responsibility, and humility that accompany living in a world so newly, and differently, inhabited” (Wolfe 2010: 47). No século XXI, o conhecimento acrescido do universo, aliado à evolução técnica e tecnológica, gera desafios que exigem permanente diálogo inter-saberes, inter-artes, transdisciplinar. O pós-humanismo insere-se neste panorama. Conforme referem os ensaístas Ivan Callus, Stefan Herbrechter e Manuela Rossini, esta linha de pensamento constitui-se enquanto “a

social and technocultural practice that names the present time” (2014: 105). Uma designação que tenta definir o presente, portanto, que tenta ser um pólo conglomerador de diversas tendências, ou um “umbrella term” (117) dentro das Humanidades, assim instabilizando anteriores definições do humano.

No romance *Órix and Crake*, Margaret Atwood escreve que “permanecer humano é ultrapassar um limite” (2010: 320). O ambiente deste livro é apocalíptico, porque, após uma pandemia, só um representante dos seres humanos tal como os conhecemos permanece vivo. É ainda pós-humano, dado os únicos seres geneticamente construídos a partir dos seres humanos já não pertencerem a esta espécie, possuindo vidas mais curtas e não se percebendo neles a existência da maldade. As reflexões éticas entrelaçam-se com as descobertas científicas, consolidando a ideia de que, no século XXI, a espécie humana se encontra num patamar em que a técnica se une à natureza e só dessa forma a sobrevivência humana se viabiliza.

O corpo humano disponibiliza-se à intervenção técnica: para Stiegler, isso é sinal do “changement d’époque” (2006: 103) que posiciona o homem fora da natureza e, por consequência, fora também de si próprio, assim concretizando a sua desumanização. Conforme defende, “plus l’homme est puissant, plus le monde se «déshumanise»” (*ibidem*), e isso potencia cataclismos. O pós-humanismo, enquanto corrente de pensamento, alerta para a necessidade de se manter uma vigilância sobre os atos humanos, principalmente no que diz respeito à relação da humanidade com o que a transcende.

Segundo Jonathan Bate, “the values with which the humanities have taught us to regard humankind have rarely been extended to the material world which the sciences examine and technology transforms” (2000: 244). Pensar o mundo assumindo a importância da dimensão não-humana obriga a uma análise plural, interdisciplinar. Afinal, o eu-humano é também um outro, pertencendo a um vasto *oikos* e com este partilhando grande parte do seu ser. Os estudos pós-humanistas incorporam essa diversidade.

Bibliowebgrafia

- Agamben, Giorgio (2011), *O Aberto. O homem e o animal*, Lisboa, edições 70 [2002].
- Allen, Paula Gunn (1996), "The sacred hoop: A contemporary perspective", in AA.VV., *The Ecocriticism Reader*, org. Cheryll Glotfelty, Athens, Georgia [1986]:241-263.
- Atwood, Margaret (2010), *Órix e Crex. O último homem*, trad. de Ana Maria Chaves e Ana Mafalda Costa, Lisboa, Bertrand [2003].
- Bate, Jonathan (2000), *The Song of the Earth*, Londres, Picador.
- Brandão, Fíama Hasse Pais (1995), *Cantos do Canto*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Callus, Ivan, Herbrechter, Stefan e Rossini, Manuela (2014), "Introduction: Dis/Locating Posthumanism In European Literary And Critical Traditions", *European Journal of English Studies*, 103-120.
- Darwin, Charles (1998), *The Origin of Species*, London, Wordsworth Editions [1859].
- Derrida, Jacques (2008), *Séminaire. La bête et le souverain*, Paris, Galilée.
- Glotfelty, Cheryll (1996), "Literary studies in an age of environmental crisis", in AA.VV., *The Ecocriticism Reader*, org. Cheryll Glotfelty, Athens, Georgia: xv-xxxvii.
- Haraway, Donna (1991), *Simions, Cyborgs and Women. The reinvention of nature*, Londres, Free Association Books.
- Latour, Bruno (1997), *Nous n'Avons Jamais Été Modernes*, Paris, La Découverte & Syros [1991].
- Nava, Luís Miguel (2002), *Poesia Completa. 1979-1994*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Tavares, Gonçalo M. (2004), *A Máquina de Joseph Walser*, Lisboa, Caminho.
- (2006), *Breves Notas sobre a Ciência*, Lisboa, Relógio D'Água.
- (2013), *Atlas do Corpo e da Imaginação. Teoria, fragmentos e imagens*, Lisboa, Caminho.

Stiegler, Bernard (2006), *La Technique et le Temps. 1. La faute d'Épiméthée*, Paris, Galilée, 2006 [1994].

Todorov, Tzvetan (1993), *Poética*, Lisboa, Teorema, 1973.

Virilio, Paul (2008), *Open Sky*, Londres, Verso [1995].

Welsh, Timothy J. (2015), *Reading Posthumanism. Collected essays, Fall 2014*, New Orleans, Loyola University.

Wolfe, Cary (2010), *What Is Posthumanism?*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

-- (2014), "Changing Nature: Stacy Alaimo and Cary Wolfe at ASLE", entrevista a Helena Feder, in *Interdisciplinary Studies in Literature and Environment*, Oxford University Press, <<https://academic.oup.com/isle/article-lookup/doi/10.1093/isle/isu146>> (consultado a 24 de abril de 2017).

Lígia Bernardino terminou o doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2014, defendendo a tese *Limiares do Humano. Estudo sobre Jorge de Sena, Maria Gabriela Llansol e Gonçalo M. Tavares*. Tem dedicado a sua atividade profissional à docência em vários níveis de ensino, bem como à lexicografia e à tradução. No âmbito da investigação literária, tem-se dedicado à literatura portuguesa contemporânea. Nos ensaios publicados, entre os quais "Natureza e textualidade em Maria Gabriela Llansol" (2015), "Arte e rememoração em Jorge de Sena" (2017) e "Quiasmática convivialidade em Raul Brandão e Maria Gabriela Llansol" (2017), destaca-se a articulação do texto literário com o que define o ser humano, tendo em conta sobretudo a natureza e a técnica.

Dostoiévski e a Psicologia: o escritor como leitor e objeto da ciência da mente¹

Priscila Nascimento Marques

FFLCH / Universidade de São Paulo

Resumo: O presente artigo busca desdobrar as relações entre literatura e psicologia a partir do caso do escritor russo Fiódor Mikháilovitch Dostoiévski (1821-1881). Inicialmente, abordaremos o interesse do romancista russo pela psicologia de Carl Gustav Carus (1789-1869). A seguir, são descritas algumas apropriações que a “crítica psicológica”, isto é, realizada por médicos e psicólogos, fez da literatura dostoevskiana.

Palavras-chave: Literatura russa, Psicologia, F. M. Dostoiévski, C. G. Carus

Abstract: The present article aims at developing the relations between literature and psychology considering the case of the Russian writer Feodor Mikhailovich Dostoevsky (1821-1881). Initially, the text treats Dostoevsky's interest in the Psychology of Carl Gustav Carus (1789-1869). Then, it deals with some appropriations of Dostoevsky's literature made by the “psychological criticism”, i. e. the criticism made by doctors and psychologists.

Keywords: Russian Literature, Psychology, F. M. Dostoevsky, C. G. Carus

Se a literatura dostoievskiana tem sido considerada fonte inesgotável de material para a Psicologia, o interesse de Dostoiévski por essa ciência não pode, por sua vez, ser negligenciado. A possibilidade de que o arcabouço teórico da psicologia possa oferecer visadas críticas originais à literatura dostoievskiana² encontra paralelo na pronunciada curiosidade de Dostoiévski pelos sistemas psicológicos a ele contemporâneos. Belknap, no texto “Dostoiévski e a Psicologia”, faz um mapeamento das teorias conhecidas (admiradas ou rejeitadas) por Dostoiévski (Belknap 2002: 131-134). Dentre os nomes citados pelo crítico, o de Carl Gustav Carus (1789-1869) merece destaque em outros trabalhos comparativos, por constar de uma listagem de livros solicitados por Dostoiévski em carta ao irmão (Frank 1999: 238).

A partir de 1854, quando deixa o desterro para servir como soldado raso em Semipalatinsk, Dostoiévski trava contato com o Barão A. E. Wrangel (cf. Grossman 1967: 204-209). Em suas memórias, o Barão trata da amizade entre ambos e acrescenta: “Nós estudamos todos os dias e agora vamos traduzir a *Filosofia* de Hegel e *Psyche* de Carus” (apud Gibian 1955: 371). Apesar de malogrado, o intento de realizar tal tradução constitui evidência do interesse de Dostoiévski pela teoria do cientista alemão e justifica as inúmeras menções a Carus em diferentes comentadores da obra e do pensamento dostoievskiano³. Carus aliou sua formação médica e espírito investigativo ao vívido interesse pelas ideias de Goethe e Schelling, expoentes do romantismo alemão. Dessa forma, elaborou sua leitura dos fenômenos naturais e das descobertas mais recentes do campo da fisiologia à luz da Ideia Divina e de seu princípio criador. Por tal espírito conciliador, foi descrito por Béguin como “executor testamentário do romantismo filosófico”, cuja obra se manteve livre dos “ouropéis de um ocultismo trivial” (Béguin 1991: 173). A principal contribuição apresentada por Carus em seu tratado de psicologia, intitulado *Psyche, zur Entwicklungsgeschichte der Seele* (1846), consiste na elaboração de uma concepção de inconsciente que atua de modo consoante com o princípio divino:

A chave para uma compreensão da natureza da vida consciente reside na esfera do inconsciente. [...]

Num primeiro olhar sobre nossa vida interior, vemos que a maior parte da nossa vida psíquica reside no domínio do inconsciente. Embora estejamos conscientemente informados de apenas algumas

ideias em um dado momento, nós criamos continuamente milhares de ideias que são completamente inconscientes, desconhecidas no presente, mas, apesar disso, definitivamente existentes. Esta é uma indicação de que a maior parte da vida psíquica repousa na noite do inconsciente. Mais tarde, quando traçamos a notável evolução de uma ideia, devemos ver que a vida do psiquismo pode ser comparada a um grande rio que flui continuamente, iluminado somente em uma pequena área pela luz do sol. (Carus 1970: 1, grifos do autor)

Thomas, em seu estudo sobre o vocabulário de Dostoiévski, aponta para o uso do termo “inconsciente” pelo autor e sugere a comparação das terminologias de Dostoiévski e de Carus, além de aventar a hipótese de que tal uso possa ajudar a explicar o motivo de sua obra antecipar muito da psicanálise (Thomas 1982: 675-676). No campo ideológico, Frank aproxima a insistência de Carus sobre a necessidade de haver um equilíbrio entre as esferas consciente e inconsciente à ideologia do *potchvennitchestvo* de Dostoiévski, a qual “requeria a fusão de uma intelectualidade inspirada pelas ideias ocidentais do racionalismo e da ilustração com as forças morais inconscientes latentes no âmago ainda não corrompido do povo russo” (Frank 1999: 244). Na esfera literária, tomando particularmente o texto de *Crime e castigo*, são verificadas apenas três ocorrências do termo “inconsciente”, conforme a *Concordância ao Crime e castigo de Dostoiévski* editada por Atsushi, Yasuo e Tetsuo (1994), sendo que somente uma delas se refere ao protagonista⁴. Não obstante, é possível observar na própria estrutura da obra, isto é, no seu princípio construtivo, a presença de uma noção de inconsciente próxima àquela expressa por Carus, uma vez que a representação bem-sucedida da subjetividade de Raskólnikov está, em grande medida, atrelada à necessidade de um narrador onisciente, capaz de acessar os sonhos e os “atos gratuitos” desse personagem. A passagem da narração de primeira para terceira pessoa⁵ implica, dentre outras coisas, que a apreensão mais cabal da consciência deve ultrapassá-la para alcançar a seara do inconsciente.

Para caracterizar os universos da consciência e do inconsciente, Carus identifica suas marcas fundamentais. Para ele, a consciência é o domínio da liberdade, ao passo que o inconsciente é o domínio da necessidade:

Nós logo nos convencemos de dois fatos: o domínio da absoluta *necessidade* sobre a esfera do inconsciente, e a *liberdade* que sobrevêm com o advento da consciência. Os opostos, aqueles fatores mais significativos para a compreensão da vida da alma, datam deste estágio da consciência emergente. O que quer que se forme inconscientemente em nós, nesse começo, é uma manifestação viva do divino. O destino desta manifestação divina jaz fora do controle da existência individual, assim como a mente individual jamais poderá penetrá-la completamente. Nenhum indivíduo pode existir nessa região, porque a vontade pressupõe o entendimento. Mas uma necessidade estranha ao nosso entendimento e à vontade existe incondicionalmente. Sendo a única força determinante para a alma amplamente inconsciente, ela também influencia a liberdade daquela parte da alma que se tornou consciente. Dessa forma, uma vez que toda nossa existência psíquica paira eternamente entre o inconsciente e a consciência, nós constantemente oscilamos, ao longo de toda vida, entre a vontade e a compulsão, a liberdade e a necessidade. (Carus 1970: 55-56, grifos do autor)

O inconsciente é regido por uma necessidade derivada do princípio divino, que desconhece o bem e o mal. Dessa forma, somente a consciência, que é dotada de liberdade, pode inclinar-se ao mal: “o Mal nasceu na terra com o primeiro raio da consciência humana: o Inconsciente da vida cósmica, pura emanção de Deus, não pode estar corrompido, nem se abrir ao mal” (Béguin 1991: 193). Tal entendimento da questão do mal encontra ressonâncias no pensamento de Dostoiévski, especialmente conforme sua apreensão por Nikolai Berdiáiev (1874 – 1948), para quem “a liberdade, degenerando em arbitrariedade, conduz ao mal, o mal ao crime, e o crime, enfim, – por uma fatalidade interior – ao castigo” (Berdiaeff s.d.: 106). É essa liberdade que permite a Raskólnikov elaborar sua teoria dos homens extraordinários e questionar-se sobre o direito de matar. Para Berdiáiev, esse direito não existe, pois, “conforme o prova uma experiência conduzida de maneira imanente, a natureza humana é criada à imagem de Deus e porque tudo possui, em si, um valor absoluto” (Berdiaeff s.d.: 115-116). Wolf vê na liberdade a fonte da motivação ambígua para o crime de Raskólnikov: “O crime de Raskólnikov é o ato de um humano perplexo por sua escolha e incapaz de escapar de seu livre-arbítrio” (Wolf 1997: 180). Ainda de acordo com Wolf, a escolha por um narrador onisciente em relação a Raskólnikov contribui para a representação do herói como alguém livre, pois o protagonista é acompanhado pelo narrador, sem que ele se antecipe ou o justifique.

Outro ponto que aproxima o romancista russo do psicólogo alemão refere-se ao universo dos sentimentos, em particular do amor. Para Carus, o sentimento é responsável pela captação da ideia e se constitui como uma ligação para o inconsciente. Tudo que fermenta para além dos limites da consciência “sobe, com um acento muito particular, da noite inconsciente para a luz da vida consciente; e a esta melodia, a esta maravilhosa confiança do Inconsciente ao Consciente chamamos sentimento” (Carus *apud* Béguin 1991: 184). É por meio do sentimento que o ser humano pode alcançar as regiões mais profundas em que todas as almas estão em relação com sua unidade comum, e o amor, na condição de forma mais elevada do sentimento, é “o primeiro resgate da existência separada, o primeiro passo da volta ao Todo” (Carus *apud* Béguin 1991: 185). Para Gibian,

Seu elogio do amor como o encontro das partes consciente e inconsciente da alma, por meio do qual o humano começa a repudiar seu egoísmo e é capaz de retornar à comunidade com outros seres humanos, bem como chegar à percepção superracional do universal e do divino, também é análogo à concepção de Dostoiévski personificada pelas mais elevadas formas de amor em *Crime e castigo*, *O idiota* e *Os irmãos Karamázov*. (Gibian 1955: 373)

Um aspecto importante da vida psíquica, caro a ambos, refere-se ao papel dos sonhos. Em Carus, eles possibilitam uma união íntima entre consciente e inconsciente, constituem, assim, “a atividade da consciência na alma que volta à esfera do inconsciente” (Béguin 1991: 186, grifos do autor). Já a sua função consiste na “conquista da consciência pelo inconsciente no êxtase ou no afastamento de si mesmo, pode, na realidade, dentro de limites, nos dar vida e força” (Carus 1970: 66-7). No caso de *Crime e castigo*, as análises de Katz demonstram como os sonhos de Raskólnikov reelaboram conteúdos retirados do cotidiano e os reinterpretam à luz do inconsciente, configurando-se, desse modo, como o palco da intersecção consciência/inconsciente, conforme propõe Carus. Em sua interpretação do primeiro sonho (do espancamento de uma égua por seu dono, Mikolka), por exemplo, Katz lembra que os encontros que o precedem fornecem o contexto que explica a reação traumática de Raskólnikov. Tal contexto é constituído pelo encontro com Marmieládov na taverna, o recebimento da carta escrita por sua mãe e, por fim, o

testemunho da cena em que um senhor assedia uma jovem garota embriagada. De modo geral, todas essas situações despertam uma resposta emocional espontânea de compaixão por parte de Raskólnikov, ainda que essa seja imediatamente substituída por um desinteresse intelectual e crescente raiva (Katz 1984: 96). Assim, “seu subconsciente revela, tanto para o sonhador quanto para o leitor, o Raskólnikov ‘real’ – a criança que sente compaixão pela vítima e hostilidade pelo vitimizador, e que faz o profundo questionamento” (Katz 1984: 98).

Outro ponto abordado por Carus, e que pode ser tratado comparativamente, refere-se à patologia. Na condição de pensador monista, Carus não pode ver o adoecimento como um processo que atinge somente o corpo ou uma parte dele. E mesmo na busca pela cura têm papel fundamental as forças inconscientes:

Quando diante de desvios da boa saúde, ele [o inconsciente] sempre nos conduz de volta ao centro. Assim, podemos ver que a existência orgânica inconsciente, embora desconheça a doença, sustenta tudo que combate as enfermidades e trabalha constantemente para o restabelecimento da saúde. A isso se costuma dar o nome de “poder curativo da natureza”. (Carus 1970: 71)

Frank assinala que a imagem de uma consciência reguladora, cuja distorção provoca um literal “adoecimento” do ego, tornou-se um importante tópico dos grandes romances de Dostoiévski (Frank 1999: 245). Para Gibian, Dostoiévski apresenta concepção semelhante sobre as doenças em suas personagens, tais como Ippolit, Lisa Khokhlakova, Iliúcha, Raskólnikov e outros (Gibian 1955: 375). No caso do protagonista de *Crime e castigo*, as justificativas objetivas (calor, cansaço, bebida) apresentadas para sua fraqueza apenas mascaram a causa verdadeira, isto é, “a rebelião de seu subconsciente contra todo seu modo de vida” (*ibidem*). Ainda conforme o mesmo crítico, Raskólnikov aparece como exemplo do que Carus chama de “doença da vontade”, caracterizada por oscilações comportamentais de gênese inconsciente, bem como da “apatia animalesca”, derivada do atrofiamento do inconsciente (*idem*: 376s).

Apesar das possíveis aproximações, os críticos se mostram cautelosos em falar de uma “influência” do pensamento de Carus sobre o de Dostoiévski. Frank reconhece no

interesse do romancista pela *Psyche* de Carus uma tendência permanente de seu pensamento. Para ele, Dostoiévski “conservará para sempre a ávida curiosidade por obras eruditas que, ao mesmo tempo em que demonstram pleno conhecimento e domínio das últimas teses da ciência moderna e da filosofia, persistem na tarefa de defender o idealismo e uma visão religiosa do mundo” (Frank 1999: 245). Já Gibian discute a possibilidade de ambos terem chegado de forma independente a descobertas semelhantes, e defende que *Psyche* tenha fortalecido as crenças de Dostoiévski sobre o funcionamento da mente humana, além de levá-lo a desenvolver suas ideias sobre a importância do inconsciente (Gibian 1955: 382). Dessa forma, é possível observar que a atenção dedicada pelo romancista à ciência psicológica deixou marcas na formação tanto do Dostoiévski-pensador quanto do Dostoiévski-artista.

A outra face da relação entre Dostoiévski e a Psicologia, certamente mais conhecida, diz respeito à extensa “crítica psicológica” dedicada à obra e/ou à vida do romancista russo. As primeiras tentativas de análise psicológica de sua literatura partiram de um viés marcadamente conteudista. Para esses críticos-psicólogos, texto literário e prontuário médico são produções que despertam um interesse equiparável. Assim, psicólogos e médicos perceberam nos “romances-prontuário” de Dostoiévski um verdadeiro manancial de tipos psicopatológicos. Segundo Gomide, Dostoiévski

[...] além de ser considerado o “mais russo” dos escritores e, portanto, o melhor exemplo de nacionalização nas letras [...]; ou aquele que apresentava a biografia mais sofrida, o que satisfazia uma imagem de escritor-mártir condizente com o que demonstravam pateticamente os manuais sobre o temível “niilismo” russo; ou, ainda, o melhor exemplo da união entre temas românticos e novidade naturalista, era porque em Dostoiévski o material para a pesquisa psicopatológica emanava com mais vigor. (Gomide 2008: 122-123)

Para Ossip-Lourié, por exemplo, o valor literário das obras de Dostoiévski é menor do que sua importância para a psicopatologia e antropologia criminal⁶. Já o neurologista americano Joseph Collins recorreu a um grande número de epítetos para classificar Dostoiévski: “profeta, pregador, psicólogo, patologista, artista e indivíduo” (Collins 1923:

61). Pondera que, embora ele não tivesse formação para ser considerado um especialista nesses assuntos, tal era sua capacidade de descrever

muitos dos transtornos nervosos e mentais, tais como mania e depressão, as psiconeuroses, histeria, estados obsessivos, epilepsia, insanidade moral, alcoolismo e aquela constituição mental e moral chamada 'degenerescência' [...] que alienistas reconhecem em suas descrições obras-primas assim como um pintor reconhece o apogeu de sua arte com Giotto e Velásquez. (Collins 1923: 61-2)

Outra característica da crítica psicológica é a junção de fatos biográficos e conteúdos da obra ficcional na interpretação. Ossip-Lourié e Joseph Collins, por exemplo, entremeiam suas narrações sobre a vida de Dostoiévski com análises de suas principais obras. E, uma vez que os romances eram tomados por prontuários clínicos, cabe a esses críticos chegar a alguma conclusão diagnóstica. Eis algumas tentativas:

Raskólnikov é louco ou criminoso? Quem resolverá essa questão? Em todos os casos, ele não é nem um criminoso nato nem um louco nato, mas, antes, aquilo que Lombroso chama de criminoso de ocasião. Seja loucura ou crime, seja loucura e crime, a causa é, acima de tudo, social. Ela está ligada, em parte, às más condições materiais em que Raskólnikov havia vivido durante muitos meses; é o produto complexo de influências múltiplas – físicas ou psicológicas – tais como: preocupações, receios, inquietudes, devaneios, isto é, provém, antes de tudo, da injustiça social. (Ossip-Lourrié 1905: 172)

O *Crime e Castigo* de Dostoiewsky é, como diz muito justamente M.Vogüé, o estudo mais profundo de psicologia criminal depois de *Macbeth*. As discussões eternizam-se em torno do seu principal personagem Raskolnikoff, cujo diagnóstico é difícil de ser feito. É um louco ou um criminoso? Para Grasset, é um semidoido "bom e generoso", mas "melancólico, sombrio, orgulhoso, altivo, hipocondríaco" (Luiz Ribeiro do Valle *apud* Gomide 2008: 124)

A dificuldade de se estabelecer um diagnóstico definitivo para um personagem como Raskólnikov é reconhecida pelos estudiosos e os leva a conclusões díspares. A justificativa social e material de Ossip-Lourié parece excessivamente determinista se observarmos que Dostoiévski representou, no mesmo contexto miserável, um personagem como Razumíkhin,

personificação da razão saudável e longe de estar acometido por tantas desordens mentais. Já a tentativa de Luiz Ribeiro do Valle demonstra a necessidade de um verdadeiro arsenal de itens sintomatológicos para compreender minimamente o protagonista de *Crime e castigo*. Ainda assim, vale observar que esses comentadores não passaram à margem da complexidade psicológica do personagem. A própria abundância de nomenclaturas evidencia tal sensibilidade.

Quando a psicanálise coloca o inconsciente na pauta das discussões sobre o psiquismo humano, dando-lhe uma formulação original, a literatura de Dostoiévski permanece uma importante fonte. Abandonando a distinção rígida entre normal e anormal, Janko Lavrin observa:

É característico de Dostoiévski preocupar-se principalmente com aquela área transitória da nossa consciência em que o irracional suplanta o racional, o inconsciente suplanta o consciente, o “fantástico” suplanta o real. Ele é um mestre supremo somente nessa fronteira mutável, na qual nada é determinado, fixo e firme, em que “todas as contradições existem lado a lado”. (Lavrin 1920: 46)

A percepção de que a obra dostoiévskiana lida com contradições da condição humana torna-se mais aguçada, uma vez livre das rígidas categorizações psicopatológicas e dos mais variados determinismos. Além disso, Lavrin observa que o ofício de Dostoiévski não era a ciência, mas a arte, de modo que, seu interesse por casos psicopatológicos só existia na medida em que eles “refletiam o processo mais profundo, espiritual da mente do homem” (Lavrin 1920: 45). Ainda assim, as explicações psicanalíticas não escapam do biografismo. O ensaio de Freud sobre Dostoiévski é dedicado essencialmente à análise da origem da neurose do romancista a partir de fatos de sua vida e de elementos de suas obras (o romance *Os irmãos Karamázov*, nesse caso, constitui a manifestação do desejo parricida inconsciente de Dostoiévski). No entanto, as pretensões de Freud não estão escamoteadas. Logo no início de seu ensaio, o autor distingue quatro facetas na personalidade de Dostoiévski: o artista-criador, o neurótico, o moralista e o pecador. Sobre a primeira delas, afirma:

O artista criador é o menos duvidoso: o lugar de Dostoiévski não se encontra muito atrás de Shakespeare. *Os irmãos Karamassovi* [sic] são o mais grandioso romance jamais escrito, quanto ao episódio do Grande Inquisidor, um dos pontos culminantes da literatura mundial, dificilmente qualquer valorização será suficiente. Diante do problema do artista criador, a análise, aí de nós, tem de depor suas armas. (Freud 1996: 183)

Assim, a análise freudiana busca interpretar o psiquismo do autor, sem almejar, contudo, compreender seu gênio literário ou decifrar definitivamente sua obra, a qual aparece apenas como auxiliar no desvelamento dos recônditos inconscientes do romancista. Não obstante, há outras tentativas de interpretação de personagens dostoiievskianas tão comprometidas com a descoberta de um sujeito psicanalítico que, para tanto, não hesitam em colocar o personagem no divã e identificar nele desejos incestuosos e homossexuais, como é o caso de Florance no artigo “The neurosis of Raskolnikov” (Florance 1961: 57-76).

Discussões posteriores acerca da literatura dostoiievskiana esforçaram-se para garantir uma maior autonomia ao campo estético e trabalhar com o texto literário sem forçar o estabelecimento de relações entre fatos da vida do autor e o conteúdo de sua obra. Belknap, por exemplo, afirma:

Em geral, os leitores de Dostoiévski têm tido dificuldade para explicitar a psicologia própria deste autor. Normalmente eles a subentendem a partir do comportamento ou do discurso de seus personagens – um grande engano, porque a ficção de Dostoiévski existe por si mesma, não se constitui como uma emanção de seu espírito. (Belknap 2002: 136-7)

Belknap defende que a explicação para Dostoiévski ter-se utilizado deste ou daquele conteúdo psicológico deve ser literária e não biográfica, uma vez que “Dostoiévski não utiliza *raisonneurs*, ou porta-vozes para suas próprias ideias, embora alguns comentários se aproximem mais delas do que outros. Seu significado deve emergir da interação das falas e ações de muitos personagens” (Belknap 2002: 137). Mais importante, Belknap conclui que não se pode separar esse conteúdo psicológico do todo romanesco; a obra deve ser vista em

sua totalidade e organicidade própria. Ao desenvolver as relações entre amor e violência, alinhavadas pelo poder, Belknap conclui:

Para Dostoiévski, as vítimas tornam-se vencedores. Se a tragédia fala da fraqueza do forte, os romances, ou pelo menos esse tipo de romance, trata do poder do fraco. Essa ideia não foi original com Dostoiévski; Jesus, por exemplo, tivera-a antes, e Dostoiévski era profundamente cristão. Mas sua contribuição à história da psicologia não reside na originalidade de suas descobertas. Está na forma pela qual ele coloca as ideias de seu tempo diante do tipo de leitor que intelectualiza apaixonadamente um mundo ficcional. Ele transformou o romance psicológico em um instrumento filosófico ao explorar as relações entre as ideias dos personagens e suas pulsões e personalidades. E, uma vez que seus imperativos literários, religiosos, sociais e psicológicos se reforçavam mutuamente, ele pôde controlar todos os elementos de sua ficção e alcançar uma totalidade de impacto que tornou sua visão da humanidade particularmente contagiosa. Ele nos faz sentir a psicologia como parte do todo romanesco. (Belknap 2002: 146)

Uma forma mais radical de negação da leitura do romance como prontuário aparece na completa rejeição da psicologia como elemento significativo para o texto literário. Wellek e Warren (1962), nas derradeiras linhas do capítulo sobre Literatura e Psicologia, afirmam categoricamente a prescindibilidade dessa ciência à arte, já que ela, em si mesma, não tem qualquer valor artístico⁷. Ainda que reconheça a possibilidade de a psicologia ter aguçado a capacidade de observação do artista, ela “em si própria [...] é apenas preparatória do ato de criação; e, na obra em si própria, a verdade psicológica só terá valor artístico se realçar a coerência e a complexidade: numa palavra, se for arte” (Wellek/ Warren 1962: 111). Tal separação intransigente entre forma literária e conteúdo psicológico foi questionada por Todorov na seguinte afirmação sobre a crítica dostoiévskiana:

Dostoiévski interessou-se apaixonadamente pelos problemas filosóficos e religiosos de seu tempo; transmitiu esta paixão aos seus personagens e ela está presente em seus livros. De saída é raro que os críticos falem de “Dostoiévski, o escritor” [...] todos apaixonam-se por suas “ideias”, esquecendo-se que elas se encontram no interior de romances. Aliás, admitindo-se que mudem de perspectiva, não se evitaria o perigo, apenas se inverteria: podemos estudar a “técnica” em Dostoiévski abstraindo os grandes debates ideológicos que animam seus romances [...]? Propor hoje uma leitura de Dostoiévski

é, de certo modo, lançar um desafio: deve-se chegar a ver simultaneamente as “ideias” de Dostoiévski e sua “técnica” sem privilegiar indevidamente uma ou outra. (Todorov 1980: 130)

Assim, ressalta-se a importância de se pensar o estudo da literatura em seus potenciais diálogos com outras esferas do conhecimento, levando em conta o universo estético e ideológico do autor estudado. Com efeito, muitas das análises psicológicas da literatura dostoievskiana desprezaram seu valor artístico em favor de uma suposta verdade psicológica apresentada por ela. Dessa forma, imputam um objetivo alheio e exterior às obras, ao mesmo tempo em que negligenciam suas características formais mais fundamentais e seu status ficcional. Não se pode deixar de observar, contudo, como lembram Belknap e Todorov, que tal crítica toca em pontos efetivamente pertinentes ao universo literário dostoievskiano, isto é, deriva de elementos presentes em sua obra. Ademais, com este artigo buscou-se resgatar a outra face da relação entre literatura e psicologia, que diz respeito ao interesse, frequentemente grande, de artistas pela ciência da mente. Temos em Dostoiévski, muito anteriormente à conhecida inclinação das vanguardas do século XX pela Psicanálise, um bom exemplo disso.

Notas

¹ O presente artigo é oriundo da pesquisa *Polifonia e Emoções: um estudo sobre a construção da subjetividade em Crime e castigo de Dostoiévski* (Marques 2010), que obteve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

² Para Gomide “[...] limitar-se a apontar as contradições entre romance russo e antropologia criminal, na história das ideias e dos gêneros literários, é tarefa infrutífera. O mais importante é verificar como essa forma de apropriação consegue atingir problemas literários relevantes a partir dos novos usos e significados de que

passam a dispor em novo contexto, frente a novo objeto de estudos. A leitura criminal do romance russo representa limites evidentes, mas também algumas entradas originais” (Gomide 2008: 131).

³ Por exemplo, Wellek 1970: 314; Belknap 2002: 134; Frank 1999: 238 e 241-245; Gibian 1955; Thomas 1982: 675-6; Katz 1984: 86-88; Smith e Isotoff 1935. Deste último texto foi encontrada somente a referência, sem que pudéssemos ter tido acesso ao seu conteúdo: Smith, Stephenson / Isotoff, Andrei, 1935, “The abnormal from within: Dostoevsky”. *Studies in Psychology*, I, Bull. 7, republicado em *Psychoanalytic Review* 22, 1935.

⁴ “Seu tremor nervoso transbordou num tremor algo febril; chegou a sentir calafrio; ficou com frio em meio a todo aquele calorão. Como quem faz esforço, começou de modo quase inconsciente, movido por alguma necessidade interior, a fixar o olhar em todos os objetos que ia encontrando, como se estivesse em redobrada procura de distração, porem isso lhe saía mal e a todo instante ele caía em meditação” (Dostoiévski 2001: 68s).

⁵ Dostoiévski chegou a elaborar duas versões em primeira pessoa, antes de chegar ao narrador onisciente em terceira pessoa da versão final de *Crime e castigo*. O processo de construção de *Crime e castigo* é relatado por Frank no capítulo “De novela a romance” de *Dostoiévski: os anos milagrosos (1865-1871)*, cf. Frank 2003: 123-142)

⁶ “As obras de Dostoiévski devem ser estudadas menos do ponto de vista literário do que do ponto de vista da psicopatologia e da antropologia criminal. Todas as formas de nevrose, epilepsia, obsessão, degenerescência são apresentadas” (Ossip-Lourié 1905: 180).

⁷ “A psicologia – no sentido de uma consciente e sistemática teoria do espírito e do funcionamento deste – é desnecessária à arte e não tem, em si, valor artístico” (Wellek/ Warren 1962: 110).

Bibliografia

Atsushi, Ando / Yasuo, Urai / Tetsuo, Mochizuki (1994), *A Concordance to Dostoevsky's Crime and Punishment*, Sapporo, The Slavic Research Center, Hokkaido University.

BÉGUIN, Albert (1991), "Le mythe de l'inconscient (Carl-Gustav Carus)", in *L'âme romantique et le rêve: essai sur le romantisme allemande et la poésie française*, Paris, José Corti, 166-198.

Belknap, Robert L. (2002), "Dostoevskii and Psychology", in LEATHERBARROW, W. J. *The Cambridge Companion to Dostoevskii*, Cambridge, Cambridge University Press, 131-147.

Berdiaeff, Nicolai (s.d.), *O espírito de Dostoiévski*. Tradução Otto Schneider, Rio de Janeiro, Panamericana.

Carus, Carl-Gustav (1970). *Psyche: On the Development of the Soul*. Dallas, Texas: Spring Publications.

Collins, Joseph (1923), *The Doctors Look at Literature*, Nova Iorque, George H. Doran Company.

Dostoiévski, Fiódor Mikháilovitch (2001), *Crime e castigo*, Tradução Paulo Bezerra, São Paulo, Editora 34.

Florance, Edna (1961), "The neurosis of Raskolnikov" in WASIOLEK, Edward (ed). *Crime and Punishment and the Critics*, San Francisco, Wadsworth Publishing Company, 57-77.

Frank, Joseph (1999), *Os anos de provação (1850-1859)*. Tradução Vera Pereira, São Paulo, Edusp.

-- (2003) *Os anos milagrosos (1865-1871)*, Tradução Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Edusp.

Freud, Sigmund (1996), "Dostoiévski e o parricídio (1928[1927])" in *O Futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos*, Rio de Janeiro, Imago.

Gibian, George (1955), "Traditional Symbolism in *Crime and Punishment*", *PMLA*, v. 70, nº 5,

Modern Language Association, 979-996.

Gomide, Bruno Barretto (2008), "Dostoiévski sob a lente psicopatológica: antropologia criminal e literatura russa no Brasil" in *Caderno de literatura e cultura russa*, São Paulo, Ateliê Editorial, 119-136.

Grossman, Leonid (1967), *Dostoiévski artista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Katz, Michael R (1984), *Dreams and the Unconscious in Nineteenth Century Russian Fiction*, Hanover / London, University Press of New England.

Lavrin, Janko (1920), *Dostoevsky and His Creation: A psycho-critical study*, Londres, W. Collins Sons & CO.

Marques, Priscila Nascimento (2010), *Polifonia e emoções: um estudo sobre a construção da subjetividade em Crime e castigo de Dostoiévski*, Dissertação de Mestrado em Letras, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8155/tde-26082010-144511/pt-br.php>> (último acesso em 27/07/2017).

Ossip-Lourié (1905), *La psychologie des romanciers russes*, Paris, Félix Alcan.

Thomas, George (1982), "Aspects of the Study of Dostoevsky's Vocabulary", *The Modern Language Review*, v. 77, nº 3, Modern Humanities Research Association, 670-678.

Todorov. Tzvetan (1980), "Notas de um subterrâneo", in *Os gêneros do discurso*, São Paulo, Martins Fontes, 129-153.

Wellek, René (1970), "A sketch of the history of Dostoevsky criticism", in *Discriminations: further concepts of criticism*, New Haven and London, Yale University Press, 304-326.

Wolf, Peter Mcguire (1997), *Dostoevsky's Conception of Man: Its Impact on Philosophical Antropology*, Tese de Doutorado em Literatura e Filosofia – Pennsylvania State University.

Priscila Nascimento Marques é psicóloga pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre e doutora em literatura e cultura russa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente realiza estágio de pós-doutoramento (com financiamento Fapesp, processo 2015/17830 -1) na mesma instituição. Realiza traduções e estudos da obra de F. M. Dostoiévski e de L. S. Vigotski.

artigos traduzidos

Uma abordagem indisciplinada dos espaços literários¹

Bertrand Westphal

Universidade de Limoges

Tendo em conta o título deste breve ensaio, seria de mau gosto começar de outro modo que não por um traço de inocente indisciplina. Vejamos então... Pascal tinha uma maneira muito própria, não isenta de implicações geocríticas, de colocar a questão dos limites, do que era verdadeiro e da sua relatividade. Hesito em lembrá-la, pois tão banal se tornou, mas vou fazê-lo por mero rebate de consciência: “Verdade, para cá dos Pirenéus; contraverdade, para além destes”. Teria razão Pascal? Acreditamos que sim. Acreditamos nele. No entanto, alguns desmancha prazeres – ou, talvez nem tanto assim, uma vez que tudo depende do ponto de vista adotado – ousaram pôr em dúvida a sua palavra. Eis o que escreve o enigmático *joseta* que, a coberto do seu pseudónimo comenta, num fórum de discussão menos limitado do que outros, o *pensamento* do mestre, num quinquagésimo-sexto fragmento do género: “Não são as montanhas, mas os vulcões que nos fazem aceder à verdade”. É um pormenor importante, e *joseta* explica-se: só a “lava herdada”² fere. Verdadeiro ou falso, isto não se pode traduzir noutra língua que não a de Pascal ou de Voltaire. Tanto melhor, sem dúvida, porque os jogos de palavras tendem a tornar-se jogos de gente maldosa tal como aqueles que, como eu, os transmitem, todos contentes³. Em todo o caso, montanhas ou vulcões? Pirenéus, Vesúvio ou Etna, Teide, talvez? Deixo a cada um e a cada uma o cuidado de decidirem. Podemos também considerar, como José Saramago num

célebre romance, que a verdade é insondável, e fazer de conta que o que está aquém e o que está além dos Pirenéus se cinde, para deixar à Península Ibérica a liberdade de se transformar numa *jangada de pedra* que rasga as vagas do oceano na procura da verdade, à semelhança do dantesco navio de Ulisses, outrora. Mas não prossigamos no sentido dessas situações extremas! O discurso dos limites toma frequentemente um cariz geográfico, é verdade (eu disse, *verdade?*). Deixemos de parte, por agora, as fronteiras políticas. De qualquer fora, de ambos os lados dos Pirenéus, entre a França e a Espanha, as alfândegas já não constituem um grande obstáculo, mesmo se nem sempre assim foi. Entre disciplinas académicas, o traçado dos limites é quase tão tortuoso como o é para as chancelarias internacionais. E esses limites são muitas vezes mais estanques do que pode parecer no mapa-mundo. Entre disciplinas, a indisciplina não é habitual; só raramente assim acontece.

Em 1997, por ocasião de um interessante diálogo entre Gao Xingjian, que ainda não tinha sido laureado com o prémio Nobel da Literatura, e Denis Bourgeois, este observa que a ciência desobstrui o espaço, varrendo os seus obstáculos, ao que aquele acrescenta que a filosofia procede do mesmo modo. A réplica de Denis Bourgeois não se faz esperar: “Tens a certeza? [...] O filósofo constrói parqueamentos para conceitos, um arquiteto procura a melhor organização possível no espaço com uma dimensão, a do espírito, a de uma pseudo-racionalidade do discurso. Quanto ao artista, ele defronta-se com todas estas questões na sua crueza e tenta responder-lhes o melhor que pode, com meios menos arrazoados, num espaço completamente aberto e multidimensional” (Xingjian 2008: 80). A conversa desse dia interrompe-se aí; Gao não tem infelizmente ocasião de aprofundar o seu ponto de vista. O do seu interlocutor, pelo contrário, foi claramente formulado – talvez mesmo excessivamente: o artista e, consequentemente, o homem de letras estão no campo do que é verdadeiro; o filósofo e, consequentemente, o arquitecto estão no campo do que é falso. O espaço é unidimensional para uns, multidimensional para outros. Por entre as disciplinas erguem-se Pirenéus que se tornam de súbito intransponíveis. Não estou seguro de que os filósofos apreciem o resumo proposto por Denis Bourgeois.

Alguns anos antes, em 1988, o antropólogo Franco La Cecla afirmava, numa obra intitulada *Perdersi. L'uomo senza ambiente*, um título que poderíamos traduzir por *Se*

*perdre. L'homme sans environnement*⁴: A geografia do mundo não é um texto literário, os semioticistas e outros comparatistas devem compenetrar-se disso. Reduzir a paisagem a histórias significa que não se é capaz de lhe tocar, de sentir a irredutibilidade da sua escala de um por um, a sua tangibilidade⁵. O mundo é tangível para uns, intangível para outros. Por entre as disciplinas erguem-se Pirenéus que se tornam de súbito intransponíveis. Não estou seguro de que os filósofos apreciem o resumo proposto por Denis Bourgeois.

Poderia prolongar durante algum tempo este pequeno jogo com refrão, que revela até que ponto é binário o ponto de vista de uns e de outros sobre os espaços, o mundo e as disciplinas. A propósito, por que razão limitar-se a atirar a pedra ao próximo? Aprofundando um pouco este pensamento, deveriam citar-me como um mau exemplo. Eu não iria jurar que tivesse sempre poupado outrem e, em particular, o vizinho da disciplina do lado. A história do saber constrói-se sobre uma tradição de fechamentos de todos os tipos. Os conhecimentos são classificados por disciplinas, por grupos de disciplinas e quase sempre hierarquizados. Isto não diz só respeito às escolas e às universidades, mas também à nossa vida quotidiana. Todos tivemos já em nossas casas um pedreiro que interrompeu o seu trabalho porque teve de esperar pela vinda do electricista. Todos já fomos a um dado especialista, por exemplo, das vias respiratórias, com o qual teríamos gostado de falar de problemas articulatorios sem ousar, no entanto, fazê-lo, com receio de parecermos ingênuos e de ouvirmos: “Consulte o meu confrade reumatólogo, cuja secretaria fica no terceiro andar. Tem o elevador à sua direita”. A nossa existência consiste muitas vezes em elaborar uma cartografia dos lugares do saber indispensáveis ao nosso bem-estar, ao nosso conforto, à nossa saúde... Ora, quem diz cartografia diz organização racional e verdade estabelecida e ilustrada: quem poria em dúvida a fundamentação correta de um mapa? Não serve ele para nos facilitar a viagem através da complexidade do mundo?

Partilhamos habitualmente um regime de pensamento forte que tende a transformar o meio ambiente numa evidência, até mesmo numa lapalissada. Um mais um igual a dois; quinze minutos antes de morrer, ele estava vivo... Aqui está o que é inteligível, o que é controlável! Evidentemente, é possível formular o ideal do pensamento forte de um modo mais subtil. É o que faz Umberto Eco, num ensaio consagrado à árvore de Porfírio (*arbor*

porphyriana), que representou, no século III da era cristã, uma tentativa ambiciosa de classificação racional do saber extraída de um comentário (*Isagogè*) das *Categorias* de Aristóteles. O neoplatónico Porfírio tinha, de algum modo, lançado as bases do princípio da arborescência. O desafio consistia em pôr ordem no abundante reservatório de conhecimentos humanos ou, como diz Umberto Eco, em “reduzir o labirinto polidimensional a um esquema bidimensional”⁶(Eco 1997: 76). O princípio era o do pensamento forte. Para Eco, existem dois ideais de pensamento forte: um aspira a um pensamento suficientemente articulado para dar conta da complexidade e da organicidade do mundo que experimentamos; o outro consiste em “construir um mundo de modelo reduzido de modo a que um pensamento, não demasiadamente complexo a ponto de se tornar incontrollável no plano intersubjetivo, possa refletir a sua estrutura”⁷ (*idem*: 52). Em resumo, ou se adapta o pensamento à complexidade do mundo, ou se adapta o mundo a um pensamento simplificado – mas para os dois casos, haveria muito a dizer, pois é bem visível o peso do artifício.

O esforço despendido por Porfírio não foi em vão. Teve mesmo um desenvolvimento extraordinário no início da Idade Média, uma época em que, visivelmente, se tornava urgente elaborar um balanço global dos conhecimentos em conformidade com uma lógica fundada sobre o princípio unificador de um monoteísmo triunfante. Surgiram então as artes liberais e as suas categorias. No século VI, o *quadrivium* foi composto por Boécio que, diga-se de passagem, tinha traduzido o *Isagogè* de Porfírio para latim. O *quadrivium* juntava aritmética, música, geometria e astronomia, ou seja, as ciências consideradas como matemáticas; quanto ao *trivium*, pensado, entre outros, por Cassiodoro, contemporâneo de Boécio, reunia gramática, retórica e dialética. Todas estas disciplinas constituíam, como disse, as artes liberais. O seu recorte corresponde à sólida e muito clássica repartição entre os ramos do saber, literário, de um lado, e científico, do outro. Aplica-se ainda hoje nos liceus. Em França, houve antes de 1995 um *bac*⁸ A e um *bac* C; há agora um *bac* L (literário) e um *bac* S (científico). As reformas sucedem-se ao ritmo da mudança de ministros, mas a clivagem radical eterniza-se. Ao lado das artes liberais, apresentavam-se as artes “servis”, dizendo respeito ao artesanato e às belas-artes que, nos nossos dias, são todas objeto de um

ensino específico. Estaríamos tentados a dizer que, desde o alvorecer da Idade Média até hoje, nada de verdadeiramente novo brilhou debaixo do Sol, pelo menos neste campo. O fechamento entre disciplinas nasceu nos mosteiros medievais; foi perpetuado com alguma constância nas universidades deste início de milénio em muitos países.

Outra questão atravessou os tempos: existe ou existia uma disciplina soberana? Durante algum tempo, foi a filosofia. Segundo Hugues de Saint-Victor, sábio e místico saxão da primeira metade do século XII, “philosophia est ars artium, et disciplina disciplinarum, id est ad quam omnes artes et disciplinae spectant” (Saint-Victor 1973: 35). A disciplina dominante é aquela para a qual todas as outras convergem. Mas a paisagem é instável. Enquanto a escolástica estava no seu apogeu, a filosofia foi suplantada pela dialética, não sem uma torrente de controvérsias. Rabelais gozou com essa disputa feroz no seu *Pantagruel*, o que não obstou a que o combate, prosseguido nos círculos humanistas, se prolongasse por muito tempo. Talvez se tenha prolongado mesmo até ao momento em que as ciências ditas “exatas”, provenientes do antigo *quadrivium*, começaram a sobrepor-se às humanidades clássicas. A reviravolta ocorreu por finais do século XIX; foi-se consolidando ao longo do século seguinte e até ao nosso tempo. Em França, no século XIX, era permitido ao candidato redigir a sua tese em francês ou em latim, conforme o desejasse; em certas disciplinas, a tese em latim era mesmo obrigatória. Foi só em 1907 que a prova de composição latina foi retirada do concurso de agregação.⁹ O declínio do latim corresponde cronologicamente ao surgimento das matemáticas e de outras disciplinas científicas no mundo do ensino. Esta oscilação, que é a consequência mais do que provável do positivismo e do mito do progresso científico que alicerçou, produziu ainda os seus efeitos em 2015. Ora, pelo contrário, uma parte dos que optaram pelas ciências na época contemporânea contrariaram esse ditame que faz das matemáticas a parangona de um pensamento forte. O primeiro teorema da incompletude formulado por Gödel em 1931 enuncia claramente o princípio dessa relativização – desde que o traduzamos numa linguagem acessível, como soube fazê-lo o matemático Stephen Cole Kleene: “Nenhuma teoria efetivamente produzida e capaz de exprimir uma aritmética elementar, pode ser simultaneamente coerente e completa. Em particular, para cada teoria formal coerente e efetivamente produzida que

demonstre certas verdades aritméticas básicas, existe um postulado aritmético que será verdadeiro sem ser demonstrado pela dita teoria”¹⁰ (Kleene 1967: 250). Em resumo, não existe nenhuma linguagem perfeita, à qual a verdade seja consubstancial, porque essa verdade escaparia a qualquer sistema de prova. É por isso que toda a evidência é potencialmente uma evidência enganadora.

É significativo, julgo, que as primeiras alusões à necessidade de ultrapassar os limites das disciplinas, consideradas isoladamente, tenha ocorrido, *grosso modo*, a partir do momento em que o pensamento forte, que tinha acompanhado a modernidade e encontrado no positivismo a sua mais clara expressão, começava a dar sinais de enfraquecimento. É, com efeito, à Escola de Chicago, que imprimiu um impulso extraordinário às ciências sociais, que é costume atribuir a paternidade do raciocínio e, sobretudo, de uma metodologia interdisciplinar, a partir dos anos vinte e trinta do século XX, e sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. Ainda hoje, mas fora da esfera sociológica e urbanista, existe um programa de “artes interdisciplinares” outorgado por um Departamento especializado do Columbia College Chicago. A “cidade ventosa” permanece uma referência na matéria – *nas* matérias.

Num plano diferente, essa abertura interdisciplinar foi anunciada e acompanhada pelo desenvolvimento de um jogo de metáforas em que o sentimento e o método, de algum modo, se reaproximaram. Os exemplos abundam; encontramos-os um pouco por todo o mundo. O *raga* é o quadro melódico no qual se desenvolve a música indiana. Em 1993, a romancista indiana Gita Mehta, cujos leitores, localizados sobretudo nos Estados Unidos, necessitavam de algumas explicações que lhe pareciam úteis, associou, como pede a etimologia do termo sânscrito, som e sentimento. Uma das suas personagens exprime deste modo essa ideia: “As *ragas* são a arquitectura da emoção”¹¹ (Mehta 1993: 220). Uma década mais tarde, Giuliana Bruno publicou um belo *Atlas of Emotion: Journeys in Art, Architecture, and Film* (2004). As emoções são aqui apreendidas através de uma arquitectura; com elas se elabora um atlas, como já o fizera Madeleine de Scudéry com a sua *Carte de Tendre*, três séculos e meio antes. De facto, e volto a repeti-lo, não se cessa hoje de cartografar todos os dados do saber, todos os sentimentos, tudo aquilo que compõe o humano. A fim de

encontrar o seu caminho num universo em que o excesso de informação desafia o sentido de orientação, o sociólogo e filósofo Bruno Latour propôs, há alguns anos, um programa universitário, MACOSPOL, cujo objectivo era *Mapping Controversies on Science for Politics*. No fundo, Latour estava confrontado com a mesma preocupação de Porfírio. De que modo cartografar o indefinido?

A literatura não lhe fica atrás. Em 2007, num livro que logrou alcançar grande sucesso, Peter Turchi explorava os *Maps of the Imagination: The Writer as Cartographer*. As metáforas aproximam hipóteses metodológicas e situações sentimentais ou emocionais; procedem de modo a colocar lado a lado as humanidades e as ciências ditas “duras”. Por outro lado, oferecem frequentemente uma valência espacial. A cartografia está indubitavelmente na moda. Também a paisagem, que pode ser mental ou corporal – o que Freud tinha demonstrado, e Rabelais bem antes dele. Lembremo-nos do mundo possível que se descobre na boca de Pantagruel. A geografia também se faz ouvir, e não é só uma disciplina mas uma metáfora literária prestigiada que Almudena Grandes, entre tantos outros, ilustrou no seu *Atlas de Géographie humaine* (1998). Poderíamos multiplicar os exemplos. Observaremos apenas que a sua frequência não parou de aumentar ao longo destes últimos anos. Muitas destas metáforas estão até já ultrapassadas.

De uma assentada, várias disciplinas aceitaram sair da sua zona de influência, para travar conhecimento com disciplinas próximas, cujo campo, como se sabe, é sempre mais apetecível do que o seu próprio campo. Por vezes, mas mais raramente, abriram as suas portas – ou as suas cercas, como convém a um campo – a outras disciplinas acerca das quais tínhamos compreendido que estavam mais vocacionadas para a descoberta do que para a conquista. A geografia passou assim a visitar a literatura desde os anos setenta do século passado. A assiduidade da sua presença aumentou a partir de finais dos anos oitenta. Em *La Géocritique* (2007), tive ocasião de mencionar o nome de alguns pioneiros nesta área, anglófonos, na sua maioria, cujos nomes cito, aleatoriamente: Denis Cosgrove, Stephen Daniels, James S. Duncan, David Ley, Derek Gregory, David Woodward, nomes aos quais se terá de acrescentar o de Marc Brosseau que, no Québec, defendeu a mesma causa em *Des romans-géographes*, em 1996. Entretanto, os geógrafos franceses seguiram os passos dos

seus confrades de Além-Mancha e de Além-Atlântico. Multiplicaram-se os colóquios que auscultavam as relações entre a literatura e as geografias. Mencionarei, a título de exemplo, o colóquio organizado por Lionel Dupuy e Jean-Yves Puyo na Universidade de Pau et des Pays de l'Adour, em Outubro de 2013: *Imaginaires géographiques et géographies de l'imaginaire – approches interdisciplinaires de l'espace*. Aí estão presentes as palavras-chave relativas ao diálogo entre disciplinas, tal como um amplo *corpus* de autores analisado do ponto de vista geográfico: George Perec, Frederico García Lorca, Josep Pla, Jules Verne, Richard Brautigan, etc.

Do ponto de vista literário, esta assiduidade foi durante muito tempo considerada suspeita, se não mesmo, reprovável. O estruturalismo dominante não apreciava muito o *hors-texte*,¹² a literatura parecia estranha à questão do referente (nomeadamente, geográfico), para além do que, reconheçamo-lo, as disciplinas literárias temiam ver-se enfraquecidas ao serem confrontadas com disciplinas científicas mais *duras* do que elas nos territórios do imaginário. Os geógrafos nem sempre foram bem acolhidos; pensava-se que eram incapazes de demonstrar um mínimo de “sensibilidade literária”; que teriam muita dificuldade em comentar outra coisa que não fosse a *forma de uma cidade*¹³ – quanto ao *coração dos mortais*¹⁴... sim, Baudelaire devia dar uma volta dentro do caixão! A geopoética, tal como a praticou, e a pratica ainda, Kenneth White, constituía um limite que não se devia ultrapassar, uma concessão extrema feita ao fator geográfico na literatura e nas artes.

Admitiu-se por fim que, quando Julien Gracq, pseudónimo sob o qual se dissimula, como sabemos, o geógrafo Louis Poirier, declina as formas de uma cidade, o assunto pode tornar-se poético, e acabou por reconhecer-se que não havia motivo de preocupação com a serenidade *post mortem* de Baudelaire. Dito isto, Marc Brosseau não foi poupado pela crítica (literária), e os raros escritores que se aventuraram no terreno do referente tão pouco. Eu próprio guardo algumas lembranças comoventes dos anos noventa, em que a natureza “literária” dos meus trabalhos chegou a ser posta em causa por mais do que um. O novo milénio acalmou as hostes e permitiu ao *spatial turn* levar por diante o seu projeto. A geocrítica começou a desenvolver-se neste contexto, tal como outras abordagens do fenómeno geográfico, como a “geografia literária”, à qual Michel Collot deu,

particularmente, grande impulso, ou a Ecocrítica a qual, embora se tivesse desenvolvido a partir dos anos oitenta na América do Norte, tardou quase duas décadas a ser bem recebida e poder desabrochar num país como a França.

Gilles Deleuze e Félix Guattari propuseram uma distinção fundamental entre espaços lisos e espaços estriados. Creio que será inútil voltar a estes conceitos, tão bem conhecidos já de todos quantos refletem sobre a conceptualização do espaço. Destes dois autores, um intervinha como filósofo, o outro como psicanalista (tornou-se mais tarde o promotor da ecosofia). Tanto um como o outro se tinham apoiado nos célebres trabalhos de André Leroi-Gourhan, etnólogo e historiador. A marca distintiva entre espaços lisos e espaços estriados situa-se algures entre filosofia, psicanálise, história e etnologia. Em *Le Monde plausible* (2011), abordei os conceitos clássicos de espaço e de lugar numa ótica pós-deleuziana, procurando demonstrar de que modo o espaço, virtualmente aberto, tende a transformar-se em lugar fechado, em virtude do domínio que sobre ele exercem as sociedades – e sobretudo a sociedade ocidental, impregnada pela ideia dos territórios que lhe competia constituir e delimitar, frequentemente numa lógica colonial. Pretendi também tornar claro que o fechamento não é um fim em si, e que qualquer lugar se poderia voltar a tornar num espaço aberto sobre o imaginário e sobre um jogo de identidades genuinamente plurais.

Em certo sentido, convém que o estudo dos espaços se inscreva na tipologia acima mencionada. Esta poderia mesmo tornar-se num espaço aberto a todas as disciplinas – um espaço de partilha de metodologias e de hábitos que fugissem ao constrangimento monodisciplinar, à lógica do lugar fechado. Tratar-se-ia, em resumo, de regressar à mesma abertura polidimensional que tinha assustado Porfírio. Estudar o espaço, sob um ângulo literário, ou sob qualquer outro ângulo, supõe a abertura dos conhecimentos. A literatura está convocada mas, com ela, a geografia, a filosofia, a história, o urbanismo, e quantas mais. Sim, os espaços literários fazem apelo à indisciplina. O seu estudo também. Para que a indisciplina se possa tornar operatória, teremos de aceitar humildemente que ela se assuma como uma interdisciplina equilibrada.

Notas

¹ Tradução do artigo previamente publicado em língua francesa, por Bertrand Westphal, “Approche indisciplinée des espaces littéraires”, na *Revista da Universidade de Aveiro-Letras*, nº 2 /II.Série) 2013/2014, p. 23-31, publicado em Abril de 2015. Ao autor, os nossos agradecimentos. Tradução de Maria Hermínia Laurel.

² *joseta*, no dia 18 de Dezembro de 2012, às 12h44, URL: <http://www.expressio.fr/expressions/verite-e-decades-pyrenees-erreur-au-dela.php>

³ No mesmo fórum, mas dois anos antes, o (ou a) temível *mickeyla* foi desafiar Pascal até ao outro mundo, ele que não esperaria decerto tanto rancor póstumo: “A verdade do pior dos mais velhos permanece um erro no além”.

⁴ NT: *Perder-se. O homem sem meio ambiente*. Obra não traduzida em português.

⁵ “La geografia del mondo non è un texto litterario, com buona pace di semiotici e comparativisti. Ridurre il paesaggio a storie significa non essere capaci di toccarlo, di sentire l’irriducibilità della sua scala uno a uno, la sua tangibilità”. (La Cecla 2000: 145).

⁶ “[...] ridurre il labirinto, polidimensionale, a uno schema bidimensionale” (Eco 1997: 76).

⁷ “Ci sonno due ideali di pensiero ‘forte’. In un primo caso se aspira a un pensiero così complesso (ma al tempo stesso organico) che possa rendere ragione della complessità (e organicità) del mondo nella nostra esperienza, o mondo naturale. Nel secondo caso si aspira a costruire un mondo-modello ridotto in modo tale che un pensiero, non così complesso da essere incontrollabile intersoggettivamente, possa rispecchiarne la struttura” (*idem*: 52).

⁸ NT: Bac: Grau universitário francês atribuído após a aprovação nos exames terminais do ensino secundário (bacharelato).

⁹ NT: Agregação: corresponde, no sistema de ensino francês, ao concurso de admissão ao ensino universitário, como docente suplente.

¹⁰ “Any effectively generated theory capable of expressing elementary arithmetic cannot be both consistent and complete. In particular, for any consistent, effectively generated formal theory that proves certain basic arithmetic rules, there is an arithmetical statement that is true, but not provable in the theory » (Kleene 1967: 250).

¹¹ “The raggas are the architecture of emotion” (Mehta 1993: 220).

¹² NT: Sublinhado nosso: tudo o que está para além do texto.

¹³ NT: Sublinhado nosso. Alusão ao romance de Julien Gracq, *La forme d’une ville* (1985), e ao primeiro verso do poema de Charles Baudelaire, “Le Cygne” (1861).

¹⁴ NT: Sublinhado nosso. Alusão aos textos citados *supra*.

Bibliografia

Defaux, Gérard (1973), *Pantagruel et les Sophistes*, La Haye, Martinus Nijhoff.

Eco, Umberto (1997), «L'antiporfirio», in *Il pensiero debole*, a cura di Gianni Vattimo e Pier Aldo Rovatti, Milano, Feltrinelli [1983].

Kleene, Stephen Cole (1967), *Mathematical Logic*, New York, Willey.

La Cecla, Franco (2000), *Perdersi. L'uomo senza ambiente*, Bari, Laterza [1988].

Mehta, Gita (1993), *A River Sutra*, New York, Vintage International.

Saint-Victor, Hugues de (1973), *Didascalion. De Studio legendi, A Critical Text* edited by Brother Charles H. Buttmer, Washington D. C., The Catholic University of America Press, 1939, II, 1, *apud* Defaux.

Xingjian, Gao (2008), *La raison d'être de la littérature*, Suivi de «*Au plus près du réel*», dialogues avec Denis Bourgeois, La Tour d'Aigues, Aube.

Bertrand Westphal é Professor de Literatura Geral e Comparada na Universidade de Limoges, onde dirige a equipa de investigação «Espaces Humains et Interactions Culturelles». É autor de vários ensaios publicados na editora Minuit: *La Géocritique. Réel, fiction, espace*, 2007 (traduzido em português por Maria Hermínia Amado Laurel, em 2017); *Le Monde plausible. Lieu, espace, carte*, 2011; *La cage des méridiens. La littérature et l'art contemporain face à la globalisation*, 2016. Redigiu numerosos artigos sobre a geocrítica, da qual é o promotor; também escreveu ensaios sobre literatura austríaca (*Austro-fictions. Une géographie de l'intime*, Rouen, Publications des Universités de Rouen et du Havre, coll. Etudes Autrichiennes, 2010), sobre as representações do Mediterrâneo (*L'œil de la*

Méditerranée. Une odyssée littéraire, La Tour d'Aigues, Aube, 2005) e, sob uma perspectiva narratológica, sobre as transposições romanescas dos Evangelhos (*Roman et Evangile*, Limoges, Presses Universitaires de Limoges, 2002). A sua abordagem comparatista é fundamentalmente interdisciplinar. Colabora regularmente com geógrafos e artistas plásticos.

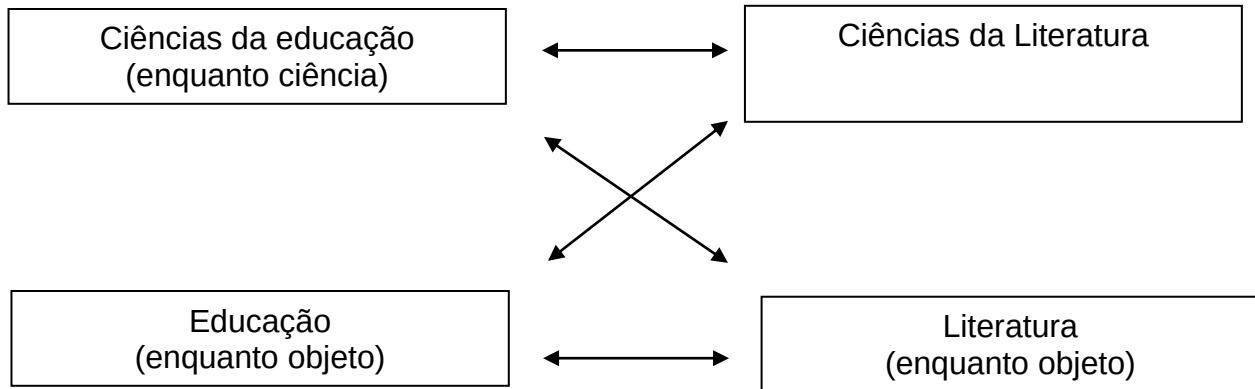
Ciência da Literatura e Pedagogia¹

Rolf Parr e Alfred Trembl (†)

1. *Algumas considerações prévias*

Antes de nos questionarmos sobre pontos de contacto, objetos comuns, interrogações e possíveis perspetivas de colaboração interdisciplinar entre ciência da literatura e ciências da educação, é necessário clarificar alguns pressupostos que condicionam tal empreendimento, nomeadamente no que respeita, em primeiro lugar, às *disciplinas*, em segundo lugar aos seus *objetos* e em terceiro às *acessões teóricas* privilegiadas por cada uma delas. De facto, é apenas na complexidade destas três dimensões que a pergunta quanto à possibilidade da cooperação interdisciplinar se concretiza de forma razoável.

Assim sendo, é importante, antes do mais, clarificar que no encontro da ciência da literatura com as ciências da educação podem estar em jogo diferentes relações (cf. esquema 1). Com o mesmo direito com que nos questionamos sobre a relação entre as ciências da educação e a ciência da literatura, também nos podemos questionar sobre a relação entre educação (como objeto de estudo das ciências da educação) e a literatura (como objeto de estudo da ciência da literatura), e também nos podemos perguntar pela relação de cada uma destas ciências com o objeto de estudo da outra. Daqui advêm, desde já, quatro possibilidades de abordagem das zonas de contacto interdisciplinares, sem que tenha sido ainda tomado em consideração que ambas as disciplinas são tudo menos entidades homogéneas:



Esquema 1

Acresce ainda que é necessário definir exatamente o que cada uma das disciplinas determina como sendo o seu objeto, o que é “literatura” do ponto de vista da ciência da literatura e o que é – entendida em sentido lato – a “educação” na perspectiva das ciências da educação. É pelo menos aqui que entram em jogo opções teóricas inerentes a estas definições de objeto. Uma resposta à questão: “o que será, então, ‘literatura’ e o que será ‘educação’?” não pode ser formulada independentemente das teorias que respetivamente lhes subjazem, uma vez que as abordagens teóricas são, simultaneamente, constitutivas do seu objeto. Os autores deste artigo também partem na sua argumentação de premissas teóricas específicas, sendo necessário acrescentar ao título do nosso trabalho que não é nossa intenção tratar pontos de contacto interdisciplinar entre a ciência da literatura e a pedagogia de uma forma geral, antes visar seletivamente uma ciência da literatura orientada pela teoria interdiscursiva e uma pedagogia baseada na teoria da evolução geral (neste processo procuraremos olhar para além dos limites dos “nossos respetivos quintais”).

Começaremos por esboçar em traços largos esta constituição de objeto no âmbito das abordagens teóricas que favorecemos dentro das nossas respetivas disciplinas, para, sobre essa premissa, podermos, em seguida, determinar as possibilidades de colaboração interdisciplinar. Neste processo não é possível analisar com igual atenção os quatro eixos

relacionais indicados e, ainda, a constituição de objeto relativo a cada uma das disciplinas, pelo que nos iremos cingir a algumas conexões que seleccionámos.

2. O que é literatura a partir da perspectiva da teoria interdiscursiva?

Como se define o objeto de estudo da ciência da literatura orientada pela teoria interdiscursiva? O que é literatura a partir desse ponto de vista? Tal como a teoria dos sistemas, a semântica histórica e a economia, também a teoria interdiscursiva² parte da constatação de uma crescente divisão e afastamento dentro do saber e da divisão do trabalho daí resultante, desde o início da segunda metade do século XVIII. Assim, a cultura global de uma sociedade moderna constrói-se a partir do espectro dos seus discursos especializados, organizados segundo a divisão do trabalho (por exemplo relativamente às ciências naturais, às ciências sociais e humanas e às ciências culturais e artísticas). Contudo, as sociedades modernas desenvolveram também, como resposta compensatória ao afastamento crescente dos domínios do saber especializados, procedimentos discursivos que estabelecem novas ligações entre as especialidades, que reintegram os discursos de diferenciação, ou seja, que correspondem ao traçar de pontes. De facto, se nos quedássemos pela especialização, a compreensão para além das fronteiras de um discurso especializado ter-se-ia tornado quase impossível.

Destes processos de ligação fazem parte, antes do mais, todas as formas de metáforas e símbolos, em suma, todos os processos literários criadores de analogias, que tornam os elementos de um discurso especializado meio estruturante de um outro. Naturalmente que não se trata da integração completa de todas as áreas sociais e de todas as capacidades humanas (aquilo que Schiller tinha em mente com a sua “educação estética da Humanidade”), mas apenas de um ‘construir de pontes’ isolado que, na generalidade, permanece fragmentário.³ Tais pontes são construídas desde logo espontaneamente no dia-a-dia (enquanto forma de vida não especializada). Assim, um pai liberal de esquerda, a quem o filho acaba de comunicar que quer ser piloto de bombardeiros, pode, ao contar aos amigos, dizer que, interiormente, se viu obrigado a começar por “fazer uma travagem brusca”. Estas interligações de discursos encontram-se, de forma mais elaborada e

frequente, tanto nos *media* como na literatura. Deste modo, pode ler-se no jornal que ‘o motor da conjuntura voltou a girar’, ou a seguinte explicação no drama de Horváth *Kasimir und Karoline* [*Casimiro e Carolina*]: “Uma mulher assim é um automóvel em que nada funciona como devia – tem de ser constantemente reparada. A gasolina é o sangue e o magneto o coração – e quando a faísca é demasiado fraca, há uma falsa ignição – e quando há óleo a mais lá dentro, deita muito fumo e o cheiro é mau”.⁴ Um outro exemplo seria falar de política no discurso desportivo especializado.

No seu conjunto, estes elementos de ligação discursiva criam um vínculo social de integração, uma reserva de “formas de ver” ao serviço da codificação de circunstâncias discursivas especiais. O conjunto destes procedimentos revela-se, assim, como o interdiscurso institucionalizado de uma sociedade, a sua *cultura* integradora. Tais interdiscursos permitem aos indivíduos viver e orientar-se em sociedades com um elevado nível de divisão de trabalho e de diferenciação, sem serem constantemente divididos entre si pelas mais variadas especializações e profissionalizações, ou seja: pela interdiscursividade “o trabalho que na prática se encontra dividido é transformado, imaginariamente, em totalidade de vida”.⁵

Para a literatura institucionalizada enquanto arte, estes elementos interdiscursivos construídos de forma espontânea no dia-a-dia tal como a imprensa e a televisão os utilizam regularmente, os intensificam, produzem e distribuem maciçamente - representam alguma coisa como “produtos semi-acabados” que essa literatura retrabalha de forma artisticamente elaborada. Tratamos, portanto, de um circuito criativo entre “pontes” construídas espontaneamente no quotidiano, do seu acolhimento e, simultaneamente, da sua distribuição pelos *media* do quotidiano, tal como imprensa ou televisão, dos interdiscursos consolidados de uma cultura daí resultantes e, por último, do processamento dos elementos interdiscursivos na literatura artística, a partir da qual eles podem voltar a ser aplicados em discursos dos *media* e no quotidiano.

A literatura enquanto arte como um todo chega, assim, de um ponto de vista da teoria interdiscursiva a um *status* paradoxal: por um lado, pode ser descrita como discurso especializado, ao lado da religião, da filosofia, das ‘mundividências’ da segunda metade do

século XIX e dos discursos dos *media* modernos, tendo em conta que está sujeita a regras de formação próprias (por exemplo: a inovação estética como orientação tendencial); por outro lado, como a literatura não tem um tema genuinamente seu, socorre-se frequentemente de elementos transversais aos vários discursos. Assim, a literatura recorre, sistematicamente, a material discursivo polifónico e polissémico, que potencia as possibilidades de conexão semânticas. Em casos extremos até é chamada a intervir toda a estrutura de discursos especiais e de interdiscursos de uma época (neste processo, também a pedagogia entra em jogo). A análise interdiscursiva dá, assim, resposta à questão sobre as especificidades do discurso especial “literatura”, ao apontar para o seu estatuto paradoxal: literatura é um discurso especial, cuja singularidade radica na sua capacidade de construir pontes para outros segmentos da sociedade e para as suas formas discursivas. Na medida em que a teoria interdiscursiva demonstra como o ciclo criativo parte do quotidiano e de formas de literatura espontaneamente criadas, passando por interdiscursos dos *media* até chegar à literatura artística erudita, fazendo, também, todo o percurso inverso, aproxima-se mais do nível do quotidiano do que outros conceitos de literatura, ao mesmo tempo que abre possibilidades de conexões com a pedagogia, caso esta, enquanto educação, pretenda ter influência também sobre o quotidiano, alterando-o até e com resultados de longo prazo.

Aliás, numa cultura não se trata apenas de um só interdiscurso, ou seja, não se trata apenas de literatura. Os elementos relevantes para uma cultura podem até ser agrupados em interdiscursos culturais perspetivados de diferentes formas, como o religioso, o filosófico e, mesmo, o literário, e isto tanto em paralelo como em concorrência uns com os outros. Exemplos típicos seriam: para a época de Goethe, aquelas “filosofias da natureza e da história”, como as que foram desenvolvidas pelas teorias do vulcanismo e do neptunismo para explicar a formação da Terra; para o século XIX, “as filosofias populares e mundividências”, como, por exemplo, o monismo, e para a nossa época, o “interdiscurso dos *massmedia*”.⁶

Cabe aqui uma primeira remissão para a pedagogia: todas as chamadas concepções pedagógicas “holísticas”, que tendem para mundividências, têm, por isso, provavelmente, uma grande componente interdiscursiva; pense-se, por exemplo nos textos programáticos

da pedagogia Waldorf. Também a ideia da pedagogia como ‘teologia secularizada’ aponta para o seu potencial estatuto interdiscursivo, que partilha, depois, com a teologia. Da perspectiva de uma antropologia literária e no seguimento da descoberta da reintegração pela teoria interdiscursiva, seria de perguntar por que busca o Homem tais ‘globalidades’, por que desenvolve essas formas interdiscursivas, como a ‘literatura’, para satisfazer a sua aparente necessidade de ‘globalidade’. Não deveria excluir-se aqui nem a ciência da literatura orientada pela teoria interdiscursiva, nem a de orientação antropológica, e ambas seriam também relacionáveis, neste ponto, em igual medida, com questões pedagogicamente relevantes.

3. *Objetos e problemáticas comuns – abordagens de investigação existentes – perspectivas*

Consideraremos de seguida mais detalhadamente alguns campos de interseção e, como tal, possíveis campos de cooperação entre pedagogia e ciência da literatura. Atenderemos, em primeiro lugar, predominantemente ao sentido ciência da literatura – ciências da educação, depois à orientação contrária, ciências da educação – ciência da literatura, para, por fim, podermos traçar algumas conclusões globais sobre a relação ciências da educação/ciência literária.

3.1. Na perspectiva da ciência da literatura

Partindo da teoria interdiscursiva seria, então, de perguntar, se pedagogia é um discurso especial ou – nesse caso não seria muito diferente da literatura – uma outra forma de interdiscurso, possivelmente específica, a descrever mais pormenorizadamente. A percentagem, por vezes, extremamente elevada de metáforas e de símbolos, ou seja, de pequenos elementos literários aglutinadores do discurso, presentes nos textos pedagógicos canónicos, apontam decididamente no sentido do ‘interdiscurso’. O ‘princípio da concentração’ nos seguidores de Herbartian representa um bom exemplo.⁷ Pode presumir-se que, no caso de textos didáticos, o recurso a elementos metafóricos e simbólicos aglutinadores do discurso é muito forte, uma vez que pretendem dar instruções orientadoras para muitas concretizações (como no caso dos modelos didáticos globais, mas,

também, no plano da didática específica) e, por isso, têm de recorrer muitas vezes quase obrigatoriamente a metáforas que possam ser concretamente preenchidas. Uma análise exaustiva de textos didáticos na sua componente interdiscursiva e, em especial, na simbologia coletiva adotada poderia, ainda, mostrar que as didáticas têm, pelo menos de forma latente, um efeito normativo e/ou normalizante. Num plano mais geral e global, seria, então, de questionar o estatuto interdiscursivo da pedagogia, mais precisamente em comparação com o estatuto interdiscursivo da literatura e na dissemelhança que os distingue. Os trabalhos de Alfred K. Tremml confirmam a pertinência de tais questionamentos, tendo o autor chamado recorrentemente a atenção para as metáforas de cariz pedagógico⁸, nomeadamente e entre outros, para o exemplo dos textos programáticos da reforma pedagógica. No seu artigo de 2002 sobre “Simbologias do calor e dos organismos” [*Wärme- und Organismus-Symboliken*], ao lado das quais seriam de colocar as simbologias do solo, aponta, também, para a tendência normativa de um conceito de reforma muito marcado pela interdiscursividade.⁹

De investigar seria, então (e com isto abrir-se-ia uma primeira perspetiva de continuidade): que tipos de pedagogia atuam de forma mais interdiscursiva e quais de forma mais especial-discursiva e em que medida, desta forma, se aproximam ou afastam da literatura enquanto interdiscurso institucionalizado? E não poderão, então, as abordagens metodológicas da ciência da literatura desenvolvidas para a análise interdiscursiva ser utilizadas, também, para a pedagogia? Grosso modo, poder-se-ia dizer que no âmbito da pedagogia, ao lado da investigação empírica em educação e, também, da pedagogia evolutiva, que tendem para uma orientação especial-discursiva, existe uma tendência que se orienta fortemente por interdiscursos filosóficos, e uma outra, mais didática, mais orientada para formas interdiscursivas do quotidiano. Além disso, é de ter em conta que as constelações de discursos especiais e de interdiscursos, que constituem a cultura integrante de uma sociedade, estão ordenadas hierarquicamente, ou seja, em determinados momentos uns discursos dominam sobre outros. A reintegração pode, assim, ocorrer umas vezes sob o domínio do discurso religioso, outras vezes do das ciências naturais (é, tendencialmente, o

caso na literatura naturalista)¹⁰ ou, ainda, também, do discurso pedagógico, o que parece ter sido o caso, por momentos, em meados dos anos 70.

Por último: a análise de discurso de Michel Foucault, que também tem um papel nas ciências da educação, é o ponto de partida da teoria interdiscursiva. Também daqui provêm conexões multifacetadas entre as duas disciplinas, como demonstra o volume *Foucault in den Kulturwissenschaften. Eine Bestandsaufnahme 2007* [Foucault nas ciências culturais. Um inventário 2007].¹¹

3.2. Na perspectiva das ciências da educação

Na perspectiva das ciências da educação podem identificar-se uma série de áreas de sobreposição entre ciência da literatura e ciências da educação. Estas constituem, simultaneamente, possíveis campos de cooperação entre as duas disciplinas.

3.2.1. A língua como meio de comunicação comum

A língua (alemã) é o meio de comunicação de base para a ciência da literatura e para as ciências da educação. Uma vez que a língua pode ser utilizada como língua-objeto ou como metalinguagem, ela não é apenas o meio comum em que decorre a comunicação científica, antes pode, para além disso, ser objeto de observação ou de estudo em ambas as disciplinas.

O que para a ciência da literatura quase não é necessário mencionar, também é válido para as ciências da educação: também elas trabalham, principalmente, com textos e em textos – e são, vistas assim, uma espécie de ‘ciência da literatura’. Por esta razão, existe aqui uma série de zonas de sobreposição. Seria de pensar em questões *semióticas* e também *filosófico-linguísticas*, em *retórica* como, também, em questões relativas ao discurso *metafórico* e à *simbologia*. No pensamento da Antiguidade e da Idade Média, era em especial a retórica que detinha um papel preponderante, (p. ex. nas *septem artes liberales*).¹² Uma vez que as ciências da educação não conseguiram ainda, até hoje, encontrar uma linguagem específica uniforme, os seus conceitos (a começar por ‘formação’, passando por ‘educação’ até ‘docência’) são um “dicionário de metáforas empalidecidas”¹³ – para utilizar uma muito

citada formulação de Jean Paul – neste sentido são úteis os conhecimentos da ciência das metáforas.

Aliás, nas ciências da educação pensa-se pouco sobre as condições linguísticas das possibilidades da sua comunicação e da aquisição de conhecimento. Nunca se conseguiu impor uma pedagogia da análise linguística. Competências lógico-terminológicas e lógico-declarativas, conhecimentos básicos de uma teoria da definição, de uma teoria da linguagem com as suas diferenciações basilares, por exemplo entre linguagem-objeto e metalinguagem, entre ‘langue’, ‘langage’ e ‘parole’ etc., ainda não podem ser consideradas de conhecimento geral entre cientistas da educação quanto mais entre estudantes de pedagogia. Ainda que o estudo e o ensino da pedagogia trabalhem, sobretudo, com e sobre textos, os métodos de análise de texto da ciência da literatura não são sistematicamente recebidos e adotados.

Observando com mais cuidado a língua enquanto meio de comunicação científica, evidencia-se uma outra área de problemas comum: as transformações sociais cada vez mais rápidas provocam, também, uma mais rápida transformação na utilização da língua, o que acontece em relação tanto à gramática, como à semântica e à pragmática. Atualmente, já é difícil para os estudantes ler e entender textos escritos, por exemplo, no século XVIII. A língua de Goethe ou de Kant já não é a nossa língua de hoje. Parecemos, por vezes, numa perspetiva pessimista face à cultura, tentados a falar numa perda de competências linguísticas, de possibilidades diferenciadoras na expressão (por exemplo através do desaparecimento do conjuntivo, do genitivo, do dativo e de estruturas frásicas hipotáticas complexas), isto para nem falar dos défices na ortografia. Assumindo que esta impressão não é apenas subjetiva, antes descreve uma tendência generalizada, coloca-se a questão de determinar quais as suas causas. Por hipótese: terão elas a sua origem na transformação sociocultural entre uma cultura escrita erudita tradicional e uma cultura mediática pós-moderna, que inflaciona a comunicação (sobretudo através da internet e do telefone móvel) e que substitui qualidade por quantidade?

Neste contexto inclui-se o facto de em ambas as disciplinas – e espelhando uma tendência geral – a utilização do inglês estar a alastrar e, mesmo em textos alemães, a

utilização infantil de palavras inglesas estar a crescer. Quais as razões para o sucesso de um tipo de linguagem a que chamamos, por vezes, ‘alemês’? Estará correto (1.^a suposição) que isto seja consequência de uma pressão seletiva, que parte de uma permanente avaliação do impacto, que, no fundo, valoriza mais textos em inglês do que textos alemães (isto, independentemente da cultura ou tradição da disciplina)? Ou então (2.^a suposição), será expressão de complexos de inferioridade dos representantes de disciplinas científicas, que não conseguiram ainda (ou conseguiram apenas em parte) ‘florescer no resplendor incisivo da teoria’ (Niklas Luhmann)? Ou ainda (3.^a suposição), será expressão do ódio por si próprio tipicamente alemão que compensaria o desconforto com a história alemã recente?¹⁴

Perguntas complementares vão no sentido de uma valoração: Como se deverá valorar esta questão? É bom ou é mau? Devemos criticar ou aplaudir? Poder-se-á ou dever-se-á valorar esta evolução ou temos de nos restringir a descrevê-la e a documentá-la? Decisivo para uma resposta será se, partindo de um padrão justificado, avaliamos as transformações na utilização da língua e da escrita (e, assim, argumentamos de forma normativa) ou se, por outro lado, tomamos como padrão a própria utilização da língua (e, assim, possivelmente, tiraremos uma ‘falsa conclusão naturalista’).

3.2.2. *Corpus* textual comum

Existe uma série de textos que integra tanto a ciência da literatura como a pedagogia e é objeto comum da investigação e do ensino, ainda que com interesses orientadores diferentes em cada uma das disciplinas. Pensamos, neste caso, principalmente, nos *romances de formação* e nos romances escolares, como *Simplicissimus*, de Grimmelshausen, *Leonard und Gertrud* [Leonardo e Gertrudes], de Pestalozzi, *Wilhelm Meister*, de Goethe, *Leben des vergnügten Schulmeisterlein Maria Wuz in Auenthal* [Vida alegre do pequeno mestre-escola Maria Wuz em Auenthal], de Jean Paul, *Unterm Rad* [Debaixo das rodas], de Hesse, *Schüler Gerber* [O aluno Gerber], de Torberg, *Die Verwirrungen des Zöglings Törleß* [O Jovem Törless], de Musil, *Jugend ohne Gott* [Juventude sem Deus], de Horváth, *Deutschstunde* [Aula de alemão], de Lenz, *Jakob von Gunten*, de Robert Walser, etc. Podia pensar-se, ainda, em géneros literários na sua totalidade, como, por exemplo, na literatura utópica (por

exemplo: *A República*, de Platão, e *Labirinto do mundo*, de Comenius), assim como na literatura humorística (por exemplo: *Besuch im Karzer* [Visita na prisão], de Eckstein ou *Feuerzangenbowle* [Ponche ardente], de Spoerl). A chamada literatura das belas letras tem um papel relevante na história das ideias pedagógicas, uma vez que a literatura das ciências da educação em sentido restrito existe há pouco tempo, na verdade, existe apenas há cerca de 200 anos; no entanto, existem ideias pedagógicas há milénios, embrulhadas e transmitidas na literatura. Encontram-se nos mais diversos géneros literários: desde os diálogos, parábolas, literatura edificante religiosa, poemas, literatura utópica e ficcional, até às narrativas. A literatura é, assim, uma mina de ouro para estudiosos interessados na história das ideias pedagógicas. Para estes, um olhar para além da “cerca do quintal da sua especialidade” pode ser não só útil e vantajoso, como também essencial e natural. Assim, a literatura – não só a literatura ‘clássica’ canónica – pode ser também fonte para a pedagogia histórica. *Corpora* de textos literários servem, aqui, como fonte para a(s) história(s) social(ais) da pedagogia, como, por exemplo, para a história da escola ou da profissão de professor, para as quais não existem ou são de difícil acesso as fontes ‘primárias’. Tal facto tornou-se evidente nos trabalhos do início dos anos 80 do pedagogo Detlef K. Müller, do Centro de Investigação especial “Saber e ciência no século XIX” de Bochum, sobre a relação entre estrutura social e sistema escolar na Prússia do século XIX.¹⁵ Inversamente, histórias sociais da literatura servem-se de fontes da pedagogia para a contextualização da literatura.¹⁶

Parece ser um indicador da interdiscursividade que as liga o facto de as ciências da educação e a ciência da literatura possuírem um inventário de textos comum, relevantes para ambas as disciplinas. É que a ‘polifonia’ dos textos literários, a sua carga interdiscursiva, permite, depois, desconstruí-los seletivamente (no sentido dos discursos especiais). Uma vez que é através do erguer de pontes de carácter interdiscursivo que o conhecimento das diferentes áreas específicas pode integrar-se na literatura, não é de estranhar que as ciências específicas, no nosso caso a pedagogia, ‘se possam reencontrar a si próprias’ na literatura.

É preciso distinguir do tópico ‘literatura’, ou seja, de textos literários na pedagogia, o

tópico ‘literatura com a função de programa pedagógico’ ou ‘literatura associada a programas pedagógicos’. Tradicionalmente, é atribuída à leitura de textos literários a função de pôr em marcha um processo de formação e de socialização dirigido ao sucesso da individualização, que visa atingir uma forma de encontro da identidade própria, em relação à qual se assume que ela seja promovida pelo trabalho e pelo confronto com a literatura, e que, possivelmente, seja até esta a única forma de atingir/alcançar/conseguir tal encontro. Este modelo de pensamento garante que a produção de sentido conduz à individualização e ao encontro da identidade como programa de sucesso da modernidade – Georg Bollenbeck¹⁷ e também Klaus Michael Bogdal¹⁸ formularam esta tese, dando ênfase a diferentes pontos de partida.¹⁹ A designação *romance de formação* deve ser entendida com este duplo sentido: ao nível do tema (do seu objeto), mostra um processo de formação como forma de contribuir para a formação (não apenas literária) do seu leitor, ou seja, para a descoberta da sua identidade.

No entanto, a literatura contemporânea compromete esta forma de pensamento. No momento em que, sob influência da pós-modernidade, existe um sem-número de programas de individualização que já não são sequer inventariáveis, surge, quase em oposição a tais programas de individualização e como sua consequência, uma literatura que já só supostamente tematiza o ser individual (a juventude de ‘89’ no romance *liegen lernen* [Aprender a ficar deitado],²⁰ de Frank Goosen, ou ‘homens de quarenta anos’ no segundo romance de sucesso de Matthias Polityckis²¹). Em vez disso, tal literatura oferece, dentro da moldura de uma construção geracional mais ampla (‘my generation’), tabelas e listas de *rankings*, com toda uma gama de possíveis posições para os sujeitos.²² O programa pedagógico implícito nesta literatura é totalmente diferente daquele que presidia ao *romance de formação* tradicional. Existirá na pedagogia um fenómeno idêntico e/ou que se possa equacionar com ele?

São expectáveis fenómenos similares no que diz respeito ao cânone. Na ciência da literatura e nas ciências da educação há uma série de trabalhos a este respeito, e, entre os ‘clássicos’ respetivos, regista-se mais uma área de interseção interessante. Partilham o interesse por uma teoria dos clássicos: os clássicos da literatura são objeto de ensino e de

investigação em ambas as disciplinas. Em oposição ao tema do clássico (por exemplo, da formação clássica), o tema do (autor) clássico – ou seja, da atribuição a alguém de uma especial ressonância comunicativa, está pouco investigado. Há uma literatura vasta sobre uma teoria do clássico, mas quase nenhuma sobre uma teoria do autor clássico e a sua explicação funcionalista. Afinal como se pode explicar o fenómeno do autor clássico? Qual a função que desempenha? Quem pertence ao grupo, quando e durante quanto tempo? Como ‘nascem’ os autores clássicos e como ‘morrem’ eles? Ou serão eles de *per se* ‘imortais’? Que função desempenham os autores clássicos na evolução cultural e disciplinar? Por que, ainda hoje, a ‘argumentum ad vericundiam’ (‘ad hominem’) e a orientação linguística pela *auctoritas* dos autores clássicos são tão amadas e, aparentemente, imprescindíveis?

Alfred K. Treml apresentou os primeiros estudos sobre estas questões, que, entretanto, têm vindo a ser crescentemente discutidas na ciência da literatura.²³ Tais estudos sustentam que os clássicos se distinguem – de acordo com a teoria dos sistemas – por permitirem sempre novas ligações, tanto no caso da pedagogia como no da ciência da literatura. É de acrescentar, partindo da teoria interdiscursiva, que falar (e escrever) sobre os clássicos implica sobretudo, também, o recurso a processos de criação de analogias, em última análise a processos literários, com especial frequência ao recurso a uma simbologia coletiva. Atendendo, apenas, aos dois corifeus do Classicismo alemão, Goethe e Schiller, comprova-se que são as simbologias relativas a ondas, flores, e cumes as dominantes na escrita histórico-literária e que se realizam, em especial nos clássicos, na forma de discurso simbólico. Assim, Jürgen Link mostrou que para a representação da convergência entre Goethe e Schiller na história da literatura se recorre até hoje, frequentemente, à simbologia; por exemplo, na obra de Gervinus, e também na de Hermann August Korff, surge o símbolo de dois pratos da balança perfeitamente equilibrados.²⁴ A comunicação entre campos científicos muito diferentes torna-se possível, aqui, também, através da interdiscursividade dos constructos clássicos alcançada pela simbologia. Seria, por isso, de investigar mais precisamente se aquilo que uma abordagem de acordo com a teoria dos sistemas (que engloba perfeitamente uma pedagogia evolutiva) analisaria como semântica da

comunicação sobre clássicos não deveria conter, também, enquanto sua parte constitutiva, a simbologia coletiva.

Neste contexto, há que questionar também a formação linguístico-literária (por exemplo: nas aulas de alemão das nossas escolas) e a sua didática. Desde sempre que a formação linguística se realizou não só pelo ensino da utilização correta da escrita e da língua, mas, também, pela transmissão de um cânone de obras literárias. Este cânone forma alguma coisa como uma memória cultural coletiva, à qual se deve poder recorrer, por exemplo, durante o curso universitário, na forma de referências e citações. Cultura, mais precisamente cultura de tradição escrita, pode, assim, ser vista como uma reserva de memórias para efeitos de comunicação. Para tal, é necessário um ‘cânone’ comum de textos básicos. Não é necessário receber este cânone afirmativamente, também pode ser recebido de forma crítica, mas é necessário conhecê-lo, quando se quer participar da tradição cultural escrita comum. Em suma, pode afirmar-se, portanto, que uma cultura comum existe onde alguém começa uma frase e o outro consegue acabá-la. Onde isto já não for possível, já não se pode falar numa cultura comum.

Estará errada a impressão de que hoje somos testemunhas de uma evolução caracterizada pela perda de um desses cânones comuns e por uma fragmentação cultural crescente? Tal evolução poderá ser consequência não só de uma evolução no sentido da sociedade multicultural, mas, também, das muitas reformas educativas numa paisagem educativa federal.²⁵

3.2.3. Uma metateoria comum?

Uma outra perspectiva comum é a perspectiva teórica. Ao lado da hermenêutica clássica, que desde Aristóteles é usada na análise científica de textos como teoria de base comum, desenvolveu-se recentemente, em alternativa, uma nova teoria: a teoria da evolução (geral). Na Germanística, o espectro de abordagens de acordo com a teoria da evolução é, hoje, muito seletivo, ou seja, a receção da teoria da evolução na Germanística está circunscrita a aplicações de orientação biológica.²⁶ Assim sendo, o potencial deste paradigma teórico na ciência da literatura ainda está por explorar, paralelamente ao que

ocorre na pedagogia apoiada na teoria da evolução geral.²⁷ Neste processo, seria de distinguir, de acordo com a nossa diferenciação inicial (ver esquema 1), entre observação teórico-evolutiva da literatura e da ciência da literatura. Não será, em ambos os casos, aquilo a que chamamos hoje literatura algo que existe apenas desde meados do século XVII, o que seria um período de tempo demasiadamente curto para uma observação em termos de teoria da evolução? Ou será que, no percurso através da teoria da evolução geral, e passando por palavras-chave como ‘observar’, ‘distinguir’, ‘comunicar’ não se traz à cena apenas, de forma indireta, a teoria dos sistemas, e que, sendo assim, se podem deixar de fora os elementos da teoria evolucionista? Assim, e na perspetiva da teoria dos sistemas, haveria já, do lado da ciência da literatura, uma série de trabalhos convincentes,²⁸ aos quais pode apenas ser assacado, por vezes, que tenham dificuldade em “descer” do alto dos sistemas para o plano da análise concreta de textos individuais. Idêntica dificuldade será de esperar, possivelmente, também na utilização da teoria da evolução geral na ciência da literatura.

Também nas ciências da educação a perspetiva evolucionista é (até agora) marginal. Tradicionalmente predominam horizontes teóricos hermenêuticos e/ou críticos, em que o objeto de observação é interpretado ou valorado normativamente. Neste contexto, a pedagogia é entendida, quase sempre, como ciência de ação – o que significa que factos pedagógicos são relacionados com intenções conscientes de atores orientados pela razão. Uma pedagogia que se entenda, também, como ciência comportamental, deveria considerar, ainda, os programas inconscientes, latentes e congénitos, que se desenvolveram e estabilizaram num longo processo evolutivo e que buscam explicações para o comportamento humano orientadas pela análise funcional.

Por isso, é perfeitamente legítima a questão de saber se uma teoria geral evolutiva e dos sistemas não se deveria tornar produtiva como teoria de referência comum para diálogos interdisciplinares deste tipo. Ela poderia oferecer um jogo linguístico, que é, por um lado, tão abstrato que cada disciplina é capaz de introduzir as suas preocupações específicas nesse enquadramento geral, e, por outro lado, de tal forma diferenciado que pode estabelecer conexões com as múltiplas investigações disciplinares. Depois do

desaparecimento da metafísica histórica (neo)marxista como uma das últimas “grandes narrativas”, a teoria geral da evolução (na sua variante de teoria dos sistemas) pôde estabelecer-se, com sucesso, como uma espécie de “super-teoria” com um campo de aplicação universal em muitas disciplinas.²⁹ Esta teoria tem a grande vantagem de subverter a tradicional restrição à perspectiva das ciências humanas, que ocorre quer na ciência da literatura quer nas ciências da educação, e de permitir o estabelecimento de ligações também com as investigações da área das ciências naturais.

Da perspectiva de uma teoria geral da evolução, as obras literárias são vistas, por um lado, como produtos planificados de sujeitos dotados de razão, por outro lado, também, como semântica influente que deve a sua estabilização – por exemplo, na forma de cânones clássicos – a um processo evolutivo que já não conhece qualquer agente. Aqui há “memes” que lutam por influência e repercussão, e já não há poder central à vista que possa guiar esta “luta de poderes mentais” (Erich Weniger).³⁰

A pergunta, se a teoria geral da evolução poderia ser uma ‘metateoria’ utilizada em comum pelas ciências da educação e pela ciência da literatura, torna claro que quem permite conexões interdisciplinares não são tanto as abordagens teóricas de facto próprias das duas disciplinas aqui em debate, mas, muito mais, ‘teorias de retaguarda’ de carácter mais geral, que podem e devem ser, depois, modificadas nas disciplinas específicas. Ambas as disciplinas parecem, então, poder trabalhar com as mesmas teorias e com as metodologias delas resultantes, uma vez que estas teorias funcionam como um *tertium comparationis*, como uma interligação de carácter geral. Isto é tão verdade para a teoria do discurso, para a teoria dos sistemas e, também para a antropologia como para a teoria geral da evolução. Se, como se disse, as obras literárias aparecem no âmbito de uma teoria geral da evolução por um lado como produtos planificados de sujeitos dotados de razão, por outro lado, contudo, surgem como produtos de um processo de evolução comunicativa sem qualquer plano e sem qualquer agente. Como produto de evolução comunicativa, as obras são, então, identificadas e interpretadas (na terminologia da teoria da evolução) como “memes”. A teoria dos memes ainda é usada a medo em ambas as disciplinas, mas parece ser relacionável com a questão da memória, tão estudada nos últimos anos, nas ciências

culturais e na ciência literária. A teoria dos memes também se deixaria reformular parcialmente no sentido da teoria interdiscursiva, visto que interdiscursos não são outra coisa que semânticas próprias de uma cultura, e, também elas, determinam os indivíduos e os seus produtos artístico-estéticos sem partir de agentes centrais. No caso da literatura, deixam antes espaços de manobra suficientes para ultrapassagens individuais, inovadoras e, também, contra a cultura daquilo que existiu até agora.

4. Perspetivas de futuro

Lembre-se, a terminar: no caso das duas disciplinas, as hipóteses de trabalho interdisciplinar conjunto encontram-se, por um lado, nos muitos pontos de contacto que têm: na *língua* em comum, nos *textos* em comum, nos *clássicos* em comum e (possivelmente) na *teoria* em comum. A mistura de características comuns com diferenças promete resultados surpreendentes.

Limites na colaboração advêm, sobretudo, da falta de institucionalização: as aproximações fazem-se através de campos e contactos de investigação individuais e não são consequência de uma articulação sistemática no estudo e na investigação.

E, por fim, surge mais um obstáculo a um trabalho conjunto de sucesso. Vamos formulá-lo em forma de metáfora: para os participantes em discursos interdisciplinares há, de certa forma, o risco de morrerem à fome de braço estendido entre as duas disciplinas, uma vez que, apesar da propaganda em contrário, a verdade é que eficaz para a carreira e para a sua promoção são principalmente temas disciplinares, congressos disciplinares, publicações e contactos disciplinares. Só “quem pode” se dá ao luxo da interdisciplinariedade, ou seja, cientistas mais velhos e estabelecidos. Ainda hoje – por exemplo na análise da adequação das candidaturas em concursos para lugares de professor – se premeia o cultivo dos “conceitos estabelecidos” (Johann Friedrich Herbart) e não, ou só raramente, a originalidade de questionamentos interdisciplinares, que permanecem “ao lado”, ou, mais precisamente, “entre”.³¹ Na dura realidade das avaliações e dos fatores de impacto este *entre* é um lugar desabrigado onde nos podemos facilmente constipar.

Notas

¹ O original alemão encontra-se publicado em: Lothar van Laak e Katja Malsch (eds.), *Literaturwissenschaft – interdisziplinär*, Heidelberg, Synchron, pp. 169-182. Agradecemos ao Autor, aos Editores e à Casa Editora a autorização para publicação. Tradução de Benedita Soares, com revisão de Teresa Martins de Oliveira.

² Jürgen Link: *Literaturanalyse als Interdiskursanalyse. Am Beispiel des Ursprungs literarischer Symbolik in der Kollektivsymbolik* [Análise literária como análise interdiscursiva. De acordo com o exemplo da génese da simbologia literária na simbologia coletiva]. In: Jürgen Fohrmann / Harro Müller (eds.): *Diskurstheorien und Literaturwissenschaft* [Teorias do discurso e ciência literária], Frankfurt a.M. 1988, 284-307. Os textos científicos relevantes estão registados em Rolf Parr /Matthias Thiele: *Link(s). Eine Bibliographie zu den Konzepten ‚Interdiskurs‘, ‚Kollektivsymbolik‘ und ‚Normalismus‘ sowie einigen weiteren Fluchtlinien. Jürgen Link zum 65. Geburtstag*, Heidelberg 2005 [Uma biografia para os conceitos de ‘interdiscurso’, ‘Simbologia coletiva’ e ‘normalismo’ assim como alguns outras linhas de fuga. No 65º aniversário de Jürgen Link, Heidelberg 2005.

³ Conf. a este propósito, Jürgen Link: „Zur Frage, was eine kulturwissenschaftliche Orientierung der Literaturdidaktik ‚bringen‘ könnte“ [Àcerca da pergunta: o que uma orientação pelas ciências culturais pode ‘trazer’ à didática da literatura?] In: *kultuRRevolution, zeitschrift für angewandte diskurstheorie* [Revolução cultural, revista sobre teoria do discurso aplicada] 45/46, maio 2003, 71-78, aqui 71s.

⁴ Ödön von Horváth: *Kasimir und Karoline* [Casimiro e Carolina], Frankfurt a.M. 1994, 59s.

⁵ Jürgen Link: *Elementare Literatur und generative Discursanalyse* (mit einem Beitrag von Jochen Hörisch e Hans-Georg Pott [Literatura elementar e análise discursiva generativa] [com um contributo de Jochen Hörisch e Hans-Georg Pott]), Munique 1983, 27.

⁶ Jürgen Link / Ursula Link-Herr: „Diskurs / Interdiskurs und Literaturanalyse“ [Discurso/ Interdisco e Análise Literária] In: *LiLi. Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik* 20, H.77, 1990, 88-99, aqui 93.

⁷ Cf. Rolf Parr: „Konstruktion der Mitte – ‘Konzentration’ als Ordnungsraster in verschiedenen Diskursen des 19. Jahrhunderts“ [Construção do centro – ‘Concentração’ como quadro regulamentar em diferentes discursos do século XIX]. In: *kultuRRevolution. zeitschrift für angewandte diskurstheorie* 6, Junho 1984, p. 35 -38.

⁸ Cf. Alfred K. Tremml: *Evolutionäre Pädagogik. Eine Einführung* [Pedagogia evolucionista. Uma introdução], Stuttgart 2004.

⁹ Alfred K. Tremml: „Reformpädagogische Semantik und sozialer Wandel“ [Semântica da pedagogia reformativa e transformação social] In: *Tertium Comparationis. Journal für Internationale Bildungsforschung*, 8, Nº 1, 2002, 61-72.

¹⁰ Cf. Jutta Kolkenbrock-Netz: *Fabrikation. Experiment. Schöpfung. Strategien ästhetischer Legitimation im Naturalismus* [Fabricação. Experiência. Criação. Estratégias de legitimação estética no Naturalismo], Heidelberg 1981.

¹¹ Norbert Ricken oferece um panorama geral: „Von der Kritik der Disziplinarmacht zum Problem der Subjektivierung. Zur erziehungswissenschaftlichen Rezeption Michel Foucaults” [Da crítica do poder disciplinar ao problema da subjetivação. Sobre a recepção de Michel Foucault nas ciências da educação.] In: Clemens Kammler / Rolf Parr (eds.): *Foucault in den Kulturwissenschaften. Eine Bestandsaufnahme* [Foucault nas ciências da cultura. Um inventário], Heidelberg 2007, 157-176.

¹² Cf. Alfred K. Tremml: *Pedagogische Ideengeschichte* [História pedagógica das ideias], Stuttgart 2005, em especial 137.

¹³ Jean Paul: *Vorschule der Ästhetik* [Pré-escola da estética] (1804), §50, Hamburg, 1990, 184.

¹⁴ Vd., a este propósito, o romanista berlinense Jürgen Trabant. Trabant lamenta que precisamente os germanistas e cientistas da literatura na Alemanha tenham uma atitude pouco simpática em relação à língua e à cultura alemãs e explica isto como expressão de uma vergonha inconsciente (“vergonha da língua”), na sequência da caricatura, construída pelos *media*, da língua alemã como “língua ladrada” (conspurada pelo nacional-socialismo). (Jürgen Trabant: „Die gebellte Sprache” [A língua ladrada]. In: FAZ 28.09.1997, Nº 5, p. 40).

¹⁵ Cf., entre outros, Detlef K. Müller: *Sozialstruktur und Schulsystem. Aspekte zum Strukturwandel des Schulwesens im 19. Jahrhundert* [Estrutura social e sistema escolar. Aspectos sobre a alteração da estrutura da escolaridade no século XIX], Göttingen 1977.

¹⁶ Cf. Rolf Parr / Wulf Wülfing: “Literarische und schulische Praxis” [Prática literária e escolar] (1854-1890). In: Gerhard Plumpe / Edward McInnes eds.): *Bürgerlicher Realismus und Gründerzeit 1848-1890* [Realismo burguês e Época da Fundação 1848-1890], München 1996 176-210.

¹⁷ Georg Bollenbeck: *Bildung und Kultur. Glanz und Elend eines deutschen Deutungsmusters* [Formação e cultura. Esplendor e miséria de um modelo de interpretação alemão], Frankfurt a.M. 1994.

¹⁸ Cf. Klaus-Michael Bogdal: „Literaturdidaktik im Spannungsfeld von Literaturwissenschaft. Schule und Bildungs- und Lerntheorien” [Didática da literatura no campo da ciência da literatura. Escola e teorias da educação e da aprendizagem]. In: K-M.B. / Hermann Korte (eds.): *Grundzüge der Literaturdidaktik* [Princípios da didática da literatura], Munique 2002, 9-29.

¹⁹ Cf., a este propósito, Florian Huber: *Durch lesen sich selbst verstehen. Zum Verhältnis von Literatur und Identitätsbildung* [Perceber-se a si próprio através da leitura. Sobre a relação da literatura com a formação da identidade], Bielefeld 2008.

²⁰ Frank Goosen: *liegen lernen*. [Aprender a ficar deitado], Frankfurt a.M. 2001.

²¹ Matthias Politycki: *Ein Mann von vierzig Jahren*. [Um homem de quarenta anos], Munique 2000.

²² Cf., a este propósito, Dirk Frank: "Talking about my generation": Generationskonstrukte in der zeitgenössischen Pop-literatur" ["Talking about my generation": Construções geracionais na literatura pop contemporânea.] In: *Der Deutschunterricht* 5, 2000, 69 -85; Rolf Parr: „Literatur als literarisches (Medien-) Leben. Biografisches Erzählen in der neuen deutschen 'Pop'-Literatur" [Literatura como vida literária nos media. Narrativas biográficas na nova literatura 'pop' alemã]. In: Clemens Kammler / Thorsten Pflugmacher (eds.): *Deutschsprachige Gegenwartsliteratur seit 1989. Zwischenbilanzen – Analysen – Vermittlungsperspektiven* [Literatura contemporânea de língua alemã desde 1989. Balanço intercalar – análises – perspectivas de mediação], Heidelberg 2004, 183 – 200.

²³ Alfred K. Tremml: *Klassiker – die Evolution einflussreicher Semantik* [Clássicos – a evolução de uma semântica influente], Bd.1: *Theorie, Sankt Augustin* 1997, Bd. 2: *Einzelstudien, Sankt Augustin* 1999.

²⁴ Cf., a este propósito, Jürgen Link: Die mythische Konvergenz Goethe-Schiller als diskurskonstitutives Prinzip deutscher Literaturgeschichtsschreibung im 19. Jahrhundert. [A convergência mítica Goethe-Schiller como princípio constitutivo de discurso da escrita da história literária no século XIX]. In: Bernard Cerquiglini/ Hans Ulrich Gumbrecht (eds.): *Der Diskurs der Literatur- und Sprachhistorie. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe* [O discurso da história literária e linguística. A história da ciência como requisito de inovação], Frankfurt a. M. 1983, p. 225-242.

²⁵ Na República Federal da Alemanha as escolas e os *curricula* são geridos pelos diferentes estados federais. (Nota da tradutora).

²⁶ Esta questão torna-se clara tanto em obras como a de Karl Eibl (*Anima Poeta: Bausteine der biologischen Kultur- und Literaturtheorie* [Anima Poeta: peças para a construção da teoria cultural e literária de orientação biológica], Paderborn 2004) como no Congresso de Germanistas subordinado ao tema geral 'Natureza – Cultura', em Marburg, 2007.

²⁷ A propósito da teoria da evolução geral, cf. Tremml, *Evolutionäre Pädagogik* [Pedagogia evolucionista] (Nota 7), 63ss.

²⁸ Cf., p. ex., Gerhard Rupp: „Die Literatur im pädagogischen System“ [A literatura no sistema pedagógico]. In: Gerhard Plumpe / Niels Werber (eds.): *Beobachtungen der Literatur. Aspekte einer polykontextualen*

Literaturwissenschaft [Observação da literatura. Aspectos de uma ciência da literatura policontextual], Opladen 1995, 65-99.

²⁹ O conceito “super teoria” é usado, aqui, no sentido de Luhmann, que fala também em “teoria de banda larga” como sinónimo. Tal teoria pretende poder fazer afirmações sobre todos os objetos do seu âmbito –todavia, de forma inevitavelmente seletiva (cf. Niklas Luhmann: *Soziologie der Moral* [Sociologia da moral]. In: N.L./Stephan H. Pfürtnner (eds.): *Theoriethchnik und Moral* [Tecnica teórica e moral], Frankfurt a. M. 1978, 8-116, aqui principalmente 17ss).

³⁰ Erich Weniger: *Didaktik als Bildungslehre*, Teil 1: “Teorie der Bildungsinhalte und des Lehrplans” [Didática como ensino da formação. Parte 1: Teoria dos conteúdos formativos e dos planos de estudo], Weinheim 1952, 22.

³¹ Johann Friedrich Herbart: *Allgemeine Pädagogik aus dem Zwecke der Erziehung abgeleitet* [Pedagogia geral deduzida do propósito da educação] (1806). In: J.F.H. *Systematische Pädagogik. Eingeleitet, ausgewählt und interpretiert von Dieter Brenner* [Pedagogia sistemática. Introdução, seleção e interpretação de Dieter Brenner], Stuttgart 1986, 74.

Rolf Parr (*1956) é Professor na área da Germanística (Literatura e ciência dos *media*) na Universidade Duisburg-Essen e diretor do Mestrado em »Literatura e prática dos *media*«. **Principais áreas de investigação:** Teoria e história da literatura, dos *media* e da teoria da cultura do séc. XVIII ao séc. XXI; junções literário-culturais, teoria (inter)discursiva e investigação sobre normalismo; simbologia coletiva; mitificação de figuras históricas; vida literária/mundo literário, relações entre literatura e *media*; televisão. **Publicações selecionadas:** *Handbuch literarisch-kultureller Vereine, Gruppen und Bünde* [Compêndio de clubes, agrupamentos e associações culturais]. Stuttgart: Metzler 1998 (em conjunto com W. Wülfing e K. Bruns). *Autorschaft. Eine kurze Sozialgeschichte der literarischen Intelligenz*. [Autoria. Breve história social da inteligência literária]. Heidelberg: Synchron 2008 (em col. J. Schönert). *Foucault-Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. [Compêndio sobre Foucault. Vida – Obra – Ação]. Stuttgart, Weimar: Metzler 2008 (ed. conjunta com C. Kammler e U.J. Scheiner). *Die Fremde und die Heimat. Heimatkunst, Kolonialismus, Expeditionen* [O estrangeiro e a pátria. Arte da pátria, colonialismo, expedições]. Konstanz: konstanz university press 2014. *Raabe-Handbuch. Leben – Werk – Wirkung* [Compêndio sobre Raabe. Vida – Obra – Ação], Metzler 2016 (ed. Com D. Götsche e F. Krobb). *Mehrsprachige Literatur. Ein Handbuch* [Literatura multilingue. Um Compêndio]. Narr 2017 (ed. c. T. Dembeck).

entrevistas

Entrevista a Julie Thompson Klein

por Maria Clara Paulino

A entrevista ocorreu em diferentes momentos entre 3 e 8 de agosto de 2017.

A Julie Thompson Klein se deve, em grande parte, a relevância que o processo interdisciplinar adquiriu ao longo das últimas décadas nos Estados Unidos, quer em contexto académico, quer entre comunidades científicas exteriores à academia. Galardoada com vários prémios pelo seu trabalho em prol da interdisciplinaridade, entre os quais o *Kenneth Boulding Award for Outstanding Scholarship on Interdisciplinarity*, o *Yamamoorthy and Yeh Distinguished Transdisciplinary Achievement Award* e o *Joseph Katz Award for Distinguished Contributions to the Practice and Discourse of General and Liberal Education*, Klein foi pioneira na definição de conceitos, processos e metodologias interdisciplinares. Presidente, durante largos anos, da Associação de Estudos Interdisciplinares (AIS) dos Estados Unidos e principal responsável pela revista publicada pela Associação, *Issues in Integrative Studies*, Klein lega-nos um largo *corpus* de obras hoje indispensáveis na formação de alunos e na construção de uma sólida metodologia de investigação interdisciplinar. Entre elas destacamos *Interdisciplinarity: History, Theory, and Practice* (1990), *Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinarity, and Interdisciplinarity* (1996), a monografia *Mapping Interdisciplinary Studies* (1999), *Humanities, Culture, and Interdisciplinarity: The Changing American Academy* (2005), *Creating Interdisciplinary Campus Cultures* (2010) e, mais recentemente, *Interdisciplining Digital Humanities*:

Boundary Work in an Emerging Field (2015). Klein é responsável, com Robert Frodeman e Roberto Pacheco, pela edição do *Oxford Handbook on Interdisciplinarity* (2017). Após desempenhar funções como Senior Fellow da Association of American Colleges and Universities (AACU), foi nomeada, em 2011, Mellon Fellow e Visiting Professor in Digital Humanities da Universidade de Michigan. Klein colabora atualmente com várias universidades no desenvolvimento de programas interdisciplinares e é consultora para a investigação e educação interdisciplinares do Instituto Nacional de Saúde e da Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos. A nível internacional, Klein foi membro da Equipa de Investigação Integrativa da Academia da Finlândia, é consultora da Real Academia das Artes e Ciências da Holanda e representou os Estados Unidos em simpósios internacionais sobre a interdisciplinaridade, nomeadamente na Suécia, em Portugal e em França, com o apoio da OCDE e da UNESCO.

MCP: *How do you define interdisciplinarity? Is it a method, a process, an "approach," a point of view, or a full discipline with its own epistemology? Are you aware of other possible definitions?*

JTK: The majority view is that interdisciplinarity is a process of integration, affirmed in two authoritative definitions. One, which a literature review indicates is the most widely cited definition, stems from the 2005 report on *Facilitating Interdisciplinary Research* (National Research Council)¹: "Interdisciplinary research [IDR] is a mode of research by teams of individuals that integrates information, data, techniques, tools, perspectives, concepts, and/or theories from two or more disciplines or bodies of specialized knowledge to advance fundamental understanding or to solve problems whose solutions are beyond the scope of a single discipline or area of research practice" (2005:2). In addition, sources on interdisciplinary studies [IDS] in education also cite my own and William H. Newell's definition in the 1996 *Handbook of the Undergraduate Curriculum*²: "Approaches vary and disputes over terminology continue. Broadly speaking, though, interdisciplinary studies

may be defined as a process of answering a question, solving a problem or addressing a topic that is too broad or complex to be dealt with adequately by a single discipline or profession" (1997: 3).

There is not a singular "method" because many are associated with achieving integration, including step-based models such as Allen F. Repko's,³ systems analysis, and others delineated in MacDonald *et al*⁴ and Bergmann *et al*'s⁵ books on method. These two books have been crucial for a more informed approach to both inter- and transdisciplinarity, while arguing that the process entails not only integration but also collaboration. The term "approach" in definitions typically refers to approaches from disciplines. The notion of a "point of view" is associated more with a sense to attitude or an ethos, though it is not the majority definition. The notion of it being a "discipline" with its own epistemology is invalid at the global level when speaking about interdisciplinarity. There is a widespread belief that a successful interdisciplinary field may become a discipline in its own right, but this premise is often asserted as a general proposition that does not always hold up to evidence.

MCP: *I'm interested in the idea that this is a premise that does not always hold up to evidence. Could you elaborate?*

JTK: Well, it's based on a superficial simplistic assumption that there is one model for a discipline and one model for an interdisciplinary field. For example, molecular biology is a good example of an interdisciplinary field that became a discipline in its own right but social psychology did not, even though it has been influential. You could take also Women's Studies, which is a very successful field but is not necessarily an institutionalized discipline.

MCP: *How does the interdisciplinary process contribute to cognition differently than the multidisciplinary process? Are there situations in which you see its contribution as more valuable? An interrelated question would be, are interdisciplinary approaches compatible with transdisciplinary ones? How would an interdisciplinary research project work with, say, gender studies, or post-colonial studies?*

JTK: I have delineated differences among inter-, multi-, and transdisciplinarity in *The Oxford Handbook*⁶. The question of cognition leads to both epistemological and social considerations. From an epistemological point of view, the concept of holism is the most frequent stance, though it is expressed in different ways by inter- and transdisciplinary theorists. That said, in all cases it contrasts with the singularity of a specialized viewpoint. In some examples of IDS within education, the value of a holistic mode of cognition is more than a contribution. It is a worldview for its own sake. More typically, though, and especially in IDR, it is considered a value-added dimension of thought and action, not for its own sake. The idea that it is essential, not just valued, has escalated with the increased imperative of problem-solving, accelerated by the rise of European-based transdisciplinary approaches that also involve stakeholders in society in the research process.

As for compatibility with transdisciplinary approaches, many studies acknowledge a role for both disciplinary and interdisciplinary approaches, though in the interest of transcending them through creation of a new conceptual or methodological framework. Hence, they are steps or contributions to the larger goal. As for how a project would work with gender or post-colonial studies, these areas typically involve critique around themes of importance to their respective fields and a more skeptical view of integration as the *raison d'être* of IDS. In contrast, projects have a more instrumental imperative in problem-oriented fields such as criminology studies, policy science studies, and many science- and health-related areas.

MCP: *When I hear you say that interdisciplinarity is essential and has escalated with the increased imperative of problem-solving, I wonder whether this imperative holds for the humanities and the arts as it does for other research areas. Is this imperative as clear in post-colonial and gender studies, for example, or could one say that to a large extent these are, in themselves, interdisciplinary?*

JTK: That's a great question and it touches on so many points. First of all, there are some disciplines that have a synoptic scope already. If you're interested in cognition, the fact is that they already have breadth. There are disciplines that have always had a broad

scope. History is a great example, as is Philosophy, which are broad in outlook to begin with. Other disciplines like art history, for example, have at times historically followed synthetic paradigms that are often talked about as interdisciplinary, whether accurately or not. Take the notion of period style, for example: periodization is an excellent example of what is often operating as an interdisciplinary synthesis. Although, as you well know, that has been criticized for being biased to certain perspectives, certain works in the canon, certain artists, certain cultures. Then along came a form of interdisciplinarity that I like to call *critical interdisciplinarity*. This is not the older synoptic breadth, neither it is the synthesis of a paradigm, such as periodization; rather, it is informed by new post-structuralism theories and even, in some cases, by critical race theory. So, just taking those three: the synoptic scope, the synthesis of periodization, and then the critical interdisciplinarity critique -- they have all been associated with interdisciplinarity at one point or another, but they differ. Somebody who is trying to understand how something fits within a historical period is not doing the same kind of work as somebody in post-colonial or gender studies who is, in short, drawing on methods and theories from more than one discipline while also having a critical imperative: the imperative of critique. All of those are different than the simple multidisciplinary throwing together of different perspectives, though they can be reduced to that.

MCP: *Coming from the humanities, I must say I'm yet to find in the literature an in-depth discussion about interdisciplinary approaches in the humanities and the fine arts. The debate seems to be much more open and clear in the so-called hard sciences.*

JTK: And it's become more so. We have an excellent chapter in the newest edition of the *Oxford Handbook of Interdisciplinarity* on biological sciences, which just shows that the word discipline no longer works to describe it because it has become a much more interdisciplinary field. You just reminded me, since you are in art history, that there is a fourth thing we could talk about that is beautifully expressed by Mieke Bal as *traveling concepts*⁷. I think *travelling concepts* is one of the most important ways of thinking about interdisciplinarity in the humanities and arts. What she does is that she refuses an eclectic

multidisciplinary approach. Doing interdisciplinarity is not just surfing and zapping, as she likes to call it: it's about a very focused kind of work where you are trying to address a question or a problem or an object. For example, in her book she takes a piece of graffiti and analyzes it by constructing an interdisciplinary framework for understanding that is driven by the nature of the object. She asks a lot of questions about meaning, and these questions are very much humanities questions about meaning and significance. This is different than simply applying a critical theory, which is still legitimate; it's different than a broad synoptic scope, which can often be multi-disciplinary; and it's different than a paradigm such as periodization. I really like that book because she says there are all these different traveling concepts: the image, for example, which is so central to the humanities and the arts. When it travels around, an image picks up new meanings as it contacts with other contexts. Of course, for disciplinary purists this raises the question of whether or not the work is authentic, but her metaphor of travel is really genius.

MCP: *Yes, it is very good. In fact, it's exactly how things are, isn't it? In practical terms, that's what happens.*

JTK: And I think it is very helpful to have that example to make clear distinctions. In the Association for Interdisciplinary Studies you see people who are in general and liberal study programs, who want to cultivate a broad intelligence, a broad cultural understanding, but that is very different than what Bal is talking about. She is talking about a focused study of a problem to understand the meaning of an object. Now, all these approaches are legitimate, but they differ.

MCP: *In my experience with teaching undergraduates how to apply interdisciplinary models, using your books and Allen Repko's, I found the process to be rigorous and to require a well-defined set of skills. I'd like to hear your thoughts on this.*

JTK: There is not a singular interdisciplinary method. See, for example, Michael O'Rourke's work on different conceptions of integration⁸. Moreover, adherence to a step-model of IDS has been criticized. Gunila Öberg's primer on environmental studies⁹ is an

effective method with students, and numerous studies of educational programs fostering requisite skills for inter- and transdisciplinary research have expanded thinking in this area. The work of Maura Borrego¹⁰ and Shalini Misra¹¹ are noteworthy for delineating related skills.

MCP: *I did have difficulty with the step-based approach as detailed in Allen Repko's book. It seemed too rigid at times. The traveling concepts idea is more appealing, while retaining precision: one would have to be laser-beam focused on how one concept travels from one place to the other, what connotations it acquires, what shapes it shows itself in.*

JTK: Yes, and I like your metaphor, that it's laser-like. Allen Repko is a friend of mine, and I respect the work he has done but I am much more pluralistic about this question of method. When Allen wrote that book¹²-- and he is now joined by Rick Szostak -- he wrote it for individual projects. It's a textbook, and it works in classes where there is the time to go through all of those steps. I never used it because I was teaching in classes where there was not the time to invest in that single method. I found that parts of it were very effective, like the way he breaks down a particular step, and other things were useful too. But we deliberately invited Michael O'Rourke, a philosopher, to write the chapter on methods of integration for the latest edition of the *Oxford Handbook*. He does a brilliant job of sorting out the differences. He talks about how some methods are top-down driven, such as Repko's ten-step model, requiring going through all the given steps. There are other step-models out there, which Michael discusses in the chapter, that are not top down driven, but rather bottom-up. We can look at Bal's approach, in which the important thing is what the problem requires people to do in the way of process rather than being loyal to a particular set of steps. Step models have been criticized especially in the transdisciplinary research network and sustainability studies, where there is a much greater appreciation of the fact that iteration is part of the process. It's not going from step one to step two to step three, but rethinking the prior steps. And that makes sense with Bal too, because what Bal is doing is creating a testing environment.

So, there are many models out there and in fact, there's a new four-phase model in

the health sciences for transdisciplinary work. I always like to look at those to learn what I can from them, but as I have become more involved in the transdisciplinary sustainability network, I've come to appreciate that, particularly when research involves stakeholders in society, the process is always one of negotiation. It's negotiating knowledge. That's a different context than what Bal is doing in humanities and arts but it's still more process-based, without requiring linear steps. There is also a factor in the humanities that you and I can appreciate, which is the tension between qualitative empirical approaches and qualitative ones. I think we have a much clearer sense now that there are many factors, variations, and approaches, which doesn't mean we can't find value in each. It's a matter of what fits for the work at hand.

MCP: *It's good to hear this. You know, often the objection to interdisciplinarity is that its borders are too undefined; yet, once it sinks in that it is a rigorous process, the objection is then that it is too focused, particularly for the humanities. That's been my experience.*

JTK: I've been thinking about this a lot lately. I'm in a team science network and one of our colleagues in the network is a grant officer at the National Institute of Health. She said she had a scientist who refused to do anything with team science that was interdisciplinary in nature because he thought it would either be specialist or generalist. But that is a false dichotomy, a misunderstanding of what you and I are talking about, which is a form of hybrid-specialization. And in fact, a lot of work in the sciences does exactly that: it takes a particular specific arena, such as genomics, but the work that goes on in specific projects and programs has a focus on a set of problems at hand. There is a similarity here, although in a more empirical scientific-driven quantitative environment than what we do in humanities and art.

MCP: *A question often raised is that of disciplinary identity, of how much disciplines have to "lose," or to give up, when they engage with other disciplines with the purpose of reaching an interdisciplinary solution. Is a discipline ever in danger of losing its identity?*

JTK: This question raises both political and social considerations. The belief that

disciplines lose is widely held, and framed as a sacrifice. However, studies of collaborative research, especially in the transdisciplinary and science of team science networks, have focused on the necessity of sacrificing strict adherence to disciplinary protocols to achieve an integrated result. As for disciplinary identity, loss is a concern. However, longitudinal studies of disciplines reveal that disciplines change over time and are increasingly pluralistic in nature, as well as increasingly interdisciplinary. This fact challenges the dichotomy of disciplinarity versus interdisciplinarity. To say someone is a biologist, for example, doesn't tell us much about which part of the expanse of practices s/he identifies with personally, while exposing the danger of claiming that biological sciences have a singular identity they lack and ignoring the impact of IDR on the nature of the disciplines. Examples appear in multiple chapters in the 2017 edition of *The Oxford Handbook*¹³, including entries on biology and humanities.

MCP: *I'd like to end this conversation with a question about interdisciplinarity in academia. In the U.S., are Interdisciplinary Studies programs supported by career structures, promotion guidelines, or funded lines of research? And, are you aware of the situation outside the U.S.?*

JTK: Ludwig Huber once referred to the United States as "the El Dorado of interdisciplinary studies."¹⁴ Given the number and plurality of practices, that generalization remains valid. Brint *et al.*'s longitudinal study of interdisciplinary majors¹⁵ provides more recent concrete evidence. The questions about career structures and validity are addressed at length in the 2005 NRC [National Research Council] *Report on Interdisciplinarity* as well as the NRC 2014 *Report on Convergence* and the 2015 *Report on Enhancing the Effectiveness of Team Science*. Promotion and tenure¹⁶ are recognized as key impediments, though I have an article just published in *Research Policy*¹⁷ on changes being made to be more conducive to this kind of work in the P&T [Promotion and Tenure] process. AIS [Association of Interdisciplinary Studies] also has guidelines for IDS on its website, the result of a task force on the topic of P&T. There are numerous examples of IDS outside the US, usually in particular fields. I'd note, though, the new Ph.D. program on Interdisciplinarity at the

University of Geneva. Outside the U.S. there is also greater momentum for transdisciplinarity at present, with a large literature that can be glimpsed on the td-net website: <http://transdisciplinarity.ch/td-net/Aktuell.html>.

MCP: *We've come to the end of our conversation, Julie. Thank you so much for your time.*

JTK: My pleasure, Clara. Looking forward to continuing this discussion some other time.

NOTES

¹ National Academy of Sciences, National Academy of Engineering, and Institute of Medicine (2005). *Facilitating Interdisciplinary Research*. Washington, DC: The National Academies Press.

² Gaff, Jerry G, and James L. Ratcliff (1997). *Handbook of the Undergraduate Curriculum: A Comprehensive Guide to Purposes, Structures, Practices, and Change*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

³ Allen F. Repko é co-autor de textos vários adoptados em programas interdisciplinares, em contexto académico, tais como *Introduction to Interdisciplinary Studies*, de 2014, e *Interdisciplinary Research: Process and Theory*, de 2016.

⁴ McDonald, David e Gabriele Bammer (2009). *Research Integration Using Dialogue Methods*, Australia: ANU Press.

⁵ Bergmann, Matthias *et al* (2013). *Methods for Transdisciplinary Research. A Primer for Practice*. Trad. R. Faust. University of Chicago Press.

⁶ Frodeman, R., J. T. Klein e Pacheco, R., eds. (2017). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford University Press.

⁷ Bal, Mieke (2002). *Travelling Concepts in the Humanities: A Rough Guide*. Toronto: University of Toronto Press.

⁸ O'Rourke, Michael *et al.* (2013). *Enhancing Communication and Collaboration in Interdisciplinary Research*. Sage Publications, Inc.

⁹ Öberg, Gunilla *et al.* (2011). "The Notion of Sewage as Waste – On Institutional Inertia and Infrastructure Change in Buenos Aires, Argentina and Vancouver, Canada", *Ecology and Society*, 19(2):19.

¹⁰ Borrego, Maura (2014). "Interdisciplinary Graduate Programs Worth the Challenge", *Higher Ed as a Business*, acessível em <https://evollution.com/opinions/audio-interdisciplinary-graduate-programs-worth-challenge/>.

¹¹ Stuhler, Elmar A. e Shalini Misra, eds. (2008). *Across disciplinary boundaries towards a sustainable life: Psychodynamic reflection on human behavior*, Rainer Hampp Verlag.

¹² Repko, Allen F. e Rick Szostak (2016). *Interdisciplinary Research. Process and Theory*, Sage Publications.

¹³ Idem.

¹⁴ Huber, L. (1992). "Editorial", *European Journal of Education* 27(3), 193–199 e Huber, L. (1989). "Teaching and learning – students and university teachers", *European Journal of Education* 24(3), 271–288.

¹⁵ Brint, Stephen G. *et al.* (2009). "Expanding the Social Frame of Knowledge: Interdisciplinary, Degree-Granting Fields in American Colleges and Universities, 1975–2000", *The Review of Higher Education*, 32(2), 155–183. The Johns Hopkins University Press.

¹⁶ Progressão na carreira académica e agregação.

¹⁷ Klein, Julie Thompson e Holly J. Falk-Krzesinski (2017), "Interdisciplinary and collaborative work: Framing promotion and tenure practices and policies", *Research Policy*, 46(6), 1055–1061.

Entrevista a William H. Newell

por Maria Clara Paulino

A entrevista ocorreu em diferentes momentos entre 23 de julho e 3 de agosto de 2017.

William H. Newell é autor e editor de obras importantes no campo dos estudos interdisciplinares, entre as quais *Case Studies in Interdisciplinary Integration* (2011), bem como de muitas dezenas de artigos e ensaios que, ao longo de décadas, têm estruturado os princípios metodológicos da investigação e pedagogia interdisciplinares. Entre estes destacam-se, pelo impacto que tiveram no mundo acadêmico, “The State of the Field: Interdisciplinary Theory” e “Contributions of Interdisciplinary Studies to Civic Learning: An Addendum to *A Crucible Moment*”, ambos publicados, em 2013, na revista *Issues in Interdisciplinary Studies* da Associação de Estudos Interdisciplinares dos Estados Unidos.

Newell foi diretor do *Institute in Integrative Studies* e professor de Estudos Interdisciplinares na Universidade de Miami-Oxford até 2012, ano em que se reformou. Desempenha, desde há duas décadas, as funções de avaliador externo de programas interdisciplinares em universidades americanas. Mais recentemente, em 2015, avaliou os programas da Universidade Plymouth State, em New Hampshire, e da Universidade DePaul, em Chicago.

MCP: *How do you define interdisciplinarity? Is it a method, a process, an "approach," a point of view, or a full discipline with its own epistemology? Are you aware of other possible definitions?*

WHN: Back in the mid to late 1990s, Julie Klein and I published an emerging consensus definition of IDS [Interdisciplinary Studies] in a major revision of the *Handbook of the Undergraduate Curriculum*, published by the Association of American Colleges & Universities. Basically, this 1997 definition was an amalgamation and codification of the key elements of often-implicit working definitions of IDS we each encountered on campuses where we had consulted in the 1990s. The definition: IDS is a process of answering a question, solving a problem, or addressing a topic that is too broad or complex to be dealt with adequately by a single definition or profession. IDS draws on disciplinary perspectives and integrates their insights into a more comprehensive perspective. The details of this definition have been tweaked ever since, but its basic approach and structure are widely accepted these days among teachers of interdisciplinary courses in the U.S., and increasingly in the E.U. If I were to revise it today, I would a) refer to an "issue" rather than a "topic," to narrow the focus so disciplines have to confront their differences and not get away with talking past each other; 2) eliminate breadth as a rationale for IDS and refer exclusively on complexity, because I've seen fully interdisciplinary work that is quite narrowly focused, and very broad scholarship that wasn't fully interdisciplinary; 3) say that IDS "works towards the integration of their insights" rather than "integrates their insights" in deference to the humanities and especially the fine and performing arts, which see their mission as raising questions and provoking rather than supplying answers and enlightening; and 4) take as the goal of interdisciplinary work the construction of an understanding, not a perspective, that is more comprehensive. For two reasons: One, it helps clarify the distinctive yet complementary contributions of IDS from those of TDS [Transdisciplinary Studies] to say it seeks understanding whereas the latter seeks implementation, and two, I have come to see "understanding" as ever-modified in light of new insights (which IDS is) whereas perspectives are resistant to change.

You quite appropriately ask whether IDS is a process—as the Klein-Newell definition claims—or a method, approach, point of view, or discipline. All of these terms (indeed, interdisciplinary studies itself) were developed within the context of Western culture's discipline-dominated approach to academic scholarship. It should be no surprise, then, that each of these terms gets at one or more aspects of IDS but none of them adequately capture it in its entirety.

I've often thought that interdisciplinary studies might be more accurately (if less felicitously) called interspectival studies, because it need not limit the sources of insight from which it draws to academic disciplines. Richard Carp¹ contends it should pay as much attention to folk or experiential knowledge, and transdisciplinary emphasize the importance of stakeholders as sources of insight. I also think that it's more appropriate to refer to IDS methodology rather than method. Many methods, often drawn from disciplines, are utilized in carrying out IDS process. One could (indeed, I have) refer to the interdisciplinary approach or methodology in contrast to an overall disciplinary approach or methodology. The trouble is, IDS is as much about drawing from disciplines as it is about integrating their insights. IDS, if you will, routinely commits serial disciplinarity. It is both of the disciplines and a meta-level over them.

One could casually dismiss the claim that IDS has a point of view of its own by pointing out that it draws without prejudice or preference from whatever points of view claim to have insight into the object of inquiry. While that's true, it's also fair to say that IDS embodies values such as intellectual balance, mental flexibility, open-mindedness, diversity of perspective, thinking holistically as well as dualistically, contextually and systemically, etc. It's largely a liberal enterprise.

Thinking of IDS as process most clearly distinguishes it from disciplines, which typically carve out a subject matter in which they specialize. IDS deals with *any* subject matter that is an aspect of a particular complex phenomenon, problem, issue, or question which interdisciplinarians wish to study.

Finally, you raise a much-debated question about IDS as a whole. Should we think of it as a discipline, a profession, or a hybrid of the two? For me the answer involves strategy

as much as accurate depiction. I think all interdisciplinarians believe IDS should be viewed with at least as much respect as the disciplines, and those of us in the Association for Interdisciplinary Studies [AIS] would like to see it practiced with as much discipline as are the disciplines. Yet, it transcends the disciplines as much as it draws on them. And its purview potentially encompasses all the disciplines and any of their subject matter, as long as the object of study is complex. On the other hand, it draws on disciplines as the professions do—more so, even, while applying their insights to subjects that transcend the purview of disciplines. Yet, unlike transdisciplinarity, IDS lacks an applied focus. IDS can be every bit as academic and “ivory tower” as the disciplines. But if we think of IDS as some unique hybrid, there’s no place for it on the organizational chart of universities. Or it gets shuffled off to some corner like a Center for the Study of [X] when many advocates of IDS believe it is central to the mission of universities, deserving more prominence, not less. AIS has chosen to refer to IDS as a profession. I2S [Integration & Implementation Sciences] prefers to think in terms of a discipline. I anticipate that the answer to this question will need to shift as institutions of higher education evolve.

MCP: *Coming from the humanities, it strikes me that you seem not to have thought about the arts and the humanities as somehow part of the equation, at least in the beginning. Am I right?*

WHN: Well, I didn’t include them because I was not sufficiently familiar with them and I wanted to make sure I was doing it right. In fact, at first I wasn’t doing it very well at all and I am slowly starting to improve.

MCP: *It’s an interesting point because whereas you can define pretty well what the object of economics is, or what the discipline is about, when it comes to art history, for example, things seem a little more fluid.*

WHN: Yes, I think so, at least as far as I understand it.

MCP: *Art history brings in visual image, history, sociology, and so on. On a different but*

related note, the reason I was invited to take on the role of director of a degree in Interdisciplinary Studies, as you know, was that my background includes different academic tracks, namely literature and art history. But I never felt that this, in itself, prepared me to take on interdisciplinary studies. I had to grapple with the question of what makes something, or someone, interdisciplinary rather than an amalgam of disciplines. In many cases, that's what a department of Interdisciplinary Studies is: a place where minors and special topics are gathered, with no attempt at integration.

WHN: Certainly, breadth of interest would be a help and familiarity with more than one perspective, maybe even several, is really helpful. But, as I've come to understand interdisciplinary studies, it's really about working towards understanding a complex phenomenon or problem or situation. And the very fact that you can look at that phenomenon from multiple perspectives, just because you have multiple perspectives at your disposal, does not necessarily mean that you will in fact use them or even all the appropriate ones in trying to understand a particularly complex phenomenon. You probably will, but you might not. What it really sets you up for is a multidisciplinary approach. What distinguishes that, of course, from interdisciplinary studies is the integration. And people who have diverse intellectual backgrounds sometimes have used those in the service of integrating insights from them, and other times that's quite foreign and they compartmentalize. They use this skill in this situation and that skill in that situation, this way of looking at it, that way of looking at it, and they don't think in terms of integrating what they learned from those diverse perspectives.

MCP: *Quite, integration is the key. How do you define integration? How do you know whether integration is actually happening, or whether the approach is multidisciplinary?*

WHN: That's a very good question. There's not going to be a single nice neat answer to it. If you come out with an understanding that clearly draws in some way on each of the perspectives that claim to have major insights into that phenomenon or problem, and if that understanding is not dominated by any one of them, then that is, I would say, the gold standard for judging that you have achieved integration. Other people will talk about

coming up with a whole that's larger than the sum of its parts, and I agree with that on the abstract theoretical level but I don't think it's very helpful at the applied level, when you're actually looking at a particular exercise in interdisciplinary research. The test that I just gave you, I think, is more functional; it works better. I should add that just because it's a fully interdisciplinary integration does not necessarily mean that it's the right one.

MCP: *Could you elaborate on that?*

WHN: Well, in the social and natural sciences, if it leads to, say, policy or lines of inquiry that get policy that works better than other policies, or lines of research that prove to be more fruitful than the lines that were being employed before, then I would say it's better, if not best. In the humanities and the fine and performing arts, I would say that if a line of enquiry leads viewers or listeners or voyeurs or whatever to respond in ways that are more functional, that address whatever issues the artist thinks she or he is addressing, then that's better than others that don't. In short, what I am saying is that the proof of the pudding is in the eating.

MCP: *As you were speaking, I realized that you often place an emphasis on understanding and insight. I believe this is important because for many disciplines that is the goal; they don't necessarily aim at implementation.*

WHN: Yes, one could say that in the humanities expression is important, or provocation, instead of understanding. But to me those are indirect forms of understanding. They are designed to move the process along towards understanding. That's what the authors claim to be able to do and the audience is drawn in in a way that leads them to engage and to better understand an issue. I see those branches of knowledge as working indirectly, behind the scenes. Now there are plenty of cases in which art is really not about addressing anything that's complex, it's simply about beauty. That has no bearing that I can see on what I am talking about.

MCP: *An interesting line of enquiry in itself, I think. I would argue that questions*

around beauty are extremely complex, in fact, and do have a bearing on everything because they may provide insights on many levels simultaneously.

WHN: Why don't you write that up for an article?

MCP: *I might. But I'm trying to make sure I understand what you said earlier about the humanities and the arts not working towards enlightenment; that you see their mission as raising questions and provoking rather than enlightening. How are you using the concept of enlightenment here?*

WHN: Enlightening meaning understanding. I should add that in reference to the humanities and especially the fine and performing arts, the emphasis is on the notion of "working towards" instead of just integrating. Integration is very important in these fields if you think in terms of research teams, or if you think in terms of any one person's interdisciplinary research contributing to a larger effort, even if it's through the scholarly literature over time. And I don't want to say that the only way that you qualify as having done fully interdisciplinary work is if you do the whole damn thing yourself. It's everyone's contribution that is designed to and, in fact, does move us along collectively, whether the team or humanity, towards a better understanding or a more comprehensive understanding of complex phenomena or problems. Then that counts as fully interdisciplinary work.

MCP: *I wonder if you could be specific as to how the interdisciplinary process contributes to cognition differently than the multidisciplinary process. Are interdisciplinary approaches compatible with transdisciplinary ones? How would an interdisciplinary research project work with, say, gender studies, or post-colonial studies?*

WHN: MDS [Multidisciplinary Studies] draws insights from disciplines, much as IDS and TDS do, but it makes little if any attempt to integrate those insights as IDS does or apply them as TDS does. It's often said that MDS is content with mere juxtaposition of insights, and that's correct as far as it goes. But the focus of MDS is not necessarily on matters complex, nor on concerns public. In fact, the *de facto* concern of MDS is often with finding

connections within a general subject matter area, not with a focused problem, issue, or question. It often strikes me as a fishing expedition, not an exercise in problem-solving.

TDS differs from IDS in several important respects. As I mentioned earlier, it pays relatively more attention to application than it does to understanding (and IDS does the converse). It draws non-academic parties (stakeholders such as interest group representatives, politicians/policy-makers such as mayors or agencies, and policy implementers such as public administrators) into the process of integrating insights into a more comprehensive understanding (so that the resulting understanding is actionable). And it tends to draw insights based on personal experience of affected populations, not just on disciplines.

The differences in cognitive impact between MDS and IDS derive from the fact that by limiting itself to drawing insights from disciplines and identifying random connections, MDS misses out on the development of educational outcomes that IDS promotes through explicit attention to integration (which is itself recognized as a higher-order thinking skill). These outcomes are: a strong-sense critical thinking (in which the critical gaze is turned inwards); balanced thinking—judgment; comfort with ambiguity—move from tolerating it to seeking it out; demythologizing/critically assessing experts and expertise; and empowerment to address complex real-world issues.

Furthermore, I see IDS and TDS as fully complementary. I'm not so sure the pragmatic, politicking, organizational skills required to fulfill the applied goals of TDS can often be found in scholars who excel at the intellectual and cognitive skills required to fulfill the understanding goals of IDS. Certainly it's rare to see IDS scholarship that does a good job of taking account of the real world challenges of implementation, and it's equally rare to see TDS projects that pay much attention to the intellectual and cognitive challenges of interdisciplinary integration. (I readily admit that I am loath to address the messy challenges of implementation, while I revel in addressing the cognitive/intellectual challenges of IDS integration.) So IDS and TDS need each other.

MCP: *Our time is coming to an end and I'd like to make sure we address the question of*

disciplinary identity. How much do disciplines have to "lose," or to give up, when they engage with other disciplines with the purpose of reaching an interdisciplinary solution? Is a discipline ever in danger of losing its identity?

WHN: As an interdisciplinarian who sees complexity as the *raison d'être* for IDS, I'm a big fan of the disciplines. Far from wanting to see them lose their identity, I want to see them thrive. That's because I see disciplines (roughly) specializing in different aspects of reality, and each of those aspects operating according to somewhat different rules, principles, and laws. In this view (which is not without its critics from several sides), the distinctive operations of the biological, physical, and geological aspects of the natural world, the distinctive operations of the psychological, economic, political, social, cultural, and religious aspects of the human world, and so on for the imaginative worlds of the humanities and fine/performing arts, all justify distinctive characteristics of the disciplines studying them.

What I am NOT a big fan of is disciplinary *hubris*. The success of disciplines in explaining or interrogating their domain of inquiry tends to lead them to delusions of grandeur. My home discipline of economics is a prime example of an overweening sense of self-importance that leads its members to believe they can explain just about any human behavior better than the discipline specializing in that area. But every discipline seems to harbor the belief that it is at least the first among equals.

IDS needs the disciplines to retain distinctive characteristics that reflect the distinctive features of the aspect of reality they study. Only then can they adequately understand that aspect, so the tension between disciplinary perspectives brings out the real-world tensions between the aspects they study. But IDS also needs the disciplines to recognize and accept their limitations, so they can contribute to IDR without undermining it at the same time.

I'd like to note that in my consulting trips (numbering well in excess of a hundred) to colleges and universities in North America alone, I have frequently encountered faculty members who report they can no longer teach their disciplinary courses as they used to after teaching an IDS course a few times. It's not that they have lost their disciplinary

identify; they merely see their discipline in a larger context. They are more aware of the limitations of its often-implicit assumptions, and they have a better sense of what's distinctively valuable in their discipline and hence what they should emphasize in their teaching.

MCP: *I couldn't agree more with your position regarding disciplines and their importance in the interdisciplinary process. It's crucial that they understand their own domains. The problem arises, as you say, when they think that their domains are the only ones capable of explaining complex phenomena. I often wonder whether there are times when disciplines have to function in a very "closed" way, if you will -- for example, when they are making strides in very specific areas -- and times when they are ready to take stock, get perspective, and work with other disciplines. Is there an ebb and flow?*

WHN: This is an art historian talking about disciplines, I can tell. There is an element of intellectual history where you're seeing a long-term ebb and flow in a disciplinary culture, if you will.

MCP: *This seems to be a time when the need for interconnectedness arises as questions become more and more complex.*

WHN: It's undeniable that they are more complex. And yes, there is more of a need that will only grow more so in the future because of forces like globalization. There's a need for connecting the world, the planet, and all human cultures in ways that lead to complexity. So yes, from now on we're going to need some kind of back and forth between disciplinarity and interdisciplinarity, each supporting, bootstrapping even, the other. But you are raising a question that goes beyond that, which is the long-term trends in the development of any one discipline, and I can see your point about forging ahead and then taking stock; and then the question is, where will interdisciplinary studies fit into that? Will it play a role in those long-term cycles within disciplines? I'm guessing that it will, in the following way. This is just a guess: Maybe interdisciplinary studies will help disciplines decide between competing paradigms within the discipline, because one paradigm may not

connect as well with the rest of academia, while others do. I think about psychology, for example B. F. Skinner's work, which was in Behaviorism. When I was coming of age intellectually, it was all the rage in psychology, and Skinner is one of the people I have been thinking about as I talk with you. He basically felt that he could subsume all of the social sciences under the principles that he was developing. And if there had been interdisciplinary studies then as we have it now, and people from other disciplines were working with psychologists, I think they would have quickly picked up on the fact that there are limits to the effectiveness of what they were saying and they would not have gone so full bore towards "operant conditioning" and so on. I do think that "operant condition" plays a role, by the way.

MCP: *Going back to the need for interdisciplinarity in a world that is ever more global and complex, how do you see the role of academia in all of this? Is the academic environment attuned and responsive? Often it seems that industries, corporations, and professional institutions are more engaged with interdisciplinarity than we are.*

WHN: There is a huge move towards interdisciplinarity in medicine. And there's more and more research being done in the natural sciences that has at least an interdisciplinary component to it. It's the scientists who are trying to figure out how to train the next generation of scientists so they can better participate in team science. But the problem is that they're not paying much attention, to put it mildly, to the work on interdisciplinary studies that's coming out of interdisciplinary teaching, which is where AIS comes from. And getting them to realize that there are all kinds of issues that they're not even paying any attention to that do have a big effect on their potential outcomes is a real challenge, no question at all.

I really can't speak for the Humanities or Fine and Performing Arts because they seem to me to be so disconnected, deliberately pulling themselves away from pragmatic considerations; they think they are above them in some way, which I find extraordinarily disappointing because I think they have so much to contribute. We really need people who point out that there's a values dimension to this [the Humanities and Fine and Performing

Arts], an aesthetic dimension, a religious dimension, which are being ignored. But in the social sciences, there's certainly a tendency towards more interdisciplinary work than there used to be. There's a whole division of the National Science Foundation [NSF], the social behavioral economic division, that's trying to promote interdisciplinary work in the social sciences. The trouble is that, again, they're not paying any attention to what we've learned about interdisciplinary studies. So there is IDR and IDS, two totally separate enterprises: IDR can't be bothered to even look at IDS. Julie T. Klein has been banging her head against that wall for years. And sometimes some people will listen and will make a little bit of progress but it's very slow. So, I think that's the problem, more so than the disciplines themselves being opposed to it. In fact, I am seeing more and more disciplines, political science for example, that claim they do interdisciplinary work. You just made an argument art historians do that. Historians have made that argument, sociologists have made that argument, and anthropologists have made that argument. The trouble is again, in every case, that they're not actually looking at what's entailed in doing interdisciplinary work.

MCP: *Having had experience teaching both art history and interdisciplinary studies, I've realized that art history, just to use an example I know well, is most often -- and at best -- taught as a multidisciplinary field, not interdisciplinary. But my question, and this would be the last, is this: Is it a good idea, and would it be feasible, to include at least one course on interdisciplinary methodologies in the required curriculum for all college students?*

WHN: Well, that's what I'm working out right this minute. That's been my goal since the early '80s. I wrote an article on the role of interdisciplinary studies then. I think it was on liberal education, and I was making that argument then. And I've been working towards that in the last couple of years in retirement. Especially after I stepped down as AIS executive director, I've been focusing my energies on persuading my *alma mater*, Amherst College, to revise their "curriculum," which is by any standard definition not a curriculum at all but a collection of courses in various disciplines and a bunch of major disciplinary courses that are kind of floating around that students might or might not take. I'm arguing that they should have a set of three required interdisciplinary core courses that give every

single student, whether they're heading into law or medicine or diplomacy or some esoteric field within physics. Courses for everybody, in preparation for being a citizen of the Twenty-first century. And to have enough exposure to the interdisciplinary approach, the interdisciplinary process, so that they can function in an increasingly complex world. I've been working with a group of my classmates, the class of '65, and amazingly enough we've been making a lot of progress. It's not a done deal, but we are going much, much further than I ever thought was going to be possible. I tried doing something like this back, maybe 15 years ago, and I got nowhere. But by working with my classmates, a group of four who are interested in core experiences and interdisciplinary approaches, we now have the ear of the board of trustees and their strategic plan, of the provost, the dean of the faculty, and the faculty curriculum committee. My reason for focusing on it so much at Amherst is in part because it's my *alma mater* and I have a way in, but also because it is one of, if not the premier elite small private liberal arts college in the United States. If they adopt a series of required interdisciplinary courses, and do it along the lines of what you and I understand interdisciplinary studies to be, other institutions are going to take a really close look at that and I suspect we might start to have a whole line of dominoes falling. So yes, I agree with you completely, and that has been my main thrust of my work over the past decades since the 1970s.

MCP: *I can only congratulate you on the effort. I believe strongly in the value of these methods to move towards an interdisciplinary understanding, perhaps a different way of seeing.*

WHN: You can focus on a way of looking, you can focus on habits of mind, you can focus on process. You can list a number of different ways of conceptualizing interdisciplinarity that are complementary and overlapping. The way my mind works, it is process that makes sense to me. For some people, it's too rigid; for me, it's more precise.

MCP: *We've come to the end of our time. I wish I didn't have to go because now I have many other questions. It's been such a pleasure talking with you. I hope your efforts at*

Amherst succeed and have a much-needed domino effect.

WHN: I have enjoyed talking with you too. Let me know if you want to continue at some other time.

Note

¹ Carp, Richard (2008). "Seeing is Believing, but Touching's the Truth: Religion, Film, and the Anthropology of the Senses", *Teaching Religion and Film*, Oxford University Press; (2008). "Art, Education, and the Sign(ificance) of the Self", *Semiotics and Visual Culture: Sights, Signs, and Significance*, National Art Education Association; (2010). "Resilient Religion: Media, the Senses, and Religion in Postcolonial Postmodernity – Aesthetic Formations: Media, Religion, and the Senses, *The Senses and Society*. ed. Birgit Meyer. 5. 263-265, Taylor and Francis online.

manifesto

Manifesto pela interdisciplinaridade – Por uma educação transformadora

Filipa M. Ribeiro e João Bettencourt Relvas

Este Manifesto:

- a) Apela à urgência de uma reestruturação dos *curricula* com vista à implementação de novos ciclos de estudo que incorporem uma visão interdisciplinar, pondo fim à separação injustificada e dicotómica entre ciências sociais e naturais, as quais apresentam apenas visões diversas, mas complementares, de uma mesma realidade.
- b) Repudia os "dispositivos de destruição" do pensamento crítico, da curiosidade e da diversidade baseados na transmissão debitada e cumulativa de conteúdos curriculares.
- c) Propõe a eliminação da separação artificial do conhecimento em áreas disciplinares estanques, no pressuposto de que a interdisciplinaridade abrange não apenas o trânsito entre disciplinas, mas também a amplitude necessária para conciliar as diferentes *culturas* das diferentes áreas disciplinares, assumindo-se como uma interdisciplinaridade metodológica, teórica e estrutural.
- d) Recusa a ideia de que a interdisciplinaridade seja o elo fraco num mercado laboral e

académico segregado e dominado por *lobbies* fortes; defende uma educação sem enciclopedismos, que aposte na profundidade e amplitude de conhecimentos na investigação, no ensino e na aprendizagem. Não nega, porém, a importância da especialização.

- e) Defende uma educação por uma dinâmica social renovadora, descentralizada, democrática e participativa, onde cada indivíduo contribua para uma sociedade plural que se construa e reconstrua continuamente a partir dos princípios da diversidade de conhecimentos. Reclama, por isso, a interdisciplinaridade para abordagens inovadoras, informadas e críticas a problemas complexos de natureza múltipla.
- f) Sustenta uma educação transformadora que privilegie formas inovadoras de integração da informação, contextualizando-a e criando redes de sentido, por oposição à mera disponibilização de dados.
- g) Repudia a conceção neo-institucionalista e isomorfista da Ciência e das instituições científicas e de ensino que prejudica a qualidade do conhecimento produzido e ensinado e as condições de trabalho diário dos académicos.
- h) Promove a discussão crítica sobre formas de recuperação de princípios emancipatórios de ensino e de investigação científica capazes de reverter alguns dos efeitos destrutivos da orientação neo-liberal e colonizadora na Educação e na Ciência.

O Manifesto propõe, pois, a interdisciplinaridade como uma estratégia para a transformação da educação.

1. Caracterizando a interdisciplinaridade

Apesar de ser um termo frequente e até usado por todos os quadrantes, a interdisciplinaridade vive, frequentemente, no seu esplêndido isolamento e fora de qualquer escrutínio capaz, perdendo-se, em boa parte das vezes, em *status* burocráticos.

Isto acontece porque apesar de ser um termo “sexy”, funciona no “underground”, num prolongado «há de ser», já que poucas pessoas sabem o que significa e menos ainda como a concretizar.

A escolha de um tema poderá nascer de uma inspiração pré-disciplinar; poderá ser depois trabalhada, na prática, de forma inter ou transdisciplinar, desenvolvendo-se na lógica de uma aspiração pós-disciplinar. Na verdade, a realidade é interdisciplinar e a sua perceção é feita por um órgão que é, estrutural e funcionalmente, interdisciplinar: o cérebro. Quando procuramos solucionar um problema, percebemos como a natureza da solução depende inteiramente da natureza do problema. Da mesma forma, a natureza do problema determina a natureza da sua solução. Logo, para qualquer problema, a solução poderá ser encontrada tanto dentro do próprio problema como fora dele. Existem assim duas espécies de problemas e duas espécies de soluções, ambas de natureza interdisciplinar. Numa, o objetivo já foi alcançado, mas ainda não é conhecido, como um puzzle, por exemplo, ou o conhecimento de uma célula. Neste caso, trata-se do reconhecimento de uma solução depois da aquisição do já adquirido ou da realização do já realizado. A solução é o conhecimento em si e, perante este, o problema deixa de existir. O outro tipo de solução é a que não está contida no problema em si, pelo que tem de ser procurada. Apenas um tipo de conhecimento não será suficiente. Uma solução que não tenha sido ainda produzida só poderá ser alcançada através de algum esforço e por intermédio do contributo de diferentes conhecimentos ou de diferentes meios de conhecimento. Nenhuma quantidade de conhecimento irá resultar numa solução para este tipo de problema, a menos que o esforço necessário e apropriado seja realizado. O estudo do chamado “problema duro” da consciência é um exemplo desta situação. No entanto, sabemos que a reivindicação de uma interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade é apenas o sintoma da situação patológica em que se encontra hoje grande parte do ensino em Portugal. Por outras palavras, a exigência interdisciplinar é a manifestação de um estado de carência: resulta de uma crise de crescimento epistemológico.

2. Multi, inter ou trans

A literatura diz que a multidisciplinaridade aproveita o conhecimento de diferentes disciplinas, mas permanece dentro dos seus limites. A interdisciplinaridade analisa, sintetiza e harmoniza as ligações entre as disciplinas num todo coerente e coordenado. E a transdisciplinaridade integra ciências naturais e sociais num todo que transcende os limites tradicionais das disciplinas.

No entanto, a falta de padronização quanto ao que se entende serem “práticas interdisciplinares” continua a ser um problema, já que nas universidades predominam os departamentos tradicionalmente herméticos e há falta de comunicação incorporada na cultura académica.

Assim, o paradoxo surge. Por um lado, o paradigma da ciência moderna, assente na razão, na divisão/análise e na máxima “conhecer para controlar” reduziu os problemas e as suas respostas a modelos para a ação transformadora sobre a natureza e controladora da sociedade, produzindo conhecimentos disciplinares e com alto nível de especialização. Separar e reduzir têm sido máximas do paradigma moderno. Por outro lado, a perspetiva da complexidade tem sido apontada como alternativa para lidar com as incertezas do mundo contemporâneo em função do desafio da construção de interdependência e reciprocidade dos saberes presentes na sociedade, e por isso, como defendido por autores como Baumgarten “precisamos (...) de uma imaginação científica que inclua nas suas teorias, métodos e procedimentos o problema do enriquecimento do conhecimento científico por outras formas de conhecimento” (2006: 128).

Olga Pombo defende novos arranjos disciplinares (ciências de fronteira, interdisciplinares e interciências) e uma tipologia das diversas práticas de investigação interdisciplinar que a ciência hoje mobiliza (práticas de importação, cruzamento, convergência, descentração e comprometimento). Para a autora, “a interdisciplinaridade existe sobretudo como prática. Ela traduz-se na realização de diferentes tipos de experiências interdisciplinares de investigação (...) em universidades, laboratórios (...) na experimentação e institucionalização de novos sistemas de organização (...)” (Pombo 2006: 225). Concordamos com a seguinte definição de interdisciplinaridade: “Investigação

interdisciplinar é um tipo de investigação que integra informação, dados, técnicas, ferramentas, perspetivas, conceitos e/ou teorias de duas ou mais disciplinas ou sistemas de conhecimento para alcançar uma compreensão fundamental dos fenómenos ou para resolver problemas cujas soluções estão além do âmbito de uma única disciplina ou área de investigação” (US National Academy, 2005:26).

A interdisciplinaridade surge, assim, como um procedimento deliberativo e interventivo que abandona a noção de alteridade (presente na multidisciplinaridade e transdisciplinaridade) para poder prosseguir num sentido de um ato de conhecer em contínuo. Deste modo, o que está em causa é saber como concretizar a interdisciplinaridade enquanto uma forma de intervenção aberta, sem que uma série de perguntas fique por responder no dia a dia das instituições, dos projetos e das inquirições. Não se pretende simplesmente criar novas disciplinas, mas compreender como criar plataformas dinâmicas e sistemáticas de conhecimento e de saberes que permitam o conhecimento aprofundado de duas ou mais disciplinas. Mas seria isto benéfico, necessário, exequível em contexto de ensino? E como?

Mais do que uma definição, destacamos como ponto de partida os elementos abrangidos pelo conceito de interdisciplinaridade:

- 1) A interdisciplinaridade detém a sua validade teórica e prática assegurada nas chamadas ciências humanas e sociais e nas ciências naturais e da vida;
- 2) A interdisciplinaridade inclui a vertente de resolução de problemas, mas também a do conhecimento pelo conhecimento, valorizando o processo de inquirição *per se*;
- 3) A interdisciplinaridade inclui as dimensões de pensamento complexo e crítico, bem como da intuição, sem descurar a diversidade inerente ao método científico. Uma grande dificuldade ao nível da interdisciplinaridade prende-se com o facto de o reconhecimento de ciclos de estudos e a autoridade em Educação estarem a ser canalizados por instituições fortemente disciplinares. Na verdade, até em eventos interdisciplinares predomina o *networking* disciplinar.

3. A transdisciplinaridade

Em termos discursivos, o conceito de transdisciplinaridade tem vindo a integrar uma retórica recente, sobretudo em documentos da União Europeia. Consideramos esta retórica como apenas mais uma fase no processo de pensar a interdisciplinaridade, se virmos esta como uma designação abrangente. Além disso, o termo “transdisciplinaridade” enferma de uma falsa premissa segundo a qual os limites podem desaparecer por uma suposta mesclagem de disciplinas. A História da Ciência já mostrou que os limites disciplinares estão constantemente a ser reformulados. Há autores que confundem transdisciplinaridade com “transculturação intelectual” e comparam a interdisciplinaridade com uma estratégia imperialista não-territorial. Mas extrapolações à parte, é preciso não esquecer que a metodologia de cada disciplina, ainda que sejam necessários triangulações e cruzamentos metodológicos legítimos, é um dos pilares que lhe permitem estudar os fenómenos com alguma profundidade. E, na verdade, até hoje, as diferentes definições de transdisciplinaridade ainda não apresentaram nenhum aspeto ou dimensão inovadora que não estivesse já nas suas definições conhecidas. Em suma, e no que toca ao conceito de interdisciplinaridade, este manifesto não é uma apologia da mesma, mas antes um apelo assertivo de que é urgente esclarecer os paradoxos já identificados no longo e prolífico debate sobre ‘multi’, ‘inter’ e ‘trans’.

Optamos pelo termo ‘interdisciplinaridade’, mas isso não significa que fechemos a porta ao conceito de ‘transdisciplinaridade’, até porque é mais aquilo que une estes termos do que o que os distingue.

4. Pontos do Manifesto

1. A interdisciplinaridade combate a dependência académica. A dependência académica – que se traduz na endogamia e homofilia dentro das instituições - resulta numa análise menos criativa e crítica dos problemas fundamentais, seja em que disciplina for. As implicações são várias quer para o futuro das ciências (naturais e sociais) quer para a sociedade. No que respeita às ciências sociais, há muito menos interesse na derivação de ideias e conceitos de fontes de civilizações não-ocidentais. A dependência académica é

sustentada e talvez mesmo exacerbada pela divisão global do conhecimento e do trabalho, que tem as seguintes características: existe a divisão entre trabalho intelectual teórico e empírico; há a divisão entre outros estudos do país e estudos do próprio país; e há a divisão entre os estudos de caso e estudos comparativos. Se ambicionamos um progresso nas ciências sociais em termos de geração de ideias originais, conceitos e teorias que criativamente são aplicadas a um vasto leque de situações históricas, comparativas e empíricas, e que surgem de forma autónoma elaborando as agendas de investigação, deve ficar claro que esta divisão do trabalho nas ciências sociais realmente dificulta tal progresso.

2. A interdisciplinaridade é abrangente. É já proverbial a incapacidade de muitos peritos para a formulação e discussão de ideias gerais. Até porque o perito adula a sua própria especialidade – útil e necessária em muitas disciplinas –, mas é preciso não nos ficarmos por talentos e cientistas impressionistas ou emocionais, e avançarmos para talentos e cientistas verdadeiramente cultos, com atitudes e trabalhos que tentam elevar(-se) a uma visão de topo das coisas. O que é mais comum é não sentirem essa necessidade de ampliar o seu ponto de vista acima do tubo de ensaio onde operam e não porem na consciência os problemas da vida intelectual. É um estado de *insouciance*, de incuriosidade intelectual, sendo essa curiosidade a condição de todos os progressos. A instituição disciplinar arrasta o risco da hiperespecialização, a qual é sempre uma construção baseada na linguagem disciplinar, fronteiras e conceitos próprios que tendem a isolá-la. Essa tendência hiperdisciplinar torna-se proprietária e, no seu estado mais degradado, a disciplina torna-se flageladora para todos os que se aventuram no domínio das ideias que alguém considera propriedade sua. A abertura é necessária, mesmo a ditos amadores.

3. A interdisciplinaridade não é turismo académico. O turismo académico (em que a academia é pretexto para turismo) gera uma *socialite* do mesmo género, associada à fome de títulos pelo mal e complexo nobiliárquico. E nessa cavalgada imparável nada se respeita e a Academia transforma-se numa enorme coluna social. Foi Kuhn quem nos

lembrou que aprender não acontece apenas através de uma acumulação linear de conhecimentos. Também pode ocorrer através da dissolução das estratégias e *frameworks* de compreensão que suportam cada tipo de conhecimento (Kuhn 1970).

4. A interdisciplinaridade não é cosmética. Que tipo de comédia é esta, onde se finge que se financia investigação interdisciplinar e inovadora enquanto, ao mesmo tempo, há muito pouco financiamento disponível para a interdisciplinaridade e para formação em primeiro lugar? Quão provável é que surjam propostas interdisciplinares excelentes em tais condições? E não estão a maioria dos membros de comissões bastante contentes com este estado de coisas, que permite a continuação e proliferação de abordagens e negócios disciplinares ao preço barato de alguma retórica interdisciplinar? Em geral, as disciplinas diferentes têm diferentes sub-culturas, e a diferença não é atenuada pela existência de semelhanças superficiais, tais como palavras idênticas usadas com significados muito diferentes. Quando algumas questões são partilhadas entre duas disciplinas, os académicos e investigadores procuram, frequentemente, ser recetivos às ditas trocas interdisciplinares. Porém, na maior parte das vezes, a expectativa de um dos interlocutores não é tanto a de aprender alguma coisa sobre a outra disciplina, mas sim que o perito na outra disciplina aprenda alguma coisa sobre a dele. É, afinal, muito menos desafiante pensar que a mensagem de alguém é importante para além da audiência habitual, do que pensar que está a faltar alguma coisa realmente importante na nossa própria mensagem. Regra geral, muitos investigadores em muitas disciplinas participam em encontros interdisciplinares e sublinham sempre o seu lado positivo, mas na sua maioria os participantes regressam aos seus gabinetes e corredores levemente intrigados e impassíveis, tal como os “homens de negócios” regressam às suas rotinas depois de um retiro de fim de semana sobre *mindfulness management*.

5. A interdisciplinaridade educa educadores. A revista *The Economist* (2016) publicou dois textos sobre a importância da qualidade dos professores para o sucesso educativo. Há duas mensagens centrais: i) a qualidade dos professores é mais importante

do que qualquer outra variável habitualmente referida nas discussões sobre o sucesso educativo (*feedback* dados aos alunos, estratégias meta-cognitivas, aprendizagem em grupo, tutoria de pares; redução do tamanho das turmas, etc); ii) a qualidade dos professores não depende fundamentalmente de características inatas, mas antes dos processos de formação inicial e contínua a que estão sujeitos. Sendo o atraso educativo um dos problemas centrais da nossa economia e sociedade, e sendo a formação dos professores o fator mais relevante para o sucesso dos sistemas educativos (não sendo o único), a interdisciplinaridade educa e forma professores mais bem preparados. O professor é a forma primeira, o aluno é a forma seguinte, o conhecimento é a ligação, o ensino é o elo. Sem interdisciplinaridade esta corrente não é funcional, nem útil nem inovadora. E não é Educação.

6. A interdisciplinaridade não é importação de métodos e conceitos. Mas inclui *insights* e impacto. Além das metodologias específicas, convém lembrar que os paradigmas decorrentes de epistemologias abertas acerca dos conceitos de ciência e de conhecimento exigem que seja dada maior atenção às significações das ações humanas do que às suas causalidades eficientes. A interdisciplinaridade não é apenas a soma de diferentes disciplinas, porque o todo é qualitativamente diferente das partes e não depende delas. E questionar não é rejeitar ou elogiar, é selecionar. Ser interdisciplinar é também ser solidário, por oposição a ser conformista. Só se conforma quem teme egoisticamente ou quem é superior ou inferior para divergir, enquanto só se solidariza quem pode amar os diferentes; enfim o conformismo é uma atitude mimética do indivíduo e o solidarismo uma atitude libérrima e ativa. A interdisciplinaridade é, pois, uma exigência de inteligibilidade, condição *sine qua non* para que possa haver transformação no mundo e não manutenção de *status quo*.

7. A interdisciplinaridade não é uma analogia semântica. A aprendizagem, o ensino, a investigação científica e a interdisciplinaridade não se resumem a uma receção passiva de algo que é dado por uma disciplina ou por uma série de regras prescritas. Ao invés, a interdisciplinaridade é um processo ativo, pessoal e intenso em que tentamos ver

além fronteiras e em que nos motivamos a ver um pouco mais e melhor. As disciplinas e a interação entre elas é dinâmica. O conhecimento existe em movimento. E quando reconhecemos algo como verdade, percebemos que essa verdade pertence a uma matriz. Não basta, portanto, importar conceitos, como o que as ciências sociais e humanas fazem, por exemplo, em relação a termos e conceitos da teoria quântica, para se *parecer* interdisciplinar. Isso é cair no equívoco básico de que o conhecimento vem em pedacinhos desligados entre si. Na verdade, o ser humano percebe alguma coisa da realidade das coisas devido a uma matriz de coisas que já nos é familiar. Podemos estender esta matriz ao aplicar o que sabemos para descobrir o que não sabemos. Conhecer não é apenas armazenar informação numa espécie de celeiro mental, mas antes um processo que avança e recua. Entretanto, é inevitável e absolutamente necessário sentarmo-nos nos bancos das faculdades uns dos outros e fazermos aquela coisa básica que é: aprendermos uns com os outros.

8. A interdisciplinaridade não é uma competição. Quais são as características da investigação e do ensino interdisciplinares e como são estas habilitadas ou frustradas por arranjos institucionais? Em muitos dos ciclos de estudos, projetos e até investigadores que se consideram interdisciplinares, a ideia subliminar a todas essas iniciativas é uma espécie de competição entre duas culturas, entre duas epistemologias ou entre duas disciplinas. Abundam os exemplos disso mesmo em diversos sistemas de ensino em todo o mundo. Se nos basearmos na ideia de Foucault de “regime de verdade”, as disciplinas podem ser vistas como “estruturas essenciais para sistematizar, organizar e incorporar as práticas sociais e institucionais de que dependem tanto um discurso coerente e o exercício legítimo do poder” (Foucault, 2004)¹. Por outro lado, há a tentação de se criarem novas disciplinas, o que tem sido a ansiedade de muitos entusiastas da interdisciplinaridade. Defendemos que a interdisciplinaridade não passa por aí, mas também não rejeitamos a legitimidade de cada disciplina, à semelhança de Foucault, pois o que se pretende é incluir as disciplinas, expandindo-as. Por isso, identificamos a necessidade de explorar outras e melhores condições para a prática da interdisciplinaridade, pois não podem ser esquecidas as

querelas dentro de uma só disciplina, o que complexifica ainda mais o debate sobre a interdisciplinaridade. No que parecem ser vários becos sem saída, uma via alternativa é uma interdisciplinaridade que seja, simultaneamente, crítica e instrumental.

9. A interdisciplinaridade não é apenas multidisciplinaridade. Cooperação sim, mas é preciso mais. É preciso ir além das áreas já ocupadas por investigadores, identificando novos espaços para trabalho. É imperioso relançar a liberdade do saber, o risco da pesquisa no que é novo e que está além da segurança dos financiamentos ou das áreas ocupadas por outros. É fundamental mergulhar e reciclar as redes sociais de influência de cada cientista, professor, escritor ou artista. Ser interdisciplinar é lançar no mundo um objeto. Prossegue-se através de dúvidas, angústias, exaltações ou desilusões e continua-se com recurso à imaginação e à invenção que determina a autoavaliação e emoção estética que também caracterizam o ato de conhecer. Nos casos mais felizes pode mesmo merecer o nome de comoção estética. Destina-se às várias formas da percepção sensível que gradualmente se articulam com uma qualquer forma de espiritualidade ou de elaboração do próprio e, posteriormente, dos outros. Essa *ecceidade* que nos permite adquirir um conhecimento da pessoa com quem caminhamos ou do fenómeno que faz parte do mundo em que caminhamos, um conhecimento em processo de elaboração, nunca completo devido a valores difíceis de comunicar, mas possíveis de partilhar de diferentes maneiras. Como defendeu Heisenberg o conhecimento da realidade é o resultado de uma inter-relação entre o sujeito e o objeto do seu conhecimento, ambos inseridos na realidade (Heisenberg, 1996). Assim nascem ideias úteis para novas ações que têm como objetivo o saber. A interdisciplinaridade é relacional e transacional.

10. A interdisciplinaridade é uma forma de pensar. O 'problema' é visto cada vez mais como o centro da educação e da atividade de investigação e a discussão sobre interdisciplinaridade não é alheia a isso. Nesta perspetiva, podemos dizer que a interdisciplinaridade é uma forma de pensamento e um meio de conhecimento focado não tanto em termos de disciplinas, mas de problemas. A resolução de problemas de diferentes

perspetivas leva a uma espécie de 'conversa' interdisciplinar. É o problema que nos permite ampliar as disciplinas, não numa soma, mas numa expansão epistémica delas mesmas. Porém, numa fase seguinte, a pergunta é saber se essa conversação é feita em termos críticos ou instrumentais na sua orientação. Os problemas são interdisciplinares na sua natureza e inerência. Nem o trabalho interdisciplinar nem os seus resultados são simplesmente e apenas dados. Esse trabalho traduz-se no novo objeto artístico e/ou científico lançado no mundo. Tudo o resto é um processo social complexo que passa por instâncias de consagração, por disputas e lutas entre diversas tendências ou orientações, por obstáculos ou favorecimentos criados pelos vários dispositivos de poder que operam no mundo, criando hegemonias e subalternizações. Tudo isso é estranho à obra interdisciplinar, pois esta não reflete simplesmente uma economia de gostos estabelecida num dado momento histórico.

11. A interdisciplinaridade não é inovação, mas não existe inovação sem interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade permite que cada cultura examine constantemente os seus valores. Para criar novos estados, novas ordens, novos produtos, novos conhecimentos, novos valores, temos de conhecer profundamente os já existentes. O presente e futuro da ciência dependem da coexistência e da capacidade de negociação com aqueles que discordam dessa coexistência. Interdisciplinaridade é ir da informação fragmentada ao conhecimento com sentido. Empoderar a inovação engloba 3 passos: identificação de ferramentas (identificar a inovação nas etapas educativas); compreender a ação (perceber como as teorias inovadoras são aplicadas na prática); analisar para a ação (analisar os procedimentos que gerem critérios de aplicação de conhecimento). A interdisciplinaridade é um modelo transformador: criar, analisar, utilizar e partilhar. Isto implica uma metacognição (que pergunto?); conhecimento implícito (que penso?); e informação explícita (que vejo?). Olhar para o que há, acrescentar valor e diferenciação, significa criar além do monolitismo. A inovação exige que o plural convirja tornando sinfónico o que antes parecia desprendido e não colaborante. As mentes interdisciplinares e inovadoras aprendem, em primeiro lugar, a aprender.

12. A interdisciplinaridade é descolonização de saberes e uma nova forma de ver as coisas, acima de multiculturalidades. Se há coisa que as bases da epistemologia moderna lançadas por Francis Bacon (1779) mostram, até pelo que negligenciaram, é que a questão fundamental é o conhecimento e a compreensão e não alguma das suas práticas ou aspetos específicos. A generosidade de reconhecer a prática científica, incorporando nela especificidades ou preocupações multiculturais, continua a diluir a questão mais ampla e relevante da capacidade dos seres humanos para o conhecimento e para a compreensão. Estes não estão necessariamente relacionados com um nome famoso. O que está em causa é trabalhar no sentido de que a ciência moderna não seja uma prática ou ideologia que exclua práticas de conhecimento que se guiem por diferentes lógicas (também não deve subordinar-se a elas). A Ciência não pode ser o padrão de aferição para excluir ou incluir formas de conhecimento, mas sim para ampliá-las e complementá-las. Só assim se pode ir mitigando a colonização de saberes.

13. A interdisciplinaridade é uma *motivação intrínseca* com riscos associados. Estamos a educar pessoas para fora e para longe da sua criatividade. Se não formos educados para a criatividade e para a interdisciplinaridade, somos educados para fora delas. Vale a pena notar que algumas das mentes empresariais mais brilhantes do nosso tempo são desistentes da universidade ou da escola: Steve Jobs, Bill Gates, Aaron Swartz, Mark Zuckerberg. Para eles, a escola e a universidade eram pouco estimulantes, arrogantes, ou as duas coisas. Longe de ser um medo do fracasso, esta atitude revela a incapacidade das escolas para estimular estas mentes jovens, com sonhos muito mais sofisticados do que a perspetiva de ganhar um diploma que lhes permitiria sentar-se numa cadeira de escritório na empresa de outra pessoa. As perceções tradicionais sobre educação estão a ser desafiadas pelo cenário de mudança dos tempos. Há uma discrepância entre a reputação da Universidade em termos académicos e o seu peso real em saídas para o mercado de trabalho, particularmente em domínios técnicos. Currículos rígidos estão, muitas vezes, em desacordo com a flexibilidade e a acessibilidade da educação on-line e com os problemas da

vida. O valor dos diplomas já não é traduzido em empregabilidade direta e muito menos é um indicador de sucesso académico ou de certificação de competências. Nas últimas décadas, as universidades têm procurado colmatar a lacuna: mercado de trabalho vs educação, através do estabelecimento de parcerias. No entanto, isto não é um esforço sustentado que suporte as ações educacionais como um todo, pois apenas escolhe alguns indivíduos em vez de apoiar uma nova geração de gente criativa e trabalhadora. A educação convencional confronta os estudantes com um currículo monolítico que não estimula a formação de capacidades ou resolução de problemas e, pelo contrário, serve como um lembrete inflexível das insuficiências da aprendizagem institucionalizada. Nem os alunos nem as empresas beneficiam desta situação, pois o incentivo do aluno para aprender e atualizar os seus conhecimentos ao longo da vida profissional é minimizado pelo emprego precoce e adaptação profissional na prática. Os currículos dos estudantes não devem ser afunilados para um conjunto (teórico e abstrato) de competências definido para atingir uma maior profundidade de especialização em contraste com uma maior amplitude de conhecimento.

14. A interdisciplinaridade é autonomia. Ter um pensamento autónomo (ou apenas generoso) é muito difícil. Antes do pensamento assumir qualquer forma ou conteúdo, há a capacidade de conhecer e a capacidade de pensar, a qual é anterior ao pensamento, ao pensador e ao pensado.

15. A interdisciplinaridade é questionamento. Na Ciência e na vida, a maior disciplina de todas é a disciplina do questionamento. Só quando acolhemos o que somos, o conhecimento que criamos e a humanidade que formamos é que começa o verdadeiro questionamento; antes disso, só queremos trocar um conhecimento limitado por outro. A única forma de preservar o conhecimento é entender por que se conhece; uma coisa é o carácter do ato de conhecer, outra é a forma. Dá-se valor à forma quando se tem o entendimento do ato.

16. A interdisciplinaridade é uma Educação todo o terreno. “Contudo, toda a ciência dessa terra não me dará nada que me possa garantir que este mundo é para mim. Vocês descrevem-no e ensinam-me a classificá-lo. Vocês enumeram as suas leis e, na minha sede de saber, concordo que elas sejam verdadeiras. Vocês desmontam o seu mecanismo e a minha esperança aumenta. Por último, vocês ensinam-me que esse universo prestigioso e colorido se reduz ao átomo e que o próprio átomo se reduz ao elétron. Tudo isso é bom e espero que vocês continuem. Mas vocês falam-me de um invisível sistema planetário em que os elétrons gravitam em redor de um núcleo. Vocês explicam-me esse mundo com uma imagem. Reconheço, então, que vocês enveredam pela poesia: nunca chegarei ao conhecimento. Tenho tempo para me indignar com isso? Vocês já mudaram de teoria. Assim, essa ciência que devia ensinar-me tudo limita-se à hipótese, essa lucidez perde-se na metáfora, essa certeza resolve-se como uma obra de arte. Para o que é que eu precisava de tanto esforço?” (Camus 2016: 25).

Depois das duas revoluções científicas, a racionalidade e cientificidade foram redefinidas a partir de trabalhos de Bachelard, Kuhn, Popper, Holton, Feyerabend, Lakatos. Depois, outros restabeleceram e reforçaram as ligações entre as duas culturas, como Francis Jacob, Ilya Prigogine, Hubert Reeves, Henri Atlan, Michel Cassé, Edgar Morin, Bernard D’Espagnat, Lévy-Leblond, Jacques Monod. A reforma para um pensamento complexo, já proposta por Morin, ainda está longe de ter encontrado vias práticas de concretização. Ainda não encontramos formas, nem na investigação nem na pedagogia e no ensino, de juntar explicação e compreensão a um mesmo nível de interligação. Essa é a fase seguinte neste processo pela interdisciplinaridade: passar da informação fragmentada de uma dicotomia de culturas para um conhecimento significativo sem divisões de conhecimentos. Como concretizar esta inovação educativa e investigativa? Morin falava num conhecimento em movimento, de um vai e vem que progride indo das partes para o todo e do todo para as partes. É essa a nossa ambição comum?

17. A interdisciplinaridade requer transliteracia. O fenómeno conhecido como *Internet das coisas* – onde os objetos inteligentes, conectados, comunicam e tomam decisões

sem intervenção humana – não poderia existir se não tivéssemos já uma Internet onde a maioria da comunicação permanecesse textual. Tendemos a preferir modelos familiares e o modelo da comunicação escrita é aquele que está profundamente enraizado nas culturas ocidentais. Mas a Internet também é um vetor *transmedia* natural e já vemos *estórias* a ser contadas pelo texto paralelo, vídeo, imagem fixa, áudio e outros tipos de conteúdo, em múltiplas telas. Para obter a *estória* toda, é preciso que nos envolvamos com os diferentes *media* que são usados para a contar e nenhum deles tem a verdade completa. Utilizamos equipamentos de perceção muito diferentes para compreender cada um destes meios, que acontecem simultaneamente. Isto está muito longe de qualquer tipo de analogias como "autoestradas da informação". Na verdade, estamos antes no reino dos universos paralelos, tal como a Alice no seu país das maravilhas. As competências de transliteracia são necessárias para decodificar e assimilar uma comunicação *transmedia* e exigem uma perceção multissensorial, deslocamentos de tempo e processamentos paralelos. O conteúdo de grande parte deste material também é abstrato: literário, filosófico, humorado, narrativo ou teórico, só para citar alguns exemplos. É o produto do pensamento humano. Longe da metáfora da autoestrada, a Internet é um campo, uma matriz, onde interações sem conexão acontecem em nanossegundos, não ponto a ponto, mas campo a campo, de grupo em grupo, de muitos para muitos, de muitos para um, de um para muitos e em qualquer outra variação que se possa pensar. É um meta-recreio de ações *transmedia* e de intercâmbio, onde a direção e o *routing* são os aspetos menos importantes do que fazemos. No seu melhor, o plasma da criatividade humana é sempre em internets e interpensamentos.

18. A interdisciplinaridade 'é'. Nunca se confunde com a quantidade de discursos que pode desencadear ou não. Será sempre uma existência, dotada de uma autonomia específica. A sua existência, por ignorada que possa vir a ser, passou à categoria de facto.

19. A interdisciplinaridade é o prazer das pequenas descobertas contra a obtusidade do vício. A primeira coisa a conhecer é aquilo que nos rodeia. "E de cada vez que observares alguma coisa por ti próprio, isso te dará uma sensação e um prazer em tudo

parecido ao de uma grande descoberta" (Delon, 1880:73). Outros chamaram-lhe espírito científico, cuja ausência Raúl Proença explanava, em 1985. As principais características dessa enfermidade eram a ausência de experimentalismo, a incapacidade para a meditação e a simulação do espírito científico. "É preciso encarar todos os lados das coisas, investigar todas as consequências, fazer o *controle* de todas as ideias – é preciso esgotar o campo das objeções e saber proceder com alma de adversário. O homem da ciência deve ser dócil como um servo e rijo como um dominador: depois de obedecer à voz da intuição, à ideia apriorística [pré-disciplinar na terminologia actual] que se lhe impôs, saber resistir à obcecação e fazer-se um adversário de si mesmo" (Proença 1985: 121).

20. A interdisciplinaridade é incluir a estranheza. A cada área do conhecimento e a cada nível, o desafio é o de recuperar a estranheza, não a familiaridade do que é dito; o de evitar deixar-se levar por leituras pacíficas que não transformam; o de ler e reler, perguntando-se porquê a cada palavra, a cada conceito, a cada proposição, a cada "evidência" e procurando a resposta, não na nossa lógica, mas na lógica do texto, na lógica da experiência e da razão humanas. Quando isso acontecer, o banal carrega-se de sentidos novos inesperados. O presente, na sua escandalosa diversidade, é reencontrado. Porque o que realmente beneficia o ser humano é o que une os diferentes (sistemas de) conhecimentos e não o que os separa. A interdisciplinaridade anula divisões sectárias de conhecimento, pois a divisão pressupõe o medo, a insegurança. Quanto menor for o sentimento de "meu" em relação a qualquer tipo de conhecimento, menos medo e inseguranças existirão em relação a outros conhecimentos vistos como ameaça à minha "torre de marfim". Quanto maior o sentimento de "meu", maior é o medo. "We can bring the strange home, and bring it home with precision" (Dunn 2001:5).

21. A interdisciplinaridade é cultura. A cultura enquanto realidade social é a síntese de toda a criatividade humana, numa dinâmica individual e coletiva que visa mobilizar e favorecer as relações entre as pessoas, entre estas e a região onde vivem, e da região que habitam com as restantes regiões do globo, próximas ou menos próximas, cuja

identidade seja constatável, no plano nacional como no internacional. Não é uma expressão da tecnocracia sob os postulados do economicismo, incompatíveis com autonomia, com a independência, com a emancipação, com a consciencialização, com a descentralização. É antes a expressão dos díspares modos de viver, das práticas e valores simbólicos que deles eclodiram, emergiram, nasceram ou por eles se deixaram influenciar, que ganharam importância estética e afetiva para as pessoas ou grupos, consubstancializando as suas formas de estar, de pensar, de ser, de agir, de organizar o espaço e o tempo.

22. Interdisciplinaridade para uma extradisciplinaridade. Recusar a interdisciplinaridade da cultura como estratégia para humanizar o planeta não é uma prosopopeia retórica e medieval, de evidente quixotismo, mas um ato indecoroso, aberrante e suicidário. É também um *handicap* que traduz a nossa incompetência para entender a realidade e as perspectivas multifacetadas que a compõem, que pode originar raros rasgos de génio, mas também abundantes gestos e exemplos de predação necrófaga e de exalada decomposição das condições, conceitos e teorias da vida na terra. E isso é imoral e inestético.

23. A interdisciplinaridade para a não-instrumentalização de sistemas e para a sustentabilidade global a partir da educação. A maior parte de todas as relações com a Terra depende de investimento de tempo, de capacidade de previsão e de confiança. No que se refere à utilização do conhecimento, somos o que pensamos e conhecemos. A interdisciplinaridade é a forma realmente consequente de não instrumentalização de entidades holísticas, tais como os ecossistemas naturais, sociais e epistémicos, cujo equilíbrio exige ponderação no balizar das atividades humanas. A interdisciplinaridade apresenta-se como a atitude mais plausível para manter (e recuperar) a sustentabilidade global.

24. A interdisciplinaridade requer novas práticas e pessoas que pensem como essas novas práticas devem ser concretizadas. Essa é a principal dificuldade encontrada

em vários projetos e tentativas de investigação interdisciplinar. Desde o ponto de vista de cada um, existem coisas que são mais importantes e outras menos. Obviamente, damos prioridade ao que consideramos essencial: a educação, a instrução e a formação. No entanto, pode haver uma confusão entre o que é e o que não é importante. A interdisciplinaridade, levada com seriedade, empenho e tempo, permite aclarar essas confusões e discernir entre o conhecimento essencial para o indivíduo, para cada disciplina e para a vida em geral.

Conclusão

A interdisciplinaridade é uma forma completamente diferente de pensar sobre o conhecimento, sobre a produção de conhecimento e sobre a própria racionalidade. Por isso, a interdisciplinaridade em si oferece uma oportunidade importante para questionar a Educação e as instituições de geração e disseminação do conhecimento. Interdisciplinaridade inclui uma paixão, uma visão, uma dedicação e uma vocação que permitam a Educação transformadora do indivíduo e não apenas uma instrução fragmentada.

Nota

¹ Tradução dos autores.

Bibliografia

Bacon, F (1978), *Novum Organum*. Lisboa: Rés.

Baumgarten, Maíra. (2006). Sociedade e conhecimento: ordem, caos e complexidade. In: *Sociologias*, (15), p. 16-23.

Camus, Albert (2016), *O Mito de Sísifo*, Lisboa: Livros do Brasil [1942].

Delon, Charles (1890), *A travers nos campagnes - histoire des animaux et des plantes de notre pays*, 4^a edição, Paris : Hachette et cie.

Dunn, Stephen (2001), *Walking light: memoirs and essays on poetry*. BOA Editions Ltd.

Foucault, M. (2004), *The archaeology of knowledge*. London: Routledge.

Heisenberg, W (1996), *A parte e o todo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Kuhn, T. S. (1970), *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2nd ed.

National Academy of Sciences, National Academy of Engineering, and Institute of Medicine. 2005. *Facilitating Interdisciplinary Research*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/11153>

Pombo, Olga (2006), Práticas interdisciplinares. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n^o 15, jan/jun 2006, p. 208-249.

Proença, Raul (1985), *Antologia -2*. Lisboa: Ministério da Cultura.

The Economist (2016), How to make a good teacher. Disponível em: <https://www.economist.com/news/leaders/21700383-what-matters-schools-teachers-fortunately-teaching-can-be-taught-how-make-good>

The Economist (2016), Teaching the teachers. Disponível em: <https://www.economist.com/news/briefing/21700385-great-teaching-has-long-been-seen-innate-skill-reformers-are-showing-best>

Agradecimentos: Os autores deste texto agradecem a todos os que, gentilmente, leram e comentaram o manuscrito, nomeadamente aos Professores Doutores Gonçalo Marcelo, à Fátima Vieira, Maria Luísa Malato, ao João Santos Relvas, Orfeu Bertolami, José Manuel Santos, João Paiva, e António Amorim. O *feedback* de todos constituiu um importante incentivo.

João Bettencourt Relvas é neurocientista com doutoramento em genética molecular. Trabalhou no Imperial College of Medicine em Londres, onde desenvolveu o trabalho de doutoramento (1993-1997), e na Universidade de Cambridge onde realizou estudos pós-doutorais (1997-2002). Iniciou o seu próprio laboratório na área da biologia das células da glia no Instituto Federal Suíço de Tecnologia, em Zurique (2002-2008), onde também lecionou Neurobiologia. No final de 2008, mudou-se para o IBMC e, em 2016, para o Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto, onde lidera o laboratório de Biologia de células da glia. Neste instituto, é também coordenador do Programa Integrado em Neurobiologia e Doenças Neurológicas que congrega 20 grupos de investigação independentes. Foi professor convidado nas Faculdades de Medicina e de Ciências da Universidade do Porto. E pertence à comissão de Coordenação do programa graduado em Áreas de Biologia Básica e Aplicada (GABBA) da universidade do Porto. Foi também membro e vice-presidente do conselho científico para as Ciências da Vida e da Saúde, da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Filipa M. Ribeiro é doutorada em Sociologia da Educação pela Universidade do Porto e pela Universidade Autónoma de Barcelona. É licenciada em Jornalismo e Comunicação (2003) e, depois de alguns estudos pós-graduados em Jornalismo médico e de saúde e em Genética e Direito (2006), concluiu o mestrado em Comunicação e Educação de Ciência (2010), com uma tese sobre utopia da ciência, sociologia e comunicação de Ciência. Durante mais de 6 anos, exerceu atividade como jornalista de Ciência e trabalhou como diretora de informação de uma *start-up* na área dos *media* digitais. Trabalhou ainda em inovação e gestão de projetos em várias empresas e na ESA. Desde 2009 faz investigação na área do ensino superior e sociologia da educação. Foi membro da equipa Portuguesa do projeto europeu “Transforming Universities in Europe” e foi coinvestigadora principal no projeto “Ethical issues in conducting social network analysis research in health and educational settings”. Os seus principais tópicos de investigação são: sociologia do conhecimento e da ciência, interdisciplinaridade e diversidade no ensino superior.

varia

***Erewhon Like New Zealand Like England Like Utopia.
Samuel Butler's Refractions of National and Cultural Identities.***

Paola Spinozzi

Università di Ferrara

Abstract: While writing the history of European nations, nineteenth-century historiographers drew attention to foundation myths that valued national identities and encouraged people to preserve the nation's unity. The creation of a utopian or dystopian place incorporates concepts of nation, nationality, and culture defining the native country of the writer. The construction of Great Britain as a nation in the Victorian age and portrayal of New Zealand as a colony of Queen Victoria permeated the utopian imagery of Samuel Butler. His pioneering years as a settler are vividly rendered in *A First Year in the Canterbury Settlement* (1863) and in the journal *Samuel Butler at Mesopotamia* (first published 1960). In *Erewhon* (1872) New Zealand is re-figured as an ambiguous utopian elsewhere, taking shape through assimilation and displacement, both geographical and conceptual. New Zealand was powerfully mythicised in the nineteenth century and its myth of foundation has been constantly reinforced. Butler's renditions of the British colony and its settlers are pivotal in understanding the de/construction of New Zealand's identity in the contemporary age, in which bipolar attitudes towards national identities have been exacerbated.

Keywords: Utopia as a literary genre, national and cultural identity, Samuel Butler, *Erewhon*, *A First Year in the Canterbury Settlement*, Victorian England

Resumo: Escrevendo sobre a história das nações europeias, os historiadores do século XIX chamaram a atenção para os mitos fundadores que valorizavam as identidades nacionais e encorajavam à preservação da unidade da nação. A criação de um lugar utópico ou distópico incorpora os conceitos de nação, nacionalidade e

cultura que definem o país de origem do escritor. A construção da Grã-Bretanha enquanto nação durante a era Vitoriana e o retrato da Nova Zelândia enquanto colônia da Rainha Vitória permearam o imaginário utópico de Samuel Butler. Os anos de exploração que protagonizou na condição de colono são retratados, em traços fulgurantes, em *A First Year in the Canterbury Settlement* [Um Primeiro Ano no Povoado de Canterbury] e no diário *Samuel Butler at Mesopotamia* [Samuel Butler na Mesopotâmia], publicado pela primeira vez em 1960. Em *Erewhon* (1872), a Nova Zelândia é reconfigurada como um ambíguo *outrolugar* utópico, que toma forma através de processos de assimilação e deslocação a nível geográfico e conceptual. Fortemente mitificada no século XIX, a Nova Zelândia viu o seu mito fundacional ser constantemente reforçado. Os retratos que Butler nos oferece da colônia britânica e dos seus colonos são instrumentais para o entendimento da des/construção da identidade da Nova Zelândia na contemporaneidade, caracterizada pelo exacerbamento de atitudes bipolares em relação a identidades nacionais.

Palavras-chave: Utopia enquanto género literário, identidades nacionais e culturais, Samuel Butler, *Erewhon*, *A First Year in the Canterbury Settlement*, Inglaterra Vitoriana, Nova Zelândia

I. Historiography and National History in Nineteenth-century Europe

History in Great Britain was long regarded as a branch of literature, or a subject to be studied for utilitarian purposes by soldiers, public officials, and lawyers. It gained momentum at the Universities of Oxford and Cambridge precisely when its usefulness as a distinct field of study was acknowledged and valued (Marwick 1989: 54-55). While it became established as an autonomous academic discipline, the construction and circulation of a compelling historical account of Great Britain became essential to the formation of national identity in the nineteenth century. A systematic interest for history grew from a nostalgia for an ideal past: the retrieval of historical roots for each European country would legitimate the present, brutally accelerated by industrialisation, and ease anxieties about the future. A historicist ‘spirit of the time’ idealised nations born in a mythical past and progressing in a historical continuum. Within this perspective, the development of each nation’s nature, which German historian Leopold von Ranke connected to God’s design (Von Ranke 1867-1890: 78), was at the core of the historical process. New values, emerging after the destruction of the pre-industrial world, required validation: a linear, progressive view

of history, able to support a vision of continuity, comprised an idea of nation as a unique and indivisible entity, born from the pristine spirit of the people. The writing of national histories was the paramount task of historiography in nineteenth-century Europe. Expanding on the concept of *natio* developed in Roman antiquity and literally meaning 'birth', national historiographers stressed the connection between the identity of a nation and its origin.

The notions of state, nation, empire, and Britishness became pivotal in Victorian Britain, when Benjamin Disraeli and his successors Robert Salisbury and Arthur Balfour pursued the policies of Tory democracy in order to reinforce the social cohesion between the 'two nations' of owners and labourers and expand British overseas domains into a world empire (Schulze 1994; Eldridge 1973). Supported by the Minister of the Colonies Joseph Chamberlain, 'constructive imperialism' planned to consolidate the British power by constituting an empire of states around the oceans. Nationalistic and imperialistic ideologies circulated through educational programmes and newspapers, popular fiction and children's literature, classical theatres and music halls, figurative arts and architecture. A massive public campaign diverted attention from an Irish minority claiming national independence and enhanced the international status of England, competing with Germany, France and Russia (Schulze 1994: 286-287). ¹

Historiographers wrote the history of European nations by focusing on foundation myths that validated the existence of national identities and encouraged people to preserve the nation's unity. How does the construction of a utopian or dystopian place respond to specific concepts of nation, nationality, and culture shaped in the country of the utopian writer? The ideology and rhetoric defining the history and identity of Great Britain as a nation in the Victorian age permeated the utopian imagery of an author who lived for a few years in a country colonised by his native country.

II. Samuel Butler's New Zealand

The historiographic construction of Great Britain in the nineteenth century incorporated the construction of New Zealand's national and cultural identity. In 1840, the

Treaty of Waitangi, signed by representatives of Britain and Māori chiefs, declared British sovereignty over the islands. In 1841, New Zealand became a colony within the British Empire:

New Zealand was the first new colony of Queen Victoria's reign and the only one to be annexed by treaty (the Treaty of Waitangi of 1840) with the Crown as signatory. A royal seal was hurriedly dispatched. It styled Queen Victoria as 'fidei defensor' and represented the Maori chiefs as elderly, Caucasian and wise Corinthians (or ancient Britons perhaps), their heads bedecked with laurels, their spears laid to rest. (Taylor 2016: 37)

The relationship between a European nation at the height of its imperial power and a remote country in the Southwestern Pacific Ocean thrived on specific myths of foundation and colonial appropriation.

Evoked by Samuel Butler in *Erewhon* (1872), New Zealand is a colony of Queen Victoria re-figured as an ambiguous utopian elsewhere. On 30 September 1859, the 24-year-old Butler left England for New Zealand; by February 1860, he had set up a sheep farm in the Canterbury settlement. Meanwhile he pursued intellectual activities, culminating in the study of Darwin's *Origin of Species* and the writing of two articles, "Darwin among the Machines" and "Lucubratio Ebria", published in 1863 and 1865 respectively. In the former he imagines that machines are living organisms competing with humans in the struggle for existence, in the latter he pursues the opposite idea, according to which machines are extracorporeal limbs and human beings will be able to evolve by adopting them as prosthetic enhancements. These writings originally appeared in the New Zealand newspaper *The Press*, which also published Butler's report on the first Canterbury-England cricket match in mock-serious Shakespearean blank verse. In 1864 he returned to England and in 1872 published *Erewhon or over the Range*, which incorporates expanded versions of both articles, as the author himself explains in his "Preface to the Revised Edition" dated to 7 August 1901:

The first part of *Erewhon* written was an article headed 'Darwin among the Machines,' and signed Cellarius. It was written in the Upper Rangitata district of the Canterbury Province (as it then was) of

New Zealand, and appeared at Christchurch in the *Press* newspaper, June 13, 1863. A copy of this article is indexed under my books in the British Museum catalogue. In passing, I may say that the opening chapters of *Erewhon* were also drawn from the Upper Rangitata district, with such modifications as I found convenient. [...] In 1865 I rewrote and enlarged "Darwin among the Machines" for the *Reasoner*, a paper published in London by Mr. G.J. Holyoake. It appeared July 1, 1865, under the heading, "The Mechanical Creation," and can be seen in the British Museum. I again rewrote and enlarged it, till it assumed the form in which it appeared in the first edition of *Erewhon*. (Butler 1917: XI-XII)

His pioneering years as a settler in New Zealand are vividly rendered in the long letters to his family, edited by his father and published as *A First Year in the Canterbury Settlement* (1863), as well as in his journal, edited by P. B. Maling and published as *Samuel Butler at Mesopotamia* (1960).

Butler's utopian imagery takes shape through assimilation and displacement, both geographical and conceptual. *Erewhon* shows clues of his belonging to and detachment from England, which is a European nation and his native country, and his appropriation of New Zealand, which is an English colony and a country with its own cultural identity. Responding to Victorian Englishness, he exhibits a strong interest for the contemporary debate on evolutionism and an ambivalent attitude towards ideological discourses on the origins of the English people and the history of England as a leading European nation. Butler sees New Zealand as a country with a bipolar identity, where natural landscape is perceived on the one hand as unique and pristine, and on the other as colonized and anglicized. The early chapters of *Erewhon* describe an Englishman's reception of the majestic and puzzling landscape which extends 'over the range' and bears clear resemblance to Canterbury High Country in New Zealand. His access to the utopian place marks the beginning of a thorough critique of England, articulated through the interaction of the foreigner with the Erewhonians. The cultural background of the English traveller, the landscape he strives to map and the imaginary community he encounters generate a notion of Englishness and otherness imbued with issues of race and colonialism. The narrative, built on an extensive use of paradox and parody, of irony and hyperbole, disrupts the

apparent soundness of the traveller's statements and modes of interaction, and prompts the reader's constant re-assessment of the author's attitude toward the narrator's assumptions, biases, and cultural stereotypes. The questionable reliability of Higgs's straightforward statements about national and cultural identity, religion, morals, and culture makes it particularly complicated to assess Butler's view.

III. Utopian Landscape

The traveller's destination, identified in the title of the first chapter, evokes a spatial idea of emptiness along with a metaphorical sense of rejection, uselessness, and superfluity. "Waste Lands" point to a vacuum, a space lacking in definition and deprived of identity. The features of the landscape are then brought into prominence to delineate a land of uncertain ownership, which exists only because its possession can be gained through colonization.

The colony was one which had not been opened up even to the most adventurous settlers for more than eight or nine years, having been previously uninhabited, save by a few tribes of savages who frequented the seaboard. The part known to Europeans consisted of a coast-line about eight hundred miles in length [...] and a tract of country extending inland for a space varying from two to three hundred miles. [...] the country was timbered, but not too heavily; it was admirably suited for agriculture; it also contained millions on millions of acres of the most beautifully grassed country in the world, and of the best suited for all manner of sheep and cattle. The climate was temperate, and very healthy; there were no wild animals, nor were the natives dangerous, being few in number and of an intelligent tractable disposition. [...] when once Europeans set foot upon this territory they were not slow to take advantage of its capabilities. Sheep and cattle were introduced, and bred with extreme rapidity; men took up their 50,000 or 100,000 acres of country, [...] till in a few years there was not an acre between the sea and the front ranges which was not taken up, and stations either for sheep or cattle were spotted about at intervals of some twenty or thirty miles over the whole country. (Butler 1872: 10)

Butler's meticulous description presents all the hermeneutic categories that W. J. T. Mitchell identifies to define an imperial landscape: it is both natural and mediated by human intervention, it frames and is framed, it is real and symbolic. European imperialism is variously defined by the specificity of places, peoples, and historical moments: "It is not a

'one-way' phenomenon but [...] something like the "dreamwork" of imperialism, [...] folding back on itself to disclose both utopian fantasies of the perfected imperial prospect and fractured images of unresolved ambivalence and unsuppressed resistance" (Mitchell 1994: 8-10).

Butler's *ou topos* takes shape through the contrast arising from the foreigner's ecstatic contemplation of the 'otherness', the massive exploitation of the land's natural resources, and resistance to colonization due to its topography.

I was delighted with the country and the manner of life. It was my daily business to go up to the top of a certain high mountain, and down one of its spurs on to the flat, in order to make sure that no sheep had crossed their boundaries. [...] The country was the grandest that can be imagined. [...] Never shall I forget the utter loneliness of the prospect – only the little far-away homestead giving sign of human handiwork; – the vastness of mountain and plain, of river and sky; the marvellous atmospheric effects– sometimes black mountains against a white sky, and then again, after cold weather, white mountains against a black sky– sometimes seen through breaks and swirls of cloud–and sometimes, which was best of all, I went up my mountain in a fog, and then got above the mist; going higher and higher, I would look down upon a sea of whiteness, through which would be thrust innumerable mountain tops that looked like islands. I am there now, as I write; I fancy that I can see the downs, the huts, the plain, and the river-bed-- that torrent pathway of desolation, with its distant roar of waters. Oh, wonderful! wonderful! so lonely and so solemn. (Butler 1872: 5-6)

The traveller's familiarization with the utopian place discloses aspects of English cultural identity, which point to the colonial and imperial history forming the historiographic discourse of Victorian England. Specifically, "New Zealand is at the periphery of European imperialism, the last and remotest outpost of the British Empire, an unspoiled paradise where the nineteenth-century fantasies of ideal, picturesque, and romantic landscape would seem to be perfectly preserved" (Mitchell 1994: 20).

Distinctive marks of national and cultural identity, lost and re-affirmed, emerge from the protagonist's complex response to the landscape and human settlement. The tension between the sense of estrangement, which testifies to the traveller's belonging to another world, and acculturation, through which 'other' critical parameters are acquired, is a

fundamental thematic constant of the utopian genre. In every utopian journey, the interaction with unknown places and people disrupts the hermeneutic categories of the traveller. The dual act of mapping a new place and understanding the customs and beliefs of the other society qualifies the utopian journey as an experience defined by geographical and cultural trauma. Comparisons between different places and cultural systems expose the relativity of the traveller's beliefs.

Higgs's desire to go beyond the known regions of the Canterbury settlement and explore the areas across the river and over a mysterious mountain range arises from a colonial attitude: "though every one said it would be madness to attempt taking sheep farther inland, [...] I resolved that after shearing I would remain in doubt no longer, but saddle my horse, take as much provision with me as I could, and go and see for myself. [...] Even if I did not find country, might I not find gold, or diamonds, or copper, or silver?" (Butler 1872: 7). The first signs to be deciphered are the features of the unknown geography 'over the range', of the wilderness with which he engages a struggle for survival. Feeling cut off from human life, he begins to doubt his own identity and the continuity of his past and present existence, until he feels overwhelmed by the silent, gloomy rocks in the wilderness. Butler marks the beginning of Higgs's process of acculturation through an initiation rite, which emblemizes the mental and psychological bewilderment experienced by the traveller, no longer able to use his own national and cultural points of reference. The moaning statues symbolize the first, overpowering ordeal of otherness, from which the English settler slowly recovers through gradual familiarization with the Erewhonian environment. The emphasis is on identification by nomination:

The more I looked at everything in the house, the more I was struck with its quasi-European character. [...] And yet everything was slightly different. It was much the same with the birds and flowers on the other side, as compared with the English ones. On my arrival I had been pleased at noticing that nearly all the plants and birds were very like common English ones: thus, there was a robin, and a lark, and a wren, and daisies, and dandelions; not quite the same as the English, but still very like them—quite like enough to be called by the same name; so now, here, the ways of these two men, and the things they had in the house, were all very nearly the same as in Europe. It was not at all

like going to China or Japan, where everything that one sees is strange. I was, indeed, at once struck with the primitive character of their appliances, for they seemed to be some five or six hundred years behind Europe in their inventions; but this is the case in many an Italian village. (*idem*: 40)

Then I had another visitor [...]. He brought a book with him, and pens and paper – all very English; and yet, neither paper, nor printing, nor binding, nor pen, nor ink, were quite the same as ours. (*idem*: 49)

Higgs' appreciation of Erewhon is mediated by successive acts of nomination, which show his reliance on the English idiom as the master language. Higgs' Englishness emerges from the ways in which the relationships between signifier and signified revolve around himself as an English speaker. Butler describes an Englishman who perceives the objects, plants, and creatures in the utopian place as "all very English", yet, not complete in their Englishness. Not only do slight differences and partial correspondences convey the traveller's sense of estrangement, they also highlight the degree of proximity to Englishness. When he starts learning the foreign language, he does not appreciate it *per se* but uses it instrumentally, as a tool for communication and cultural mediation.

In the famous lecture "Qu'est-ce qu'une nation?" delivered at the Sorbonne in 1882, Ernest Renan claimed that languages are historical formations and as such do not reveal much about the blood of their speakers, nor do they play a significant role when human bonds are formed. Thus, language is not a highly indicative racial mark (Renan 1882: 21). Renan highlighted that feelings are universal and words in different languages refer to the same things, overlooking that acts of nomination vary and differ. The ways in which tangible and intangible things acquire a name are rooted in distinct cultural systems. National identity involves the acceptance of conventional connections between the world and the words through which it can be nominated and described.

Erewhonian things are mentioned whenever they match the things Higgs can relate to in his native country, and everything Erewhonian is understood in relation to everything English. His 'compare and contrast' exercise can be better understood by focusing on *A First Year in Canterbury Settlement*, where he articulates a fine analysis of the similarities and differences between British and Australian English:

The all-engrossing topics seemed to be sheep, horses, dogs, cattle, English grasses, paddocks, bush, and so forth. [...] A few expressions were not familiar to me. When we should say in England "Certainly not," it is here "No fear," or "Don't YOU believe it." When they want to answer in the affirmative they say "It is SO," "It does SO." The word "hum," too, without pronouncing the U, is in amusing requisition. I perceived that this stood either for assent, or doubt, or wonder, or a general expression of comprehension without compromising the hummer's own opinion, and indeed for a great many more things than these; in fact, if a man did not want to say anything at all he said "hum hum." It is a very good expression, and saves much trouble when its familiar use has been acquired. Beyond these trifles I noticed no Yankeeism, and the conversation was English in point of expression. I was rather startled at hearing one gentleman ask another whether he meant to wash this year, and receive the answer "No." I soon discovered that a person's sheep are himself. If his sheep are clean, he is clean. He does not wash his sheep before shearing, but he washes; and, most marvellous of all, it is not his sheep which lamb, but he "lamb down" himself. (Butler 1863: 31-32)

Butler's sensitivity to idiomatic expressions, idiolects and linguistic mannerisms is a fine example of sociolinguistics: the slightly diverse ways of speaking, dialoguing, emphasising and referring to activities in England and in Australia point to specific and peculiar attitudes in different geographical and cultural environments.

IV. Nation and Evolution

A discourse more overtly ideological than the one constructed around the master language stems from sociology and anthropology appropriating evolutionary theories. British newspapers and periodicals dating from 1880 to 1914 reveal the spreading of a brand of nationalism, which misread and exploited Darwin's theories on natural selection. Evolutionism pseudo-scientifically applied to social thought and reformulated as social Darwinism was predicated upon the idea that, since mankind was not naturally inclined to peace, only morally and physically superior beings would be able to survive the eternal antagonism among the races (Spencer 1857: 445-465). In *The Descent of Man* (1871) Charles Darwin was very cautious about suggesting that there could be a connection between natural selection and race, and above all about acknowledging innate racial attitudes to expansion and dominion over other races:

It is very difficult to say why one civilized nation rises, becomes more powerful, and spreads more widely, than another; or why the same nation progresses more quickly at one time than at another. We can only say that it depends on an increase in the actual number of the population, on the number of the men endowed with great intellectual and moral faculties, as well as on their standard of excellence. Corporeal structure appears to have little influence, except so far as vigour of body leads to vigour of mind. (Darwin 1871: 177)

The core of Darwin's argument is that there exists such a thing as the supremacy of one nation over another, but the tentative exposition of his hypotheses testifies to his awareness that acknowledging traits of national identity based on alleged natural racial propensities or qualities would invite ideological manipulations.

Butler initially gained credit within the scientific community thanks to his contribution to the debate on evolutionism. The intellectual energies he devoted to the study of natural selection and evolution originated from his determination to understand the origin and purpose of life by adopting scientific methods that should bypass religious fideism. A fervent supporter of Darwin's theories soon after his arrival in New Zealand in 1859, he made a point of publicly declaring himself a Darwinian in 1872.² By 1879, after studying the passionate counterarguments expressed by eminent biologist St. George Jackson Mivart in *On the Genesis of Species* (1871), he rejected Darwinism³ and became a strong advocate of neo-Lamarckism. Butler's doubt is already evident in *Life and Habit* (1878), and the following *Evolution, Old and New* (1879), *Unconscious Memory* (1880), and *Luck or Cunning* (1887) are unforgiving critical anatomies of Darwinism. As Darwin failed to provide an explanation for the variations on which natural selection worked, Butler discarded the notion of chance and proposed that creatures respond to needs, acquiring necessary habits and organs which they pass on to their offspring as unconscious memories. The principle of life force allowed Butler to reintroduce teleology, expunging God's design.

The Descent of Man and *Erewhon* were both published in 1871. Butler's reception of Darwin's evolutionary theories resonates throughout the utopian narrative. While Butler ridicules evolutionary theories transformed into sociological and anthropological laws, his

argument leaves the reader wondering to what extent he undermines or shares the Victorian belief that specific features of national identity would allow Great Britain to achieve supreme colonial and imperial power.

Even a potato in a dark cellar has a certain low cunning about him which serves him in excellent stead. He knows perfectly well what he wants and how to get it. He sees the light coming from the cellar window and sends his shoots crawling straight thereto: they will crawl along the floor and up the wall and out at the cellar window; if there be a little earth anywhere on the journey he will find it and use it for his own ends. [...] He that is stronger and better placed than I shall overcome me, and him that is weaker I will overcome. (Butler 1872: 193-194)

By playing with the idea that every living species, even the most basic ones like plants or vegetables, possesses the faculty of struggling for survival, he turns the survival of the fittest into a paradoxical hyperbole. Although *Erewhon* shows Butler's adherence to Darwinism, the life struggle of a potato provides a fine example of how an over-interpretation of evolutionism can generate mockery.

Butler targeted the Victorian discourse on race revolving around the innate disposition to dominate, prosper and subject uncivilised populations, attributed to the British (Mock 1981). In "Lucubratio Ebria" he overemphasises the notion of national identity as the result of both nature and biological evolution, and conjures up a typical Victorian bourgeois equipped with the quintessential Victorian paraphernalia:

By the institutions and state of science under which a man is born it is determined whether he shall have the limbs of an Australian savage or those of a nineteenth century Englishman. The former is supplemented with little save a rug and a javelin; the latter varies his physique with the changes of the season, with age, and with advancing or decreasing wealth. If it is wet he is furnished with an organ which is called an umbrella and which seems designed for the purpose of protecting either his clothes or his lungs from the injurious effects of rain. His watch is of more importance to him than a good deal of his hair, at any rate than of his whiskers; besides this he carries a knife, and generally a pencil case. His memory goes in a pocket book. (Butler 1926: 51)

This is the ironic portrayal of a human type whose specificity is to be found in

features of national and cultural identity. His emphasis on essentialism reaches its climax in a hyperbolic distinction between exposure to the natural environment and lack of sophistication, which point to the savagery of the Australian savage, and conformity to an established cultural model and acceptance of definite social behaviours, which exhibit an Englishman's Englishness. The Englishman portrayed in "Lucubratio Ebria" anticipates the Englishman in "Qu'est-ce qu'une Nation?": "Un Anglais est bien un type dans l'ensemble de l'humanité. Or le type de ce qu'on appelle très improprement la race anglo-saxonne n'est ni le Breton du temps de César, ni l'Anglo-Saxon de Hengist, ni le Danois de Knut, ni le Normand de Guillaume le Conquérant; c'est la résultante de tout cela" (Renan 1882: 17).⁴ Renan deconstructs the notion of *ethnie* as a fixed, immutable genetic heritage, and chooses the English people to exemplify the composite, multiple identity of a national type. Butler's and Renan's reflections shed light into the circulation of the debate on national identity and national stereotypes in nineteenth-century Europe.

V. Nation and Religion

Butler delves into the connections between race and religion and shows how religious consensus, one of the most powerful factors of national cohesion, served Great Britain's imperialistic ideology. The spiritual unity of the crown and the nation was emphasised to explain and validate the British vocation to expand its territories by taking advantage of the missionary spirit inherited from Puritanism. The christening of Chowbok parodies the subjection of the native through an act of conversion performed by the coloniser.

I thought of Chowbok. [...] I had set my heart upon making him a real convert to the Christian religion [...]. I used to catechize him by our camp fire, and explain to him the mysteries of the Trinity and of original sin [...]. Indeed, on one occasion I had even gone so far as to baptize him [...]. I then set myself to work to instruct him in the deeper mysteries of our belief, and to make him, not only in name, but in heart a Christian. [...] Indeed, on the evening of the same day that I baptized him he tried for the twentieth time to steal the brandy, which made me rather unhappy as to whether I could have baptized him rightly. (Butler 1872: 35-36)

The zeal of the missionary is further ridiculed through Higgs' conjectures about the discovery of the lost ten tribes of Israel waiting to return to Palestine, which would transform him into a brilliant anthropologist, and about the conversion of all the Erewhonians, which would make him the beneficiary of an eternal reward as well as of a personal profit. The result is the metamorphosis of the utopian journey into a parody of an imperialist enterprise disguised as a religious mission.

To restore the lost ten tribes of Israel to a knowledge of the only truth: here would be indeed an immortal crown of glory! [...] What a position would it not ensure me in the next world; or perhaps even in this! [...] I should rank next to the Apostles, if not as high as they—certainly above the minor prophets, and possibly above any Old Testament writer except Moses and Isaiah. [...] I had always cordially approved of missionary efforts. (Butler 1872: 51)

The utopian traveller becomes the evangeliser, the catechiser, the baptiser, the missionary. He fulfils noble tasks, makes amends, and calculates the moral profits of the religious enterprise to be pursued after the unsuccessful start with Chowbok. By ironically presenting a racist attitude as a form of religious humanitarianism, Butler draws attention to an idea of nation constructed on race and empire and suggests that in the last decades of the nineteenth century religion was losing its authentic cohesive force. While parodying the missionary spirit supported by an imperialist ideology, Butler mocks the construction of 'good Englishness' based on the innate leading role of England: "I will guarantee that I convert the Erewhonians not only into good Christians but into a source of considerable profit to the shareholders" (259).

Arrogance, hypocrisy, and utilitarianism eventually stand out as the specific traits of national identity, on which Butler constructs Higgs' colonialist attitude. His journey indicates a British colonial enterprise disguised as a mission pursuing the advancement of civilisation and validated by a pseudo evangelical attitude.

VI. Butler's New Zealand, New Zealand Now

By describing a society founded on the reversal of the norms and customs Higgs is accustomed to, Butler follows the paradigm of the utopian genre, which presupposes a thorough critique of the social system belonging to the traveller's native country. Yet, while Higgs's journey becomes a colonial enterprise, Butler's extensive use of paradox raises doubts as to whether the imperialistic traveller, who draws constant comparisons between the Erewhonian and the English society and believes that English parameters are superior, coincides with the author.

The utopian genre allows Butler to imagine England through a looking glass, which reflects everything he identifies with and takes distance from. Being within and outside allows him to discuss English national identity as it gradually emerges through expressions of cultural habits, racism, and imperial hegemony. The duality between England and its reverse is rooted in the double identity of the author himself: Butler targets Higgs, but cannot help mirroring himself in the characterization of his protagonist. Butler is always oscillating between detachment and identification, playing with the deconstruction of Englishness and its acknowledgement. The *pars destruens* characterised by satire and parody challenges the *pars construens* and, while the British Empire mirrored in Erewhon is dis- and re-located, the question remains as to whether Englishness is confirmed more than it is deconstructed.

Myth and reality coexist, thriving upon one another, in the idea of nation. New Zealand was powerfully mythicised in the nineteenth century and its myth of foundation has been constantly reinforced. The dualities highlighted by Butler define the de/construction of New Zealand's identity in the contemporary age, in which bipolar attitudes towards national identities have been exacerbated, generating fixations and integralism while borders are redefined by transnational flows of financial investments and cultural cross-fertilizations. The beginning of the new millennium was marked by the awareness that the myth of New Zealand's perfection called for comparative investigations encompassing contemporary literature, cinema and politics, while the significance of the

land for the symbolic and political construction of New Zealand invited new critical attention:

What is New Zealand? A series of communities cemented by sport (particularly rugby), a clean, green pastoral paradise, a place of predominantly Maori cultural inheritance or a nation of enterprising capitalists? The stridency with which different versions of the 'real' New Zealand are asserted reveals an absence of consensus, and perhaps a fear that the nation no longer exists as an easily recognisable collective entity. (Brown 1997: <http://www.kakapobooks.co.uk/books2.htm>)

The formation of national identity involves the acceptance of certain myths. Inherent within New Zealand culture are the myths of the white-settler pioneer and the mastery of nature, the DIY Kiwi bloke, an enterprise culture that favours a 'have-a-go' spirit, and a pastoral paradise that is clean and green. The most dominant and persistent New Zealand myth is of an Edenic garden, an Arcadian pasture, a natural utopia. Initially, this concept was fabricated as nineteenth century propaganda to attract *émigrés* and European settlers. (Conrich and Woods 2000: 8)

It is remarkable that these contemporary views echo Butler's own assessment of New Zealand in *A First Year in Canterbury Settlement*. Matter-of-factness, pragmatism, utilitarianism, spontaneity, and lack of sophistication are noted and appreciated as the shared traits of the settlers.

New Zealand seems far better adapted to develop and maintain in health the physical than the intellectual nature. The fact is, people here are busy making money; [...] There is little conventionalism, little formality, and much liberality of sentiment; very little sectarianism, and, as a general rule, a healthy, sensible tone in conversation, which I like much. But it does not do to speak about John Sebastian Bach's 'Fugues,' or pre-Raphaelite pictures. (Butler 1863: 51)

I am forgetting myself into admiring a mountain which is of no use for sheep. This is wrong. A mountain here is only beautiful if it has good grass on it. Scenery is not scenery—it is 'country,' *subauditâ voce* 'sheep.' If it is good for sheep, it is beautiful, magnificent, and all the rest of it; if not, it is not worth looking at. (*idem*: 51)

While indicating that life and nature in New Zealand may offer an enticing alternative to the conventional aspects of English life, Butler offers his most valuable

recommendation about the prerequisites needed to cope with this antipodean country: money, good sense, self-respect, and strength of purpose. Erewhon like New Zealand like England like Utopia.

Notes

¹ The articles published by the historian James A. Froude in *Frazer's Magazine* and Alfred Tennyson's celebration of "our ocean-empire with her boundless homes" in "To the Queen" (1851) show the wide consensus gained by Disraeli's project of Great Britain's overseas expansion and formation of a world empire controlled by London.

² See Samuel Butler's "Preface to Second Edition," dating to 9 June 1872: "I regret that reviewers have in some cases been inclined to treat the chapters on Machines as an attempt to reduce Mr. Darwin's theory to an absurdity. Nothing could be further from my intention, and few things would be more distasteful to me than any attempt to laugh at Mr. Darwin ... The only question in my mind was how far *I* could afford to be misrepresented as laughing at that for which I have the most profound admiration" (Butler 1872, revised edition: 4).

³ In 1879 Darwin published a revised version of Erasmus Darwin's biography by Ernst Krause with his own lengthy essay on Erasmus and Butler accused Darwin of including without explanation a strong attack on him. Following the advice of friends such as Thomas Huxley, Darwin did not respond to Butler, who was shunned by the scientific community.

⁴ "An Englishman is indeed a type within the whole of humanity. However, the type of what is improperly called the Anglo-Saxon race is neither the Briton of Julius Caesar's time, nor the Anglo-Saxon of Hengist's time, nor the Dane of Canute's time, nor the Norman of William the Conqueror's time; it is rather the result of all these [elements]" (Ernest Renan 1990: 15).

Bibliography

Bell, Claudia (1996), *Inventing New Zealand: Everyday Myths of Pakeha Identity*, Auckland, Penguin Books.

Brown, Ruth (1997), *Cultural Questions: New Zealand Identity in a Transnational Age*, London, Kakapo Books.

Butler, Samuel (1863), *A First Year in Canterbury Settlement*, London, Longman, Green, Longman, Roberts, & Green.

-- (1926), "Lucubratio Ebria" [From the Press, 29 July, 1865], in *The Note-Books of Samuel Butler*. Selections arranged and edited by Henry Festing Jones, London, Jonathan Cape.

-- (1872), *Erewhon or over the Range*, London, Trübner and Co.

-- (1872), *Erewhon. Erewhon Revisited*, Revised Edition, Introduction by Desmond MacCarthy, London, Dent.

-- (1878), *Life and Habit*, London, Trübner & Co.

-- (1879), *Evolution, Old and New; or, the Theories of Buffon, Dr. Erasmus Darwin, and Lamarck, as compared with that of Mr. Charles Darwin*, London, Hardwicke & Bogue.

-- (1880), *Unconscious Memory; a comparison between the theory of Dr. Ewald Hering ... and the "Philosophy of the Unconscious" of Dr. Edward von Hartmann*, London, David Bogue.

-- (1887), *Luck, or Cunning, as the Main Means of Organic Modification? An attempt to throw additional light upon the late Mr. Charles Darwin's theory of natural selection*, London, Trübner & Co.

-- (1917), *Erewhon or Over the Range*, E. P. Dutton & Co.

Conrich, Ian and David Woods (2000), "Introduction" to *New Zealand: A Pastoral Paradise? Studies in New Zealand Culture*, ed. Ian Conrich and David Woods, Clifton, Kakapo Books, 8-10.

Cosgrove, Denis E. (1984), *Social Formation and Symbolic Landscape*, Madison, The U of Wisconsin P.

Cosgrove, Denis/ Stephen Daniels (eds.) (1988), *The Iconography of Landscape: Essays on the Symbolic Representation, Design, and Use of Past Environments*, Cambridge, Cambridge UP.

Darwin, Charles (1871), *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex. In Two Volumes*, Volume 1, London, John Murray.

Eldridge, Colin C. (1973), *England's Mission, The Imperial Idea in the Age of Gladstone and Disraeli 1868-1880*, London, Macmillan.

Garrett, John Charles (1984), *Hope or Disillusion. Three Versions of Utopia. Nathaniel Hawthorne, Samuel Butler, George Orwell*, Christchurch, NZ, U of Canterbury Publications Committee.

Jones, Joseph Jay (1959), *The Cradle of Erewhon; Samuel Butler in New Zealand*, Austin, U of Texas P.

Maling, Peter Bromley, ed. (1960), *Samuel Butler at Mesopotamia, together with Butler's 'Forest Creek' Manuscript and his Letters to Tripp and Acland* [With plates, including a portrait], Wellington, R. E. Owen.

Marwick, Arthur (1989), *The Nature of History*, London, Macmillan [1970].

Mitchell, W. J. T. (2002), *Landscape and Power*, Chicago, U of Chicago P [1994].

Mock, Wolfgang (1981), "The Function of Race in Imperialist Ideologies", in *Nationalist and Racial Movements in Britain and Germany before 1914*, ed. Paul M. Kennedy and Anthony Nicholls, London, Palgrave Macmillan, 190-203.

Morrell, William Parker (1969), *British Colonial Policy in the Mid-Victorian Age: South Africa. New Zealand. The West Indies*, Oxford, Clarendon Press.

Perry, Nick (1994), *The Dominion of Signs: Television, Advertising and Other New Zealand Fictions*, Auckland, Auckland UP.

Renan, Ernest (1882), "Qu'est-ce qu'une Nation?" Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882, Paris, Calmann-Lévy.

-- (1990), "What is a Nation?", in *Nation and Narration*, ed. H. K. Bhabha, London and New York, Macmillan, translated and annotated by Martin Thom, 8-21.

Schulze, Hagen (1994), *Staat und Nation in der europäischen Geschichte*, München, C.H. Beck Verlag.

Spencer, Herbert (1857), "Progress: Its Law and Causes", *The Westminster Review*, Vol. 67, April, 445-465.

Taylor, Miles (2016), "The British Royal Family and the Colonial Empire from the Georgians to Prince George", in *Crowns and Colonies: European Monarchies and Overseas Empires*, ed. Robert Aldrich and Cindy McCreery, Oxford, Oxford UP, 27-50.

Von Ranke, Leopold (1867-1890), *Zur Geschichte Deutschlands und Frankreichs im 19. Jahrhundert, Sämtliche Werke*, 54 vols, Leipzig, Duncker & Humblot, vol. XLIX/L.

Paola Spinozzi é Professora Associada de Literatura Inglesa da Universidade de Ferrara. A sua investigação incide sobre as teorias e metodologias dos estudos verbais e visuais. É autora de *Sopra il reale. Osmosi interartistiche nel Preraffaellismo e nel Simbolismo inglese* (Firenze: Alinea, 2005) e co-autora, com E. Bizzotto, de *The Germ. Origins and Progenies of Pre-Raphaelite Interart Aesthetics* (Oxford: Peter Lang, 2012). Spinozzi debruça-se sobre as representações literárias de teorias científicas e, em colaboração com B. Hurwitz, é editora de *Discourses and Narrations in the Biosciences* (Göttingen: V&R unipress, 2011). Desenvolve também investigação na área da utopia em torno de questões de arte e de estética, imperialismo, racismo, Darwinismo e pós-apocalipse, sendo editora de *Histoire*

transnationale de l'utopie littéraire et de l'utopisme (Paris: Champion, 2008), em colaboração com V. Fortunati e R. Trousson. Uma outra área de investigação a que se dedica é a da sustentabilidade nas humanidades e, neste contexto, é editora, com M. Mazzanti, de *Cultures of Sustainability and Wellbeing: Theories, Histories, Policies* (London and New York: Routledge, 2018).

CADERNOS DE LITERATURA COMPARADA



INSTITUTO DE LITERATURA COMPARADA
MARGARIDA LOSA

U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

UID/ELT/00500/2013

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento

POCI-01-0145-FEDER-007339

ISSN 1645-1112